

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES
(Organizadores)

VOL III



EDITORA
ARTEMIS

2022

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL III



EDITORA
ARTEMIS

2022



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. Dr. Jorge José Martins Rodrigues Prof. ^a Dr. ^a Maria Amélia Marques
Imagem da Capa	ciempies
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, *Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato, México*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, *Universidade de Brasília-DF*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, *Universidade Estadual do Ceará*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*



Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla – La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES – Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Lúvia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências socialmente aplicáveis [livro eletrônico] : integrando saberes e abrindo caminhos: vol. III / Organizadores Jorge José Martins Rodrigues, Maria Amélia Marques. – Curitiba, PR: Artemis, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilíngue

ISBN 978-65-87396-58-3

DOI 10.37572/EdArt_290522583

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I. Rodrigues, Jorge José Martins. II. Marques, Maria Amélia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

O livro que ora se encontra nas vossas mãos, no seu terceiro volume, é por tradição um livro de temática interdisciplinar e transdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas. É interdisciplinar porque cruza várias disciplinas do saber. A sua transdisciplinaridade fica a dever-se aos múltiplos campos do conhecimento abrangidos, com os trabalhos apresentados a inserirem-se em temáticas emergentes nos vários campos científicos.

A metodologia seguida na organização deste volume, podendo ser discutível, privilegiou os conteúdos dos artigos, o que originou o chapéu Educação-Organização-Informação, decomposto nos eixos temáticos: Educação e formação profissional, Organizações, trabalho e responsabilidade social, Informação, transparência e decisão. Na construção da estrutura de cada um destes eixos procurou-se seguir uma lógica em que cada artigo possa contribuir para uma melhor compreensão do artigo seguinte, gerando-se um fluxo de conhecimento acumulado que se pretende fluido e em espiral crescente.

Assim, o eixo Educação e formação profissional abarca um conjunto de dez artigos que se preocupam com a redução de desigualdades. Para tal advogam o recurso a metodologias de ensino e aprendizagem com recurso a mediadores que orientem metodologicamente estes processos, no sentido de implementar e respeitar valores éticos, de cidadania e direitos humanos. Pode também recorrer-se à formação contínua em contexto de trabalho, com recurso a comunidades virtuais de aprendizagem e orientação para determinadas áreas funcionais, recorrendo a processos educativos de formação e inovação educativa, através de metodologias de colaboração e cooperação. Tais processos não dispensam uma reflexão crítica do formando no processo de avaliação e consolidação dos conteúdos objeto de aprendizagem, como forma de o mesmo contribuir para um maior conhecimento a favor da comunidade.

O eixo Organizações, trabalho e responsabilidade social agrega um conjunto de nove artigos que se preocupam com o bem-estar da sociedade. Vivemos numa sociedade de organizações, em que a célula mais pequena e influente é a família. Esta socorre-se das suas redes de relações significativas – redes de negócios – para conseguir obter os seus objetivos através do trabalho em cooperação. Esta capacidade intrínseca da família constitui um ativo intangível potenciador de vantagem competitiva, a qual poderá ser preservada e ampliada através de ações de responsabilidade socialmente aceites. Esta praxis parece estar a modificar paulatinamente algumas organizações económicas e movimentos sociais, procurando a conciliação entre o trabalho e a família,

independentemente do setor económico, sociedade civil ou do estágio de vida em que o indivíduo se encontre, contribuindo para um envelhecimento saudável ativo.

Por sua vez, o eixo Informação, transparência e decisão é constituído por quatro artigos que demonstram preocupações com a qualidade da informação, seja ela voluntária ou obrigatória. Aquela deve ser transparente e tempestiva, e contribuir para um relato que siga padrões de referência socialmente aceites. Estas características são necessárias devido à transversalidade e utilidade da informação para a tomada de decisão, quer a nível público quer a nível privado.

Com a disponibilização deste livro e seus artigos esperamos que os mesmos gerem inquietude intelectual e curiosidade científica, procurando a satisfação de novas necessidades e descobertas, motor de todas as fontes de inovação.

Jorge Rodrigues, ISCAL/IPL, Portugal

Maria Amélia Marques, ESCE/IPS, Portugal

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO - ORGANIZAÇÕES - INFORMAÇÃO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1.....1

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO EM MOÇAMBIQUE

Maura Juçá Manoel

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225831

CAPÍTULO 2..... 15

IMPORTANCIA DE LA INVESTIGACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LOS ESTUDIANTES DEL ÁREA DE LA SALUD

Alida Bella Vallejo-López

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225832

CAPÍTULO 3.....24

PROYECTO WEB DIGITAL PARA POTENCIAR EL APRENDIZAJE DE LOS ALUMNOS, BASADO EN UNA COMUNIDAD VIRTUAL DE APRENDIZAJE (CVA)

Moisés Ramón Villa Fajardo

Agustina Ortiz Soriano

Karla Fabiola Barajas Pérez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225833

CAPÍTULO 4.....32

CARACTERIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA DE LOS JÓVENES BACHILLERES DEL CANTÓN ESMERALDAS

Jenny Cristina Cervantes Intriago

Joyce Oriana Arboleda Orejuela

Verónica Elizabeth Aguilar Quiñónez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225834

CAPÍTULO 5.....42

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO BIOÉTICA NO ENSINO DAS COMUNIDADES ANGOLANAS

Benvinda Bibiana de Fátima Pembelindjele Caita

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225835

CAPÍTULO 6.....52

IMPACTO DE LA RÚBRICA COMO GUÍA DEL DISPOSITIVO DE EVALUACIÓN EN LA ENSEÑANZA DEL PROCESO DE DESARROLLO DE SOFTWARE

Jorge Ezequiel Moyano

Emilio Izarra

Matías Moncho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225836

CAPÍTULO 767

IMPLEMENTACIÓN DE UN TALLER DE MINDFULNESS PARA REDUCIR EL ESTRÉS EN ALUMNOS EN SU PRUEBA DE APTITUD ACADÉMICA PARA INGRESO AL INSTITUTO TECNOLÓGICO Y DE ESTUDIOS SUPERIORES DE MONTERREY EN TOLUCA

Carlos Fernando Leal Gómez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225837

CAPÍTULO 8..... 86

DETECCIÓN DE ERRORES ORTOGRÁFICOS PARA LA VALIDACIÓN DE LA CALIDAD EN DATOS ABIERTOS GUBERNAMENTALES PARA LA MÉTRICA DEL FACTOR SYNTACTIC CORRECTNESS

Roxana Martínez

Christian Parkinson

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225838

CAPÍTULO 9.....97

ÁREA DE FOMENTO Y PROMOCIÓN PARA LA COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS Y SERVICIOS EN EL OBSERVATORIO DE CIENCIAS EMPRESARIALES DE LA UNIVERSIDAD DE OTAVALO

Edwin Santiago Núñez Naranjo

Jesús Francisco González Alonso

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225839

CAPÍTULO 10..... 110

RELIGIOUS EDUCATIONAL REFORMS AND THE SHAPING OF MOROCCAN IDENTITY: ISLAMIC EDUCATION TEXTBOOKS AS A CASE STUDY

Somaya Zine-Dine
Moulay Sadik Maliki

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258310

ORGANIZAÇÕES, TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO 11.....126

CARTOGRAFIA DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA: PERCURSORES, CONCEITOS E EMERGÊNCIA DE MODELOS TEÓRICOS

Jorge José Martins Rodrigues
Maria Amélia André Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258311

CAPÍTULO 12..... 144

SERÁ QUE A UNIÃO FAZ A FORÇA INDEPENDENTEMENTE DA DIMENSÃO DOS INTERVENIENTES? UM ESTUDO SOBRE AS RAZÕES DE INTEGRAÇÃO EM REDE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Lara Sofia Mendes Bacalhau
Guilhermina Maria de Silva Freitas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258312

CAPÍTULO 13.....159

PODERÁ A RBV CONSIDERAR OS RECURSOS TANGÍVEIS COMO ESTRATÉGICOS? UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE RECURSOS VRIO – VISÃO HISTÓRICA

Lara Sofia Mendes Bacalhau
Guilhermina Maria de Silva Freitas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258313

CAPÍTULO 14..... 174

“CUSTOMER ORIENTATION AND MANAGEMENT CONTROL IN THE PUBLIC SECTOR: A GARBAGE CAN ANALYSIS”. *UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA E ONTOLÓGICA*

Guilhermina Maria de Silva Freitas
Lara Sofia Mendes Bacalhau

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258314

CAPÍTULO 15 184

DISCURSOS PERCEPCIONES Y AGENDA DE REFORMA LABORAL-FLEXIBILIDAD ARGENTINOS. PROCESO INTERPRETATIVO Y CULTURA ORGANIZACIONAL 2018-2022

Liliana Edith Ferrari

Andrea Karina Batista Teliz

Esteban Córdoba

Lautaro Cirami

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258315

CAPÍTULO 16 196

INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Maria Dulce da Costa Matos e Coelho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258316

CAPÍTULO 17 210

A CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL NA COMUNICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – UMA ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS COMO FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

Elisabete Correia

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258317

CAPÍTULO 18 229

ASSOCIAÇÕES QUE PROMOVEM O ENVELHECIMENTO ATIVO; UMA FERRAMENTA NO FUTURO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Maria da Graça Moreira

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258318

CAPÍTULO 19 237

PROTEÇÃO À MULHER NO HORIZONTE DA PACIFICAÇÃO SOCIAL

Marzely Gorges Farias

Zelindro Ismael Farias

Cleia Demétrio Pereira

Martha Inés Moreno Mendel

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258319

INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E DECISÃO

CAPÍTULO 20251

A ANÁLISE DISCRIMINANTE, O *GOING CONCERN* E O *SCORING* – UM *OVERVIEW*

Cândido Jorge Peres Moreira
Mário Alexandre Guerreiro Antão
Domingos Custódio Cristóvão
Hélio Miguel Gomes Marques
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Catarina Carvalho Terrinca

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258320

CAPÍTULO 21263

DETERMINANTES DA OPINIÃO MODIFICADA DA AUDITORIA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES DE MÉDIA DIMENSÃO (2016-2018)

Paula Gomes dos Santos
Carla Martinho
Raquel Lopes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258321

CAPÍTULO 22 277

ANÁLISIS DEL MERCADO DE CAPITALES DEL ECUADOR

Carolina Uzcátegui Sánchez
Karen Michel Serrano Orellana

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258322

CAPÍTULO 23289

CONTABILIDADE PÚBLICA E IPSAS EM PORTUGAL: O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Maria da Conceição da Costa Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258323

SOBRE OS ORGANIZADORES307

ÍNDICE REMISSIVO 308

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO EM MOÇAMBIQUE

Data de submissão: 29/01/2022

Data de aceite: 16/02/2022

Maura Juçá Manoel

Faculdade de Educação e Psicologia
Universidade Católica de Moçambique

maurajm@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1362728566615851>

RESUMO: O presente artigo enquadra-se no eixo temático da formação e desenvolvimento profissional, com enfoque na formação em contexto de trabalho. Parte do pressuposto de que a formação inicial, por si só, não é suficiente para formar o docente, e que é no ambiente escolar, no exercício da sua função, que o professor se desenvolve profissionalmente através da reflexão constante sobre a prática e da colaboração com outros professores. O estudo aborda o tema do desenvolvimento profissional do professor primário, assunto que é analisado através da sua relação com a atividade de formação contínua em Moçambique denominada “Jornadas Pedagógicas”. O objetivo deste estudo é o de analisar as Jornadas Pedagógicas e a sua eficácia para o desenvolvimento profissional docente na percepção dos diretores adjuntos

pedagógicos e dos professores primários do primeiro ciclo, em duas escolas primárias completas da Beira, Moçambique. Dessa forma, o objeto da pesquisa são as Jornadas Pedagógicas, legisladas pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique (MINEDH) e criadas no âmbito da formação contínua dos professores primários, das duas classes iniciais. Para a recolha de dados, além de uma pesquisa documental junto da Direção Provincial de Educação de Sofala (DPES), foram aplicados questionários aos professores primários do primeiro ciclo e entrevistas semiestruturadas. Os diretores adjuntos pedagógicos foram, também, entrevistados, por participarem ativamente do processo de formação contínua dentro da escola. Procedeu-se, ainda, à observação de reuniões das Jornadas Pedagógicas e à dinamização de grupos de discussão focalizada. Os resultados apontam para a valorização das Jornadas pedagógicas tanto por parte dos diretores pedagógicos como dos professores primários. Os dois grupos concordam quanto a necessidade da formação contínua, no entanto, entendem que as jornadas pedagógicas, enquanto atividade, ainda apresenta limitações na sua execução no que tange aos seus impactos no desenvolvimento profissional do professor, havendo margens significativas para melhoria.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Contínua. Desenvolvimento Profissional. Jornadas Pedagógicas.

ABSTRACT: This article fits into the thematic of professional development, with a focus on training in a work context. It assumes that initial training alone is not enough to train the teacher, and that it is in the school environment, in the exercise of their function, that the teacher develops professionally through constant reflection about the practice and collaboration with other teachers. The study addresses the issue of the professional development of primary teachers, a subject that is analyzed through its relationship with the continuous training activity in Mozambique called “Pedagogical Journeys”. The objective of this study is to analyze this activity and the effectiveness for the professional development of teachers in the perception of pedagogical directors and primary teachers of the first cycle, in two complete primary schools in Beira, Mozambique. The object of the research is the “Pedagogical Journeys”, legislated by the Ministry of Education and Human Development of Mozambique (MINEDH) and created within the scope of the continuous training of primary teachers, of the two initial classes. To collect data, besides analyzing documental information from the Provincial Directorate of Education of Sofala (DPES), questionnaires were applied to primary teachers of the first cycle and semi-structured interviews. Pedagogical directors were also interviewed, as they actively participate in the continuing education process within the school. There was also the observation of meetings and the promotion of focused discussion groups. The results point to the valorization of the “Pedagogical Journeys” by both the pedagogical directors and the primary teachers. The two groups agree on the need for continuous training, however, they understand that the pedagogical journeys, as an activity, still have limitations in their execution regarding their impacts on the professional development of the teacher, with significant margins for improvement.

KEYWORDS: Pedagogical Journeys. Teachers’ professional development. Mozambique.

1 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO EM MOÇAMBIQUE

Para combater o problema das turmas numerosas e os baixos índices de aproveitamento dos alunos do ensino primário, especialmente no que diz respeito a oralidade, leitura e escrita, o Ministério da Educação de Moçambique criou, em 2008, a atividade denominada Jornadas Pedagógicas. Esta decisão foi tomada no âmbito da formação contínua do professor, tema que vem ganhando visibilidade nos fóruns das políticas educativas bem como relevo nos meios académicos. Por se entender a importância da formação do professor durante o exercício da sua profissão, elegeram-se as Jornadas Pedagógicas como foco deste estudo. O propósito da pesquisa foi o de analisar as potencialidades e as limitações das Jornadas Pedagógicas no que respeita aos seus impactos no desenvolvimento profissional do professor. A investigação foi desenvolvida em duas escolas primárias na cidade da Beira, em Moçambique.

O pressuposto deste estudo é o de que o professor é um agente da sua própria formação e que a escola, como o local de exercício da sua profissão, é o espaço mais

adequado para as atividades de formação contínua, as quais, se bem planejadas e desenvolvidas numa perspectiva reflexiva e colaborativa, podem promover o seu desenvolvimento profissional. Como ponto de partida, este artigo advoga que o conceito de formação contínua não se deve limitar aos cursos ministrados nas instituições oficiais de formação nem em palestras e seminários de aperfeiçoamento que, de um modo geral, são concebidos pelas estruturas do Ministério da Educação. Pelo contrário, é fundamental que se criem atividades no próprio contexto de trabalho, que gerem aprendizagem entre os docentes, sem depender de eventos esporádicos promovidos externamente.

1.1 BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEITUAL

Este artigo defende a ideia de que é no exercício da sua profissão que o professor solidifica as suas teorias educacionais, as modifica, ou ainda, lhes atribui novos significados. Assim, à medida que o professor ensina, ele continua a aprender, pois o trabalho é fonte permanente de aprendizagem.

Para que haja êxito na formação contínua e ela produza o desenvolvimento profissional, é fundamental que essa formação seja levada a cabo pelos próprios professores, como agentes ativos no processo, que seja desenvolvida dentro da escola, e alicerçada numa perspectiva reflexiva e colaborativa.

1.2 O PROFESSOR COMO AGENTE DA SUA FORMAÇÃO

Este artigo parte do pressuposto de que o professor é um sujeito em constante formação e que, por isso mesmo, é preciso dar-lhe o direito de participar ativamente na construção do seu saber. Neste contexto, é pertinente a afirmação de Führt (2015, p. 26) que diz que *“é na escola, à medida que o professor trabalha, que se pode perceber que o professor é uma pessoa em evolução”*.

Existe um elemento de “interformação” no processo da formação, uma vez que ela ocorre através das relações interpessoais, como Garcia (1999) salienta. Porém, não se pode perder de vista a auto formação, uma vez que ela depende, em grande parte, do próprio sujeito. Querer aprender é um elemento fundamental para o seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional.

1.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CONTEXTO ESCOLAR

A formação dos docentes não se restringe à formação inicial, mas é um processo que se prolonga durante o exercício da sua carreira. Deste modo, à medida que o professor ensina, continua a aprender. Entretanto, o que se verifica é que as atividades de formação

continua levadas a cabo pelo Ministério da Educação de Moçambique e pelos seus parceiros, apesar de terem o seu valor e de sempre produzirem novos conhecimentos, muitas vezes atendem mais às necessidades do sistema, distanciando-se da realidade da escola e das necessidades reais dos professores. As iniciativas que se têm mostrado mais eficazes são aquelas que são desenvolvidas no contexto escolar, local do exercício da profissão.

Portanto, este artigo defende que a escola é um espaço de aprendizagem da profissão, pois é na escola que o professor desenvolve os saberes e as competências para ensinar. É na experiência diária que os conhecimentos prévios adquiridos através da formação inicial são questionados, reestruturados, ou muitas vezes modificados (Libâneo, 2015).

Nesta mesma vertente, Führt (2015) afirma que quando a escola se torna um espaço de formação, isso possibilita a criação de redes de conhecimento entre os docentes, com oportunidade de troca de experiências vividas e conseqüentemente, isso “favorece o desenvolvimento de competências profissionais e a partir da prática, através da prática e para a prática” (p. 25).

É à medida que surgem dificuldades no exercício da profissão que o professor, na procura de soluções, normalmente busca orientações de outros docentes mais experientes do que ele. São estas dificuldades, que se configuram, muitas das vezes, como um aparente incômodo, que podem impulsionar o professor a realizar novas aprendizagens. Neste cenário, a escola transforma-se num espaço de formação e de desenvolvimento profissional. A escola é onde melhor se pode operacionalizar a articulação entre a teoria e a prática, partindo de um constante questionamento do professor sobre a sua própria atuação.

1.4 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O TRABALHO COLABORATIVO

A colaboração entre os professores é um elemento essencial para o desenvolvimento profissional docente. Considerando que a escola é composta por uma rede de interações, partilhamos do pensamento de Führt (2015) que descreve a escola como um “lugar privilegiado para a formação docente, onde a formação do conhecimento se constrói na interação com o outro” (p. 26). Isto implica que os professores podem aprender a ser profissionais melhores através da interação com outros colegas. Entretanto, embora a necessidade da colaboração pareça unânime entre vários autores, convém salientar que o desenvolvimento de uma cultura de colaboração nas escolas se constitui como um desafio. O discurso tendencialmente assumido da necessidade de desenvolver

modos de trabalho docente mais colaborativos, muitas vezes encontra resistências na sua implementação. Isto porque, conforme as palavras de Alarcão & Canha (2013, p. 48):

A colaboração exige vontade de realizar com outros. Implica, pois, confiança no outro, valorização dos seus saberes e experiências, acreditar que com ele é possível ir mais longe do que sozinho. Implica também humildade na valorização que fazemos do nosso próprio conhecimento e da nossa experiência, admitindo e desejando que eles se modifiquem e enriqueçam pelo encontro colaborativo.

A criação de uma cultura de colaboração é um desafio, porque se contrapõe ao individualismo que impera em muitos contextos educativos. Imbernón (2009) denuncia que na maior parte das escolas, o que predomina é uma “cultura de isolamento, que propicia mais inconvenientes do que vantagens” (p. 58).

Nesse estudo, advoga-se que a colaboração entre pares é imprescindível na formação e na profissionalização docentes (Alarcão & Canha, 2013; Imbernón, 2009 & Roldão, 2000).

A colaboração entre professores pode assumir uma multiplicidade de formas e rótulos. Pretorius (2006) sugere atividades colaborativas, tais como: “equipes de assistência a professores” ou “colaboração em pares” ou “ensino em equipes” (p. 138). O mesmo autor sublinha algumas das vantagens da prática colaborativa no recinto escolar, entre elas:

os professores se sentem mais seguros para fazerem experiências uma vez que o sucesso ou o fracasso é dividido com o grupo; a autoestima dos professores aumenta; os professores estão envolvidos numa situação de aprendizagem diária enquanto partilham ideias, experiências, e métodos bem-sucedidos dos outros, e avaliam a abordagem dos outros e finalmente os alunos colhem os benefícios da melhoria das capacidades de ensino dos professores (p. 138).

Deste modo, é no exercício da profissão, através do intercâmbio de experiências e da confrontação com as vivências com os colegas, que algumas das teorias aprendidas na formação inicial começam a ser questionadas ou solidificadas, gerando, assim, o desenvolvimento profissional do professor.

1.5 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA

Um outro aspecto igualmente importante é a reflexão sobre a prática educativa. Na base do conceito de professor reflexivo encontra-se o pressuposto de que o professor é um profissional em constante formação, alguém que tem o direito (e o dever) de construir o seu saber.

Sobre este tema, encontra-se a contribuição de Schön (2000), que formulou a sua teoria sobre o professor reflexivo em torno de três aspectos: reflexão na ação,

reflexão sobre a ação e reflexão sobre a reflexão na ação. Schön distingue reflexão na ação e sobre a ação, ao dizer que na primeira, o professor reflete durante a ação, como se estabelecesse um diálogo com a própria situação, sem intervir naquele instante. Por outro lado, a reflexão sobre a ação ocorre depois desta, quando o docente reconstrói mentalmente a ação com o propósito de analisá-la. A terceira etapa, que se refere à reflexão sobre a reflexão na ação, foi sumariada por Alarcão (1996, p. 17) como uma fase essencial, pois ultrapassa as duas anteriores, sendo quando o profissional progride. A mesma autora (ibid.) sublinha que o ato de refletir sobre a reflexão é o que vai permitir ao professor determinar as suas ações futuras e compreender futuros problemas ou descobrir novas soluções. Deste modo, corroborando a perspectiva de Schön (2000), o desenvolvimento profissional dos professores apresenta-se como um processo contínuo, baseado numa reflexão sistemática, inserida num contexto educativo concreto. À medida que o professor procura soluções para resolver situações pontuais no processo de ensino e aprendizagem e implementa as suas ações, o professor reflete. E é esse processo reflexivo que lhe permite um refazer constante da sua prática e das teorias educacionais que subjazem na sua mente.

O que se conclui até aqui é que a experiência profissional é um espaço de construção de novos saberes. Nele, o professor expõe-se, deixa claros os seus conhecimentos, as suas limitações e as suas dificuldades. Nas palavras de Führ (2015), o professor mostra *“a sua realidade, sem maquiagem, sem máscaras e, então através dessa troca ocorre uma ressignificação do saber docente”* (p. 20).

Portanto, para que haja desenvolvimento profissional, o docente precisa de assumir uma postura cada vez mais ativa como agente da sua própria formação, devendo cultivar dentro da escola aspectos que favoreçam uma cultura organizacional de reflexão e colaboração entre os docentes.

2 ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DO ESTUDO

Para refletir sobre o tema da formação contínua, o contexto escolhido foi o ensino primário na cidade da Beira, em Moçambique. O ensino em Moçambique foi nacionalizado em 1975, através do decreto 12/75, mas só foi elaborada uma lei da educação concretamente em 1983, sob a designação de Sistema Nacional de Educação (SNE), a qual foi revista no ano de 1992 (Golias, 1993, p. 9). Três anos após a revisão do SNE, Moçambique aprovou a Resolução 8/95 de 22 agosto/1995, que se referia à formação inicial e continuada de professores. Entretanto, cabe ressaltar que atualmente ainda faltam políticas educacionais que garantam a sua implementação de forma efetiva.

O Plano Estratégico de Educação e Cultura (PEEC, 2006) afirma que, embora tenham sido criados programas de aperfeiçoamento de professores em serviço, a sua cobertura foi limitada. O referido plano reconhece que as condições nas escolas tenham impedido a aplicação de novas estratégias de ensino e destaca problemática das turmas numerosas, com mais de oitenta alunos. O plano admite, assim, as fragilidades do ensino primário e a pertinência da formação contínua. O documento descreve:

“há professores que não dominam as suas disciplinas, faltam-lhes a capacidade para assegurarem uma aprendizagem efetiva, e estes fatores são agravados pelas exigências que o novo currículo coloca aos alunos e professores, e por uma relativa fraca monitoria e avaliação na escola”. (MINED, 2006, p.29).

Face a esta situação, o Ministério da Educação criou um conjunto de iniciativas com vista a propiciar uma formação contínua de professores do ensino básico. De todas as atividades elencadas, este estudo elegeu as Jornadas Pedagógicas como objeto de investigação. Foi precisamente em agosto de 2008 que o Ministério da Educação, no seu IV Conselho Coordenador, deliberou a realização de Jornadas Pedagógicas como uma forma de contribuir para a melhoria das aprendizagens. Foram as dificuldades dos alunos do ensino básico na leitura e escrita que levaram a uma recomendação aos órgãos da educação para que se multiplicassem os esforços, em todo o território nacional, disseminando estratégias eficazes no ensino da leitura e escrita.

É neste contexto que surge este estudo, que procura refletir sobre o funcionamento e impacto das Jornadas Pedagógicas.

3 METODOLOGIA

O objetivo que norteou este estudo foi o de analisar as potencialidades e limitações das Jornadas Pedagógicas no desenvolvimento profissional docente, na percepção dos professores primários e diretores adjuntos pedagógicos da Beira, Moçambique.

Com base nesse objetivo, o que se procurou foi, de forma mais específica, identificar a natureza das atividades desenvolvidas e analisar as opiniões dos participantes sobre a pertinência das Jornadas Pedagógicas para o desenvolvimento profissional do professor. Essa reflexão foi estruturada através de cinco questões orientadoras:

- Qual a natureza das atividades realizadas no âmbito das Jornadas Pedagógicas?
- Que necessidades de formação são identificadas pelos diretores adjuntos pedagógicos e professores, com vista ao desenvolvimento profissional efetivo dos docentes?

- Qual a percepção dos diretores adjuntos pedagógicos e professores sobre a eficácia das Jornadas Pedagógicas no desenvolvimento profissional dos professores primários?
- Que percepções têm os diretores adjuntos pedagógicos e os professores sobre o impacto das Jornadas Pedagógicas na melhoria da qualidade das práticas de ensino/aprendizagem?
- Como se pode otimizar a eficácia das Jornadas Pedagógicas enquanto estratégia de desenvolvimento profissional contínuo dos professores primários?

Tendo em conta as características do objeto de investigação, e para que se pudesse interpretar as percepções dos participantes e atribuir significados aos seus modos de olhar o processo de formação, optou-se por uma abordagem eminentemente qualitativa, na modalidade de estudo de caso. Deste modo, foram escolhidas de forma aleatória duas escolas primárias da cidade da Beira, de dimensões diferentes, e recolhidas as percepções dos diretores pedagógicos e dos professores primários do primeiro ciclo.

Como técnicas de recolha de dados recorreu-se à aplicação de questionários e à entrevista semiestruturada, grupos de discussão focalizada, análise documental e observação. Na primeira etapa, todos os professores que ensinam o primeiro ciclo foram inquiridos através de questionário e na segunda, foram selecionados para entrevista apenas três professores de cada escola, para o aprofundamento de algumas questões. Os grupos de discussão focalizada realizaram-se num ambiente aberto, para que os professores participassem livres de constrangimentos num debate sobre a questão em estudo. Foi ainda realizada uma visita à Direção Provincial de Educação de Sofala (DPES) para recolha de documentos relativos às Jornadas Pedagógicas. Os participantes neste estudo totalizaram os vinte e dois professores e dois diretores adjuntos pedagógicos (quinze professores da escola A e sete da escola B, designação adotada para preservar o seu anonimato).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para favorecer a compreensão das respostas apresenta-se um breve resumo do perfil dos participantes no estudo. O grupo foi formado por dois diretores pedagógicos e vinte e dois professores primários. Os docentes foram quinze da escola A e sete da escola B. Entre estes, vinte são do sexo feminino e apenas dois do sexo masculino. Entre os vinte e dois participantes, treze professores têm trinta a quarenta anos de idade. Percebe-se uma pequena diferença no que concerne ao tempo de serviço entre as duas escolas. Enquanto a escola A tem onze professores com mais de dez anos de serviço, e entre eles, dois com mais de trinta anos de docência, na escola B, entre os sete professores participantes, apenas um tem mais de trinta anos e os demais, têm menos de dez anos

de carreira. Comparativamente, o que se percebe é que a escola B tem professores mais jovens e menos experientes do que os da Escola A.

No que se refere à formação inicial, a maioria dos professores das duas escolas fez o Curso de Formação de Professores Primários, num total de vinte e um docentes, com a exceção de apenas um da escola B. O tempo de duração do curso inicial variou entre um e dois anos. Quanto ao perfil dos diretores pedagógicos, ambos são do sexo masculino, com idade compreendida entre os trinta e os quarenta anos. Nenhum deles recebeu formação específica para ser diretor pedagógico, tendo feito somente o curso de formação de professores, do qual constam disciplinas relacionadas com a gestão escolar.

O estudo procurou, através dos diversos instrumentos de recolha de dados, compreender a percepção dos professores e diretores pedagógicos no que respeita respeito às Jornadas Pedagógicas. Os participantes foram interrogados sobre a importância dessa atividade e os dados mostraram que os professores e os diretores pedagógicos afirmam a sua importância. Também quando foram questionados sobre o impacto das Jornadas Pedagógicas no desempenho do docente e, conseqüentemente, no aproveitamento dos alunos, os resultados mostraram- se muito favoráveis. Entretanto, embora as Jornadas Pedagógicas pareçam ser percebidas pelos participantes como algo que contribui para o seu desenvolvimento profissional, no que toca a perguntas relacionadas com a motivação e frequência de participação na atividade, os dados parecem mostrar uma certa incongruência.

Ao serem interrogados sobre a importância da atividade, entre os vinte e dois professores, apenas um disse que participa porque é obrigatório. Os demais vinte e um afirmaram participar por ser do seu interesse. No entanto, como pode ser visto no gráfico 1, embora reconheçam o valor das Jornadas, alguns professores responderam que participam “às vezes”, “quando podem”, o que leva a crer que não entendem esta atividade como uma prioridade.

Figura 1: Regularidade da participação nas Jornadas Pedagógicas.



Diante das perguntas: “Como avalia o nível de motivação dos professores em geral para participarem das Jornadas Pedagógicas? E qual é a sua motivação em particular?” as entrevistas realizadas com seis professores revelaram percepções antagônicas: para alguns a motivação é alta e para outros, baixa.

Na Escola A nenhuma resposta indicou “motivação alta”. Quando muito, média e maioritariamente baixa. Os dados indiciam um certo descontentamento por parte dos professores. Um dos entrevistados usou a expressão “peso” para se referir às Jornadas Pedagógicas.

Outro aspecto que o estudo procurou identificar diz respeito à opinião dos participantes sobre o impacto das Jornadas Pedagógicas no desempenho do professor, bem como no aproveitamento dos alunos. As respostas dos participantes, tanto através dos questionários, como das entrevistas, revelaram a crença de que a atividade contribui para o desenvolvimento profissional docente e aprendizagem do aluno

Contudo, apesar de um discurso tendencialmente positivo sobre as Jornadas e sobre os seus impactos nas aprendizagens dos alunos, os dados recolhidos mostram que o aproveitamento dos alunos das classes iniciais é baixo. Isso pode ser comprovado através dos dados encontrados no relatório denominado “Inquérito Sobre os Indicadores de Prestação de Serviços” (IPS), apresentado pelo Ministério da Educação em Moçambique, que apresenta uma perspectiva comparativa entre vários países africanos em relação ao aproveitamento do aluno no ensino básico.

Tabela 1. Índice de aproveitamento dos alunos comparados com outros países africanos.

Pontuação	Moçambique 2014	Quênia 2012	Uganda 2013	Nigéria 2013	Togo 2013
Pontuação 0-100 (língua e matemática)	24	71	53	45	45
Pontuação em língua	23	80	53	46	45
Pontuação em matemática	26	61	58	40	44

Assim sendo, não foi possível comprovar que as Jornadas Pedagógicas contribuam, efetivamente, para a melhoria das práticas docentes e, conseqüente, para a melhoria das aprendizagens dos alunos.

O estudo procurou avaliar, ainda, a opinião dos professores e dos diretores pedagógicos a respeito de outras duas vertentes: o nível de colaboração entre pares e a reflexão sobre a prática. Os resultados mostraram que, apesar de os sujeitos da investigação afirmarem que há colaboração, esta é de pouca intensidade, essencialmente circunscrita à planificação em conjunto.

No que se refere à reflexão sobre a prática, trata-se de um assunto que não surgiu espontaneamente durante a recolha de dados e durante as observações das Jornadas Pedagógicas. Para além disso, foi possível observar “Jornadas” que consistiram em reuniões de carácter muito informativo, sem qualquer atividade de cunho pedagógico.

Apesar de a maioria dos participantes afirmar que as Jornadas são eficazes para o seu desenvolvimento profissional, nem todos se encontram satisfeitos com as estratégias utilizadas. Diante da questão sobre a eficácia das estratégias utilizadas nas Jornadas Pedagógicas, os resultados mostraram que, apesar dos discursos elogiosos, um número bem expressivo de professores não está satisfeito com a estratégia das Jornadas Pedagógicas. Diante da pergunta sobre a satisfação ou não os resultados indicaram que na escola A, 10 professores se sentem satisfeitos, contra 5 insatisfeitos, enquanto na escola B a polarização é ainda maior: 4 satisfeitos e 3 insatisfeitos. No que tange a motivação para participar da atividade, os resultados indicaram desmotivação embora afirmassem em outro momento que participavam por ser do seu interesse.

Tabela 2: Nível de motivação dos docentes para participar das Jornadas Pedagógicas.

Nº. Participantes Questionário (22)	21	1
Professores	Importante. Vou pois é do meu interesse	Um disse: "vou porque é obrigatório"
Como você avalia o nível de motivação dos professores em geral para participarem das Jornadas Pedagógicas? E a sua motivação em particular?		
Motivação (Entrevistas)	Percepções antagónicas: para alguns a motivação é alta e para outros, baixa. Ex. Escola A nenhuma resposta indicou "motivação alta". Quando muito média e maioritariamente baixa, Dados indicam um certo descontentamento. Um dos participantes usou a expressão é um "Peso"	
O discurso nas entrevistas e GDF sublinham o valor das Jornadas Pedagógicas, a motivação é baixa.		

Finalmente, o último bloco de questionamentos que a pesquisa incluiu refere-se aos pontos positivos e negativos e as sugestões dos participantes para que as Jornadas Pedagógicas pudessem tornar-se mais eficazes. Os participantes sublinharam como pontos positivos da atividade a melhoria da ação pedagógica e o favorecimento de colaboração entre os docentes. Mas, por outro lado, elencaram como pontos negativos: a ausência de compensação financeira pela participação, a fraca participação, conteúdos e estratégias não adequados às necessidades, funcionamento durante a semana e em horário de aulas, e o tempo insuficiente alocado às Jornadas.

Em consonância com essas limitações mencionadas pelos participantes, foram indicadas várias sugestões para que as jornadas se tornassem mais eficazes, entre elas: que houvesse uma compensação financeira (como ocorria no início por ocasião da implantação das Jornadas Pedagógicas), que houvesse mais empenho dos professores, que fosse dedicado mais tempo à atividade, que os conteúdos tratados nas reuniões fossem mais contextualizados e adequados às necessidades da escola, que houvesse uma melhor seleção das estratégias utilizadas e, finalmente, que houvesse mais formação dos professores em relação às Jornadas Pedagógicas.

Portanto, parece ficar evidente que, apesar de um discurso tendencialmente positivo sobre as Jornadas Pedagógicas, os participantes ainda percebem muitas limitações, havendo margens significativas para a sua melhoria no que concerne aos seus impactos no desenvolvimento profissional do professor.

5 SÍNTESE INTERPRETATIVA E CONCLUSIVA

No final deste estudo podemos concluir que:

- Os modelos de formação contínua que prevalecem em Moçambique parecem aproximar-se mais de um Paradigma Tradicional de desenvolvimento profissional.
- Os participantes demonstram ter uma compreensão difusa dos conceitos de formação contínua e desenvolvimento profissional.
- Embora os resultados apontem para uma aparente satisfação com as Jornadas Pedagógicas, não foi possível identificar o impacto delas na melhoria do desempenho dos docentes, na melhoria no aproveitamento dos alunos e no desenvolvimento profissional docente.

Portanto, em termos de implicações para a prática, destacam-se cinco aspectos fundamentais que seria importante implementar:

- Aproximar os modelos de formação contínua em Moçambique de um paradigma mais centrado na reflexão-ação e na aprendizagem entre pares;
- Proceder a uma ressignificação dos conceitos de formação contínua e desenvolvimento profissional junto dos docentes;
- Resgatar a ideia da escola como sendo o local mais adequado para o desenvolvimento profissional docente;
- Promover a colaboração entre os docentes, com vista à criação de comunidades profissionais de aprendizagem e ao desenvolvimento profissional e organizacional;

- Criar estratégias de desenvolvimento profissional que fomentem a adoção de uma atitude reflexiva na e sobre a prática.

De forma mais concreta, este estudo aponta para a necessidade de uma reflexão-ação em três níveis: ao nível macro, que inclui o MINEDH, DPES e outros *policy makers* educacionais, ao nível meso, que é o das organizações escolares, e ao nível micro, que se refere à ação dos professores.

Ao nível Macro, parece ser recomendável:

- Continuar a apostar na formação inicial dos professores primários e valorizar a formação contínua, com vista ao desenvolvimento profissional;
- Melhorar os referenciais e práticas de avaliação das Jornadas Pedagógicas, de modo a ser possível avaliar os seus reais impactos na melhoria do ensino e das aprendizagens;
- Rever os cursos de formação inicial de professores, com vista ao aprofundamento de conceitos básicos, tais como, formação contínua e desenvolvimento profissional, pois são essenciais para o exercício da função docente.

Ao nível meso, das organizações escolares, recomenda-se:

- Repensar a forma de organização do trabalho dos docentes, libertando-os de tarefas pedagogicamente inconsequentes e alocando tempo específico no seu horário de trabalho para uma ação educativa colaborativa e reflexiva sistemática, que possa conduzir ao seu desenvolvimento profissional;
- Que o Diretor Pedagógico assuma um papel mais proativo quanto às Jornadas Pedagógicas, tornando-se um mobilizador interno de práticas colaborativas e reflexivas dentro do recinto escolar.

Ao nível Micro, da ação dos professores, é recomendável que estes:

- Assumam a responsabilidade pela sua autoformação. O professor precisa de ter uma postura de aprendiz, de agente da sua própria formação, e aprender através das suas dificuldades e erros cometidos no quotidiano escolar;
- Adotem modos de trabalho mais colaborativos e promotores de uma reflexão conjunta e sistemática na e sobre a prática, que permitam uma aprendizagem eficaz entre pares, conducente à melhoria das práticas pedagógicas e das aprendizagens dos alunos.

Finalmente, ao concluir este estudo, tornou-se evidente que a formação de professores é um tema muito rico, havendo várias possibilidades para o seu aprofundamento. Diante da relevância do assunto sugere-se que outras pesquisas sejam

levadas a cabo nessa direção, especialmente no que respeita à formação em exercício e ao desenvolvimento profissional do professor em outros níveis de ensino, bem como a relação desse tema com a cultura organizacional das escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. **Formação Reflexiva de Professores**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1996.

ALARCÃO, Isabel. & CANHA, Bernardo. **Supervisão e colaboração: uma relação para o desenvolvimento**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2013.

FÜHR, Regina Cândida. **A construção coletiva na escola como espaço de formação**. Curitiba, Brasil: Appris, 2015.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professor: para uma mudança educativa**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1999.

GOLIAS, Manoel. **Sistemas de ensino em Moçambique: passado e presente**. Maputo, Moçambique: Editora Escolar, 1993.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Plano Quinquenal do Governo moçambicano para (2015-2019)**. Disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo, Brasil: Cortez, 2009.

LIBÁNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola, teoria e prática**. 6.ed. São Paulo, Brasil: Heccus, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Estratégico da Educação e Cultura**. Relatório do sector da educação. Disponível em <http://www.mined.gov.mz/Pages/Home.aspx>. 2006. Acesso em: 11 jun. 2018.

NÓVOA, António. Concepções e práticas de formação contínua de professores, Em NÓVOA, António. (Coord.). **Formação Contínua de Professores: realidades e perspectivas**. Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro, pp. 15-38, 1991.

PRETORIUS, Fanie. Parcerias na Educação. In Lemmer, Eleonor (Ed.), **Educação Contemporânea: questões e tendências globais**. (132-151). Maputo, Moçambique: Texto Editora, 2006.

ROLDÃO, Maria do Céu. **Formar professores: os desafios da profissionalidade e o currículo**. Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro/ CIFOP, 2006.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre, Brasil: Artimed, 2000.

CAPÍTULO 2

IMPORTANCIA DE LA INVESTIGACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LOS ESTUDIANTES DEL ÁREA DE LA SALUD

Data de aceite: 08/05/2022

MSC. Alida Bella Vallejo-López

Cursando PhD

Doctorado en Ciencias de la Salud

Facultad de Medicina de la

Universidad del Zulia

República Bolivariana de Venezuela

Magister en Diseño Curricular

Licenciada en Imagenología

Universidad de Guayaquil

Facultad de Ciencias Médicas

Guayaquil- Ecuador

<https://orcid.org/0000-0001-7859-5268>

RESUMEN: La investigación es considerada una actividad orientada a la obtención de hallazgos significativos que aumentan el conocimiento humano y enriquecen la ciencia, gracias a ella el mundo ha cambiado generando progreso, calidad de vida, salud, innovación, de allí la importancia de fomentarla en todos los niveles educativos. El proceso de enseñanza aprendizaje en las Instituciones de Educación Superior está orientado por los docentes, quienes deben implementar las estrategias necesarias para mejorar la comprensión de los temas contemplados en

el silabo. El objetivo, es determinar de qué manera incide la investigación en la sociedad, por medio de análisis de artículos y datos relacionados al tema, para identificar las acciones que se deben realizar para impulsar el desarrollo de la actividad científica en la Educación Superior. En este proceso influyen varios factores que deben ser analizados. Para motivar a los estudiantes a realizar una investigación se debe fortalecer, la curiosidad y el interés impulsando también la responsabilidad y el compromiso social. Las Instituciones de educación superior deberían darle mayor protagonismo a la investigación e incluirla como un eje transversal a lo largo de todas las carreras.

PALABRAS CLAVE: Investigación. Docente. Estudiante. Educacion Superior.

IMPORTANCE OF RESEARCH IN HIGHER EDUCATION IN HEALTH AREA STUDENTS

ABSTRACT: Research is considered an activity aimed at obtaining significant findings that increase human knowledge and enrich science, thanks to this the world has changed generating progress, quality of life, health, innovation, hence the importance of promoting it at all educational levels. Teachers, who must implement the necessary strategies to improve the understanding of the topics covered in the syllable, guide the teaching-learning process in higher education institutions. The objective is to determine how research affects society,

through the analysis of articles and data related to the subject, to identify the actions that must be carried out to promote the development of scientific activity in Higher Education. Several factors influence this process that must be analyzed. To motivate students to carry out an investigation, curiosity and interest should be strengthened, also promoting social responsibility and commitment in various subjects. Higher education institutions should give greater importance to research and include it as a cross-cutting axis in all professional careers.

KEYWORDS: Student. Teacher. Research. Higher-Education.

1 INTRODUCCIÓN

La investigación a lo largo de la historia ha sido una herramienta que ha permitido cambiar la vida del hombre, partiendo de su curiosidad natural, generando nuevos conocimientos, en base lo que se han desarrollado inventos que han producido progreso, calidad de vida, salud, innovación, de allí la importancia de fomentarla en todos los niveles educativos.

La palabra investigar proviene del latín *investigare* derivado de *vestigium* que significa ir en busca de una pista. Universia México (2016) afirma que: La investigación es una cualidad inherente en el ser humano, dado que es la herramienta utilizada para la búsqueda del conocimiento y la verdad. Investigar significa buscar y descubrir, para poder elaborar nuevas teorías en distintas disciplinas o modificar las ya existentes. Pero esta habilidad, si bien ya existe en cada persona, debe ser desarrollada y la mejor manera para hacerlo es impulsarla desde la juventud, mediante la elaboración de trabajos académicos. Todos los seres humanos tienen la capacidad para investigar, pero no a todos les interesa.

La investigación es considerada una actividad orientada a la obtención de hallazgos significativos que aumentan el conocimiento humano y enriquecen la ciencia. Tiene la capacidad de favorecer el desarrollo de habilidades y el descubrimiento de nuevos hechos, de acuerdo con los avances en la técnica, la tecnología y el pensamiento (Bijarro, Francisco 2007).

Sin duda la ciencia es un tema de primordial importancia, para comprender el mundo que nos rodea y los complejos procesos que se producen en él. Se considera que tiene un papel estratégico en el desarrollo de una nación, tanto en el ámbito social, económico, académico y en el ámbito de la salud.

Las Universidades deben propiciar el interés de las y los investigadores por comunicar la ciencia, así como promover la participación de la ciudadanía en los procesos de gestión misma del conocimiento, sus aplicaciones, alcances, riesgos e incertidumbres; para ello debe fomentar la adquisición de nuevas habilidades en el personal investigador que faciliten los procesos de intercambio con públicos diversos. Este es un reto que

debemos asumir con sabiduría, comprendiendo que la ciencia que cuenta es la que se cuenta, no sólo a nuestros pares académicos, sino también a los diversos públicos que conforman la sociedad. (Castillo A, s/f.)

Las instituciones de educación superior, dentro de sus actividades ordinarias, incluyen la investigación, aun cuando la universidad sea más de docencia, pues no puede existir en la actualidad una universidad donde no se investigue. Las universidades deben tener incidencia, dejar huella en una región o país, más allá de los egresados, y una forma de hacerlo es a través de la investigación. (Mazuera Arias, R. 2016).

Los estudiantes, que ingresan a la Universidad y aspiran a obtener un título universitario deben desarrollar habilidades en investigación y para ello el docente debe promover la práctica de investigar en todos los estudiantes, especialmente en el área de la salud. Para realizar una investigación científica el estudiante tiene que aprender que, ésta se inicia con una idea nueva, se estructura como hipótesis, la cual se acepta o rechaza en función de los resultados y culmina con la publicación de los mismos (González Argotea Javier 1995).

El objetivo del presente artículo es determinar de qué manera incide la investigación en la sociedad, por medio de análisis de artículos y datos relacionados al tema, para identificar las acciones que se deben realizar para impulsar el desarrollo de la actividad científica en la Educación Superior.

2 DESARROLLO

La investigación tiene un rol importante en la educación superior, el mismo que debe asumirse con responsabilidad, disciplina y rigurosidad académica, para implementarla se necesita personal con el perfil idóneo requerido y la experticia propia de la actividad investigativa.

Todos los cambios generados en el mundo a lo largo de la historia están basados en la curiosidad del hombre, en el estudio y la investigación y han generado grandes cambios en el mundo.

Desarrollar competencias investigativas permite ampliar el campo de conocimiento. Para responder a los requerimientos de la educación superior del siglo XXI, se requieren transformaciones esenciales encaminadas a mejorar el modelo educativo-institucional con el fin de dar respuesta con eficacia y pertinencia a las exigencias de este nuevo contexto que evoluciona día a día en el mundo actual. (Gómez, J. ; Diéguez, P.; Gómez 2014).

Desde que Wilhelm Von Humboldt agregó al proceso universitario unidades de investigación, se incrementó el valor de la misión institucional de la Universidad, generar

nuevos conocimientos, para trascender y no seguir estancados en teorías consideradas como verdades absolutas (Deiters, H. 1960). En aquel momento la academia dio un paso adelante, para robustecer la educación, fortalecer el aprendizaje y dar más elementos para que los profesionales, fuera de su ejercicio como tal, crearan nuevos conocimientos con miras a solucionar problemas, generar desarrollo y progreso. Desde entonces la universidad, se potenció con un nuevo factor: hacer ciencia, generar nuevas sapiencias, aplicación de metodologías científicas, teorías, leyes etc.

La relación entre docencia e investigación desde la formación de las modernas universidades europeas durante el siglo XIX fue conceptuada de dos formas: la primera, la de la unidad entre docencia e investigación, fue la base de la tradición universitaria alemana; mientras que la segunda, la de la separación de ambos procesos, fue el fundamento de la universidad napoleónica (Medina, D. E. M., & Morales, N. A. 2014).

A partir de los precedentes que han marcado la evolución de las universidades, es propicio referirse al nuevo enfoque bajo el cual se empieza a entretelar de forma creciente y planificada la tercera misión universitaria (las otras dos son docencia e investigación): la cual consiste en promover que los nuevos conocimientos científicos, ideas creativas y tecnologías generadas en el seno de la universidad se pongan al servicio de la sociedad, se transformen en nuevos productos o servicios valiosos para el mercado y por tanto, generen riqueza y bienestar social (Molina, Ó. D. 2015).

Todos los países del primer mundo que apoyan a la investigación, ven los resultados reflejados en la mejora de su economía con procesos innovadores que permiten mejorar la calidad de vida de los ciudadanos, produciendo nuevos servicios, generando trabajo y riqueza, un claro ejemplo claro de esto fue cuando se empezó a utilizar la energía eléctrica, pues desde su descubrimiento hasta la actualidad, existen centrales en las que trabajan muchas personas, que benefician a todas las comunidades con este servicio, pero aunque hoy es algo normal y cotidiano, en los primeros años se realizaron muchas horas de investigación que han dado sus frutos. Se podrían mencionar miles de investigaciones que han generado un mundo actual lleno de comodidades y tecnologías que han cambiado el mundo. Pasando por el avión, los teléfonos celulares, la creación del microscopio, las vacunas, los rayos X, la descomposición del átomo, el estudio del ADN y la creación de muchas nuevas áreas académicas para conocer cada vez más diversos temas, de hecho nada sería igual en la actualidad si no se hubiera investigado.

En el área de la salud, la carrera de Medicina y sus carreras afines, tienen la obligación de conocer temas pertinentes al área, por lo tanto, la enseñanza debe ser planteada considerando los contenidos más relevantes y la investigación debe ser el componente que

complemente ese aprendizaje. El estudiante no debiera ser un banco de datos, sino un ser inquieto, capaz de cuestionar y resolver problemas (Norero V., Colomba. 2000).

En la Facultad de Ciencias Médicas de la Universidad de Guayaquil cada semestre ingresan estudiantes que desconocen la importancia de investigar durante el proceso de enseñanza-aprendizaje y su incidencia en su desarrollo académico. En tanto que, en el desempeño de trabajo docente generalmente existe la visión que el aprendizaje debe ser considerado solo desde una visión disciplinar y en muchas ocasiones se deja de lado el aprendizaje integral que incluye investigar para fortalecer el conocimiento de las personas.

En el nuevo contexto de la educación; el docente debe impulsar la práctica de la investigación ya que la mejor forma de aprender es la experiencia, no basta conocer fórmulas, la experiencia hará al investigador, mientras no se cuente con este recorrido, tan solo seguirá siendo un docente repetidor de las experiencias de otros. “Por eso, el profesor de universidad no es un maestro, ni el estudiante un educando, sino alguien que investiga por sí mismo, guiado y orientado por el profesor. (Juárez R. Alejandro 2011).

En la investigación científica el estudiante tiene que aprender que esta se inicia con una idea nueva, se estructura como hipótesis, la cual se acepta o rechaza en función de los resultados y culmina con la publicación de los resultados. Debe darse una profunda transformación en el proceso de enseñanza aprendizaje educación científica, en cuanto a qué se debe enseñar, a quiénes y cómo se debería enseñar. Se deben pensar en nuevas propuestas curriculares, en una formación de educadores de ciencias transformadora, y reconocer que la educación científica debe ampliar sus fronteras y tender puentes entre lo que pasa en las aulas, con los escenarios no formales, los clubes de ciencias, museos y espacios de ciencias (González A et al 2016).

El desarrollo de la actividad científica de las Instituciones de Educación Superior debe orientar investigaciones con pertinencia a los cambios impuestos por el desarrollo científico, tecnológico y de innovación con responsabilidad social. De forma general se puede definir responsabilidad Social como la contribución activa y voluntaria al mejoramiento social, económico y ambiental por parte de las empresas generalmente con el objetivo de mejorar su situación competitiva y valorativa y su valor añadido Dr. D. Óscar J. González. 2010.

La formación de investigadores en educación en América Latina se encuentra precedida por el desarrollo de los campos disciplinarios que abordan a la educación como su objeto de estudio y por la presencia de modelos educativos neoliberales. Por lo tanto, también el estado actual de la investigación educativa en nuestros países se encuentra

influido por las formas en que las diferentes disciplinas científicas, incluidas las llamadas ciencias de la educación, han logrado un nivel de consolidación teórica y metodológica en la búsqueda de encontrar soluciones a los problemas educativos. Además, la producción del conocimiento educativo tiene que enfrentar los desafíos de los grandes cambios en la ciencia, la técnica y la sociedad. (Rincón, C 2011).

3 MATERIAL Y METODO

En el presente trabajo utiliza fuentes de consulta Revistas especializadas como Latindex, Scielo, Redalyc, y artículos de revisión, se revisaron 80 artículos de los cuales se escogieron 16 por estar acordes con el presente trabajo.

4 RESULTADOS

Es la universidad el lugar más indicado para fomentar la actividad científica, ya que posibilita que el claustro se mantenga en contacto con el flujo internacional de conocimiento, a través de los procesos de internacionalización. Esa vía permite enriquecer los sistemas productivos, obtener información actualizada y atraer recursos financieros, así como establecer proyectos científicos de mayor riesgo y retorno potencial (Norero V., Colomba 2000).

Las actividades rutinarias de clase se pueden enriquecer con actividades que involucren a los estudiantes, es un valor agregado a la preparación académica establecida. Se necesita mejorar nuestras estrategias y políticas de formación, investigación, innovación, gestión y financiación, eliminando barreras y prejuicios ideológicos, aprovechando las experiencias de éxito y las oportunidades que ofrece en las nuevas tecnologías (Para Rodríguez Ignacio 2012).

Entre las múltiples actividades que se pueden realizar están varias estrategias como el aprendizaje basado en problemas, ABP o El aprendizaje basado en la investigación ABI, los mismos que se pueden aplicar en forma grupal para que haya mayor participación con aportes de cada integrante. El Aprendizaje Basado en Investigación (ABI) consiste en la aplicación de estrategias de enseñanza y aprendizaje que tienen como propósito conectar la investigación con la enseñanza, las cuales permiten la incorporación parcial o total del estudiante en una investigación basada en métodos científicos, bajo la supervisión del profesor. Hace referencia al diseño del programa académico donde los estudiantes requieren hacer conexiones intelectuales y prácticas entre el contenido y habilidades declarados en el programa, los enfoques de investigación y las fronteras de las disciplinas que lo componen (Tecnológico de Monterrey, 2014).

La motivación es un factor determinante para investigar involucra indagar para descubrir, analizar, examinar información, hechos, evidencia, detalles de un tema, utilizando procedimientos y sistemas adecuados.

En el artículo Investigación e Innovación Educativa se menciona; las reflexiones de Ernest Boyer en las que plantea; es inútil hablar de mejorar la calidad de la enseñanza si no se reconocen los esfuerzos de tantos profesores por mejorar esa calidad; si lo que cuenta es la investigación y no el esfuerzo y el tiempo, que supone conseguir que los alumnos aprendan, no es fácil motivar a los profesores para mejorar sus prácticas docentes y pensar en posibles y con frecuencia necesarias innovaciones. El mensaje alude que además de reconocer al docente por ser un investigador, también se debe dar el tiempo para complementarlo con las actividades docentes cotidianas, pues esta es la mejor manera de aprender para los estudiantes, para potenciar las habilidades en investigación (Morales, P. 2010).

En el ámbito de la comunidad educativa universitaria, siempre será productivo el trabajo de investigación, para todos los involucrados, y sería mucho más efectivo si se implementara en los currículos, a lo largo de todas las carreras universitarias. Es urgente, entonces, promover la investigación como recurso para la producción autónoma de conocimientos, lo cual depende no sólo de la creación de experticias y aprendizajes individuales y grupales, sino también de la eficiente gestión y organización de los procesos investigativos (Padrón, J. 2007).

La ciencia va de la mano con la investigación y la tendencia actual del mundo es llevar adelante investigación que sea de utilidad pública, más todavía cuando se trata de investigación en biomedicina. Las instituciones deben apoyar no solo la formación académica teórica, sino el entrenamiento en los puntales de la investigación como son los conceptos de las ciencias básicas y la estadística, mecanismo mediante el cual se presenta o se establece la relevancia de un estudio médico o científico, sin importar el área en que se lo ha desarrollado.(Ruiz Juan Carlos, M. (s.f.)).

La realidad en los países en vías de desarrollo como el Ecuador, mas allá de los esfuerzos y el trabajo realizado, es que aún queda una tarea pendiente, pues los esfuerzos aislados, no dan los frutos deseados, posiblemente porque falta unificarlos y coordinar un proceso articulando, partiendo de ideas, propuestas, financiamiento, apoyo, socializando la información y haciendo más accesibles las vías para concretar proyectos, sin desmerecer las intenciones de iniciativa de todos los grupos que pretendan involucrarse en la ciencia y la innovación, Recordando que el progreso, la tecnología, la sociedad, la historia, la cultura, la economía, la educación, la salud y la calidad de vida de las personas están involucrados de forma directa o indirecta con la investigación.

5 CONCLUSIONES

La educación del nuevo siglo debe formar profesionales e investigadores probos competentes. La investigación es una herramienta muy importante que proporciona nuevos conocimientos y genera nuevas interrogantes, constituye una parte integral del proceso de formación de los profesionales en un país.

Las Instituciones de Educación Superior tienen la misión de generar cambios necesarios. A través de múltiples estrategias y técnicas que permitan motivar a los estudiantes hacia la investigación, para impulsar el crecimiento académico, en el proceso de enseñanza aprendizaje. El impulso que se debe dar a la investigación debe iniciarse con profundas modificaciones en los currículos de todas las carreras profesionales.

6 REFLEXION FINAL

La investigación en el nuevo contexto educativo es un factor que debe ser considerado en todas las Instituciones de Educación Superior, para fortalecer el aprendizaje de los futuros profesionales, con miras a solucionar problemas de la sociedad y generar desarrollo y progreso en el mundo.

BIBLIOGRAFÍA

Bijarro, Francisco (2007): "Desarrollo estratégico para la investigación científica", Cancún, <www.eumed.net/libros-gratis/2007c/306/306.zip> [15/08/2016].

Castillo Vargas Andrés Dr. Importancia de la divulgación en la comunicación científica académica Instituto de Investigaciones Psicológicas Escuela de Psicología Universidad de Costa Rica http://www.ebci.ucr.ac.cr/sites/default/files/descargables/castillo_vargas_andres_importancia_de_la_divulgacion_en_la_comunicacion_cientifica_academica.pdf

González Argotea Javier, Alexis Alejandro García-Rivero B y Alberto Juan Dorta-Contreras Artículo Original Producción Científica Estudiantil en Revistas Médicas Cubanas 1995-2014. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Medicina Disponible en Internet 2 de marzo de 2016 Inv Ed. Med. 2016; 5 (19):155--163 file:///C:/Users/uf/Downloads/s2007505716000247S300es.pdf

GOMEZ, J. ; DIEGUEZ, P.; GOMEZ 2014 Motivando el interés por la investigación científica en estudiantes de educación media superior Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación D ISBN: 978-84-7666-210-6 – Artículo 353 Buenos Aires Argentina Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. México. file:///C:/Users/uf/Downloads/353.pdf

Mazuera Arias, Rina, La investigación y las revistas científicas. Revista Virtual Universidad Católica del Norte [en línea] 2016, (Febrero-Mayo): [Fecha de consulta: 8 de agosto de 2019] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=194244221001>> ISSN 0124-5821

Medina, D. E. M., & Morales, N. A. (2014). Importancia del cambio generacional para el desarrollo de la ciencia y la tecnología en México. *Hitos de ciencias económico administrativas*, (50), 35-40.

Molina, Ó. D. (2015). La transferencia de conocimiento científico y tecnológico: un reto que deben afrontar las universidades. *Portal de la Ciencia*, 8, 9-15.

Morales, P. (2010). INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN EDUCATIVA. REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, 8 (2), 47-73. <https://www.redalyc.org/pdf/551/55114080004.pdf>

Padrón, J. 2007. Tendencias Epistemológicas de la Investigación Científica en el Siglo XXI Cinta de Moebio 28: 1-28 www.moebio.uchile.cl/28/padron.html <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/moebio/28/padron.pdf>

Norero V., Colomba. (2000). Medicina y ciencia: una relación indispensable. Revista chilena de pediatría, 71(2), 81-82. <https://dx.doi.org/10.4067/S0370-41062000000200001> https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-41062000000200001

Rincón Ramírez Carlos LA FORMACIÓN DE INVESTIGADORES EN EDUCACIÓN: RETOS Y PERSPECTIVAS PARA AMÉRICA LATINA EN EL SIGLO XXI Universidad Autónoma de Chiapas, Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653) México file:///C:/Users/uf/Downloads/595Rincon.pdf

Ignacio Para Rodríguez-Santana El Modelo de Futuro de Gestión de la Salud, Propuestas Para Un Debate Editorial Visión Libros, 2012.

http://sitios.itesm.mx/va/dide2/tecnicas_didacticas/abi/qes.htm

Ruiz Juan Carlos, M. (s.f.). LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA EN EL ECUADOR. Medicina Critica, II(2). Obtenido de http://www.medicosecuador.com/medicina_critica/rev_vol2_num2/la_investigaciona.html

Tecnológico de Monterrey, 2014 http://sitios.itesm.mx/va/diie/tecnicasdidacticas/7_1.htm

Universia México. (2016). La importancia de la investigación en las tareas universitarias. Recuperado de <https://noticias.universia.net.mx/cultura/noticia/2016/11/04/1145206/importancia-investigacion-tareas-universitarias.html>

CAPÍTULO 3

PROYECTO WEB DIGITAL PARA POTENCIAR EL APRENDIZAJE DE LOS ALUMNOS, BASADO EN UNA COMUNIDAD VIRTUAL DE APRENDIZAJE (CVA)

Data de submissão: 14/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Moisés Ramón Villa Fajardo

UCEMICH

Departamento Maestría en

Ciencias de la Educación

México

ORCID: 0000-0001-5051-4534

Agustina Ortiz Soriano

UCEMICH

Departamento de Maestría en

Ciencias de la Educación

México

<https://orcid.org/0000-0001-6562-3258>

Karla Fabiola Barajas Pérez

UCEMICH

Administración

México

<https://orcid.org/0000-0003-0918-0071>

RESUMEN: Esta investigación muestra el proceso de establecimiento de una comunidad virtual de aprendizaje, respetando la filosofía del manejo de software libre para usos educativos. Esta comunidad pretende revisar y estudiar el concepto de comunidad virtual de aprendizaje. Analizar las posibilidades que ésta ofrece en ambientes, actividades

de colaboración y cooperación hacia los estudiantes, en los procesos educativos o de formación y enriquecimiento de los estudiantes de La Universidad de La Ciénega del Estado de Michoacán de Ocampo (UCEMICH). Para la creación de la comunidad es necesario revisar los contenidos de la trayectoria en innovación educativa como base para la propuesta de temas generales que los alumnos requieren para nivelar sus conocimientos sobre aquellos recursos digitales de información disponibles en la web 2.0. Este estudio se centra en la creación y proyección de una comunidad virtual de aprendizaje derivada de las problemáticas que deja la brecha digital ante la COVID-19, en el manejo de la información de los estudiantes de la Región Ciénega de Chapala. Dentro del sitio se ofrecen una serie de herramientas que permitirán a la comunidad conocer los recursos digitales que potencialicen su desempeño académico.

PALABRAS CLAVE: Educación. Comunidad Virtual de Aprendizaje. Aprendizaje Colaborativo.

DIGITAL WEB PROJECT TO ENHANCE STUDENT LEARNING, BASED ON A VIRTUAL LEARNING COMMUNITY (VLC)

ABSTRACT: This investigation shows the process of establishing a virtual learning community, respecting the philosophy of free software management for educational uses. This community aims to review and study the concept of virtual learning community.

Analyze the possibilities that it offers in environments and activities of collaboration and cooperation with students, in the educational processes or training and enrichment of students at the Universidad de La Ciénega del Estado de Michoacán de Ocampo. For the creation of the community it is necessary to review the contents of the trajectory in educational innovation as a basis for the proposal of general contents that students require to level their knowledge about those digital information resources available on the web 2.0. This study focuses on the creation and projection of a virtual learning community derived from the problems left by the digital gap before the COVID-19, in the management of information of the students of the Chapala ciénega region, within the site a series of tools are offered that will allow the community to know the digital resources that potentiate their academic performance.

KEYWORDS: Education. Virtual Learning Community (VLC). Collaborative learning.

1 INTRODUCCIÓN

En los últimos meses, la dinámica del conocimiento se ha centrado en el área digital, siguiendo a Benvenuto (2003) “la sociedad ha sido impactada por las tecnologías de la información y comunicación (TIC), cada vez tiende más a fundarse en el conocimiento, razón por la cual la educación superior y la investigación forman parte fundamental del desarrollo cultural” (p. 110).

El uso de las TIC se ha incrementado aceleradamente en los últimos años. La incursión de estas en diferentes ámbitos de acción del ser humano, son una realidad constante, por consiguiente, el conocimiento y manejo, se ha convertido en un requisito deseable para todo alumno universitario, no obstante, existe evidencia basada en la investigación en relación con la falta de uso de las TIC. Las causas pueden ser múltiple, por ello es de suma importancia fomentar el buen uso de las TIC en los alumnos universitarios.

Tal como lo expresa Galindo (2000):

El mundo cambia para continuar, muchas novedades necesitan ser exploradas para su evaluación; otras se incorporan a la vida social casi al momento en que aparecen, tal es su utilidad manifiesta. El ciberespacio es una nueva dimensión del mundo, en él se ponen en escena viejos hábitos y prácticas, pero también van apareciendo nuevas formas de vivir y convivir. (p. 93)

De acuerdo con Koper (2009) las redes de aprendizaje son entornos de aprendizaje en línea que ayudan a los participantes a desarrollar sus competencias colaborando y compartiendo información. En este sentido, las redes de aprendizaje están diseñadas para tratar de enriquecer la experiencia de aprendizaje en los contextos de educación no formal. (p. 56)

La encuesta ENDUTIH (2019) indica que Michoacán pasó de tener un 59% de la población con acceso a internet a un 69%, ya fuera mediante banda ancha o regular, con conexión fija desde su hogar o mediante un paquete de datos vía celular.

Sin embargo, el tema de los hogares con una conexión ininterrumpida no ha tenido un aumento tan notable, y estos últimos tres años apenas se ha movido de un 44 a 47%. De un total de 1.2 millones de viviendas en Michoacán, se calcula que poco más de 564 mil contaría con su propia conexión a la red digital.

Como señala (Fernández, 2005, como se citó en Gairín, 2006):

Las comunidades virtuales de aprendizaje existen gracias a las grandes posibilidades de socialización y de intercambio personal que proporcionan las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) y la existencia de Internet. El ciberespacio se ha convertido en el territorio de las CVA, un territorio que no es geográfico sino electrónico. (p. 50)

Para Coll (2004), las comunidades virtuales de aprendizaje son grupos de personas o instituciones conectadas a través de la red que tienen como foco un determinado contenido en la tarea del aprendizaje. Las CVA se caracterizan por la existencia de una comunidad de intereses y por el uso de las TIC en una doble vertiente: como instrumento para facilitar el intercambio y la comunicación entre sus miembros y como instrumento para promover el aprendizaje.

Esta investigación surge a partir de la investigación denominada “El empoderamiento que tienen las mujeres en las TIC”, dicho proyecto fue llevado a cabo dentro de la comunidad universitaria de la UCEMICH, para dar a conocer las condiciones en que las mujeres tienen acceso a las TIC, en el mismo se propone la creación de: A). Plataforma digital para contribuir en el aprendizaje. B). Asesorías entre pares como parte del Programa Institucional de Tutorías (PIT) para el uso y acceso de TIC, fortaleciendo así su formación académica; Es preciso enfatizar que dicha investigación fue aceptada para su publicación dentro de la revista “La construcción de la paz en la escuela: Múltiples miradas desde la investigación, las intervenciones y las políticas públicas”; así mismo fue presentado en el VIII Congreso Mundial sobre Violencia en la Escuela y presentado en el Programa Delfín en su XXV Convocatoria, mismo que ha tenido una buena aceptación.

Con lo anterior se hace notar la importancia de contar con una plataforma de aprendizaje, que apoye en la enseñanza y esparcimiento, de los estudiantes universitarios.

2 APARTADOS DE LA COMUNIDAD VIRTUAL DE APRENDIZAJE

Dentro de la Comunidad virtual de aprendizaje www.cva.ucemich.mx se cuenta con los siguientes apartados:

Inicio: este sitio está compuesto por un slider donde se muestran las imágenes de cada uno de los apartados, el objetivo de la comunidad virtual, su misión y visión, servicios que se ofertan y se encuentran activos, así como los derechos de autor del creador del sitio web.

Acerca de: en este apartado se da una introducción del porque está creado el sitio web, así como la imagen del creador y algunas consideraciones que son útiles dentro de la navegación del sitio web.

Buscadores académicos: se cuenta con un catálogo con los buscadores académicos utilizados dentro de la educación universitaria de UCEMICH, el mismo espacio se configuró dando una descripción de los buscadores, un video tutorial y acceso al sitio web oficial.

- **Google académico:** Es un sitio que permite buscar información especializada proveniente de diversas disciplinas y fuentes en formatos diversos como tesis, libros, resúmenes y/o artículos. Además, permite visualizar las referencias bibliográficas de los textos o revisar quién cita el artículo para llevar el seguimiento y rastrear las citas relacionadas.
- **WorldWideSciende.org:** Es un sitio compuesto de bases de datos y portales científicos nacionales e internacionales que buscan acelerar el descubrimiento y progreso científico a través de la búsqueda de contenido en todo el mundo. Posee una plataforma multilinguaje de búsqueda en tiempo real en la que el usuario puede introducir una consulta en determinado lenguaje y la consulta es traducida y enviada a cada uno de los portales y bases de datos de World Wide Science.
- **ERIC:** El Centro de información de recursos educativos, ERIC (Education Resources Information Center) del Instituto de Ciencias de la Educación es una enorme base de datos creada en el año de 1964 por el gobierno de los Estados Unidos para albergar recursos, documentos, artículos y bibliografía especializada de diversos sitios y revistas. También cuenta con la opción de búsqueda avanzada y la posibilidad de enviar nuestros artículos para que puedan ser indexados en la base de datos.
- **Science.gov:** Es la versión en español del portal Science.gov para la búsqueda de información científica e investigación del gobierno de los Estados Unidos de América. Puede indexar más de 60 bases de datos y 200 millones de páginas con información científica para mostrar los resultados por subtemas, autores o fechas.
- **Refseek:** Es un motor de búsqueda para estudiantes o investigadores que busca la información requerida en más de mil millones de documentos, incluyendo páginas web, libros, enciclopedias, revistas y periódicos.

Bibliotecas digitales: se cuenta con bibliotecas de acceso libre que promuevan la consulta de la literatura científica donde encontramos las siguientes:

- **Europeana:** Acceso a más de 50 millones de archivos digitalizados – libros, música, material gráfico, etc.– y cuenta con sofisticadas herramientas de búsqueda y filtrado para ayudarte a encontrar lo que buscas.
- **Biblioteca Digital UNESCO:** Proporciona acceso a publicaciones, documentos y otros materiales producidos por la UNESCO o pertenecientes a las áreas de competencia.
- **Directory of open Access Books:** Servicio de descubrimiento que indexa y permite acceder a libros académicos de acceso abierto revisados por pares y ayuda a los usuarios a encontrar editores de libros.
- **Doabooks libros open access UNAM:** Una plataforma que integra el catálogo de los libros electrónicos que las entidades académicas y dependencias universitarias publican y distribuyen de forma libre y gratuita.
- **Open Textbooks Library:** Los libros de texto abiertos tienen licencia de los autores y editores para ser utilizados y adaptados libremente. Es posible descárgalos y editarlos sin costo alguno.
- **Perseus Digital Library:** Estudios clásicos de la historia, la literatura y la cultura del mundo grecorromano.

Revistas open access: este sitio es creado con la intención de acceder de una manera libre a la información electrónica y científica estructurado de la siguiente manera:

- **Elsevier Open Access revista:** Artículos de las revistas de acceso abierto publicados por Elsevier.
- **Springer Nature:** Editorial comprometida con la investigación abierta y publica revistas de investigación científica, libros y capítulos de acceso abierto bajo sus sellos editoriales Springer, Palgrave Macmillan y Apress.
- **Oxford Universidad Press Open Access:** Publicaciones académicas en Oxford University Press.
- **Cambridge University Press Open Access:** Información académica y de investigación. Con más de 1,6 millones de artículos de revistas y más de 36.000 libros.

Dinámicas grupales: en el mismo de muestra la incorporación de las herramientas utilizadas en la gamificación, ya que ayudan a comprender la conducta que presentan las personas y se encuentra estructurado de la siguiente manera.

- **Mentimeter:** Es una poderosísima herramienta web online que nos sirve para hacer preguntas, encuestas y juegos a una audiencia. La aplicación permite lanzar diferentes formatos de participación para el alumno.

- **Kahoot:** Es el nombre que recibe este servicio web de educación social y gamificada, es decir, que se comporta como un juego, recompensando a quienes progresan en las respuestas con una mayor puntuación que les catapulta a lo más alto del ranking. Cualquier persona puede crear un tablero de juego, ¡aquí llamado “un Kahoot!” de modo que, si quieres, puedes crear un test sobre los tipos de triángulos, los distintos cuerpos celestes o sobre las normas de circulación. No hay limitaciones siempre y cuando se encuadre en uno de los cuatro tipos de aplicaciones disponibles hoy en día.

Organizadores digitales: en este apartado se encuentran los principales organizadores digitales de información con acceso libre para el manejo de información y se encuentran estructurados de la siguiente manera:

- **Geneally:** Es una herramienta en línea para crear todo tipo de contenidos visuales e interactivos de manera fácil y rápida, de uso individual o en equipo.
- **Canva:** Canva es una web de diseño gráfico y composición de imágenes para la comunicación fundada en 2012, y que ofrece herramientas online para crear tus propios diseños, tanto si son para ocio como si son profesionales.
- **Edpuzzle:** Es una aplicación web gratuita y adecuada a fines educativos dado que permite, con una operatoria simple e intuitiva, sea crear cuestionarios de evaluación del visionado o intercalar notas de audio como producir un “doblaje” completo del video.
- **Lucidchart:** Es la aplicación de diagramación inteligente que reúne a los equipos para que tomen mejores decisiones y construyan el futuro.
- **Piktochart:** Piktochart es una aplicación de infografía basada en la web que permite a los usuarios sin experiencia intensiva como diseñadores gráficos crear fácilmente infografías y visuales utilizando plantillas temáticas.
- **Creately:** Creately es una herramienta de colaboración visual SaaS con capacidades de diagramación y diseño diseñada por Cinergix. Creately tiene dos versiones: una edición en la nube en línea y una edición fuera de línea descargable para escritorio que es compatible con Windows, Mac y Linux.

Catálogo de servicios digitales: en este sitio se manejan los servicios digitales con los que cuenta la UCEMICH para el acceso de la comunidad estudiantil, descritos a continuación:

- **SIIAA:** Sistema Integral de Información Académica y Administrativa, los alumnos y profesores interactúan con las asistencias, calificaciones, materias, etc.

- **Plataforma educativa:** Esta plataforma está creada en moodle es donde los alumnos suben su carpeta de evidencias.

3 RESULTADOS

Se creó un sitio web desde el cual la comunidad universitaria puede apoyarse en la realización de distintas actividades tales como:

- Búsqueda y gestión de la información
- Gestión de aprendizajes
- Dinámicas grupales
- Organizadores digitales
- Catálogo de servicios

A partir de la publicación en open access de la página, se tuvo un tráfico constante de visitantes, lo que permitió un mayor uso de las plataformas institucionales, esto verificándose y validándose por la cantidad de correos y asesorías que recibían los encargados de las plataformas, debido a que los estudiantes universitarios desconocían como navegar en ellas, lo que arrojó resultados favorables en su desempeño académico virtual.

4 CONCLUSIONES

Las comunidades virtuales son espacios en internet dedicados a facilitar herramientas que permitan a la comunidad universitaria de La UCEMICH conocer los recursos digitales de información que potencialicen el desempeño dentro de la trayectoria estudiantil. De esta manera los estudiantes de esta comunidad pueden interactuar con la información y apoyarse en la realización de sus trabajos académicos.

A través de los procesos diarios dentro de la universidad, se genera una gran cantidad de conocimiento, haciendo que en muchos casos sea utilizado para otros fines o la información no se documenta ni se almacena en algún lugar organizado, quedando a la deriva, por ello en esta comunidad se concluye que las herramientas utilizadas le darán el espacio y portafolio de evidencia en su andar estudiantil.

El trabajo a futuro que se espera dentro de la comunidad virtual es recabar datos sobre el uso de datos de la comunidad para posteriormente ofrecer información sobre temas relevantes y de interés de la comunidad.

BIBLIOGRAFÍA

Benvenuto, V (2003). Las tecnologías de información y Comunicaciones (TIC) en la docencia universitaria. *Theoria ciencia, artes y humanidades*, 12 (1), 109-118.

Fernández, L. A. (2005). «Comunidades virtuales». En: VECAM-CMIC: Palabras en juego: enfoques multiculturales sobre la sociedad de la información. Carrefour Mundial de l'Internet Citoyen (CIMC).

Galindo, J (2000). Construcción de una comunidad virtual. signo y pensamiento, 36 (XIX), 93-102.

Koper, R. (2009). *Learning Network Services for Professional Development*. Berlin: springer.

Secretaría de Comunicaciones y Transportes. (2020). *Gobierno de México*. Recuperado el 25 de Febrero de 2021, de <https://www.gob.mx/sct/articulos/cuantos-usuarios-de-internet-somos-en-mexico>.

CAPÍTULO 4

CARACTERIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA DE LOS JÓVENES BACHILLERES DEL CANTÓN ESMERALDAS¹

Data de submissão: 10/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Jenny Cristina Cervantes Intriago

Pontificia Universidad Católica del Ecuador
sede Esmeraldas
Esmeraldas -Ecuador
<https://orcid.org/0000-0003-4236-2571>

Joyce Oriana Arboleda Orejuela

Pontificia Universidad Católica del Ecuador
sede Esmeraldas
Esmeraldas -Ecuador
<https://orcid.org/0000-0003-1043-3662>

Verónica Elizabeth Aguilar Quiñónez

Pontificia Universidad Católica del Ecuador
sede Esmeraldas
Esmeraldas -Ecuador
<https://orcid.org/0000-0002-6870-6953>

RESUMEN: La presente investigación tuvo como objetivo caracterizar las capacidades financieras de los jóvenes bachilleres del cantón Esmeraldas. Tuvo un enfoque

¹ Los resultados de esta investigación fueron presentados como ponencia en el X CONGRESO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN E INNOVACION CON MENCION EN CIENCIAS ADMINISTRATIVAS - CIENCIAS DE LA EDUCACION - CIENCIAS SOCIALES Y CIENCIAS DE LA SALUD publicado en el libro resumen del evento. ISBN: 978-9942-802-80-4, noviembre 2020.

cuantitativo con un alcance descriptivo y un diseño no experimental transeccional. La técnica empleada fue la encuesta la misma que se aplicó a 526 jóvenes de entre 16 y 19 años de varias instituciones educativas del cantón. Los resultados obtenidos demostraron que entre el 70% y 90% de los jóvenes bachilleres dominan los razonamientos lógicos matemáticos, el 83% indicó ahorrar para el corto plazo, alrededor del 70% consideran estar preparados para tomar decisiones financieras en un futuro, pero no están interesados por el momento en aprender a manejar sus finanzas pues hasta ahora esa responsabilidad es de sus padres u otros familiares. Se concluye que los jóvenes necesitan programas y proyectos en el sistema educativo con la finalidad de ayudar a mejorar sus conocimientos, comportamientos y aptitudes para el correcto manejo de sus finanzas y para fomentar hábitos de ahorro.

PALABRAS CLAVE: Educación financiera. Conocimientos financieros. Jóvenes bachilleres. Esmeraldas.

CHARACTERIZATION OF THE FINANCIAL EDUCATION OF THE YOUNG HIGH SCHOOLS OF THE ESMERALDAS CANTON

ABSTRACT: The objective of this research was to characterize the financial capacities of young high school graduates in the Esmeraldas canton. It had a quantitative approach with a descriptive scope and a non-experimental cross-sectional design. The technique used

was the survey that was applied to 526 young people between 16 and 19 years of age from various educational institutions in the canton. The results obtained showed that between 70% and 90% of young high school graduates master logical mathematical reasoning, 83% indicated saving for the short term, around 70% consider they are prepared to make financial decisions in the future and are not interested in learning how to manage their finances because until now that responsibility falls to their parents or other relatives. It is concluded that young people need programs and projects in the educational system in order to help improve their knowledge, behaviors and skills for the proper management of their finances and to encourage savings habits.

KEYWORDS: Financial education. Financial knowledge. Young high school graduates. Esmeraldas.

1 INTRODUCCIÓN

La Organización para la Cooperación y el Desarrollo (OCDE, 2012) define a la educación financiera como el conjunto de aptitudes, habilidades, conocimientos financieros, entre otros determinantes que permiten a las personas la correcta toma de decisiones a nivel financiero durante las diferentes etapas de su vida, al igual que la correcta utilización de servicios y productos financieros. Para el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF, 2013) el objetivo principal de la educación financiera es fomentar en los niños y jóvenes el conocimiento de las finanzas personales, a fin de que los mismos puedan planificar su futuro, por lo cual es importante iniciar de manera temprana en niños y jóvenes con este proceso de tal forma que cuenten con las herramientas necesarias que les permitan tomar decisiones correctas sobre el uso del dinero, contribuyendo a combatir el sobreendeudamiento futuro (Bustos, 2015).

Es por ello, que existen iniciativas y programas como el denominado “Aflatoun International” que es un programa que ha sido aplicado en varios países entre ellos Argentina, Ecuador, Colombia y Chile, que busca generar un impacto positivo en niños y jóvenes, e inculca en ellos el hábito del ahorro, el empoderamiento financiero, así como el gasto el dinero responsablemente y la inversión (Cuvi, 2015). Según Zapata, et al. (2016) la aceptación de productos y servicios financieros sin la adecuada información por parte de los individuos ha provocado a nivel mundial que no mejore el bienestar social, al igual que genera poca capacidad de ahorro y no contribuye al desarrollo económico del país; afianzando de tal manera una cultura de consumo y malas decisiones financieras y más si consideramos que cada vez hay más jóvenes que están teniendo acceso a los servicios financieros desde temprana edad.

En Ecuador mediante una encuesta desarrollada por la OCDE se revela que los ciudadanos poseen un alto nivel de conocimiento en cuanto a los productos y servicios

financieros, pero no los suelen utilizar constantemente (Mejía et al, 2015) mientras que en la ciudad de Esmeraldas no se ha podido encontrar estudios acordes a la temática, por esta razón se levantó información para caracterizar la educación financiera de los estudiantes bachilleres esmeraldeños, cuáles son los comportamientos que adoptan y las aptitudes que emplean estos jóvenes en cuanto al dinero.

Se piensa que los resultados conseguidos en esta investigación podría ayudar a las autoridades de las instituciones educativas participantes a estar correctamente informados del nivel de conocimiento que tienen los estudiantes bachilleres en cuanto a educación financiera, de tal manera que implementen programas y proyectos que impulsen a los jóvenes a ser conscientes del valor del dinero y cómo debe ser utilizado de manera correcta, siendo individuos productivos que generen un impacto positivo en la sociedad.

2 METODOLOGÍA

2.1 DISEÑO Y PROCEDIMIENTO

La presente investigación tuvo un enfoque cuantitativo, de alcance descriptivo y de tipo no experimental-transeccional (Hernández et al, 2010). Los participantes fueron contactados mediante el método bola de nieve, invitándolos a responder el instrumento de forma online, que fue diseñado en Microsoft Forms, en donde se señalaba la voluntariedad de su participación y el anonimato y confidencialidad de la información provista. La recogida de datos se llevó a cabo en un período de 2 meses debido a que en todo el territorio ecuatoriano se encontraban suspendidas las clases de manera presencial por temas de la pandemia covid-19.

2.2 PARTICIPANTES

En el presente estudio se utilizó un muestreo no probabilístico mediante el método bola de nieve, alcanzando un total de 526 estudiantes bachilleres (mujeres: 62%, hombres: 38%) del último grado de formación secundaria del cantón Esmeraldas cuyas edades oscilaban entre los 16 y 19 años. Los estudiantes provenían el 8% de unidades educativas particulares, el 61% de instituciones fiscomisionales y el 31% de instituciones fiscales o públicas.

2.3 INSTRUMENTO

Se aplicó un instrumento estructurado con 22 preguntas de opciones múltiples, divididas en 4 secciones: en la primera sección se da a conocer los datos del

encuestado, la segunda sección conformada por 6 preguntas que guardan relación con los conocimientos financieros de los bachilleres, la tercera sección estructurada por 7 preguntas relacionadas con los hábitos de ahorro y, por último, la sección cuatro que se relaciona con el manejo y planificación del dinero de los jóvenes. Para el procesamiento de la información se utilizó Microsoft excel, tomando en cuenta los datos estadísticos que permiten analizar las variables de manera descriptiva.

3 RESULTADOS

A continuación, se presenta un análisis descriptivo de los resultados obtenidos con la aplicación de la encuesta.

Conocimientos Financieros

Mediante la siguiente sección se describen los conocimientos financieros de los jóvenes bachilleres esmeraldeños respecto a productos y conceptos financieros.

Se les preguntó a los 526 jóvenes bachilleres qué es la educación financiera y el 69% (363) respondieron que es distribuir el dinero de forma correcta, el 23% (121) que es realizar correctamente las cuentas, un 4% (21) respondió que es saber prevenir y el otro 4% (21) definitivamente no sabe qué es la educación financiera.

Es importante resaltar que el 96% de los jóvenes encuestados están de acuerdo en que se imparta la educación financiera desde temprana edad porque consideran que tener conocimiento y habilidades financieras en el futuro podría generar seguridad, bienestar y buena calidad de vida, mientras que el 4% considera que no es necesario empezar tan pronto porque aseguran que los conocimientos y habilidades financieras adquiridas durante la infancia y adolescencia no necesariamente les puede favorecer en el futuro.

En cuanto al razonamiento lógico de un ejercicio propuesto con cálculos matemáticos básicos para saber el nivel de conocimientos financieros de los jóvenes bachilleres encuestados, el 70% acertaron en la respuesta correcta, mientras que el 30% restante indicaron valores erróneos. Algo semejante ocurrió con el razonamiento lógico que tiene relación con la ecuación contable básica en el cual el 66% de los estudiantes encuestados acertaron en la respuesta, y, por el contrario, el 34% sobrante no acertaron.

De los 526 bachilleres encuestados cuando se les consultó cuál consideran que es la función principal de una institución financiera, el 36% indicó que es administrar el dinero, el 46% indicó que es “guardar el dinero de manera segura”, un 12% señaló “hacer crecer el dinero”, mientras que el 1% no tiene conocimiento de las funciones de las instituciones financieras y un 2% contestaron otras opciones como conceder créditos a sus clientes y aumentar el patrimonio.

3.1 HÁBITOS DE AHORRO

Para identificar el comportamiento que adoptan los bachilleres en cuanto a los hábitos de ahorro es necesario conocer varios aspectos como que del total de los jóvenes bachilleres encuestados el 83% ahorra un porcentaje del dinero que le otorgan sus padres o familiares mientras que el 17% no lo hacen.

De los jóvenes bachilleres que ahorran el 42% ahorran para adquirir bienes de consumo, el 17% para imprevistos, el 13% para viajar (con amigos, familiar, entre otros) y el 28% por razones que no detallaron.

También se puede conocer que todos los encuestados han pedido dinero prestado en algún momento de sus vidas; el 47% a sus padres, el 20% a un amigo, el 16% a un familiar, el 14% a un conocido y el 3% que representa a otros (pareja sentimental, profesores).

Los resultados indican que las razones por las cuales los jóvenes bachilleres solicitarían un crédito en el futuro serían para iniciar un negocio (30%), para pagar sus estudios (24%), para adquirir una casa (20%), para solventar una emergencia (15%), para adquirir un auto (6%), para realizar un viaje (3%), para alguna celebración (0,4%), y finalmente una minoría señaló que no realizaría un préstamo para las razones mencionadas anteriormente (1%).

Cuando los jóvenes buscan obtener información para elegir un producto y/o servicio financiero lo hacen principalmente por medio de internet (38%) y otro gran porcentaje lo realiza asistiendo a las instituciones financieras (35%), por otro lado, se informan por terceras personas como son sus familiares (18%), otros por medio de los maestros (6%) y solo un 4% se informa mediante anuncios en televisión.

En otro aspecto, el 57% de los encuestados en el caso de ganarse la lotería, invertiría su dinero para aumentar su capital, el 26% usarían una parte del dinero para ayudar a otras personas, el 6% indicó que se sentiría aliviado al tener asegurado su futuro, mientras que el 9% no sabría qué hacer y el 2% compraría lo que quisieran.

3.2 MANEJO Y PLANIFICACIÓN DEL DINERO

Para conocer las aptitudes que emplean los estudiantes bachilleres para el manejo del dinero es importante saber quiénes toman las decisiones financieras en el hogar, en el caso del 95% de los encuestados las decisiones financieras son tomadas por sus padres, el 3% otros familiares que viven con ellos y el 2% toman estas decisiones por cuenta propia.

Se les consultó sobre la elaboración de un presupuesto familiar y al respecto el 54% indicaron que en su familia a veces realizan un presupuesto, un 11% mencionaron

que nunca lo hacen, mientras que el 35% indicaron que siempre usan este recurso para planificar y manejar sus finanzas.

En relación con la interrogante sobre lo que representa el dinero, para el 44% de los estudiantes representa “seguridad tanto personal como familiar”, para el 23% significa “independencia”, para otro 23% solo es un “medio de cambio” mientras que para el 6% significa “éxito” y por último para el 4% el dinero representa “poder”.

También se establecieron afirmaciones en distintos aspectos con respecto al manejo y planificación del dinero con una escala de valoración 1 al 3 en el cual (1) es “en desacuerdo”, (2) “ni de acuerdo ni en desacuerdo”, (3) “de acuerdo”; del cual se pudo conocer que al 77% no les interesa aprender cómo manejar sus finanzas pese a que el 47% no sabe cómo manejarlas e indicaron no necesitar ayuda para manejar sus finanzas (53%).

Tabla 1. Manejo y planificación del dinero.

Aspectos Evaluados	En desacuerdo (1)	Ni de acuerdo ni en desacuerdo (2)	De acuerdo (3)
Me interesa aprender cómo manejar mis finanzas	77%	6%	17%
Yo no sé cómo manejar mis finanzas	27%	26%	47%
Estoy preparado para enfrentar mi futuro financiero	42%	15%	43%
Soy una persona responsable con mis finanzas	53%	13%	34%
Necesito ayuda para manejar mis finanzas	53%	16%	31%

Elaborado por las autoras a partir de las encuestas.

Cuando se les consultó qué tan preparados se sienten para tomar decisiones frente al manejo del dinero contestaron 37 estudiantes estar “nada preparados”, para asumir esa responsabilidad mientras que 121 sienten estar “un poco preparados” para hacerlo, por otro lado 232 creen estar “medianamente preparados”, 100 de ellos indicaron estar “preparados” y 36 alumnos consideran estar “totalmente preparados”.

Por último, se les preguntó a los jóvenes quién o quienes consideran ellos que están totalmente preparados para orientarlos en el manejo del dinero a lo cual respondieron el 68% que sus padres son los indicados para hacerlo, el 14% que las entidades financieras, el 12% indicaron que no necesitan de nadie porque ellos están aptos para manejar por si solos sus finanzas, y finalmente el 6% ven como referentes a sus maestros.

4 DISCUSIÓN

La investigación tuvo como objetivo caracterizar las capacidades financieras en jóvenes bachilleres del cantón Esmeraldas debido a que la educación financiera es importante en la vida de los individuos ya que ayuda a la correcta toma de decisiones financieras y permite el desarrollo de hábitos de ahorro, aptitudes adecuadas frente al dinero y la obtención de conocimientos financieros básicos que pueden evitar en el futuro un sobreendeudamiento. Al respecto Atuesta (2017) considera que es necesario dar a conocer a los jóvenes desde edad temprana (niños/as) temas relacionados con las finanzas porque promueve a que tomen conciencia de la importancia de cultivar el hábito del ahorro y del empleo adecuado del dinero en gastos necesarios para mantener una adecuada salud financiera en el futuro.

De acuerdo con los resultados de este estudio los jóvenes bachilleres de las diferentes instituciones también piensan que es importante recibir educación financiera desde temprana edad porque consideran que tener conocimiento y habilidades financieras es importante para su futuro y se podría decir que los jóvenes encuestados tienen aceptables conocimientos financieros, puesto que, en su mayoría realizaron correctamente el razonamiento lógico y matemático de las operaciones planteadas en la encuesta. Estos resultados se diferencian del estudio elaborado en la ciudad de Esmeraldas por Arroyo (2019), en el cual los jóvenes universitarios por el contrario tienen un escaso conocimiento financiero.

Pero tener educación financiera no solo significa saber operaciones básicas relacionadas a la matemática, sino que involucra a las aptitudes, competencias y comportamientos que desarrollan los sujetos, por lo cual es necesario incorporar en los procesos educativos de los niños y jóvenes conocimientos básicos financieros (Bustos, 2015).

Un dato interesante es que un 83% indicó ahorrar con el propósito de adquirir bienes de consumo, realizar viajes, algún imprevisto que se les presente en su vida cotidiana o para previsión de emergencias. De acuerdo con varios estudios entre ellos uno realizado por el Banco Nacional de México (2014) se encontró que los jóvenes de ese país en su mayoría ahorran dinero, pero estos ahorran para metas a corto plazo y de manera informal, es decir que no hacen uso de las instituciones financieras, a diferencia de un estudio elaborado en Colombia por Duque et al (2016) que dio a conocer que los universitarios a pesar de tener conocimientos financieros estos eligen gastar su dinero en la actualidad sin tener objetivos por los cuales puedan ahorrar para el futuro.

Por otra parte, los bachilleres del cantón Esmeraldas tienen metas claras por las cuales solicitarían un crédito en el futuro, convirtiéndose así en usuarios de las instituciones financieras del país, al respecto Domínguez (2013) menciona que es de suma importancia que los jóvenes tengan conocimientos aceptables de los distintos productos y/o servicios que existen en el sector financiero con la finalidad de elegir uno que más se acople a sus necesidades, puesto que, al comprender en profundidad va a generar un impacto positivo, sin embargo, una investigación realizada por Castro (2014) en el Banco de Crédito del Perú muestra que los beneficiarios por el hecho de tener un nivel básico de conocimientos financieros usan incorrectamente los productos financieros que ofrece la entidad entre ellos la tarjeta de crédito.

Cabe recalcar que, realizar un presupuesto es de vital importancia para un correcto manejo del dinero, a su vez que ayudará especialmente al destino que se le otorgue al mismo, y de acuerdo con los resultados de esta investigación, no todas las familias realizan una planificación económica y menos lo hacen los jóvenes por cuenta propia ya que en 95% de los casos son los padres quienes toman las decisiones frente al dinero. En Colombia según Barrera y Rodríguez (2017) los estudiantes de secundaria investigados en su mayoría tenían claro el significado de presupuesto y realizan uno, como también fue el caso de los sujetos investigados por Aguilar y Ortiz (2013) en Ecuador en donde los jóvenes demostraron actitudes responsables en cuanto al manejo y planificación del dinero haciendo uso del presupuesto.

Por lo tanto, de acuerdo con los hallazgos de esta investigación se tiene que de los bachilleres esmeraldeños encuestados tienen un bajo nivel de aptitudes frente al manejo y planificación del dinero ya que sólo un 7% considera estar totalmente preparado para tomar decisiones financieras y además no están interesados en que se les brinde información necesaria para aprender a manejar sus finanzas, a diferencia de Brasil y Perú en donde sus resultados demuestran que los encuestados de estos países tienen un control y aptitudes apropiadas para el manejo financiero (Mejía et al, 2015).

Finalmente, producto de los resultados de esta investigación se genera la siguiente interrogante: ¿Está el sistema educativo en condiciones para incluir en la malla curricular, proyectos o programas con temas relacionados con la educación?

5 CONCLUSIONES

En temas de razonamientos lógicos matemáticos se encontró que los jóvenes bachilleres encuestados tienen un buen nivel de educación financiera y también se conoció que son conscientes de la importancia de desarrollar habilidades financieras para el futuro.

Con respecto al comportamiento que adoptan los alumnos en cuanto a los hábitos de ahorro, es posible revelar que, los jóvenes encuestados ahorran parte del dinero que se les otorga para adquirir bienes de consumo y en su minoría lo hacen para algún imprevisto que se les presente en su vida cotidiana, sin embargo, recurrirían en un futuro a las diferentes instituciones financieras para solicitar un crédito con la finalidad de cumplir con las metas que tienen proyectadas.

Las aptitudes que tienen los encuestados para el manejo y planificación del dinero es de nivel bajo, porque quienes toman las decisiones financieras en el hogar de los alumnos son sus padres que ciertas veces realizan un presupuesto, de tal manera que, en su minoría están totalmente preparados para hacerlo por cuenta propia, y a pesar de aquello no están interesados en aprender a manejar sus finanzas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atuesta, G. (2017). *La educación financiera en preadolescentes y el analfabetismo financiero en Colombia*. [Tesis de especialización, Universidad Militar Nueva Granada] Repositorio Institucional UMNG. <http://hdl.handle.net/10654/16089>

Aguilar, X., y Ortiz, B. (2013). *Diseño de un programa de educación y cultura financiera para los estudiantes de modalidad presencial de la titulación en administración en banca y finanzas 2013* [Tesis de pregrado, Universidad Técnica Particular de Loja] Repositorio Institucional UTPL. [http://dspace.utpl.edu.ec/bitstream/123456789/7712/1/Tesis%20ECF%20final%20junio%203%2C%20%202013%20\(1\).pdf](http://dspace.utpl.edu.ec/bitstream/123456789/7712/1/Tesis%20ECF%20final%20junio%203%2C%20%202013%20(1).pdf)

Arroyo, T. (2019). *Educación Financiera De Jóvenes Universitarios* [Tesis de pregrado, Pontificia Universidad Católica del Ecuador Sede Esmeraldas] Repositorio Digital PUCESE <https://repositorio.puce.edu.ec/bitstream/123456789/1868/1/ARROYO%20CHEME%20GREY%20TAMARA.pdf>

Barrera, A., y Rodríguez, O. (2017). Programa de alfabetización financiera: estudiantes básica secundaria y media colegios públicos, Pereira. *Universidad Libre*, (7), 16-27. <https://repository.unilivre.edu.co/bitstream/handle/10901/17394/2.%20PROGRAMA%20DE%20ALFABETIZACI%20c%20%20FINANCIERA-%20ESTUDIANTES%20B%20c%20%2081SICA%20SECUNDARIA%20Y%20MEDIA%20COLEGIOS%20P%20c%20%209aBLICOS%20c%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Banco Nacional de México. (2014). *Cultura financiera de los jóvenes en México: Síntesis de Resultados*. ISBN: 978-607-9398-01-9 https://www.banamex.com/es/conoce_banamex/quienes_somos/prensa/pdf/book_brujula_digital_2014.pdf

Bustos, P. (2015). Programa escolar de educación financiera Sernac. *Revista Estudios de Políticas Públicas*, 1(2), 219-225. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6067318>

Castro, J. (2014). *Influencia de la cultura financiera en los clientes del Banco de Crédito del Perú de la ciudad de Chiclayo, en el uso de tarjetas de crédito, en el periodo enero-julio del 2013* [Tesis de pregrado, Universidad Católica Santo Toribio de Mogrovejo, Chiclayo, Perú] Repositorio de Tesis USAT. <http://hdl.handle.net/20.500.12423/636>

Cuvi, S. (2015). Educación social y financiera (AFLATOUN) para niños de comunidades auspiciadas por Plan Internacional. Cantón Santa Lucía. Provincia de Guayas [Tesis de pregrado, Escuela Superior Politécnica de Chimborazo] Dirección de Bibliotecas y Recursos para el aprendizaje y la investigación. <http://dspace.esPOCH.edu.ec/handle/123456789/7289>

Domínguez, J. (2013). Educación Financiera para Jóvenes: Una visión introductoria. *Instituto Universitario de Análisis Económico y Social, Universidad de Alcalá*, (5), ISSN 1139-6148. https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/18421/educaci%c3%b3n_dominguez_IAESDT_2013_N05.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Duque, G. E., González, R. J., y Ramírez, A. J. (2016). Conocimientos financieros en jóvenes universitarios: Caracterización en la Institución Universitaria Esumer. *Revista de Pedagogía*, 37(101), 41-55. <https://www.redalyc.org/pdf/659/65950543003.pdf>

Hernández, R.; Fernández, C. y Baptista, P. (2014). *Metodología de la investigación* (6°. ed.). McGraw-Hill Education. <http://observatorio.epacartagena.gov.co/wpcontent/uploads/2017/08/metodologia-de-la-investigacion-sexta-edicion.compressed.pdf>

Mejía, D., Pallotta, A., Egúsquiza, E., y Palán, C. (2015). *Encuesta de medición de capacidades financieras en los países andinos. Informe para Ecuador 2014* (report). Lima: CAF. <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/744>

UNICEF (2013). *Educación social y financiera para la infancia*. https://www.unicef.org/cfs/files/CFS_FinEd_Sp_Web_8_5_13.pdf

Zapata, A., Cabrera, E., Hernández, J., y Martínez, J. (2016). Educación financiera entre jóvenes universitarios: Una visión general. *Revista Administración y Finanzas*, 3(9), 1-8. http://www.ecorfan.org/bolivia/researchjournals/Administracion_y_Finanzas/vol3num9/Revista_de_Administracion_y_Finanzas_V3_N9_1.pdf

CAPÍTULO 5

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO BIOÉTICA NO ENSINO DAS COMUNIDADES ANGOLANAS

Data de submissão: 30/09/2021

Data de aceite: 16/02/2022

**Benvinda Bibiana de Fátima Pempelindje
Caita**

Doutora em Ciências Pedagógicas
Liceu n° 792. Lubango
República de Angola
benvindacaita@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho reflete uma perspectiva do posicionamento da educação bioética como processo educativo nos currículos básicos das comunidades em Angola. Parte-se do pressuposto de que as escolas, como espaço de formação, podem facilitar as condições para o desenvolvimento de valores que possibilitem mudanças conceituais nos educandos, a fim de que estes sejam capazes de refletir sobre sua condição, suas responsabilidades e seu posicionamento no campo bioético. A necessidade de se formar sujeitos comprometidos com a bioética tem hoje um caráter de emergência, indispensável à sobrevivência da vida no planeta. Neste contexto, os educadores desempenham um papel fundamental de mediadores, capazes de orientar valores morais a partir do compartilhamento do conhecimento científico. Este estudo partiu

da análise do programa do Curso de Biologia, 10^o classe do segundo ciclo, e identificou que os conteúdos não contemplam propriamente o estudo da bioética, o que está refletido no desconhecimento de educação bioética e de suas potencialidades também na convivência comunitária. A partir deste conhecimento, foi levada a cabo uma investigação mais profunda nas comunidades do município do Lubango, da província da Huila da República de Angola, sobre a necessidade e o atual estudo da educação bioética, concluindo-se pela necessidade de integração do ensino da Bioética no programa de Biologia da 10^a classe, do 2^o ciclo ensino secundário do curso de ciências físicas e biológicas e também nos programas de todos os institutos Superiores, além da capacitação dos professores do ensino secundário e médio na área de educação bioética para garantir uma eficácia na transmissão dos conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Moral. Educação. Bioética.

THE IMPORTANCE OF BIOETHICAL EDUCATION IN THE TEACHING OF ANGOLAN COMMUNITIES

ABSTRACT: The present work reflects a perspective of the position of bioethical education in the basic curricula of communities in Angola. It departs from the assumption that schools, as a training space, can facilitate the conditions for the development of values

that allow conceptual changes in the students, so that they are able to reflect on their condition, their responsibilities and their position in the bioethical field. The need to form students committed to bioethics today has an emergency character, indispensable for the survival of life on the planet. In this context, educators play a fundamental role as mediators, capable of guiding moral values through the sharing of scientific knowledge. This study started with the analysis of the Biology Course program in the 10th grade of the second cycle, and identified that the contents do not properly contemplate the study of bioethics, which is reflected in the lack of knowledge of bioethics education, with potential effects also in community life. Based on this knowledge, a deeper investigation was carried out in the communities of the municipality of Lubango, in the province of Huila of the Republic of Angola, on the current status of bioethics education, concluding that it is necessary to integrate the teaching of Bioethics in the 10th grade Biology program, in the 2nd cycle of secondary education of Physical and Biological Sciences courses and also in the programs of all Higher Institutes, in addition to training secondary and high school teachers in the area of bioethics education to ensure effectiveness in the transmission of knowledge.

KEYWORDS: Morals. Education. Bioethics.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade tem enfrentado mudanças drásticas do modo de viver, desde as consequências do aquecimento global, que provoca secas e fome, até a pandemia da “COVID19”, que desestabilizou a economia, a saúde humana, e as relações interpessoais, favorecendo a debilidade de certos valores morais, facto que exige uma grande reflexão e ação por parte dos educadores.

A necessidade de se formar sujeitos comprometidos com a bioética, ou “ética da vida” (vegetal e animal), assume no atual contexto um carácter de emergência, indispensável à sobrevivência da vida no planeta. Esse comprometimento envolve a formação de sujeitos capazes de acessar informação relevante, analisar e refletir sobre estas informações, e decidir e tomar posicionamento quanto a questões que envolvam a sustentabilidade da vida no planeta.

A mudança conceitual do homem está intimamente ligada aos factores que o rodeiam, que consistem nas influências socio-culturais e são moldadas pelo processo educativo estabelecido em vários espaços, inclusive o escolar. A partir das concepções alternativas, o conhecimento científico permite o desenvolvimento e a revolução de todo processo organizativo, desde as políticas educativas até à evolução socio- económica do País. Tendo em conta que o conhecimento conceptual só é utilizado em situações reais, o instrumento está sempre ligado à actividade e a manifestação a uma cultura; (Bertrand, 1999).

Acreditamos que neste contexto, também o conhecimento dos factores biológicos, em Angola, devem respeitar os valores culturais, sociais e económicos do País, para que os alunos aprendam sobre os aspectos ligados a Bioética, de modo a permitir a abertura de um grande horizonte no conhecimento, e consequente respeito pelos valores biológicos, durante a aplicação de técnicas com diversas finalidades. A educação bioética como ciência que permitirá aquisição de valores éticos e morais na gestão coerente da biodiversidade através do homem.

Foi objectivo do nosso trabalho diagnosticar até que ponto os conhecimentos sobre educação bioética são importantes no ensino da disciplina de Biologia; da 10ª classe e nas comunidades angolanas aplicáveis na vida prática; além de elaborar uma proposta de modelo pedagógico para o aluno na 10ª classe.

1.1 A EDUCAÇÃO BIOÉTICA COMO PROCESSO ORIENTADOR DO COMPORTAMENTO HUMANO

Durante os anos 1955-1960, o mundo da saúde e da pesquisa biomédica tornou-se teatro de uma profunda reflexão ética, proveniente no entanto de uma longa tradição multiforme. Desde os tempos mais remotos, homens e mulheres interrogaram-se sobre o comportamento a ser mantido e as decisões a serem tomadas diante da saúde, da doença, das más-formações, do sofrimento, da morte. Existem rituais, códigos, eruditos duas vezes milenares sobre o assunto ANON. 2005². Segundo Durand

“a Bioética foi enfatizada quando, em 1971, Van Rensselaer Potter reivindicava então um vasto campo de aplicação que englobava o controlo da população, a paz, a ecologia a vida animal, bem-estar da humanidade e, por conseguinte, a sobrevivência da espécie humana e do planeta como um todo. Essa nova disciplina será evidentemente, um empreendimento interdisciplinar, ela ultrapassará perspectiva interpessoal para levar o debate ao plano da responsabilidade social; ela exigirá uma abordagem sistémica até mesmo a cibernética”.

A ética justifica as ações humanas enquanto a moral e o direito estabelecem regras para a ação, visando tornar o comportamento humano previsível. Para Samuel Johnson (1709-1784), em seu romance *Racelas o príncipe de Abassínia*, de 1759, escreveu: “A integridade sem conhecimento é débil e inútil, e o conhecimento sem integridade é perigoso e temível”. O conhecimento quando é bem gerido pelo proprietário e com benefício individuais ou coletivo é útil, mas quando não é controlado com rigor pode-se tornar perigoso e fatal”. A bioética “... é uma nova disciplina que cambiaria com conhecimento a reflexão. (...) Desde do enfoque cibernético da busca contínua da sabedoria (...), como conhecimento e de como usá-lo para a sobrevivência humana e para me Bioética é novo saber que favorece educação bioética processo como processo de formação moral dos

cidadãos, melhorar a sua convivência, (...) como uma nova ética científica que combina com a humildade, a responsabilidade e a competência, que é interdisciplinar e intercultural que intensifica o sentido da humanidade.” Van Rensselaer Potter (1988).

1.2 A BIOÉTICA É ÉTICA APLICADA OU NOVO SABER?

Novo saber que integra o conhecimento, valores, saber científico e moralidade, e contribui para reconciliar ciência, tecnologia e desenvolvimento social sustentável.

“...A educação bioética é processo educativo permanente caracterizado pela orientação bioética ao tratamento da relação ciência-valor, em que o conhecimento constitui em si mesmo um valor destes tempos, considerado desde uma perspectiva humanista.” Yara Luisa Cárdenas Cepero (2006)

Bioética é novo saber que favorece educação bioética como processo de formação moral dos cidadãos. A educação bioética é o processo dirigido o para desenvolvimento de conceitos, atitudes, habilidades e valores necessários para formar uma nova cultura da vida e da natureza que permite a participação responsável da valoração, a prevenção e a solução dos dilemas éticos relacionados com a dignidade humana, qualidade de vida e da Natureza. Luisa Cárdenas Cepero (2006). Estes conceitos dos autores confluem para um paradigma impactante para a orientação do homem numa sociedade com várias influências internas e externas dos dilemas éticos e morais para gestão da vida social e biológica, científico e tecnológico.

Por isso, é necessário cultivar nos alunos e nas comunidades em geral o espírito de responsabilidade na aplicação dos conhecimentos científicos na vida futura em todos os sentidos, como exemplo na agricultura, medicina, e até na educação, para se evitar os erros técnicos e científicos incontornáveis na elaboração dos projetos de âmbito social.

2 VALORES MORAIS COMO BASE DA EDUCAÇÃO BIOÉTICA

Neste trabalho, a cada assunto que abordamos tivemos sempre em conta os valores morais que defendemos como base para a educação bioética e nas diversas áreas da vida a quotidiana:

2.1 HUMILDADE

Potter (1988) “Do latim humilitas, humildade designa a virtude que nos dá o sentimento de nossa fraqueza e que informa a atitude do ser humano consciente dos seus limites”.

A humildade permite reconhecer até que ponto o conhecimentos aplicado está certo. Para o nosso caso angolano necessitamos de quadros capacitados em educação bioética, não só para a formação mas também para a aplicação prática, com multidisciplinaridade e convicção no trabalho biológico, para o desenvolvimento da pesquisa em vários sentidos (agricultura, medicina, pecuária e exploração dos recursos).

Aqui se coloca a questão moral de compreender que durante a aplicação de técnicas científicas, a probabilidade de não estar certo é tão grande; e, é necessário reconhecer e reverter o quadro para desenvolver o conhecimento útil principalmente no contexto angolano onde os profissionais das diversas áreas pouco assumem suas fraquezas.

2.2 RESPONSABILIDADE

Segundo Potter citado por Lages (2005) Inglês responsibility, indica a possibilidade de prever os efeitos de um comportamento e de corrigi-lo antes da sua realização com base na previsão.

Neste caso homem deve medir as consequências, quando intervém nos processos biológicos para resolver alguns problemas como ex. “No tratamento de algumas doenças ou os pacientes são submetidos repetidas vezes a intervenção de radiografia (RX) sem prever as mutações que podem ocorrer no indivíduo, devido e o efeito da radioatividade na sua constituição genética. É necessário que haja responsabilidade na aplicação de técnicas (visão de controlar e rever cuidadosamente o desenrolar das actividade científicas e profissionais)” Fabris (2003).

Por isso, no nosso trabalho, este aspecto tem grande importância no ensino da educação bioética, para cultivar no aluno o espírito de competência para o trabalho futuro, até mesmo na aprendizagem das ciências biológicas. A responsabilidade é o factor fundamental para gerir a aplicação de um dado conhecimento em várias técnicas, porque permite prever e corrigir os erros; daí a competência de qualquer técnico no seu trabalho até mesmo ao traçar linhas mestras de um sector ou país.

O homem com responsabilidade, é aquele que age com prudência e com sustentabilidade dos seus conhecimentos, e, é o que demonstra a Bioética.

2.3 RESPEITO

“O principio do respeito à vida designa globalmente a exigência de respeito, de protecção de promoção da vida humana sob todas as suas facetas, em si mesmo e nos

outros. Valor importante a vida deve ser protegida e defendida com cuidado extremo” Durand (2003).

Realmente a vida humana deve ser respeitada ao máximo, mas ela só tem sentido quando encontra um equilíbrio no meio onde está inserida. Portanto no nosso trabalho pretendemos que o aluno aplique o termo respeito de forma mais ampla, para compreender a complexidade dos aspectos biológicos nos ecossistemas e o homem como elemento e sujeito activo da natureza. Significa que durante o processo ensino o professor será responsável pela formação desta virtude a partir do seu comportamento durante as aulas, para criar no aluno o verdadeiro sentimento pela vida e a interdependência com os factores abióticos.

3 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR E LÍDER COMUNITÁRIO PARA EDUCAÇÃO DE VALORES MORAIS DESDE DA EDUCAÇÃO BIOÉTICA

O valor moral, considerado como “um elemento da consciência (social e individual) expressa a significação social positiva, boa accão, em contraposição ao mal, de um fenómeno (feito, acto de conduta), em forma de princípios, normas o representação sobre o bem e mal, justo, digno etc. que possibilita a valoração, orientação e regulação da atitude e conduta dos indivíduos até a reafirmação do progresso moral, e crescimento do humanismo e aperfeiçoamento humano. (Chacón NL, 2013, p. 31). A construção ou a assimilação subjectiva dos valores morais pelos indivíduos de uma sociedade concreta, se produz à partir dos seguintes componentes estreitamente relacionados: (Cárdenas YL, 2006, p. 22)

- **Cognitivo:** Conhecimentos que o indivíduo possui.
- **Afetivo-volitivo:** esfera psicológica (sentimentos, emoções, intuição, tensão, firmeza e, em especial, vontade).
- **Orientação ideológica:** A significação social boa de um feito, que reafirma o progresso moral numa dada sociedade.
- **Vivência e experiência moral acumulada na prática;** Se produz no transcurso da vida e como resultado das atitudes e de condutas, no contexto das relações humanas.

Na sociedade angolana o professor, no processo de ensino e aprendizagem, é ponto de referência para a formação da personalidade do aluno, capaz de responder as exigências da sociedade, e o líder comunitário é a referência da comunidade por ser membro da comunidade e conhecedor dos problemas que o bairro ou a cidade onde vive. Daí há necessidade dessas individualidades cumprirem com os seguintes princípios:

- O saber – neste caso o professor deve apresentar conhecimento sobre o conteúdo a ministrar. Concretamente o professor de Biologia deve dominar os conteúdos de maneira, a corrigir e convencer o aluno.
- O saber fazer – neste momento o professor, deve considerar a responsabilidade que lhe cabe de transmitir os conhecimentos convenientemente, para garantir o rendimento do aluno na disciplina de Biologia.
- O saber ser – refere-se a personalidade do professor do ponto de cívico e moral, e o seu perfil profissional, serve de modelo para o aluno e a sociedade em geral. Todas as suas qualidades, refletem direta ou indiretamente na formação e no relacionamento com aluno.

4 DESENVOLVIMENTO

Para fazermos uma análise precisa e objetiva neste trabalho, baseamo-nos ao exemplo concreto dos objetivos gerais da disciplina de Biologia, 10^a classe no segundo ciclo do programa em estudo, que dizem o seguinte:

- “Formar bases sólidas para a formação científicas dos alunos”.
- “Garantir a articulação dos conhecimentos adquiridos com o nível superior”.
- “Desenvolver o respeito por valores implícitos na relação do ser humano com o mundo vivo”.
- “Desenvolver capacidades para o trabalho biológico e sua aplicação”. INID 2003.

São exatamente estes objetivos que nos despertaram muita atenção com relação ao tema em estudo, visto que neste programa são contemplados aspectos ligados à bioenergética e biotecnologia, que são assuntos relevante no mundo actual da genética, mas não existem conteúdos que explicam como se deve actuar, com humildade e responsabilidade face aos aspectos biológicos.

Significa que existe conhecimento a transmitir, mas não existem modalidades de transmissão de aquisição de valores, face à vida, quer dizer que não existe relação entre o saber, saber fazer e o saber ser. Neste caso, não há cumprimento eficiente dos objetivos supracitados no programa. Achamos que com a introdução do ensino da educação bioética será possível um cumprimento integral dos objetivos traçados.

Tal facto despertou o interesse que levou a uma investigação mais profunda nas comunidades sobre a necessidade e atual status da educação bioética, tendo em conta análise de alguns valores importantes que devem ser bem patentes nas inter-relações da vida quotidiana nessas comunidades, durante o estudo das ciências biológicas que são

a humildade, a responsabilidade, a competência interdisciplinar e intercultural. Tendo em conta o momento actual e face ao contexto das grandes endemias como HIV, malária, tuberculose e do pandemia do coronavírus, que predominam nesta época, e tendo as culturas complicadas no concernente ao saneamento básico e a higiene pessoal das diversas comunidades angolanas bastante heterogénea, e como responder com os da saúde pública ainda instável, há a necessidade das reflexões profundas na implementação das políticas educativas escolares bem como das comunidades em geral.

5 RESULTADOS E CONCLUSÕES

As investigações e consultas realizadas no decorrer do trabalho permitiram que se tirassem algumas conclusões. Concluímos que ensino da educação bioética nesta classe não tem impacto suficiente, por isso redimensionamos a investigação à comunidade porque é aonde existem os problemas mencionados e com grande necessidade de serem resolvidos e reponderem as necessidades da relações socio económicos e culturais da população angolana.

Os resultados mostram que os conhecimentos para implementação do ensino da Bioética na 10ª constituiria um primeiro passo qualitativo e grande avanço para as áreas ligadas as ciências biológicas das nossas propostas. Pelos resultados dos questionários feitos aos alunos demonstrou-se que estes não possuem conhecimentos acerca da temática, e por isso muitos deles nem tampouco apresentam um horizonte sobre a futura profissão. Como proposta, este trabalho trouxe as seguintes recomendações:

- Deve o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação colaborar com os mestrados em Ensino das ciências e desenvolvimento curricular, para a elaboração das políticas educativas e principalmente na reformulação dos programas de ensino em geral e em especial de Biologia.
- O ensino da Bioética de ser integrado no programa de Biologia da 10ª classe, do 2º ciclo ensino secundário do curso de ciências físicas e biológicas. Também nos programas de todos os institutos Superiores devem constar uma cadeira ou disciplina de Bioética logo no primeiro ano para permitir que os estudantes assumam com responsabilidade. Todos os professores de Biologia do ensino secundário e médio devem receber formação de capacitação na área de educação bioética para garantir uma eficácia na transmissão dos conhecimentos.

No estudo realizado em contexto comunitário promoveu-se a sistematização dos referentes teórico-metodológicos, permitindo a argumentação dos núcleos essenciais da

investigação, assim como a determinação dos fundamentos teóricos e práticos para o trabalho educativo comunitário e corroborando que a educação bioética favorece educar valores morais não só no âmbito académico como também em contexto comunitário, porque constitui uma plataforma de diálogo com todos os saberes.

A aplicação de métodos e de técnicas de investigação qualitativa permitiu diagnosticar como estado inicial dos membros da comunidade do município do Lubango, da província da Huila da República de Angola, o desconhecimento de educação bioética e de suas potencialidades para educar valores morais necessários nas relações que se estabelecem na convivência comunitária, lo que ratifica a situação problemática identificada.

A concepção pedagógica de educação bioética para educar valores morais, está organizada em um componente teórico-metodológico conformado por leis, princípios, categorias, generalizações da actividade cognoscitiva prática das Ciências da Educação as metodologias que sustentam trabalho comunitário, assim como la caracterização de aspectos necessários em da dinâmica social de uma comunidade, integrados numa unidade funcional que se distingue pelo seu carácter interdisciplinar, flexível, polémico e dinámico; que foi implementada mediante una alternativa pedagógica.

A validez dos resultados da implementação da concepção pedagógica de educação bioética, com a participação dos líderes comunitários, se realizou mediante a aplicação de diferentes métodos e técnicas de investigação, que possibilitaram comprovar a sua contribuição a educar valores morais em os membros da comunidade objecto de estudo, expresso nas validações realizadas pelos participantes, o comportamento na atitude assumida nas relações sociais dos membros da comunidade.

BIBLIOGRAFIA

ANON. 2005². El Cuaderno de Porqué Biotecnología. educacion@porquebiotecnologia.com.ar

ANON. 2005³. ¿Una ciencia para enseñar Biología? PROMET- La Habana: Ed. Academia.

BERTRAND Y. 1999. Paradigmas Educacionais. Instituto piaget. Divisão editorial. Lisboa.

Caita, P B 2007. Proposta de um modelo pedagógico para o ensino da Bioética na 10^a do 2^o ciclo do ensino secundário dissertação do grau demonstrado.

Caita, P, B 2019 La educación bioética y su contribución al desarrollo de valores morales en el contexto comunitário. [Tesis en opción al Grado Científico de Doctor en Ciencias Pedagógicas]. La Habana: Instituto Superior de ciencias Pedagógico “Enrique José Varona”.

Cárdenas Y. L. (2006). Alternativa pedagógica para la educación bioética en el proceso de formación moral de los estudiantes de la carrera Licenciatura en Educación, en el área de Ciencias Naturales. [Tesis en opción al Grado Científico de Doctor en Ciencias Pedagógicas]. La Habana: Instituto Superior Pedagógico “Enrique José Varona”.

Chacón, N.L. (2015). Un proyecto en acción. La profesionalidad del docente y el enfoque ético, axiológico y humanista en la formación de maestros. En Curso Educación en valores. Retos a la profesionalidad pedagógica del maestro y la escuela en la época actual. Algunos resultados y experiencias. Pedagogía 2015. La Habana: Sello Editor del Ministerio de Educación.

DURAND, G. 1999. Introdução geral a Bioética. História. Conceitos e instrumentos. Edições Loyola.

PROGRAMA DE BIOLOGIA 10ª CLASSE ENSINO SECUNDÁRIO. 2003. Luanda INID. Angola.

FRABRIZ, C. 2003. Bioética e Direitos fundamentais. Belo Horizonte.

JACQUIMIN, D. 2000. A Bioética e questão de Deus, Ética.

POTTER, V. R. citado por Minaré. R. L. 2002. A Ética das manipulações genéticas. Proposta para um código de conduta. Edições Loyola S. Paulo.

CAPÍTULO 6

IMPACTO DE LA RÚBRICA COMO GUÍA DEL DISPOSITIVO DE EVALUACIÓN EN LA ENSEÑANZA DEL PROCESO DE DESARROLLO DE SOFTWARE

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Jorge Ezequiel Moyano

Universidad Nacional de Tierra del Fuego
Licenciatura en Sistemas
Departamento de Sistemas
Ushuaia – Tierra del Fuego, Argentina
<https://orcid.org/0000-0002-6436-4511>

Emilio Izarra

Universidad Nacional de Tierra del Fuego
Licenciatura en Sistemas
Departamento de Sistemas
Ushuaia – Tierra del Fuego, Argentina
eizarra@untdf.edu.ar

Matías Moncho

Universidad Nacional de Tierra del Fuego
Licenciatura en Sistemas
Departamento de Sistemas
Ushuaia – Tierra del Fuego, Argentina
mmoncho@untdf.edu.ar

RESUMEN: El presente trabajo tiene por objeto reflexionar sobre el sistema de

evaluación utilizado en los últimos años en la asignatura de Ingeniería de Software I de la UNDTF en la cual el estudiante se enfrenta al proceso formal del desarrollo de software, incorporando una nueva forma de evaluar los contenidos. La evaluación formativa considera la evaluación como un trabajo cotidiano del aula, para orientar el proceso de enseñanza - aprendizaje y la toma de decisiones oportunas que beneficie a los estudiantes; debiendo contemplarse como un instrumento de mejora de la enseñanza. La nueva forma de evaluación debe contener las características de la evaluación formativa y colaborar en la focalización de los aspectos del contenido sobre los que se quiere ofrecer una retroalimentación y contemplar los principales aspectos de validez, confiabilidad, practicidad, utilidad y justicia que amerita. En esa línea, las rúbricas se presentan ante los alumnos, y docentes, como un documento o guía en los cuales puedan conocer los objetivos, expectativas y logros que deben alcanzar dentro de las competencias establecidas en la currícula. El equipo docente de la asignatura impulsó el uso de rúbricas durante los dos últimos años, en base a entrevistas y estadísticas se compararon los resultados respecto a años anteriores y la significancia de la utilización de la misma en los estudiantes.

PALABRAS CLAVE: Sistema de Evaluación. Evaluación Formativa. Rúbricas. Ingeniería de Software.

IMPACT OF THE RUBRIC AS A GUIDE FOR THE EVALUATION DEVICE IN THE TEACHING OF THE SOFTWARE DEVELOPMENT PROCESS

ABSTRACT: The purpose of this paper is to reflect on the evaluation system used in recent years in the subject of Software Engineering I of the UNDTF in which the student faces the formal process of software development, incorporating a new way of evaluating the contents. Formative evaluation considers evaluation as a daily work in the classroom, to guide the teaching-learning process and timely decision-making that benefits students; it should be seen as an instrument to improve teaching. The new form of evaluation must contain the characteristics of formative evaluation and collaborate in focusing on the aspects of the content on which feedback is to be offered and contemplate the main aspects of validity, reliability, practicality, usefulness and fairness that it deserves. In this line, the rubrics are presented to students and teachers as a document or guide in which they can learn about the objectives, expectations and achievements that must be achieved within the competencies established in the curriculum. The teaching team of the subject promoted the use of rubrics during the last two years, based on interviews and statistics, the results were compared with previous years and the significance of the use of the same in the students.

KEYWORDS: Evaluation System. Formative Evaluation. Rubrics. Software Engineering.

1 INTRODUCCIÓN

La evaluación se constituye en uno de los elementos más importantes de todo el proceso de enseñanza-aprendizaje, que se refiere al proceso sistemático y continuo mediante el cual se determina el grado en que se están logrando los objetivos de aprendizaje.

La evaluación es parte de la propuesta de enseñanza y no debe pensarse solamente como verificación de los aprendizajes sino como un proceso dinámico, continuo, presente durante todo el proceso educativo.

Evaluar es visto habitualmente como sinónimo de calificar, de enjuiciamiento objetivo y preciso (Alonso Sánchez, Gil Pérez, D y Martínez; 1996); para medir la capacidad y el desempeño de los estudiantes.

La evaluación debe ser considerada como un instrumento de intervención y no de simple constatación, convertirse en un instrumento de aprendizaje (Romero; 2014), netamente formativa. Debe sustituir los juicios terminales sobre los logros y capacidades de los estudiantes exclusivamente, resultando insuficiente si no se contempla también como un instrumento de mejora de la enseñanza (Bordas; 2001), en el cual es preciso recordar que se trata de una actividad colectiva (Alonso Sánchez, Gil Pérez, D y Martínez; 1996)

La evaluación tiene que jugar un papel orientador e impulsador del trabajo de los estudiantes y ser percibida como ayuda real.

1.1 CONTEXTO

El espacio curricular sobre el que se va a desarrollar el presente trabajo es Ingeniería de Software I que forma parte del plan de estudios de la carrera de Licenciatura en Sistemas. La asignatura forma parte del eje troncal de la carrera y resulta fundamental para el futuro ejercicio de la profesión. Se constituye en el primer contacto del alumno con los conceptos vinculados al software como producto, y sobre todo, al proceso formal del desarrollo de software.

Es importante resaltar que el proceso de desarrollo de software se compone de etapas (con sus métodos y herramientas) que no se pueden entender, analizar ni desarrollar en forma separada, para avanzar en el proceso de desarrollo hay que comprender que los resultados obtenidos en una etapa son la entrada de la siguiente, independientemente del paradigma elegido.

Por otro lado, no se puede pensar ni concebir que todo el trabajo de desarrollo esté a cargo de una sola persona, hoy la construcción de sistemas de software involucra una gran cantidad de personas que trabajan cooperativa y colaborativamente. En base a estas premisas se trabaja con los estudiantes.

Anteriormente se evaluaba a los estudiantes a través parciales prácticos, esta forma de evaluar presentaba algunos inconvenientes: eran exclusivamente individuales y los ejercicios presentaban situaciones muy disímiles para diferentes etapas del proceso. Estas formas de evaluar se contraponían con la dinámica que se utilizaba en la cursada, es decir, con la idea de un proceso de desarrollo como un conjunto de fases integradas y desarrolladas en equipo (que permita intercambiar ideas, diseñar estrategias, soluciones y trabajar en grupos).

Por otro lado, generaba grandes preocupaciones, ya que en esta forma de evaluar era contraproducente “...*El error es fuente de angustia y de estrés. Hasta los alumnos que se consideran buenos tienen miedo de errar...*” (Astolfi; 1999).

Visto de esta manera la evaluación se presentaba como sinónimo de calificar, de enjuiciamiento objetivo de la capacidad de los estudiantes; en encuestas realizadas al final de esas cursadas los alumnos solían manifestar ese corte drástico entre la dinámica en que se desarrollan las actividades prácticas y la forma en que luego eran evaluados sus conocimientos.

Este tipo de evaluaciones conllevan implícitamente varios factores subjetivos a la hora de calificar a los alumnos, el efecto de halo, la hipótesis de la personalidad implícita (forma que el profesor percibe a un alumno), tendencia a la categorización, primacía de la primera impresión, etc. (Camilloni; 1987); la subjetividad y las múltiples causas de error pueden llevar al docente a ser injusto a la hora de corregir.

Otro aspecto importante son las devoluciones a las producciones de los estudiantes, para no caer en el “síndrome del rotulador rojo” en el cual en el momento en que se percibe un error, el reflejo casi pavloviano de subrayar, tachar, materializar la falta, sin antes pensar en si tendrá alguna utilidad en términos didácticos y si los estudiantes las tomaran en cuenta. Lograr que las correcciones apunten a que el estudiante pueda asimilar los errores y lo ayude a la comprensión de los contenidos; el error debe adquirir el estatus de indicador de tareas intelectuales y de los obstáculos que los estudiantes van resolviendo.

Razón por la cual el cuerpo docente comenzó a reflexionar y replantearse sobre la forma de evaluar en la cátedra, considerando que la evaluación es un instrumento de seguimiento y mejora del proceso de enseñanza-aprendizaje, la misma debe constituirse como una actividad colectiva (de docentes y alumnos).

2 MARCO TEÓRICO

Evaluar es visto habitualmente (por profesores y estudiantes), como sinónimo de calificar. Esta visión se apoya en otras concepciones íntimamente relacionadas, como el convencimiento de que resulta fácil evaluar las materias científicas con objetividad y precisión (debido a la naturaleza de los conocimientos evaluados) o que el fracaso de un porcentaje significativo de estudiantes es inevitable en materias de alto nivel cognitivo.

Resulta así relativamente fácil que el docente cuestione la idea de evaluación como juicio “objetivo y preciso” de la actividad de los estudiantes.

El modelo constructivista emergente como necesidad que los docentes analicen y elaboren propuestas con los resultados de la investigación educativa. Se pretende lograr que la evaluación sea un instrumento de seguimiento y mejora del proceso de enseñanza-aprendizaje, como una actividad colectiva tanto para los docentes como para los estudiantes. La evaluación no se puede ver como disruptiva y por fuera de ese proceso de, por cual se propone trabajar y afianzar sobre el modelo constructivista que propone un proceso de enseñanza dinámico, participativo e interactivo del sujeto, donde la evaluación está orientada a evaluar los procesos de construcción del conocimiento.

2.1 EVALUACIÓN FORMATIVA

Es formativa toda evaluación que ayuda al estudiante a aprender y a desarrollarse, es decir, la que participa de la regulación de los aprendizajes. La línea de la evaluación formativa es un proceso que considera la evaluación como un trabajo cotidiano del aula que beneficie a los estudiantes; la misma debe estar en consonancia con los contenidos, la

enseñanza y los modos de construcción de los aprendizajes. Conseguir que la evaluación se constituya un instrumento de aprendizaje y se convierta en una evaluación formativa, supone que reúna ciertas características:

- Ser percibida como ayuda real, generadora de expectativas positivas.
- Extensa a todos los aspectos conceptuales, procedimentales y actitudinales del aprendizaje.
- Tratarse de una evaluación a lo largo de todo el proceso y no de valoraciones terminales.
- Que los estudiantes participen en la regulación de su propio proceso de aprendizaje.

Por otro lado reflexionar sobre la eficacia de la enseñanza, la evaluación formativa debe pensarse en el marco de una didáctica, y no por separado (Vázquez, Cavallo y Sepliansky; 2010); debe permitir evaluar a los alumnos en todo sus procesos de aprendizaje, comprender sus desarrollos, avances, problemáticas, acompañar al estudiante en todo el trabajo que desarrolla, sin preocuparse por calificar, certificar ni seleccionar (Perrenoud; 2008).

Las evaluaciones deben ser prácticas sin sorpresas; que se desprenden del clima, ritmo y tipo de actividad de la clase (Anijovich y Cappelletti; 2017). Es posible llevar adelante este proceso de modo de convertir estas prácticas de: evaluación **de** los aprendizajes, para transformarse en prácticas de evaluación **para** el aprendizaje.

El principal desafío pasa por diseñar nuevas evaluaciones, definir qué se debe analizar, decidir qué evidencias necesitamos y los modos en que las obtendremos apropiadamente. Considerar la gran disponibilidad de instrumentos evaluación de diferente carácter, alcance y función; y seleccionarlos y organizarlos para alcanzar consistencia con el proyecto de enseñanza.

2.2 RÚBRICAS

La cuestión a plantearse es si la calificación conserva alguna funcionalidad en la nueva propuesta evaluativa y, sobre todo, qué forma de calificación resulta coherente con dicha propuesta. Históricamente en las evaluaciones de los aprendizajes los estudiantes recibían de los docentes información acerca de su aprobación o desaprobación; aceptaban el resultado (sobre todo si era de aprobación) o manifestaban desacuerdos (si el contexto lo permitía). Litwin señala “...que las evaluaciones negativas tengan un mayor efecto negativo al colocarlo en el lugar del mal alumno e impidiendo mejores rendimientos...”, se necesitan otros instrumentos que den a conocer los logros de los estudiantes.

Se concibe a las rúbricas como “asistentes” de la evaluación y se definen como documentos que articulan las expectativas ante una tarea o un desempeño a través de una lista de criterios y la descripción de sus niveles de calidad.

Las rúbricas se presentan antes los alumnos como un documento o guía en los cuales puedan conocer los objetivos, expectativas y logros que deben alcanzar y, a su vez permita la autorregulación, sean capaces de autoevaluarse; su uso promueve procesos como planear, monitorear y evaluar, requeridos para tomar consciencia meta-cognitiva y reorientar el propio aprendizaje (Anijovich y Cappelletti; 2017).

Otro aspecto importante que tienen las rúbricas es que los estudiantes sienten menos presión, menor ansiedad y mayor seguridad al conocer qué se espera de sus aprendizajes (Anijovich y Cappelletti; 2017).

El uso de rúbricas presenta las siguientes ventajas:

- Aportan transparencia al explicitar, a través de los descriptores, los distintos niveles de calidad de los desempeños y producciones.
- Son orientadoras acerca de cómo avanzar en el aprendizaje.
- Reducen la subjetividad del docente.
- Muestran al estudiante las áreas en las que tiene que mejorar.

Uno de los propósitos de la evaluación formativa es la autoevaluación, en este sentido la utilización de rúbricas es una oportunidad para ejercitar la autoevaluación y la evaluación entre pares.

Para diseñar rúbricas es necesario considerar algunas cuestiones: Identificar el objeto o proceso que se va a evaluar, definir si será general o específica, si serán holísticas o analíticas, determinar qué actores la diseñarán y con quiénes se compartirá, determinar las dimensiones y los criterios que refieren a los objetivos de aprendizaje planteados como la cantidad y niveles de calidad, decidir los Puntajes o ponderaciones, entre otros aspectos.

Para validar una rúbrica se puede apelar a que varios evaluadores la utilicen, consultar rúbricas existentes, consultar pedagogos y expertos disciplinares.

Son muchos los antecedentes en la utilización de rúbricas como guías a diferentes dispositivos de evaluaciones, sobre todo formativas. Su aplicación está dada en todos los niveles (primario - secundario - superior) como también en diversos contextos, como las ciencias naturales, historia, literatura, etc.

La aplicación de rúbricas en el ámbito de la ingeniería de software no es tan considerado, sin embargo se encuentran algunos antecedentes sobre su utilización con muy buenas experiencias y resultados.

2.3 RETROALIMENTACIÓN

La tarea de ofrecer una retroalimentación apropiada es una de las tareas complejas que tiene que atender hoy un docente. Consideramos que un estudiante es autónomo cuando comprende el sentido de aquello que tiene que aprender, toma decisiones acerca de cómo va a llevar adelante ese aprendizaje y reflexiona su proceso, su recorrido.

El término feedback o retroalimentación ha sido definido desde el campo de la psicología, como una serie de procedimientos que se utilizan para informar al estudiante que está bien o que está mal (Anijovich y Cappelletti; 2017).

Las prácticas habituales de retroalimentación en las aulas consisten en correcciones, señalamiento de errores y calificación y de este modo se desplaza la construcción del sentido del aprendizaje; la tabla 1 refleja algunas de las maneras en que se ofrece retroalimentación, no se trata sólo de corregir sino de involucrar al estudiante en la revisión de sus aprendizajes.

Tabla 1. Descripción según tipo de evaluación.

Evaluación No Formativa	Evaluación Formativa
El docente señala el error, lo corrige y otorga un puntaje a la producción.	El docente da explicaciones generales al estudiante (o grupo), señalando errores comunes y fortalezas.
El docente pone una x o subraya lo que el alumno resolvió erróneamente y le otorga un puntaje a la producción.	El docente escribe una X o subraya lo que el estudiante resolvió erróneamente y le pide que lo corrija.
El profesor, identifica los errores e informa al estudiante en qué se equivocó, a veces brindando ayudas para que lo resuelva en forma apropiada, a veces solo explicitando la opción correcta	El docente escribe una x o subraya lo que el alumno resolvió erróneamente y le formula una pregunta que lo ayuda a pensar sobre su producción.

Para los estudiantes la devolución que pueda hacer el docente cobra una relevancia fundamental, permite conocer la naturaleza de los errores o equivocaciones, inconsistencias, fallas en la interpretación de consignas y cualquier otro episodio que hubiese podido impactar en el resultado de una evaluación parcial o final (Vázquez, Cavallo y Sepliarsky; 2010).

En este marco, la labor del docente adquiere gran protagonismo, pues el tipo de retroalimentación que construya para efectuar estas devoluciones podrá influenciar en el desarrollo de los procesos de aprender.

La retroalimentación contempla dos modelos: uno constructivo, dirigido a enfatizar áreas de oportunidad y estrategias para mejorar el comportamiento; y otro apreciativo, enfocado en destacar aspectos positivos para motivar a los estudiantes (Vázquez, Cavallo y Sepliarsky; 2010).

3 IMPLEMENTACIÓN DEL DISPOSITIVO

En base al marco teórico y considerando los contenidos de la asignatura; se elaboró un dispositivo evaluativo, desde la perspectiva de la evaluación formativa, como proceso para conocer el grado de avance de los alumnos y la utilización de una rúbrica como herramienta principal para la evaluación continua de los aprendizajes.

Considerando la importancia de comprender el proceso de desarrollo de software en todas sus etapas y que la construcción de sistemas de software involucra equipos que trabajan cooperativa y colaborativamente, se definió:

1. Eliminar las instancias de evaluación de parciales tradicionales.
2. Diseñar como dispositivo de trabajo y evaluación un único Trabajo Práctico Integrador (TPI), que cumpla con las características mencionadas y aborde todos los contenidos que se desarrollan en el transcurso de la cursada.

El TPI representa una problemática concreta, mucho más abarcativa que la utilizada en un trabajo práctico o parcial tradicional, que los estudiantes desarrollaran a lo largo de toda la cursada, y permitirá realizar todas y cada una de las etapas del proceso de desarrollo de software, en el marco del proceso de desarrollo RUPAgil (paradigma de desarrollo ágil) utilizado en la cátedra.

Básicamente la nueva propuesta consiste en definir 7 (siete) etapas del proceso de desarrollo, en la cual:

- Cada etapa de representar una Iteración en el paradigma del proceso RUPAgil
- Los estudiantes se dividen en grupos de no más de 3 integrantes.
- Se entrega y expone la rúbrica (detallada más adelante) con los objetivos a alcanzar.
- Las fechas de entrega de cada etapa (una segunda fecha de entrega en caso de solicitar modificaciones y/o mejoras).
- Para cada etapa los grupos deben realizar una defensa, para explicar los criterios, estrategias, complicaciones, etc., de su desarrollo.
- Cada etapa se consideran Aprobada o Desaprobada.
- Para regularizar la materia se exige haber aprobado al menos 5 etapas del TPI. Si un grupo no cumple las entregas de una etapa (o desaprueba), los docentes entregarán un avance acorde a lo esperado, a efectos que el grupo continúe desarrollando de las etapas.

3.1 DISEÑO DE LA RÚBRICA

Durante la cursada del año 2018 se puso en marcha el nuevo dispositivo de evaluación, pero sin el uso de la rúbrica como herramienta de apoyo, es decir se implementó el TPI solamente, recién desde el ciclo lectivo 2019 se implementó totalmente junto al diseño de la rúbrica.

3.1.1 Primer año - 2019

En la primera experiencia se definió la rúbrica de la siguiente manera:

- Se identificó el objeto evaluar: cada etapa del proceso de desarrollo RUPAgil.
- Se definió una rúbrica genérica para todas las etapas del proceso de desarrollo, la cual fue realizada íntegramente por el cuerpo docente.
- Se definió una rúbrica analítica ya que representan mejor el proceso de desarrollo a evaluar (permiten un alto grado de retroalimentación).
- Se determinaron las dimensiones y los criterios (ocho) de los objetivos de aprendizaje.
- Se establecieron la cantidad y niveles de calidad (en esa oportunidad se habían definido 4 Project Manager, Analista, programador y Cliente); intentando representar los niveles jerárquicos que intervienen en el desarrollo.

Si bien fue el primer año en que se implementó este dispositivo de evaluación, los resultados fueron muy prometedores; sin embargo concluido el año, y pensando en el siguiente, se reflexionó sobre las fortalezas y debilidades que se pudieron extraer de la experiencia y como resultado de dicho análisis para el siguiente año se propusieron algunos cambios particulares siguiendo la misma concepción.

3.1.2 Segundo año - 2020

Después de la primera experiencia, surgieron algunos interrogantes dentro del cuerpo docente, como también de las consultas realizadas a los estudiantes sobre la experiencia.

Si bien el dispositivo de evaluación y la metodología fueron muy bien recibidos se modificó la estructura de la rúbrica, la tabla 2 refleja su confección final).

Tabla 2. Rúbrica implementada en el año 2020.

Rúbrica: Evaluación de cada Etapa del Proceso de Desarrollo					
Criterios	Peso	Niveles de Calidad			
		Muy Bien	Bien	Regular	Insuficiente
Compresión del problema de la etapa	15	Comprende la etapa del proceso desarrollo	Es capaz de comprender la etapa en el proceso con alguna ayuda	La comprensión de la etapa es pobre, necesita contar con asistencia.	Necesita asistencia para comprender la etapa.
Planificación del trabajo	25	Cumple totalmente lo planificado.	Demoras pequeñas según la planificación.	Necesita ajustar fechas en la planificación.	La planificación no se cumple.
Uso de herramientas conceptuales	30	Selecciona y utiliza correctamente los diferentes diagramas.	Presenta algún problema para seleccionar y utilizar los diagramas	Presenta serios problemas para seleccionar y usar los diagramas.	No selecciona ni sabe utilizar los diagramas.
Utilización de Tics	12	Implementa todo el trabajo con Tics.	Uso de Tics en gran medida	Muy poco uso de herramientas Tics	Desarrolla solo en papel
Resultados y entregables	18	Los resultados satisfacen Completamente.	Los resultados son satisfactorios	Los resultados son confusos.	Resultados no aceptables.

Entre los cambios más significativos se puede mencionar:

- Participación a los alumnos en la conformación de la misma.
- Se modificaron los nombres de los niveles de calidad, (los utilizados generaban dudas en los estudiantes).
- Se redefinieron los criterios de forma más conceptual y menor cantidad.
- Se ajustaron los objetivos para cada criterio-nivel.
- Se eliminaron las palabras “No” de los objetivos ya que se consideraba muy chocante.

3.2 RETROALIMENTACIÓN

Durante el desarrollo de cada etapa los docentes guían y orientan a los estudiantes en sus trabajos, en forma particular (dudas puntuales) o en general.

Cada grupo debe exponer lo desarrollado en cada etapa, y se produce una evaluación entre pares, donde los otros grupos pueden consultar sobre determinadas apreciaciones y los docentes intentan, principalmente, determinar los puntos fuertes y destacables del trabajo.

Respecto a las debilidades encontradas, la idea es indagar sobre el razonamiento y los criterios aplicados de manera de comprender el resultado y que los estudiantes puedan reflexionar y corregirlos, para favorecer la apropiación del conocimiento, más en este tipo de actividades donde no existe una única solución.

4 RESULTADOS

Del análisis comparativo respecto a los dispositivos de evaluación utilizados en los últimos años en la cátedra se pueden obtener varios resultados. Tanto entre los períodos 2016-17 (donde se utilizaba los parciales prácticos tradicionales) como el período 2019-20 (TPI y el uso de rúbricas); como diferencias encontradas en los dos últimos años en el uso de las rúbricas específicamente.

Para el análisis se utilizaron encuestas anónimas al final de cada cursada, con el objetivo de conocer la opinión general de los estudiantes y que sirva como de punto partida en la reflexión del cuerpo docente. El promedio de estudiantes que han cursado la asignatura en esos años es de entre 11 y 14.

El primer análisis fue comparar el porcentaje de estudiantes que han regularizado la materia (no se consideran abandonos tempranos), ver figura 1. Si bien el parámetro utilizado no refleja una gran variación respecto a los dispositivos utilizados, no deja de ser interesante su consideración.

Figura 1. Porcentaje de regulares x año.



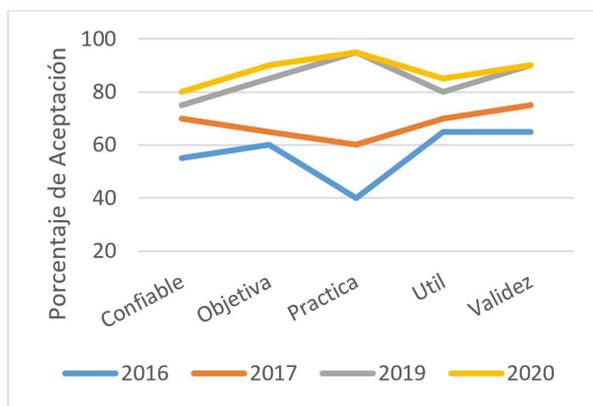
Un claro indicio es la aceptación o no al dispositivo de evaluación implementado, si bien la respuesta era por sí o no, se presentaba en relación con los contenidos vistos, a la forma de trabajar, dificultad de los ejercicios, etc. La figura 2 muestra el grado de aceptación (verde es aceptación y amarillo no aceptación).

Figura 2. Aceptación del dispositivo de evaluación.



La figura 3 refleja una mayor recepción del nuevo dispositivo, ante diferentes criterios consultados sobre aspectos particulares de la evaluación.

Figura 3. Porcentaje de alumnos que contestaron afirmativamente respecto a la evaluación.



Otro dato interesante para mostrar es el punto de vista de los docentes respecto a su perspectiva de los logros alcanzados por los estudiantes; cada docente, en forma individual, expresó sus conclusiones y luego se generó un promedio general expresado en forma cualitativa (Alto-Medio-Bajo), ver tabla 3.

Tabla 3. Nivel alcanzado por los estudiantes.

Criterio	2016	2017	2019	2020
Articulación. Teoría-práctica.	Bajo	Medio	Medio	Alto
Apropiación de conocimientos	Medio	Medio	Alto	Alto
Manejo de tics	Medio	Alto	Alto	Alto
Rendimiento	Bajo	Medio	Medio	Alto
Consideración general	Medio	Medio	Alto	Alto

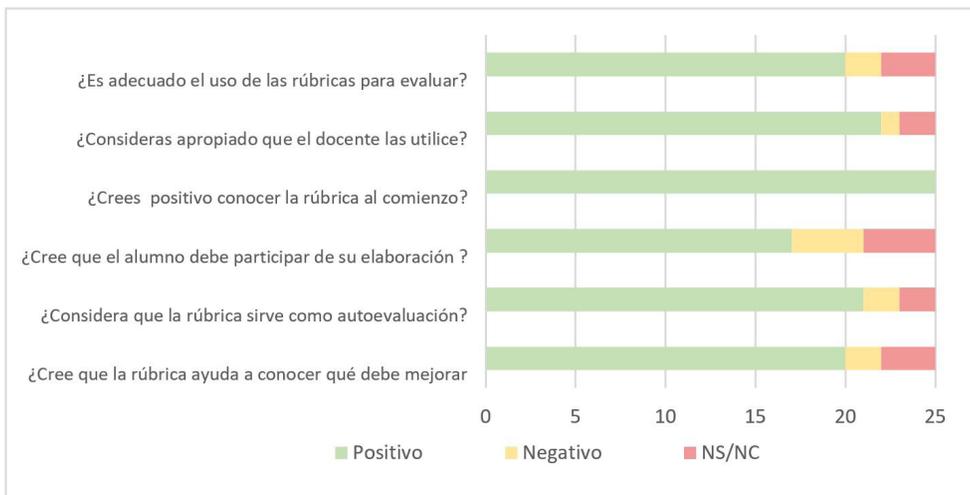
Conocer (para un futuro) el porcentaje de alumnos que consideran colaborar o trabajar (ad-honorem) como ayudantes alumnos puede suponer el grado de gusto con la cursada y su metodología. Se explicita ad-honorem para que la respuesta no esté sesgada por un problema netamente laboral, la figura 4 expresa por período de estudio los dos tipos de dispositivos, es decir, tomando los periodos 2016-17 y 2019-20 (azul afirmativo, naranja negativo).

Figura 4. Intención de Colaborar.



Por último un relevamiento realizado sobre el uso específico de la rúbrica en los dos últimos años (cuando se implementó), se consideraron las respuestas de 25 estudiantes en total, ver figura 5.

Figura 5. Relevamiento del uso de la rúbrica.



5 CONCLUSIONES

El presente trabajo reflexiona sobre los dispositivos de evaluación utilizados en el proceso de desarrollo de software, donde la lógica de dos parciales prácticos fue modificada por un Trabajo Integrador a lo largo de la cursada junto al diseño de una rúbrica como guía.

Considerando que esta forma de evaluación fue implementada como una prueba piloto en la cursada 2018, y utilizada en los ciclos lectivos 2019 y 2020, se pueden obtener algunas conclusiones y consideraciones de las experiencias:

- Las producciones sobre el TPI resultaron más productivas y eficientes, integrando cada etapa del proceso de desarrollo.

- Los grupos lograron obtener resultados concretos al final de la cursada
- Favoreció una mejor comprensión del grado de avances y percepción de los estudiantes en el proceso de enseñanza.
- Feedback continuó con los estudiantes, beneficiando el trabajo cooperativo y colaborativo.
- Los estudiantes pudieron identificar claramente sus puntos fuertes y debilidades, a las cuales le pudieron brindar mayor esfuerzo.
- Los estudiantes sintieron menor ansiedad y temor, y mayor seguridad al conocer qué se espera de sus aprendizajes.

La experiencia ha resultado gratamente satisfactoria y se seguirá implementado en los próximos años con las adecuaciones necesarias. La primera experiencia fue fundamental para corregir algunos aspectos, uno muy importante la posibilidad de construir la rúbrica junto a los estudiantes, esto refuerza el compromiso porque se apropian del recurso, cumpliendo un rol de guía de manera más efectiva.

Como contrapartida hay que mencionar que esta nueva metodología conlleva un aumento de la carga de trabajo; diseñar una rúbrica no es una tarea sencilla, sobre todo al comienzo, a la que hay que dedicar tiempo y esfuerzo, pero sus frutos son muy significativos. Un aspecto no menor a considerar es la cantidad de estudiantes, no es lo mismo trabajar con 15 que en cursos con más de 40 estudiantes.

5.1 CONSIDERACIONES A FUTURO

- La elaboración de la rúbrica requiere tiempo y esfuerzo, los docentes deben trabajar con bastante anticipación al comienzo de la cursada.
- Es fundamental presentar y explicitar la rúbrica en la primera clase.
- Propiciar la participación de los estudiantes en su confección final.
- La rúbrica debe estar siempre presente en el aula.
- Se debe explicitar el fundamento y la mecánica.
- Las rúbricas deben ser revisadas al finalizar cada cursada.

REFERENCIAS

Alonso Sánchez, M.; Gil Pérez, D y Martínez-Torregrosa J. *“Evaluar No es Calificar la Evaluación y la Calificación en una Enseñanza Constructivista de las Ciencias”*. Investigación en la escuela, ISSN 0213-7771. 1996.

Anijovich R. y Cappelletti G. *“La Evaluación como Oportunidad”*, Ed. Grupo Planeta, ISBN 950129496X, 2017.

Astolfi, J. P. *“El “error”: Un Medio para Pensar”*, Madrid, 1999.

Astolfi J. P. *“El “Error”, Un Medio Para Enseñar”*, 1999.

Bordas M. *“Estrategias de evaluación de los Aprendizajes centrados en el proceso”*, Revista Española de Pedagogía, 2001.

Camilloni A. *“Las Apreciaciones Personales del Profesor”*. Mimeo, 1987.

Estayno M., Grinsztajn F., *“Rúbrica para la Evaluación de Equipos de Desarrollo de Software Universidad Nacional de San Martín”*, Evento: WICC 2019, Universidad Nacional de San Juan, 2019.

García S., *“La Validez y la Confiabilidad en la Evaluación del Aprendizaje desde una Perspectiva Hermenéutica”*, Revista de Pedagogía, ISSN 0798-9792, 2002.

Goiñ A., Ibáñez J., Iturrioz J., y Vadillo J.A., *“Aprendizaje Basado en Proyectos para la asignatura Ingeniería del Software”*, IKD baliabideak, 2012.

Perrenoud, *“La Evaluación de los alumnos”*. Ed. Ediciones Colihue, ISBN 978-950-563-801-7, 2008.

Romero M., *“Importancia de la evaluación y algunos instrumentos para evaluar”*, Foro EMAD, Bogotá, 2014.

Saturnino de la Torre, *“Aprender de los Errores El tratamiento didáctico de los errores como estrategias innovadoras”*. Ed. Magisterio Río de la Plata, 2004.

Vaca J.M., Agudo J.E., Sánchez E., *“Evaluación de prácticas de programación mediante rúbricas en Moodle”* Actas de las XX JENUI. Oviedo, 9-11 de julio, ISBN: 978-84-697-0774-6 Páginas: 107-114, 2014.

Vázquez C.M., Cavallo M.A., Sepiarsky P., *“El Proceso de Retroalimentación en La Evaluación. Un Aporte al Aprendizaje Significativo de los Estudiantes Universitarios”*. XV Jornadas “Investigaciones en la Facultad” de Ciencias Económicas y Estadística, 2010.

Tapia Fernández S., *“Evaluaciones Y Rúbricas en el Aprendizaje de la Programación de Ordenadores”*, Universidad Politécnica de Madrid “VII Congreso Iberoamericano de Docência Universitária, 2017.

Trinidad P., Resinas M., Segura S., Ruiz-Cortés A. *“Evaluación y seguimiento de trabajos en equipo de desarrollo de software a través de la calidad del código fuente”*, Universidad de Sevilla Actas XVIII JENUI 2012, Ciudad Real, I.S.B.N. 10: 84-615-7157-6, Páginas 121-128., 2012.

<http://rubistar.4teachers.org/>.

<https://www.ui1.es/blog-ui1/rubricas-holisticas-vs-rubricas-analiticas>.

CAPÍTULO 7

IMPLEMENTACIÓN DE UN TALLER DE MINDFULNESS PARA REDUCIR EL ESTRÉS EN ALUMNOS EN SU PRUEBA DE APTITUD ACADÉMICA PARA INGRESO AL INSTITUTO TECNOLÓGICO Y DE ESTUDIOS SUPERIORES DE MONTERREY EN TOLUCA

Data de aceite: 08/05/2022

Carlos Fernando Leal Gómez

Master's in Education and
Cognitive Development
Monterrey Institute of Technology and
Higher Education
Monterrey, N.L., México

mindfulness puede aumentar la tasa de aprobación de la prueba en algunos alumnos.

PALABRAS CLAVE: Mindfulness. Estrés. Rendimiento académico. Exámenes.

MINDFULNESS WORKSHOP
IMPLEMENTATION FOR REDUCING
STRESS IN STUDENTS WHO TAKE THE
ACADEMIC APTITUDE TEST TO ENROLL
IN THE MONTERREY INSTITUTE OF
TECHNOLOGY AND HIGHER EDUCATION,
TOLUCA CAMPUS

RESUMEN: El estrés es uno de los fenómenos fisiológicos más estudiados recientemente debido a las diversas repercusiones que puede tener en nuestra vida. Se ha encontrado que el estrés en jóvenes puede ser un factor importante en el rendimiento académico, así como en el desempeño al momento de resolver un examen. El presente trabajo tiene como objetivo presentar una propuesta de intervención, sus bases y resultados, realizada en el Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey en Toluca. La propuesta de intervención buscó dotar de herramientas de concentración a alumnos de ingreso a la institución, a través de la técnica de mindfulness, y con ello poder responder al cuestionamiento si aquellos alumnos que pudieran ser más conscientes de su estrés podrían aumentar su probabilidad de aprobar la prueba de admisión. Los resultados indicaron que efectivamente, el taller propuesto de

ABSTRACT: Stress is one of the most recently studied physiological phenomena due to the several repercussions it can have in our lives. It has been found that stress in young people could deeply affect in academic performance and during their tests. The objective of this paper is to present an intervention, carried out at Monterrey Institute of Technology and Higher Education, Toluca Campus. The intervention proposal sought to provide concentration tools to students entering the institution, through mindfulness techniques. The critical question was if, whether the students who were aware of their stress and had different techniques to cope it, could increase their probability of passing the admission test or not. The results indicated that indeed, the proposed mindfulness workshop can increase the rate of passing the test to be admitted to the institution, by helping students to be aware of their own stress and providing them tools to manage it.

KEYWORDS: Mindfulness. Stress. Academic performance. Tests.

1 INTRODUCCIÓN

La habilidad de pensamiento es la facultad de procesar información por medio de operaciones intelectuales (Heredia, 2013), la importancia de ésta radica en que habilita la construcción y organización del conocimiento y el razonamiento. Sin embargo, la habilidad del pensamiento, y por ende el razonamiento, puede verse afectada por diversos factores externos e internos. Como mencionaba Elder (2003), dependiendo de factores como el género, la edad, contexto socioeconómico y donde vivimos, nuestra respuesta ante diversas situaciones puede variar.

Uno de los factores que se han estudiado más recientemente que pueden afectar la operación del pensamiento es el estrés o ansiedad, sobre todo a la hora de responder exámenes o ser evaluados. Múltiples estudios, como el de la doctora Kar (2017) o el de Blashill (2016), evidencian que el estrés puede influir de manera negativa en el desempeño de un alumno.

Actualmente, los exámenes o evaluaciones tienen muchas interpretaciones y son usados para distintos fines, sin embargo, son entendidos de manera general como un método para medir el nivel de conocimientos o aprendizaje y su aplicación en alguna tarea o memento preciso (Doval, 2014). Dentro de los mismos, diferentes habilidades cognitivas como el razonamiento y la memoria deben ser utilizados para responder acertadamente. Sin embargo, y como se ha mencionado, el resultado de dichas pruebas o exámenes puede verse afectado por el estrés (Neidhardt citado en Pereira, 2009).

1.1 PRUEBAS DE ADMISIÓN

Según la OCDE (Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico), basados en los resultados de la prueba PISA, México ocupa el lugar número 56 de 70 países en el área matemática (*Mathematics*) y 55 en el área verbal (*Reading*) (Gurría, 2015).

La Prueba de Aptitud Académica o PAA, es una prueba diseñada por la organización *College Board*, la cual tiene sus oficinas centrales en Estados Unidos y una oficina para América Latina y el Caribe situada en Puerto Rico. El *College Board* es una organización sin fines de lucro dedicada a desarrollar programas relacionados al acceso a la educación superior. Dentro de dichos programas, elaboran pruebas de evaluación como la PAA, la cual estandariza el nivel educativo básico para el rendimiento en un nivel universitario. La PAA evalúa el razonamiento lógico-matemático y verbal, y tiene un tiempo límite de 3 horas 40 minutos para ser resuelta.

Para el presente estudio, es importante indicar que la universidad donde se realizó la prueba utiliza la PAA como referente de probabilidad de éxito académico, y por ello, es el instrumento principal para decidir si un candidato es aceptado o no en la universidad. Sin embargo, como hemos mencionado, dicha prueba se centra en dos aspectos cognitivos (razonamiento lógico-matemático y verbal), mismos que son afectados directamente por el estrés, como veremos más adelante en el marco teórico.

Por lo anterior, el objetivo del proyecto fue implementar un programa donde los alumnos puedan aprender sobre el estrés y trabajar a través de técnicas de *mindfulness* su concentración, enfoque y afrontamiento en situaciones de estrés aplicándolo de forma directa en su proceso de admisión a la universidad.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 DEFINICIÓN DE ESTRÉS Y EVOLUCIÓN HISTÓRICA

El psicólogo Hans Selye generó la teoría moderna más importante del estrés fisiológico, basado en los trabajos de Claude Bernard y Walter Cannon, en la cual describía al estrés como una respuesta de huida o atención ante el peligro (Alonso, 2012; Lazarus 2009). Sin embargo, fue hasta la segunda guerra mundial que su estudio se volvió más profundo (Lazarus, 2009; VV.AA, 2010).

El estrés puede ser entendido o definido desde diversas ópticas como un proceso fisiológico, un fenómeno psicológico o como un conjunto de ambas. Uno de los psicólogos más renombrados y citados respecto al estrés es el psicólogo Richard Lazarus. Para él, el estrés es definido como una respuesta del sujeto o del cuerpo debido a la interacción con el medio ambiente (Lazarus, 2009). Para otros autores como Alonso García (2012), el estrés está más vinculado al esfuerzo que se genera para mantenerse en equilibrio (2012, p. 293). Thomas Holme y Richard Rache definen el estrés como un estímulo o acontecimiento vital que exige al individuo ajustarse a las situaciones para poder resolver problemáticas (En Alonso García, 2012).

Por otro lado, desde un punto de vista social, Kumaraswamy (2013) relaciona el estrés a un estado psicológico vinculado a la evaluación que realiza el individuo del posible éxito o fracaso en adaptarse a las demandas del entorno de la sociedad.

Para el presente trabajo, como se ha mencionado, entenderemos por estrés a la respuesta psicofisiológica del individuo ante una situación que percibe como peligrosa.

2.2 CARACTERÍSTICAS FISIOLÓGICAS DEL ESTRÉS

El estrés, como se ha mencionado, es una respuesta del ser humano y dicha respuesta tiene bases fisiológicas en las cuales están involucrados diversos órganos y

procesos del organismo humano. Para iniciar, cuando el cerebro detecta un estímulo ante el cual percibe un peligro (el cual no necesariamente es físico) manda una señal a través del hipotálamo hacia la glándula pituitaria para liberar adrenocorticotropina y estimular las glándulas adrenales, las cuales descargan en la sangre hormonas corticoesteroides de la corteza suprarrenal. A su vez, se libera también la hormona adrenalina y noradrenalina de la médula suprarrenal. Esto, genera que el cuerpo esté alerta, aumenta el flujo sanguíneo, la tensión y nivel muscular, preparándonos para asimilar situaciones de riesgo, tensión o defensa (Stein, 2016; Corbett, 2011; Tang, 2015; Lazarus 2009; VV.AA, 2010).

El proceso anteriormente descrito, es un proceso normal y que hasta cierto punto ha hecho que los seres humanos nos mantengamos con vida, logremos nuestras metas y estemos alerta ante el peligro (Lazarus 2009; VV.AA, 2010; Alonso, 2012). Sin embargo, cuando este proceso de secreción de hormonas y sistema de alerta se vuelve crónico, a causa de un estrés constante, el exceso de cortisol puede ocasionar obesidad, fragilidad capilar, acné y fallas en el sistema inmunológico (Corbett, 2011).

De igual forma, se ha encontrado es diversos estudios que el constante estado de estrés puede ocasionar problemas de memoria, atención y aprendizaje (Stein, 2016; Yusoff, 2011; Tang, 2015; VV.AA, 2010). Según la ley Yerker-Dodson, los individuos bajo un nivel medio de estrés son quienes más aprenden, a diferencia de aquellos quienes están por debajo o por encima del nivel promedio (Stein, 2016; Kumaraswamy, 2013). En esta misma línea, se ha encontrado que el estrés puede estar relacionado con depresión, ansiedad, daños en el sistema inmunológico, pensamientos suicidas, pérdida de autoestima y dificultades sexuales (Kumaraswamy, 2013; Corbett, 2011).

Este estado constante de alerta o de estrés, puede ser ocasionado por múltiples factores. En el caso de alumnos adolescentes, estudios como el de Yusoff (2011), Bedoya-Lau (2014) y López (2018) han arrojado como principales factores de estrés escolar en alumnos: la situación familiar, la presión social, no alcanzar el éxito profesional, pobreza, cambios en el ambiente o nivel escolar y la evaluación/exámenes.

2.3 ESTRÉS Y MEDIOS DE AFRONTAMIENTO

Actualmente derivado los altos niveles de estrés y su creciente problemática en el ámbito de salud pública, se han desarrollado múltiples estudios de diversos talleres, intervenciones y modelos de políticas en colegios y organizaciones para ayudar a los alumnos a enfrentar (o saber enfrentar) el estrés (Maynard, 2017; Kumaraswamy, 2013; Zenner, 2014). Cohen y Lazarus (En AA.VV. 2010) definen como medios de afrontamiento a aquellas acciones realizadas por el sujeto encaminadas a aceptar, sobrellevar o

responder efectivamente a los cambios y amenazas tanto internos como externos y así mantener un estado de equilibrio y seguridad.

Para el diseño de dichos programas, se ha intentado identificar cuáles son las prácticas más recurrentes en los alumnos para sobrellevar el estrés. Por ejemplo, Yusoff (2011) argumenta que dentro de las prácticas positivas se encuentran: la religión, las reinterpretaciones positivas, el humor y actitud positiva, la autogestión del tiempo y las estrategias de planificación, prácticas que coinciden con el estudio llevado a cabo por Bedoya-Lau (2014). Para los alumnos que se encuentran en la etapa de transición a la universidad, cuestiones como la elección de carrera, las pruebas de ingreso a la universidad e incertidumbre sobre el futuro son predictores de depresión y ansiedad (Pereira, 2009; Kumaraswamy, 2013).

Alonso García (2012) menciona que dentro los medios de afrontamiento podemos encontrar los relacionados a las actividades físicas (relajación, ejercicio y dieta) y las relacionadas a las actividades mentales (meditación, análisis y razonamiento de las situaciones y la comunicación con otros), respecto a estos último, Pereira (2009) coincide en que existe una aceptación general de diversos autores respecto al uso de la meditación o técnicas de relajación como medio de afrontamiento al estrés.

Dentro de los medios de afrontamiento relacionados a actividades mentales podemos mencionar la conciencia plena o “*Mindfulness*” la cual se describe en el siguiente subapartado.

2.4 ESTRÉS Y CONCIENCIA PLENA

El budismo es una corriente filosófica fundada por Siddartha Gautama hace más de 3000 años. El budismo tiene como base de su ideología el sufrimiento (entendido como cualquier causa de malestar o desequilibrio). Dentro del budismo, encontramos el concepto de “correcta atención” o la atención plena (Keown, 2007). Dentro de las bases de la meditación, se encuentra la práctica o enteramiento de la concentración y la autorregulación (Tang, 2015; Stein, 2016).

La atención plena o *mindfulness* se ha convertido hoy en día en una práctica muy recurrida no sólo por practicantes budistas. La atención plena es entendida como la práctica en la cual nos enfocamos sin juicios en el momento presente y desarrollamos la habilidad de contemplar nuestras acciones y las situaciones que nos rodean (Semple, 2017; López-González, 2018).

Recientemente, dentro de los programas de intervención que se han desarrollado para ayudar a los alumnos en el manejo del estrés, se han integrado conceptos

relacionados la atención plena. Incluso, podemos encontrar múltiples programas basados en esta práctica y son conocidos como *Mindfulness Based Intervention* (intervenciones basadas en la conciencia plena), algunos muy famosos como REMIND, *Stress Reduction and Mindfulness Curriculum* (SRMC) o el *Mindfulness Based Stress Reduction* (MBSR) (Semple, 2017; López-González, 2018; Stain, 2016).

Los programas de intervención basados en la conciencia plena (MBI) tienen como objetivo general ayudar a los participantes a desarrollar habilidades de concentración, así como de aceptar los hechos tal y como son, libre de juicios, habilitando un pensamiento libre de estrés (Corbett, 2011; Maynard, 2017; Semple, 2017; Wimmer, 2018, Stein, 2016).

Algunos estudios han encontrado que la práctica de la meditación en atención plena está relacionada a alteraciones en el hipocampo (relacionado a la memoria), materia gris y blanca y engrosamiento del córtex. Además, se ha encontrado que la práctica de la atención plena lleva a una disminución de la activación de la amígdala que está relacionada con las respuestas a estímulos emocionales (Tang, 2015; Semple, 2017).

3 PROCEDIMIENTO

3.1 METAS E INDICADORES DE LOGRO

Se consideran como variables dependientes para nuestro estudio: el resultado de la prueba PAA antes y después de haber tomado el taller de mindfulness y los resultados sobre el estrés percibido de los alumnos antes y después del taller. Para el primero de los anteriores, se propone el indicador de tasa de mejora en los resultados. La anterior relación se obtiene dividiendo el resultado del estado inicial (antes de presentar la prueba) contra los resultados de la prueba y restando una unidad.

De igual forma, para medir el efecto general, se propone medir la tasa de aprobación del examen. Lo anterior se busca medir analizando la cantidad de alumnos que logran aprobar su examen sobre la cantidad total de alumnos que aplicaron.

Por último, con la finalidad de ayudar a responder uno de los cuestionamientos iniciales respecto a la posible incidencia del estrés en los resultados, se propone encontrar la posible relación entre los resultados del examen y el estrés de los alumnos a través del análisis estadístico.

3.2 PROCEDIMIENTO

El estudio estuvo constituido por 3 fases principales: la fase previa, la fase de intervención y la fase de evaluación final. En la fase previa, la cual se realizó durante

la primera semana de intervención y antes de iniciar el taller presencial, el grupo de alumnos realizó un examen diagnóstico en línea que simula la prueba real (Prueba T), con ello pudimos obtener sus puntajes *ad prius*. También durante esta etapa, todos los alumnos respondieron la Escala de Estrés Percibido de Remor en su versión en español y el Cuestionario de autoevaluación de la ansiedad ante los exámenes de la Universidad de Navarra, a través de un formulario electrónico. Los resultados de las pruebas virtuales fueron comparados contra los resultados del simulador de la PAA, con la finalidad de identificar la relación entre aquellos con resultado aprobatorio contra aquellos que no obtengan un puntaje aprobatorio y sus puntajes de estrés.

Para la segunda fase, los alumnos tomaron el taller compuesto por 6 módulos de 50 minutos cada uno, distribuidos a lo largo de 3 semanas. Los datos de los alumnos fueron comparados de su estado inicial contra su estado posterior al taller, tanto de los instrumentos de estrés como resultados en las pruebas de razonamiento.

Finalmente, los alumnos presentaron la PAA real y sus resultados fueron comparados en 3 vías: la tasa de mejora en los resultados de las pruebas de razonamiento, la tasa de mejora entre los resultados de las pruebas de estrés y la relación entre las ambas tasas por cada estudiante.

4 RESULTADOS

El taller se desarrolló con dos grupos de 7 y 8 alumnos respectivamente. Previo al inicio de las 3 semanas, los alumnos contestaron la Escala de Estrés Percibido de Remor y el Cuestionario de autoevaluación de la ansiedad ante los exámenes de la universidad de Navarra, así como realizaron la evaluación previa "Prueba T". Lo anterior se realizó con la finalidad de tener el panorama inicial sobre la situación de los alumnos en las variables a analizar. De igual forma, fueron entregadas cartas de autorización y conocimiento a los tutores de los alumnos y fueron explicados las intenciones y usos de la información del proyecto.

Durante las semanas de la intervención, las sesiones fueron registradas de forma semanal a través de una bitácora de seguimiento. Finalmente, los alumnos realizaron de nueva cuenta las pruebas de estrés y presentaron su Prueba de Aptitud Académica.

Una vez finalizados ambos talleres, los resultados fueron comparados y analizados.

Los datos personales de los participantes como nombres, origen, edad o sexo no son mencionados dentro de las tablas de resultados y análisis respectivos, con la finalidad de proteger su privacidad y estar acorde a la ley de protección de datos personales.

4.1 ANÁLISIS DE DATOS

Para análisis de la información, se realizaron 3 diferentes pruebas a los datos que arrojaron los instrumentos y pruebas aplicados. En primera instancia, se compararon de forma simple los datos contrastando la situación inicial contra la situación final en cada prueba. Posteriormente los datos fueron sometidos a través del software “Minitab” para probar el grado de confianza de cada variable respecto a su cambio (Díaz, 2009). Para aquellas variables que representaran un valor de cambio significativo, se realizó una última prueba de correlación para saber si existía o no relación entre ellas.

Ya que dentro del grupo hubo 2 alumnos quienes no mejoraron en su puntaje de PAA, en el presente trabajo se presenta el análisis de los datos de cambio significativo, así como de correlación tanto tomando en cuenta a los dos alumnos que se mencionan, así como descartando a dichos alumnos con la finalidad de minimizar la variación y con ello el riesgo experimental (Díaz, 2009).

4.2 PRIMER ANÁLISIS

El primer análisis realizado es una comparación simple de resultados. La primera comparación realizada es entre los resultados de la prueba de simulación y los resultados de la prueba real PAA. Es importante saber que, durante el ciclo escolar para el cual se realizó el estudio, para un alumno que busca ingreso al nivel superior el puntaje aprobatorio es de 1170, mientras que para un alumno que busca acceso a bachillerato es de 950 puntos. Dentro de los participantes estuvieron 7 participantes de acceso a bachillerato y 8 de acceso a nivel superior.

Tabla 1. Resultados obtenidos de la “Prueba T” y de la Prueba de Aptitud Académica de los participantes de los talleres. Información proporcionada por la institución al realizar la evaluación de los alumnos.

Participantes	Participante	Prueba T	PAA
Alumnos de acceso a nivel bachillerato	1	1,006.00	940.00
	2	940.00	920.00
	3	1,103.00	1,120.00
	4	1,180.00	1,220.00
	5	845.00	970.00
	6	1,064.00	1,200.00
	7	762.00	1,070.00

Participantes	Participante	Prueba T	PAA
Alumnos de acceso nivel superior	8	1,074.00	1,180.00
	9	1,323.00	1,430.00
	10	1,147.00	1,300.00
	11	1,147.00	1,300.00
	12	1,315.00	1,470.00
	13	1,220.00	1,480.00
	14	1,083.00	1,350.00
	15	1,084.00	1,420.00

Como podemos observar en la tabla 1, en 13 de 15 participantes hay un notorio incremento en el puntaje obtenido en las pruebas, viendo un impacto positivo en los alumnos que tomaron el taller de intervención respecto a los puntajes en la prueba. Remitiéndonos a los objetivos del proyecto, la tasa de aprobación sería de un 86% respecto a un 60% del que se tenía como objetivo, por lo que en primera instancia se puede afirmar que hay un resultado positivo. Lo anterior da un valor importante a la propuesta de intervención, ya que pueden notarse en estos casos particulares beneficios para los alumnos y la institución.

Con relación a las pruebas relacionadas al estrés, como se observa en las tablas 6 y 7, se aprecia una disminución en la mayoría de las variables del Cuestionario de autoevaluación de la ansiedad ante los exámenes de la universidad de Navarra, así como en los resultados de la Escala de Estrés Percibido de Remor.

Tabla 2. Resultados obtenida de del Cuestionario de autoevaluación de la ansiedad ante los exámenes de la universidad de Navarra antes y después de la intervención. Información obtenida de los resultados del estudio.

Participante	Manifestaciones Cognitivas inicialmente.	Manifestaciones Cognitivas al final de la intervención.	Diferencia en los puntajes de manifestación cognitivas.
1	2.6	1.6	1
2	3.4	1.2	2.2
3	4	3	1
4	4.6	3.8	0.8
5	5	3.8	1.2
6	1.4	1.6	-0.2
7	4.4	3	1.4
8	2.6	1.6	1
9	1	2.2	-1.2
10	3.4	1.2	2.2
11	1.6	1.4	0.2
12	1	1.6	-0.6

13	2.2	1.8	0.4
14	2.8	2.8	0
15	2.8	1.2	1.6
Promedio	2.853	2.120	0.733
Participante	Manifestaciones fisiológicas inicialmente.	Manifestaciones fisiológicas al final de la intervención.	Diferencia en los puntajes manifestaciones fisiológicas.
1	1.00	1.17	1.1
2	1.83	1.33	2.9
3	4.17	3.33	-0.1
4	1.67	1.67	1.3
5	4.17	2.00	1.5
6	1.00	1.00	1.0
7	2.83	1.83	-0.1
8	1.50	1.17	0.3
9	1.00	2.33	-1.3
10	2.67	1.33	-0.1
11	1.00	1.00	0.5
12	1.17	1.67	0.3
13	2.67	1.67	-0.7
14	1.83	1.33	1.7
15	2.83	1.00	2.3
Promedio	2.089	1.589	0.711
Participante	Manifestaciones Motoras inicialmente.	Manifestaciones Motoras al final de la intervención.	Diferencia en los puntajes de manifestaciones motoras.
1	2.25	1.25	-0.25
2	4.25	1	2.00
3	3.25	3.5	1.50
4	3	1.25	-0.25
5	3.5	2.25	2.75
6	2	1.75	-0.75
7	1.75	1.5	1.50
8	1.5	1.25	0.75
9	1	2.25	-1.25
10	1.25	1.75	-0.75
11	1.5	1.5	-0.50
12	2	2.25	-0.25
13	1	1.5	3.50
14	3	1.5	3.50
15	3.25	1.25	1.75
Promedio	2.300	1.717	0.883

Dichas diferencias se obtienen al comparar el estado inicial del final. Para efecto de ambas pruebas de estrés, el resultado esperado es una disminución. Para la tabla 2, la disminución va relacionada a los síntomas fisiológicos, cognitivas y motoras. En el caso de la tabla 3, la disminución se encuentra en el estado de conciencia o percepción sobre el estrés, en otras palabras, qué tan “estresado” se considera el alumno en los supuestos marcados en los reactivos de la prueba.

Tabla 3. Resultados obtenidos de la Escala de Estrés Percibido de Remor antes y después de la intervención. Información obtenida de los resultados del estudio.

Participante	Porcentaje percibido inicial.	Porcentaje Percibido posterior a la intervención.	Disminución en el porcentaje de estrés
1	45%	25%	20%
2	77%	20%	57%
3	50%	45%	5%
4	70%	57%	13%
5	59%	48%	11%
6	43%	30%	13%
7	48%	45%	4%
8	34%	27%	7%
9	54%	32%	21%
10	50%	20%	30%
11	46%	23%	23%
12	52%	38%	14%
13	36%	20%	16%
14	38%	25%	13%
15	39%	41%	-2%
Promedio	49%	33%	16%

Los resultados anteriores podrían presuponer que existe una diferencia importante en las variables relacionadas al estrés, ya que es observable una disminución entre todos los puntajes de los estados iniciales y aquellos en el estado final. Ahora bien, como menciona Jiménez (2012), dentro de los análisis estadísticos es importante determinar los intervalos de confianza, o sea, medidas de precisión que ayudan a tener un grado de certeza mayor respecto a qué tan significativos son los cambios en una muestra.

Durante la investigación, fue importante establecer un método para obtener una fiabilidad en que los cambios de los valores son significativos y por ellos pueden ser usados o no para obtener una conclusión. De igual forma, como menciona Díaz (2019) no para todas las variables se puede suponer que el cambio aritmético sea relevante o

valioso (Díaz, 2009). Por ello y con la finalidad de obtener aquellos cambios y variables que sí puedan ser significativos y útiles en el análisis (Villalpando, 2001), se establecen un segundo y tercer análisis estadístico de la información, los cuales son realizados a través de un software estadístico llamado “*Minitab*”.

En el segundo análisis los resultados de las diferencias en los datos son sometidos a un estudio de confianza, para determinar si los cambios son significativos o no. Una vez determinadas las variables significativas que presentan un grado de confianza, son analizadas en un tercer paso para encontrar posibles correlaciones.

4.3 SEGUNDO ANÁLISIS

Como mencionan Fernández y Pértega (2001), las diferencias entre datos pueden no ser siempre fiables. Las diferencias pueden ser medidas con la finalidad de conocer que tan significativas pueden ser estadísticamente, en función de un grado de confianza establecido (Díaz, 2009). Para el análisis del impacto de la propuesta de intervención, las diferencias fueron sometidas a evaluación en un método de *T-test* de dos muestras. El valor de confianza establecido para el análisis fue de un 95%, esto es, que en el 95% de los casos el comportamiento de las variables pudiera ser el mismo (Hernández-Sampieri, 2006).

Como se mencionó anteriormente, para el estudio de los datos se realizaron pruebas tomando en cuenta los dos alumnos quienes presentaron una disminución en su puntuación en los exámenes (Participantes 1 y 2) y un análisis excluyendo a éstos y corriendo el programa sólo con quienes mostraron un incremento en sus puntajes. Las pruebas realizadas fueron un *T-test* de dos variables, donde ambas muestras eran el estado inicial y el estado final de cada variable y donde se pretendía encontrar aquellas variables que presentaran una diferencia significativa, estadísticamente hablando, para el estudio. Posteriormente, se computó en una gráfica de dispersión con línea de regresión las variables con una diferencia significativa, a fin de encontrar la existencia de una relación.

Se encontró una diferencia significativa para los cambios en los resultados de Prueba “T” vs. resultados de PAA (Ver figura 1) y el porcentaje inicial de estrés percibido vs. estado final de estrés percibido (ver figura 2).

Para el investigador, resulta un hallazgo importante ya que puede ser un indicador de que, aquellos alumnos que son capaces de estar más conscientes de sus cambios de estrés y autorregularse en el momento, pueden presentar mejoras al responder la PAA u otras pruebas. Lo anterior concordaría con lo encontrado por Hansen (2016), Ke (2015) y Semple (2017).

Figura 1. Resultados del análisis de significación T-test de dos variables, entre la “Prueba T” y la PAA. Información y tablas obtenidas del software de análisis *Minitab*.

Método
μ_1 : media Planea T
μ_2 : media PAA
Diferencia: $\mu_1 - \mu_2$

Estimación de la diferencia	
Diferencia	95% CI para la diferencia
-138.5	(-268.7, -8.2)

Descriptiva estadística				
Muestra	N	Media	StDev	MediaSE

Planea T	15	1086	155	40
PAA	15	1225	191	49

Test		
Hipótesis nula	$H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0$	
Hipótesis alternativa	$H_1: \mu_1 - \mu_2 \neq 0$	
T-Value	DF	P-Value
-2.18	26	0.038

Figura 2. Resultados del análisis de significación T-test de dos variables, entre el estrés percibido en la etapa inicial y el estrés percibido en la etapa final. Información obtenida del software de análisis *Minitab*.

Método
μ_1 : media Porcentaje percibido 1
μ_2 : media Porcentaje Percibido 2
Difference: $\mu_1 - \mu_2$

Estimación de la diferencia	
Diferencia	95% CI para la diferencia
0.1633	(0.0738, 0.2528)

Descriptiva estadística				
Muestra	N	Media	StDev	MediaSE

Porcentaje percibido 1	15	0.494	0.121	0.031
Porcentaje Percibido 2	15	0.331	0.118	0.031

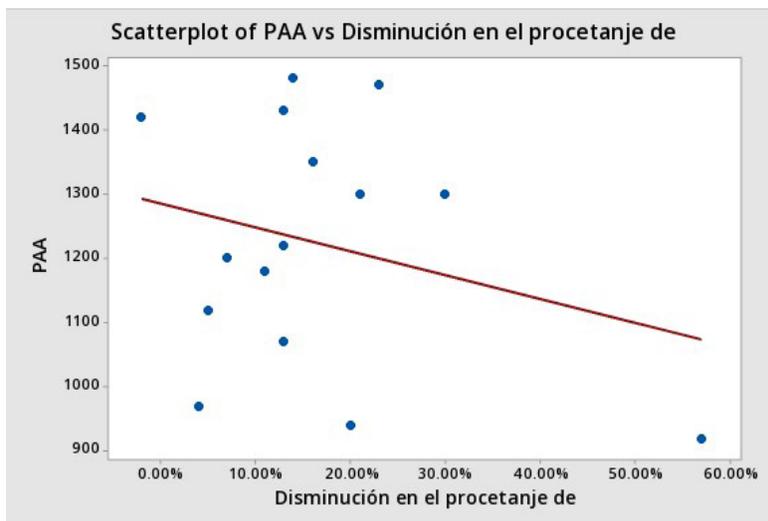
Test		
Hipótesis nula	$H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0$	
Hipótesis alternativa	$H_1: \mu_1 - \mu_2 \neq 0$	
T-Value	DF	P-Value
3.74	27	0.001

Lo anterior puede suponer que, a pesar de que los síntomas del estrés en los alumnos no hayan tenido un cambio importante en términos estadísticos, el hecho de que perciban menos estrés en ellos puede llegar a impactar en su desempeño en la prueba, tal y como lo mencionan Pereira (2009) Shoshami (2014) y Wimmer (2018).

Por otro lado, puede indicar que los efectos del taller benefician a los alumnos en la medida que éstos son más conscientes de su estado de estrés, así como de su falta de consciencia en el momento presente, lo cual les permitiría modificar su comportamiento y concentración a la hora de estudiar o presentar la prueba. (Wimmer, 2010; Stein; 2016;

Maynard, 2017; Semple, 2017). Sin embargo, vale la pena mencionar que en la gráfica de dispersión entre los resultados de la PAA contra el porcentaje de disminución del estrés percibido (figura 3) se puede apreciar que aquellos alumnos que tuvieron una menor diferencia en el estrés percibido fueron también quienes presentaron los puntajes más altos en la PAA.

Figura 3. Resultados del análisis de la gráfica de dispersión entre los resultados de la PAA contra el porcentaje de disminución del estrés percibido. Información obtenida de los resultados del estudio.



Ello podría significar que los alumnos quienes ya contaban con mejores medios de afrontamiento al estrés o quienes tenían en mayor medida un grado de conciencia, son quienes pueden tener un mejor rendimiento durante el examen, lo que concuerda con lo mencionado por Yusoff (2011), Bedoya-Lau (2014) y López (2018) respecto a los medios de afrontamiento y con las conclusiones obtenidas por Maynard (2017) de su análisis de diferentes pruebas realizadas en intervenciones.

4.4 TERCER ANÁLISIS

Finalmente, se realizaron las mismas pruebas que en el análisis anterior, eliminando de la muestra los dos alumnos que tuvieron un cambio negativo en los resultados de la prueba. Lo anterior, como se ha mencionado, debido a que podría llegar a alterar los resultados, según se recomienda para análisis estadísticos por Díaz (2009), Jiménez (2012) y Hernández-Sampieri (2017).

Al correr el sistema se encontró que los datos cambiaron muy poco, siendo así que para las variables de los síntomas del estrés nuevamente no hubo una diferencia

significativa, deixando ésta sólo para las variables de diferencias en puntajes y diferencias en estrés percibido, al igual que en el primer análisis.

Figura 4. Resultados del análisis de significación T-test de dos variables, entre el estrés percibido en la etapa inicial y el estrés percibido en la etapa final, discriminando a los alumnos que no presentaron mejora en el puntaje. Información obtenida de los resultados del estudio.

Método					Estimación de la diferencia		
μ_1 : media Porcentaje percibido 1					95% CI para la diferencia		
μ_2 : mean of Porcentaje Percibido 2							
Diferencia: $\mu_1 - \mu_2$					0.1292 (0.0400, 0.2185)		

Descriptiva estadística					Test						
Muestra					N	Media	StDev	MediaSE	Hipótesis nula	$H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0$	
Porcentaje percibido 1					13	0.476	0.101	0.028	Hipótesis alternativa	$H_1: \mu_1 - \mu_2 \neq 0$	
Porcentaje Percibido 2					13	0.347	0.119	0.033	T-Value	DF	P-Value
					3				3	23	0.006

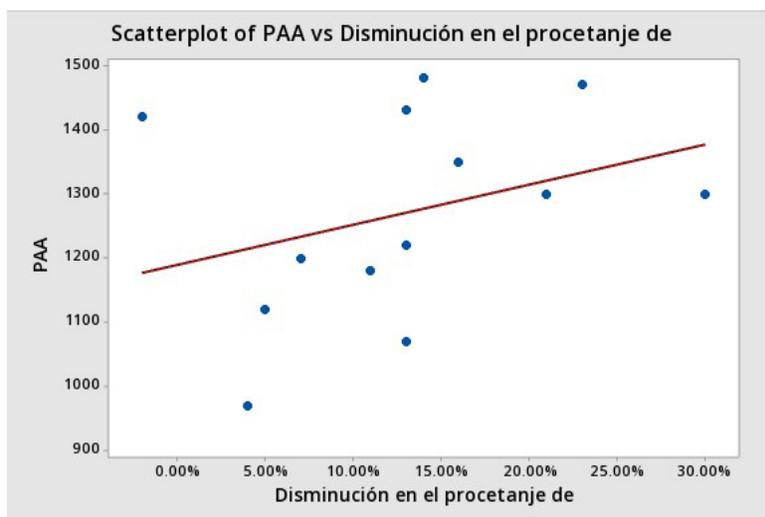
Figura 5. Resultados del análisis de significación T-test de dos variables, entre la "Prueba T" y la PAA, discriminando a los alumnos que no presentaron mejora en el puntaje. Información obtenida de los resultados del estudio.

Método					Estimación de la diferencia		
μ_1 : media Planea T					95% CI para la diferencia		
μ_2 : media PAA							
Diferencia: $\mu_1 - \mu_2$					-166.4 (-295.9, -36.9)		

Descriptive Statistics					Test						
Muestra					N	Media	StDev	MediaSE	Hipótesis nula	$H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0$	
Planea T					13	1104	159	44	Hipótesis alternativa	$H_1: \mu_1 - \mu_2 \neq 0$	
PAA					13	1270	160	44	T-Value	DF	P-Value
					3				-2.66	23	0.014

Sin embargo, al correr la gráfica de dispersión con regresión lineal para conocer la relación entre la disminución del porcentaje del estrés percibido con las mejoras en los puntajes de la PAA, se observa que aquellos alumnos que tuvieron los saltos más grandes en la reducción del estrés percibido son también quienes lograron mejorar más en sus puntajes de la PAA.

Figura 6. Resultados del análisis de la gráfica de dispersión entre los resultados de la PAA contra el porcentaje de disminución del estrés percibido, discriminando a los alumnos que no presentaron mejora en el puntaje. Información obtenida de los resultados del estudio.



Lo anterior indica que existe una diferencia en la correlación cuando se excluyen a los alumnos que tuvieron disminución en sus puntajes. También se encuentra que existe una ligera correlación en la reducción del estrés percibido con el aumento en el desempeño en la prueba, ya que en las pruebas de correlación el valor del coeficiente indica que hay una relación moderadamente positiva de $r = .33$, lo cual podría suponer que en los casos estudiados, si la percepción de la disminución del estrés mejora, hay un incremento en el puntaje obtenido, lo que concuerda con lo dicho por autores como Shoshani (2014), Hansen (2016) o Semple (2017).

5 CONCLUSIONES

Derivado del análisis de la información obtenida a través de la prueba T y los resultados finales de la PAA, así como de las pruebas de estrés percibido (Remor, 2011) y prueba de síntomas del estrés ante los exámenes, se obtuvo que: el 86% de los alumnos que tomaron el taller logró el puntaje de admisión contra una tasa del 66% de aprobación que era la media al momento de iniciar el taller, existió una correlación entre el aumento en

el puntaje de las pruebas y la disminución en la percepción del estrés, aquellos alumnos que tuvieron una menor diferencia en el estrés percibido y que tenían promedios escolares más altos fueron también quienes presentaron los puntajes más altos en la PAA. Por lo anterior, se concluye que:

El taller de intervención puede ser una herramienta útil para la institución al momento de preparar a los alumnos para su prueba de admisión, por el aumento obtenido en la tasa de aprobación.

El taller puede variar en efecto según las características particulares del alumno.

Aquellos alumnos que tuvieron los saltos más grandes en la reducción del estrés percibido son también quienes lograron mejorar más en sus puntajes de la PAA contra sus resultados iniciales, lo cual supone que su estado de conciencia sobre su estrés puede beneficiar sus resultados, lo que coincide con los estudios mencionados al principio de este documento y con los datos obtenidos a través del análisis de correlación, el cual arrojó una correlación positiva de $r = .33$.

Aquellos alumnos con habilidades de afrontamiento del estrés previo y con nivel de aprovechamiento académico más alto, fueron también quienes presentaron los puntajes más altos, por lo que en futuras ocasiones no se recomienda para este tipo de alumno y sólo para quienes necesiten desarrollar más su percepción del estrés, lo cual se presenta acorde a la bibliografía consultada (Bedoya-Lau, 2014; Hansen, 2016; Maynard, 2017; Núñez Pérez, 1998; Yusoff, 2011).

REFERENCIAS

Alonso García, J.I. (2012). Motivación y emoción. En *Psicología*. Ciudad de México, México. Editorial McGrawHill. Pg. 293.

Bedoya-Lau, F. N., Matos, L. J., & Zelaya, E. C. (2014). Niveles de estrés académico, manifestaciones psicósomáticas y estrategias de afrontamiento en alumnos de la facultad de medicina de una universidad privada de Lima en el año 2012. *Revista de Neuro-Psiquiatría*, 77(4), 262-270. Recuperado de http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S0034-85972014000400009&script=sci_arttext

Blashill, M. M. (2016). Academic stress and working memory in elementary school students (Disertación doctoral). De la base de datos de disertaciones doctorales de la Universidad del Norte de Colorado. N. 370.

Cuestionario de autoevaluación de la ansiedad ante los exámenes. Recuperado de: https://www.unavarra.es/digitalAssets/112/112234_100000Cuestionario_ansiedad.pdf

Corbett, M. L. (2011). *The effect of a mindfulness meditation intervention on attention, affect, anxiety, mindfulness, and salivary cortisol in school aged children* (Disertación doctoral). Florida Atlantic University.

Díaz, Abel. *Diseño estadístico de experimentos 2a Ed.* Universidad de Antioquia, 2009.

Doval, H. O. (2014). El examen, herramienta fundamental para la evaluación certificativa1. En *La enseñanza del Español como LE/L2 en el siglo XXI* (pp. 553-562). Asociación para la Enseñanza del Español como Lengua Extranjera.

Edel Navarro, R. (2003). *El rendimiento académico: concepto, investigación y desarrollo*. Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación. 1(2) Pg. 1-15.

Elder, G. H., Johnson, M. K., & Crosnoe, R. (2003). The emergence and development of life course theory. En *Handbook of the life course* (pp. 3-19). Springer, Boston.

Hansen, T. (2016). *Evaluation of successful practices that lead to resiliency, grit, and growth mindsets among at-risk students* (Disertación doctoral). Northwest Nazarene University.

Heredia, Y. E., Aradillas, A. L. S. (2013). *Teorías del aprendizaje en el contexto educativo*. Nuevo León, México. Editorial Digital de Tecnológico de Monterrey.

Hernández-Sampieri, R., Fernández-Collado, C., & Baptista-Lucio, P. (2006). Analisis de los datos cuantitativos. *Metodología de la investigación*, 407-499.

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación (2017). *Planea: resultados nacionales 2017*. Ciudad de México, México.

Jiménez, J. (2012). Métodos estadísticos. Obtenido de <http://www.sefh.es/bibliotecavirtual/erroresmedicacion/010.pdf>.

Kar, S. (2017). *Academic stress as a determinant of academic achievement*. Nurture, 11(1), 1-5. Tomado de <http://0-search.proquest.com/millennium.itesm.mx/docview/2047349668?accountid=11643>

Ke, S., Lai, J., Sun, T., Yang, M. M., Wang, J. C. C., & Austin, J. (2015). Healthy young minds: The effects of a 1-hour classroom workshop on mental illness stigma in high school students. *Community mental health journal*, 51(3), 329-337. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25017811>

Keon, D. (2007). Una brevísimas introducción al budismo. Ciudad de México. Editorial Océano.

Kompridis, N. (2000). *So we need something else for reason to mean*. International journal of philosophical studies, 8(3), pg. 271-295.

Kumaraswamy, N. (2013). Academic stress, anxiety and depression among college students-a brief review. *International review of social sciences and humanities*, 5(1), 135-143.

Lazarus, R. S. (2009). *Estrés y emoción: Manejo e implicaciones en nuestra salud*. Retrieved from <https://0-ebookcentral-proquest-com.millennium.itesm.mx>

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). The stress concept in the Life Sciences. En *Stress, appraisal, and coping*. Springer publishing company. (pg. 1 -21). New York, New York.

López-González, L., Amutio, A., & Herrero-Fernández, D. (2018). The Relaxation-Mindfulness Competence of Secondary and High School students and its influence on classroom climate and academic performance. *European Journal of Education & Psychology*, 11(1). Recuperado de http://www.programatreva.com/app/download/9243278/COMPETENCIAS+DE+RELAJACIÓN-MINDFULNESS_2018.pdf

López, J. A. C., & Hernández, C. E. M. (2018). El estrés académico y su efecto en el desempeño escolar en estudiantes de Nivel Medio Superior. *JÓVENES EN LA CIENCIA*, 4(1), 2073-2077. Recuperado de <http://www.jovenesenlaciencia.ugto.mx/index.php/jovenesenlaciencia/article/view/2934>

Maynard, B. R., Solis, M. R., Miller, V. L., & Brendel, K. E. (2017). Mindfulness-Based Interventions for Improving Cognition, Academic Achievement, Behavior, and Socioemotional Functioning of Primary and Secondary School Students. *Campbell Systematic Reviews 2017*: 5. *Campbell Collaboration*.

Núñez Pérez, J. C., González García, J. A., García Rodríguez, M. S., González-Pumarieg.

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (2015). *Programa para la evaluación internacional de alumnos (PISA)*. Recuperado de <https://www.oecd.org/pisa/PISA-2015-Mexico-ESP.pdf>

Pereira, M. (2009). Una revisión teórica sobre el estrés y algunos aspectos relevantes de éste en el ámbito educativo. *Revista educación*, 33(2), 171-190.

Pita Fernández, S., & Pértega Díaz, S. (2000). Significancia estadística y relevancia clínica. *Cad Aten Primaria*, 8, 191-195.

Remor E. & Carroble JA. (2001). Versión Española de la escala de estrés percibido (PSS-14): Estudio psicométrico en una muestra VIH+. *Ansiedad y Estrés*, 7 (2-3), 195-201.

Secretaría de Educación Pública (2017). *Estadística del sistema educativo mexicano ciclo escolar 2016 – 2017*. Ciudad de México, México.

Semple, R. J., Drouman, V., & Reid, B. A. (2017). Mindfulness goes to school: Things learned (so far) from research and real-world experiences. *Psychology in the Schools*, 54(1), 29-52. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/pits.21981>

Shoshani, A., & Steinmetz, S. (2014). Positive psychology at school: A school-based intervention to promote adolescents' mental health and well-being. *Journal of Happiness Studies*, 15(6), 1289-1311. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s10902-013-9476-1>

Stein, S. D. (2016). *Impact of a 3-minute mindfulness-based exercise on anxiety and academic performance* (Disertación doctoral). Union Institute and University. <http://search.proquest.com/openview/97076a6c1a8c20b9c767ddc549a7a2aa/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>

Tang, Y. Y., Hölzel, B. K., & Posner, M. I. (2015). The neuroscience of mindfulness meditation. *Nature Reviews Neuroscience*, 16(4), 213.

Villalpando, J. A. G., Morales, A. C., Guzmán, M. E. R., Sánchez, G. R., & Saavedra, M. U. L. (2001). Comparación de los procedimientos de Tukey, Duncan, Dunnett, HSU y Bechhofer para selección de medias. *Agrociencia*, 35(1), 79-86.

Wimmer, L., von Stockhausen, L., & Bellingrath, S. (2018). Effects of mindfulness training on regulatory and academic abilities in preadolescents: Results from a pilot study. *Open Psychology*, 1(1), 69-93. Recuperado de <https://www.degruyter.com/view/j/psych.2018.1.issue-1/psych-2018-0006/psych-2018-0006.xml>

Yusoff, M. S. B., Hamid, A. H. A., Rosli, N. R., Zakaria, N. A., Rameli, N. A., Rahman, N. S. A., & Rahman, A. A. (2011). Prevalence of stress, stressors and coping strategies among secondary school students in Kota Bharu, Kelantan, Malaysia. *Int J Stud Res*, 1(1), 23e28. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Muhamad_Saiful_Bahri_Yusoff/publication/50418156_Prevalence_of_stress_stressors_and_coping_strategies_among_secondary_school_students_in_Kota_Bharu_Kelantan_Malaysia/links/0fe0a89ecd97cc23bcebfbfc1/Prevalence-of-stress-stressors-and-coping-strategies-among-secondary-school-students-in-Kota-Bharu-Kelantan-Malaysia.pdf

Zenner, C., Herrnleben-Kurz, S., & Walach, H. (2014). Mindfulness-based interventions in schools – a systematic review and meta-analysis. *Frontiers in psychology*. 5, 603. Recuperado de <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2014.00603>

CAPÍTULO 8

DETECCIÓN DE ERRORES ORTOGRÁFICOS PARA LA VALIDACIÓN DE LA CALIDAD EN DATOS ABIERTOS GUBERNAMENTALES PARA LA MÉTRICA DEL FACTOR SYNTACTIC CORRECTNESS¹

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Roxana Martínez

Universidad Abierta Interamericana (UAI)
Magíster en Tecnología Informática
Centro de Altos Estudios en
Tecnología Informática (CAETI)
Ciudad Autónoma de Buenos Aires
Argentina
<https://orcid.org/0000-0001-9318-6411>

Christian Parkinson

Universidad Abierta Interamericana (UAI)
Ingeniero en Sistemas Informáticos
Centro de Altos Estudios en
Tecnología Informática (CAETI)
Ciudad Autónoma de Buenos Aires
Argentina
CV

RESUMEN: Este trabajo se enfoca en la importancia de la calidad de los datos abiertos

¹ Este trabajo es una extensión del artículo publicado en el Congreso Nacional de Ingeniería Informática / Sistemas de Información (CoNallSI) con la siguiente referencia: Martínez, R., & Parkinson, C. (2021). Validación de la calidad en Datos Abiertos con respecto a la detección de errores ortográficos utilizando la métrica del factor Syntactic Correctness. Congreso Nacional de Ingeniería Informática – Sistemas de Información (CONAISI). San Francisco. Córdoba. Argentina.

gubernamentales, que se encuentran en los portales de sitios web públicos. Se realiza un estudio comparativo de las distintas herramientas actuales para la detección de corrección de errores ortográficos, y luego, se trabaja con la mejor opción analizada en el desarrollo de un prototipo de software que permite la validación de aspectos de calidad de datos en este contexto. El aporte de este trabajo es el estudio comparativo de herramientas, como así también, un software para efectuar la validación automática de los archivos gubernamentales (datasets). Cabe destacar que la verificación de la calidad del dato se realiza a través de la métrica para la detección de errores ortográficos, utilizando el concepto del factor Syntactic Correctness en los campos del tipo cadena de texto que conforman al dataset analizado. El diseño del prototipo permitió una mejor identificación de falencias en un dataset (esto se explica en la sección de análisis de resultados), como así también, permite que los usuarios logren un estudio rápido y detallado de los errores ortográficos identificando el número de registro y el nombre del campo en el que se encuentran. Detectar estas falencias a tiempo, permitirá evitar análisis erróneos con los datos gubernamentales publicados a los ciudadanos, y, además, mejorar la interpretación de los datos brindados por el gobierno para obtener informes con un valor agregado a la población. Por todo esto, es necesario efectuar una mayor concientización en dichos aspectos de calidad.

PALABRAS CLAVE: Calidad de Datos Abiertos. Herramienta de Validación. Ortografía en datos abiertos. Gobierno Abierto.

MISSPELLING DETECTION FOR QUALITY VALIDATION IN OPEN GOVERNMENT DATA FOR THE SYNTACTIC CORRECTNESS FACTOR METRIC

ABSTRACT: This work focuses on the importance of the quality of open government data, found in public website portals. A comparative study of the different tools for the detection of spelling errors is carried out, and then, the best option analyzed is worked on in the development of a software prototype that allows the validation of data quality aspects in this context. The contribution of this work is the comparative study of tools and the development of software to perform the automatic validation of government files (datasets). It should be noted that the verification of the quality of the data is carried out through the metric for the detection of spelling errors, using the concept of the Syntactic Correctness factor in the fields of the text string type that make up the analyzed dataset. The design of the prototype allowed a better identification in a dataset (this is explained in the results analysis section), as well as allowing users to achieve a quick and detailed study of spelling errors by identifying the record number and the name of the field of these. Detecting these shortcomings in time will make it possible to avoid erroneous analyzes with the government data published to citizens, and, in addition, improve the interpretation of the data provided by the government to obtain reports with added value to the population. For all this, it is necessary to make a greater awareness of these quality aspects.

KEYWORDS: Open Data Quality. Validation Tool. Spelling in open data. Open Government.

1 INTRODUCCIÓN

A nivel mundial cada vez se encuentra más en auge el contexto de los conceptos involucrados en Gobierno Abierto desde un enfoque gubernamental. Mediante los canales de comunicación digitales y disponibilización de información estatal, los ciudadanos tienen una mayor participación ciudadana, permitiendo comprender y participar del proceso de consultas de datos públicos, abiertos y colaborativos en forma rápida y eficiente. El “Gobierno Abierto se basa en cuatro pilares fundamentales: transparencia, rendición de cuentas, participación ciudadana y colaboración e innovación pública y ciudadana” (Arroyo Chacón, 2017). El acceso a la información pública le permite al ciudadano, tener evidencia de lo que ocurrió y está ocurriendo a nivel gubernamental.

El dato público es disponibilizado y regulado bajo un marco legal que permite que cualquier persona u organismo lo acceda sin necesidad de que se encuentre en un software o archivo digital. Los “datos abiertos (open data) son datos que pueden ser utilizados, reutilizados y redistribuidos libremente por cualquier persona, y que se encuentran sujetos, cuando más, al requerimiento de atribución y de compartirse de la misma manera en que aparecen” (Aleixandre-Benavent, 2019). Estos datos deben estar

en formatos digitales, con un modelo estándar abierto. Los datos gubernamentales son financiados con dinero público de los ciudadanos, la información contenida en estos datos es pública y debe estar a disposición en un formato abierto, que respete estándares técnicos y permita su reutilización y difusión.

2 ASPECTOS DE CALIDAD PARA DATOS ABIERTOS

Los conjuntos de datos abiertos que son brindados, muchas veces, no están en un formato correcto, contienen errores ortográficos, o bien, se encuentran campos incompletos. En otro de los trabajos realizados por los autores (Martínez, Rodríguez, & Vera, 2020), se indica la importancia de estos aspectos, ya que los datos abiertos ofrecen una gran ventaja en la administración pública brindando conocimiento para la toma de decisiones políticas. En aspectos de organizaciones destinadas a este contexto, la Open Data Charter, Carta Internacional de Datos Abiertos (Open Data Charter, 2022), tiene como visión general que los gobiernos puedan recopilar, compartir y utilizar datos bien organizados y gestionados, para impulsar políticas y prácticas que permitan dar respuestas a la sociedad de manera eficaz. Esta organización sostiene que “la apertura de datos gubernamentales puede fomentar la construcción de sociedades más interconectadas que satisfagan mejor las necesidades de los ciudadanos” (Open Data Charter, 2022), es por ello por lo que emplean principios que son la propuesta para el acceso a los datos y su divulgación. Por otro lado, la Open Government Data, Datos de Gobierno Abierto (Open Government Data, 2022), tiene como misión brindar principios para que los datos gubernamentales, se identifiquen como datos abiertos. Este trabajo trata el principio número 1, “*Completa*” del Open Government Data (Open Government Data, 2022) y el principio número 2, “*Oportuno y Completo*” del Open Data Charter (Open Data Charter, 2022), analizando los datos desde su validación ortográfica.

3 TRABAJOS RELACIONADOS

En esta sección se analizan trabajos relacionados con la temática de calidad de datos abiertos y herramientas de detección ortográfica.

3.1 CALIDAD EN LOS PORTALES DE DATOS ABIERTOS

Algunos trabajos (Abella, 2018), orientan la evaluación de la calidad de los portales abiertos en el análisis del modelo de cinco estrellas de Berners-Lee y otros factores que ayudan a evaluar la calidad de los datos para la reutilización, o bien trabajos (Nayek, 2018) que sugieren técnicas para resolver los problemas con los sitios de gobierno de datos y

para ello, desarrollan framework o técnicas que proporcionan servicios de datos basados en la web teniendo en cuenta aspectos de reutilización de datos, desde el enfoque de los formatos de conjuntos de datos estructurados como CSV, XML, JSON, etc.; luego, que los datos estén disponibles utilizando un esquema o un vocabulario para metadatos. Por otra parte, existen trabajos (Oviedo Blanco, 2016), (Ibanez Gonzalez, 2019), (Rodríguez Rojas, 2017) y (Arizo, 2016) que se enfocan en establecer criterios y clasificaciones de niveles de calidad de los datos abiertos, teniendo en cuenta un análisis a partir de la reutilización de datos abiertos y públicos. Por otra parte, algunas técnicas de medición de calidad se basan en el concepto de la disponibilidad de los datos en los portales y, además, definen mecanismos para evaluar la madurez de un portal de datos abiertos a través de métricas de calidad, por ejemplo: la trazabilidad, completitud y conformidad. Diversos gobiernos promueven en publicaciones, guías de buenas prácticas de uso de datos públicos gubernamentales con el fin de incentivar la utilización de éstos (Martínez, Rodríguez, & Vera, 2021).

3.2 HERRAMIENTAS DE DETECCIÓN DE ERRORES ORTOGRÁFICOS

Para analizar las palabras con un diccionario de un idioma determinado, del cual se puede determinar si el vocablo está correctamente escrito o no, y proporcionar las sugerencias relacionadas a un error.

Uno de los componentes de detección de errores y gramaticales más populares es Hunspell (Huspell, 2022), permite procesar caracteres Unicode, o con morfología compleja, realizar sugerencias utilizando algoritmos de similitud n-gram (Kondrak, 2005), datos de pronunciación basados en reglas y diccionarios, realizar análisis morfológico junto con sus derivadas. Incluye los diccionarios del antiguo corrector de Apache Open Office “MySpell”, además, los de LibreOffice y extensiones, y Mozilla Add-Ons. Un aspecto importante de este componente es que se reutiliza como base de los proyectos de integración para el Framework .NET NHunspell (NHunspell, 2022), Proofreading API (Huspell, 2022), NHunspellTextBoxExtender (NHunspellTextBoxExtender, 2022) y NetSpell (NetSpell, 2022), éstos dos últimos añaden la funcionalidad de subrayado a las casillas de texto en las palabras con errores ortográficos, además, NetSpell provee una mayor cantidad de clases para la integración con una mayor cantidad funciones para la configuración del diccionario, como contrapartida, maneja un conjunto de diccionarios exclusivos para el uso de la herramienta. Proofreading API es un componente comercial de la empresa “LanguageTool GmbH”, donde las aplicaciones para utilizar los servicios deben incluir una referencia a un servicio HTTP API, en formato de JSON, como valor agregado incorpora validación de fechas y géneros (dependiendo del idioma). El tiempo

promedio de procesamiento es de 300 milisegundos cada 1000 caracteres. Por otro lado, Aspell.Net (Aspell-net, 2022) es una API desarrollada en visual C# que provee un motor de revisión de escritura, su funcionalidad está basada en la librería GNU Aspell mediante un puerto WIN32 API. Esta librería fue desarrollada en C++, y es la encargada de detectar los errores, obtener las sugerencias sobre la palabra que fue mal escrita, y trabaja con documentos con codificación UTF8 sin utilizar un diccionario especial. En lo que respecta a Google-api-spelling-java (google-api-spelling-java, Google, 2022) es un componente desarrollado para Java incluye revisión, corrección y sugerencias que son procesadas en el servidor de Google. Todo el funcionamiento y responsabilidad del componente se encuentra encapsulado en una clase SpellChecker. El Framework .Net provee un componente que proporciona la funcionalidad de revisión ortográfica en tiempo real sobre los controles de ingreso de datos (Casillas de texto) provistas por el Framework. Net para proyectos de datos en WPF, éste se conoce como Spellcheck, se utiliza con la librería "PresentationFramework.dll". A continuación, en la Tabla 1, se comparan todas las herramientas previamente expuestas con sus principales características que son utilizadas para llevar a cabo el proceso de selección de la herramienta más apropiada para validar datos de los datasets en ese aspecto.

Tabla 1. Comparativa de Herramientas de detección ortográficas.

Herram.	Dicc.dist.	Open Source	Comercial	Agregar Palabras	Tecno.
Hunspell	Si	Si	No	Si	C++
Aspell.Net	No	No	No	Si	C#
Proofreading API	No	No	Si	no	C#
google-api-spelling-java	No	No	Si	No	Java
Spellcheck	No	No	No	Si	C#
NHunspell	Si	No	No	Si	C#
NHunspellTextBoxExtender	Si	No	No	Si	C#
NetSpell	No	No	No	Si	C#

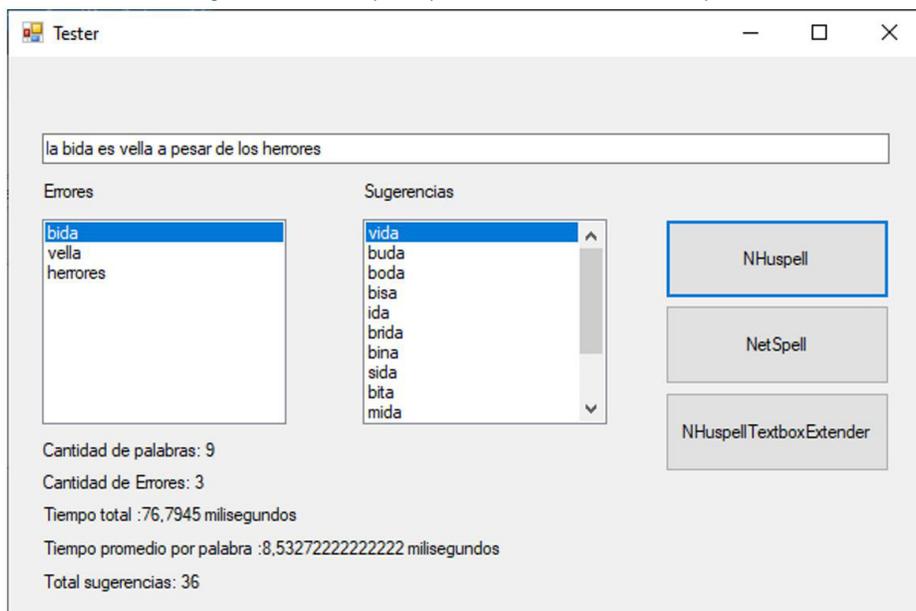
4 PRIMER PROTOTIPO DESARROLLADO

Con el objetivo de seleccionar la herramienta más adecuada para la detección de errores en los conjuntos de datos abiertos, se desarrolló un prototipo propio para evaluar el tiempo de respuesta, sugerencias y detecciones de los principales componentes y optar por la mejor. Para la comprobación se seleccionó la frase "*la bida es vella a pesar de los herrores*". Se sometió a cada herramienta a un testeo analizando tiempos de respuesta promedio por palabra, tiempo de respuesta total, la cantidad de errores detectados y cantidad de sugerencias provistas por las herramientas, esto se muestra en la Figura 1.

Si bien todas las herramientas coincidieron en detectar la misma cantidad de errores, NHunspell resultó ser la herramienta más eficiente en cuanto a tiempos de respuesta por palabra y general, como además en la cantidad de sugerencias.

NetSpell es una herramienta que por palabra desconocida abre una opción para que el usuario decida si la agrega al diccionario o lo considera error, lo que demanda demasiado tiempo, pero que también la hace inviable para una aplicación web, además la cantidad de sugerencias halladas es muy inferior al resto de las herramientas, y finalmente en Hunspell TextBox Extender se puede apreciar que, si bien la cantidad de sugerencias es idéntica a NHunspell, en un componente más lento.

Figura 1. Pantalla del prototipo con los resultados de NHunspell.



Los resultados obtenidos de las herramientas se detallan en la Tabla 2, teniendo en cuenta la cantidad de palabras, el tiempo total de respuesta del texto analizado (milisegundos), el tiempo promedio por palabra (milisegundos), la cantidad de errores detectados y la cantidad de sugerencias de corrección que la herramienta propone para los errores.

Tabla 2. Comparativa de tiempos de respuestas y cantidades de las herramientas validadas.

Herramienta	Cant. Palabras	Tiempo Total. ms	Tiempo Prom. x Palabra ms	Cant. errores	Sugerencias
NHunspell	9	76,79	8.53	3	36
NetSpell	9	1112,61	123.62	3	25
NHunspellTextBox Extender	9	142.41	15.82	3	36

En la Tabla 2 se observa que la herramienta NHunspell, tiene el menor tiempo de respuesta, 76,79 milisegundos, en comparación con las otras herramientas para realizar la detección de errores ortográficos. Por lo que, esta opción, presenta mejores tiempos de performance, calidad en detección de errores ortográficos y sugerencias.

5 PROPUESTA: HERRAMIENTA DE VALIDACIÓN (PROTOTIPO: HEVDA)

A partir de una herramienta de propia autoría HEVDA, que realiza la de verificación de calidad de varias métricas de datos en datasets (en formato abierto CSV) gubernamentales de la Argentina (Martínez, Pons, Rodríguez, & Vera, 2021), se propone el desarrollo de la funcionalidad de detección de errores ortográficos sin que implique su modificar o alterar del archivo de datos abiertos analizado.

Esta investigación se enfoca en el concepto de métrica, “las métricas de calidad son un instrumento usado para medir cierto factor de calidad, por ejemplo, el porcentaje de datos que no tienen errores de sintaxis es una métrica del factor correctitud sintáctica” (Martirena, 2008), o también conocida como Syntactic Correctness (Batini, 2016), que permite conocer si los valores corresponden a valores válidos dentro de un dominio de datos, en este caso un archivo “diccionario”, contra el que se valida cada palabra de cada campo del dataset.

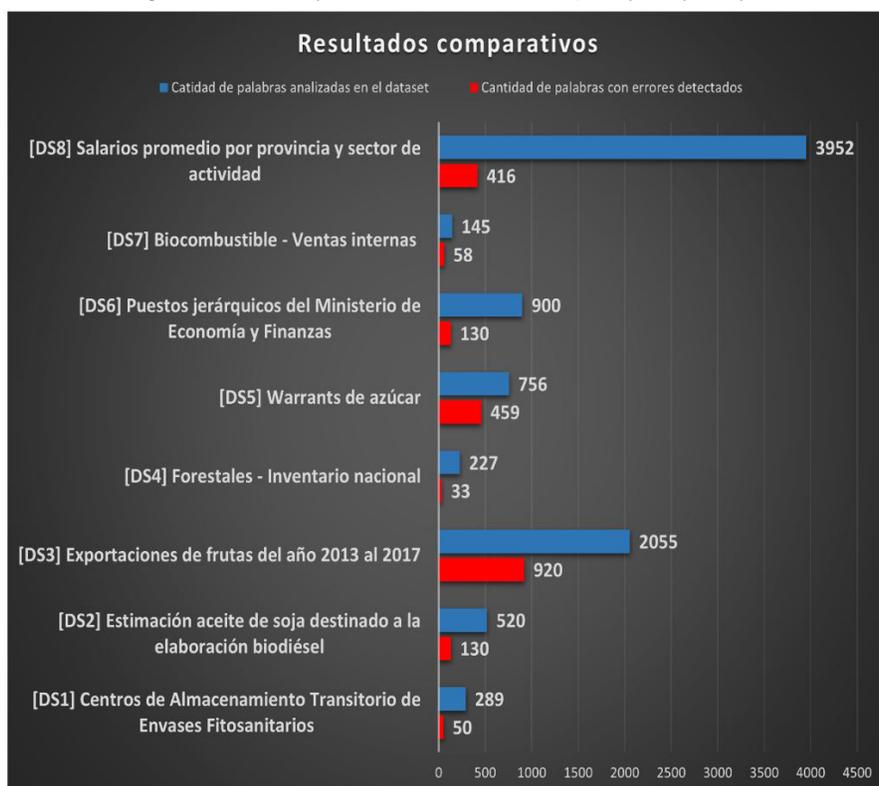
HEVDA es una herramienta que se encuentra desarrollada en ASP .Net / Visual C#, procesa los datasets del lado del servidor, por lo cual se escoge a “NHunspell” por su facilidad de integración y eficiencia en tiempos de respuesta para implementar la nueva funcionalidad.

La granularidad de la validación es por “palabra”, obteniéndose un gráfico comparativo con el total de palabras del dataset, junto con la cantidad de palabras con errores encontrados en los campos de texto. Para optimizar los tiempos, HEVDA clasifica las columnas según el tipo de dato, el análisis descartará toda columna que no sea del tipo “string”, como además ignorará valores como mails y urls. Internamente “NHunspell” realiza dos técnicas conocidas como análisis de n-gramas y la búsqueda en diccionario. La primera descompone las palabras en diferentes secuencias de elementos,(fonemas, letras, sílabas, palabras), y a partir de esta descomposición, la técnica que se utiliza para hacer la comprobación en un lenguaje que consiste en determinar la frecuencia de ocurrencia de estos n-gramas, cuando se ingresa una palabra, se descompone y se compara con los n-gramas, en caso de no encontrar algún n-grama correspondiente, o bien, algunos con muy baja probabilidad de ocurrencia, se asume haber detectado un error tentativo. Por otro lado, los diccionarios se encuentran del lado del servidor independizando al usuario de cualquier elemento adicional.

6 RESULTADOS DE LA VALIDACIÓN

Utilizando HEVDA, se analizaron 8 casos aleatorios de datasets (Centros, 2022), (Soja, 2022), (Exportaciones, 2022), (Forestales, 2022), (warrants-azucar, 2022), (jerárquicos, 2022), (Biocombustible, 2022), (Salarios, 2022) extraídos de portales abiertos gubernamentales, observándose por ejemplo, en el dataset 1 (Centros, 2022) que hubo campos que tenían más de un error ortográfico. Por otra parte, esta herramienta excluye los casos de datos que tengan casillas de correo electrónico (validación con “@”), es decir, estos tipos de datos no son considerados como faltas de ortografía, como así tampoco son considerados los enlaces a sitios web. De los resultados obtenidos se realiza una comparativa entre las palabras y errores, estableciendo el porcentaje de la métrica del factor correctitud sintáctica, tal como puede apreciarse en la Figura 2.

Figura 2. Gráfico comparativo de los resultados arrojados por el prototipo.



En la Figura 3, se muestran los porcentajes discriminados por dataset. Estos porcentajes representan las palabras con errores dentro del total de palabras del archivo del conjunto de datos abiertos. Allí, existen algunos casos como el DS5 en el que su contenido se encuentra con más del 60% de errores detectados, lo que es bastante

alarmante a la hora de reutilizar este tipo de datos en software (interoperabilidad entre organismos estatales), ya que su resultado de análisis podría alterar su significado final. Por otra parte, el DS3 y el DS7, son los casos que tienen más de un 40%, en este aspecto, la herramienta de validación permite visualizar el detalle de los datos con errores ortográficos, esto ofrecería un mejor panorama para su administración.

Figura 3. Porcentaje de errores detectados en cada dataset (DS).



Finalmente, en la Figura 3 existen 4 casos (DS1, DS4, DS6 y D8) tienen un porcentaje menor de falencias detectadas, pero a modo general, se puede observar que todos los datasets relevados tienen al menos un 10% de errores ortográficos, por lo que, es fundamental prestar especial atención a la calidad del dato ofrecido como así también, tener presente que debe ser completo para una mejor identificación y procesamiento de la información que es reutilizada de los portales gubernamentales, y de esta manera evitar análisis confusos.

7 CONCLUSIONES

Hoy en día, los datos son un recurso vital para cualquier actividad de gestión pública, por lo que deben mantenerse actualizados, claros y completos. Se han incrementado los gobiernos que implementan datos abiertos, por lo cual el factor de la calidad de los datos abiertos de los portales de entidades gubernamentales se está volviendo cada vez más necesario, dado que permiten una mayor participación ciudadana y transparencia en organismos estatales. Este trabajo se enfoca en difundir este paradigma, y así colaborar con el cumplimiento y la divulgación de los distintos criterios y/o principios que proponen entidades mundialmente reconocidas.

En el presente trabajo hizo enfoque en las herramientas que permiten verificar la ortografía, y, además, seleccionó a NHuspell como complemento más eficiente e implementó dentro del prototipo desarrollado “HEVDA”, comprobando que es posible incorporar métricas de calidad en la medición de estos datos abiertos, y que estas mediciones finales realizadas en datasets, permiten determinar que deben realizarse varias mejoras en lo que respecta a este contexto. La concientización y la fomentación de este enfoque en los datos públicos abiertos, logrará un mayor valor agregado a nuestra sociedad.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abella, A. O.-d.-U.-C.-P.-H. (2018). Indicadores de calidad de datos abiertos: el caso del portal de datos abiertos de Barcelona. *El profesional de la información (EPI)*, 27(2), 375-382.

Aleixandre-Benavent, R. S. (2019). Compartir los recursos útiles para la investigación: datos abiertos (open data). *Educación Médica*.

Arizo, I. (2016). Métricas basadas en datos. Tesis de Maestría en Gestión de la Información. Universitat Politècnica de València.

Arroyo Chacón, J. (2017). La Innovación Abierta Como Pilar Del Gobierno Abierto (Open Innovation as a Pillar of Open Government). *Revista Enfoques*, 15(27), 13-41.

Aspell-net. (2022). Obtenido de <http://aspell-net.sourceforge.net/>

Batini, C. &. (2016). *Data and information quality*. Cham, Switzerland: Springer International Publishing. Google Scholar, 43.

Biocombustible, D. A. (2022). Biocombustible - Ventas internas de bioetanol por tipo de insumo. Obtenido de <https://acortar.link/1H8avw>

Centros, D. A. (2022). Centros de Almacenamiento Transitorio de Envases Fitosanitarios. Obtenido de <https://acortar.link/V3hHDo>

Exportaciones, D. A. (2022). Exportaciones de frutas del año 2013 al 2017. Obtenido de <https://acortar.link/OBIAFg>

Forestales, D. A. (2022). Forestales - Inventario nacional de plantaciones por superficie. Obtenido de <https://acortar.link/N6QOJh>

google-api-spelling-java. (2022). Google. Obtenido de <https://code.google.com/archive/p/google-api-spelling-java/>

Huspell. (2022). Obtenido de <http://hunspell.github.io/>

Ibanez Gonzalez, L. M. (2019). An assessment of adoption and quality of linked data in European open government data.

jerárquicos, B. D.-A. (2022). Acceso a puestos jerárquicos. Obtenido de <https://acortar.link/qXloXJ>

- Kondrak, G. (2005). N-gram similarity and distance. In International symposium on string processing and information retrieval. Springer, Berlin, Heidelberg, págs. 115-126.
- Martínez, R., Pons, C., Rodríguez, R., & Vera, P. (2021). Quality evaluation of government open data sets in Argentina using the HEVDA Validation Tool. *Journal of Science and Research*, 6(2).
- Martínez, R., Rodríguez, R., & Vera, P. (2020). Análisis de datasets y catálogos en los portales abiertos gubernamentales de la República Argentina. V Biennial Congress of IEEE Argentina Section.
- Martínez, R., Rodríguez, R., & Vera, P. (2021). Metrics proposal to measure the quality of governmental datasets. *IEEE Latin America Transactions*, 20(2), 301-308.
- Martirena, E. (2008). Medición de la calidad de datos: un enfoque parametrizable. Tesis de posgrado: Magíster en Informática, Universidad de la República (Uruguay). Facultad de Ingeniería. Instituto de Computación – PEDECIBA.
- Nayek, J. K. (2018). Evaluation of Open Data Government Sites: A Comparative Study. *Library Philosophy & Practice*. (e-journal), 1781. Obtenido de Disponible en: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1781>
- NetSpell. (2022). Obtenido de <https://sourceforge.net/projects/netspell/>
- NHunspell. (2022). Obtenido de <https://www.codeproject.com/Articles/33658/NHunspell-Hunspell-for-the-NET-platform>
- NHunspellTextBoxExtender. (2022). Obtenido de <https://acortar.link/LD6KGn>
- Open Data Charter. (2022). La carta Internacional de Datos Abiertos. Obtenido de <https://opendatacharter.net/>
- Open Government Data. (2022). The 8 Principles of Open Government Data (OpenGovData.org). Obtenido de Disponible en: <https://opengovdata.org/>
- Oviedo Blanco, E. (2016). Modelo de madurez para portales de datos abiertos e incorporación a la norma técnica nacional de Costa Rica. Repositorio Institucional de la Universidad de Alicante, Tesis Doctoral. Obtenido de Disponible en: <http://rua.ua.es/dspace/handle/1>
- Rodríguez Rojas, L. A. (2017). Metamodelo para integración de datos abiertos aplicado a inteligencia de negocios. Tesis de Doctoral, Repositorio Institucional de la Universidad de Oviedo. Obtenido de <http://digibuo.uniovi.es/dspace/handle/10651/44552>
- Salarios, D. A. (2022). Salarios promedio y mediano, por provincia y sector de actividad. Obtenido de <https://acortar.link/BzzUAd>
- Soja, D. A. (2022). Estimación del aceite de soja destinado a la elaboración de biodiesel. Obtenido de <https://acortar.link/qW3G8o>
- warrants-azucar, D. A. (2022). Warrants azúcar. Obtenido de <https://acortar.link/oAmdCy>

CAPÍTULO 9

ÁREA DE FOMENTO Y PROMOCIÓN PARA LA COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS Y SERVICIOS EN EL OBSERVATORIO DE CIENCIAS EMPRESARIALES DE LA UNIVERSIDAD DE OTAVALO

Data de submissão: 18/03/2022

Data de aceite: 08/04/2022

Edwin Santiago Núñez Naranjo

Docente Tiempo Completo

Área de Ciencias Empresariales

Universidad de Otavalo

Ecuador

<https://orcid.org/0000-0002-0173-9611>

Jesús Francisco González Alonso

Docente Tiempo Completo

Área de Ciencias Empresariales

Universidad de Otavalo

Ecuador

jgonzalez@uotavalo.edu.ec

<https://orcid.org/0000-0002-8712-1109>

RESUMEN: El objetivo del trabajo es presentar la metodología de clasificación de la información del área de fomento y promoción para la comercialización de productos y servicios en el Observatorio de Ciencias Empresariales de Universidad de Otavalo para el año 2022. Con la necesidad de poner en funcionamiento dicha área desde el año 2022 se crea el sitio web donde se destina un apartado denominado OBCE-PRO con la

finalidad de promocionar el producto o servicio del comerciante en el espacio digital. Se ha realizado un levantamiento de información de 300 fichas las cuales se han clasificado a partir de un criterio técnico, el cual se presenta en el documento a continuación.

PALABRAS CLAVE: Observatorio de Ciencias Empresariales. Clasificación. Área de promoción y fomento.

DEVELOPMENT AND PROMOTION
AREA FOR THE PRODUCTS AND
SERVICES COMMERCIALIZATION IN THE
OBSERVATORY OF BUSINESS SCIENCES
OF THE UNIVERSITY OF OTAVALO

ABSTRACT: The objective of this paper work is to present the classification methodology of the information of the development and promotion area for the commercialization of products and services in the Business Sciences Observatory of the University of Otavalo for the year 2022. With the need to put into operation said area from the year 2022 the website is created where a section called OBCE-PRO is destined with the purpose of promoting the merchant's product or service in the digital space. An information survey of 300 cards has been carried out, which have been classified based on a technical criterion, which is presented in the following document.

KEYWORDS: Observatory of Business Sciences. Classification. Area of promotion and development.

1 INTRODUCCIÓN

Los observatorios son espacios de pensamiento en los que se da seguimiento a la evolución de un fenómeno, el propósito principal es la búsqueda y recolección de datos importantes acerca de un campo de interés, para posteriormente brindarlos a la sociedad en general. Según la Real Academia Española (s.f.), define al observatorio como un lugar para realizar observaciones que involucra a un conjunto de personas, en instalaciones adecuadas y con instrumentos apropiados para ejecutar observaciones astronómicas o meteorológicas. Para Martínez, et al. (2019), los observatorios tienen el objetivo principal de enfocarse en el estudio, registro y análisis de la situación actual y la evolución de una determinada problemática. Leyva y Tabares (2011) asientan que:

La mayoría de estudios revisados define a los observatorios como espacios, instrumentos, medios, formas de organización o técnicas cuya finalidad es observar, registrar y analizar un fenómeno de la realidad. Estos fenómenos pueden ser sociales, políticos o económicos en un territorio nacional, regional o local. (p. 182)

Todo observatorio cumple con la función de investigar, recabar, revisar y discutir información de un área específica, para luego proponer y presentar los resultados de la investigación realizada a la comunidad, como una ayuda que aclare la incertidumbre o desconocimiento total de un problema o fenómeno actual; cada observatorio desarrolla su actividad con el fin de “mejorar su conocimiento y de constituirse en una herramienta valiosa para el trabajo de organismos públicos, académicos u otras organizaciones sociales” (Mapa de Valores del Suelo en América Latina, 2017).

En el área comercial, existen diferentes observatorios que analizan el comercio, algunos de estos son: el Observatorio de Comercio Internacional (OCI), que presenta información estadística de las exportaciones de productos y servicios con valor agregado; el Observatorio de Comercio Exterior (OCEX), pertenece a la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) en Costa Rica y se dedica al comercio exterior y su impacto socioeconómico nacional y regional; el Observatorio Logístico de Comercio Exterior, analiza la competitividad en logística de un país; el Observatorio Virtual Asia-Pacífico es parte de la Universidad Jorge Tadeo Lozano de Bogotá, es una plataforma dedicada al estudio de las relaciones internacionales y el Observatorio de la Economía Latinoamericana, se encarga de las investigaciones financieras y comerciales de toda Latinoamérica, ofrece artículos y trabajos del pasado y el presente de finanzas, comercio y negocios.

En Ecuador, existen observatorios con el mismo propósito, entre estos están el Observatorio de Comercio Exterior en la ciudad de Quito, que da seguimiento y

busca presencia a nivel nacional e internacional en materia de comercio exterior y negociaciones comerciales; el Observatorio de la Pequeña y Mediana Empresa - Pyme de la Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador, tiene como objetivo generar y analizar información acerca de la evolución histórica, la situación actual y las perspectivas futuras del sector productivo de micro, pequeña y mediana empresa; el Observatorio de la Economía y el Comercio Justo de la Universidad Tecnológica Equinoccial (UTE), es un espacio que involucra a la academia para generar información, reflexión y debate sobre economía solidaria y comercio justo; la Corporación de Promoción Económica CONQUITO, es una organización privada que se enfoca en fomentar la productividad y el desarrollo socioeconómico de Quito; el Instituto de Investigaciones Económicas de la Pontificia Universidad Católica de Ecuador (PUCE), involucra a docentes y estudiantes a la investigación de necesidades sociales y económicas nacionales e internacionales; el Centro de Investigaciones económicas de la Universidad de las Américas (UDLA), busca contribuir con la investigación social y económica de la comunidad, también tiene como objetivos desarrollar programas de investigación que vinculen a la UDLA con la comunidad, generar nuevos conocimientos y difundirlos de manera adecuada como beneficio colectivo, enfocándose en las familias menos favorecidas ayudando con planes piloto en educación, educación financiera y economía familiar; entre otros. Cada uno de estos tienen la misma finalidad de buscar y recolectar datos importantes en materia de comercio exterior, relaciones internacionales y economía, para luego iniciar con un análisis y servirla finalmente como ayuda a empresas o a la ciudadanía en general, a fin de contribuir en parte al desarrollo del país.

Dentro de la Universidad de Otavalo, se encuentra el Observatorio de Ciencias Empresariales, este es un órgano investigativo que forma parte del Área de Ciencias Empresariales. Esta idea es planificada e inicia con su construcción en el año 2018, como Observatorio de Comercio Exterior e Inversión Extranjera, para dar soluciones a los problemas de comercialización de empresas y personas del norte de Ecuador a nivel internacional. El 12 de febrero de 2020, es aprobado por parte del Órgano Colegiado Superior de la universidad, su creación y funcionamiento como un órgano académico que involucra a docentes y estudiantes de la carrera de Comercio Exterior en sus investigaciones (Observatorio de Ciencias Empresariales [OBCE], s.f.).

Durante la pandemia Covid-19 y la crisis sanitaria que trajo consigo, el OBCE inicia con una reingeniería de procesos, que permitan abarcar las propuestas comerciales ante los problemas del momento, donde se toma como análisis un campo más amplio de investigación. Esta propuesta es aprobada el 26 de febrero del 2021 y entra en vigor el nuevo órgano académico de la universidad, enfocado en brindar datos necesarios

a la sociedad ecuatoriana en temas administrativos, contables y de comercio exterior (OBCE, s.f.).

La reingeniería del OBCE, está enfocada en adherir los procesos de gestión administrativa y gestión contable y auditoría, para conformar un conjunto de procesos con el ya existente de comercio exterior, para esto se implementa “una metodología administrativa multifuncional que reorganiza los procesos considerando un flujo natural de información, esto con el fin de llegar a una mejora continua que el Observatorio de Ciencias Empresariales de la Universidad de Otavalo ha requerido” (Núñez et al., 2021, p. 87). El rediseño del OBCE está basado en los tres tipos de reingeniería de procesos que son la reducción de costos, el posicionamiento competitivo y la innovación radical; por ende, se crea un ciclo de reestructuración en donde entra a un análisis la visión y misión, la identificación de nuevos procesos, la determinación de procesos, la evaluación de los procesos y la mejora continua (Núñez, et al., 2021, p. 88).

Con esta renovación el OBCE, se plantea objetivos que le permitan desarrollar un espacio académico, de investigación y de servicio a la comunidad en materia de comercio exterior, administración, contabilidad y auditoría; proponer alianzas con el sector público y privado para la creación de nuevos emprendimientos o negocios, con enfoque a la internacionalización; también por parte de la universidad ofrecer carreras que vayan acorde a las necesidades actuales de la región norte de Ecuador y así lograr vincular a los estudiantes con las dificultades de la región, por medio de la vinculación con la sociedad y prácticas preprofesionales, para lograr que los conocimientos desarrollados vayan de lo teórico a lo práctico.

Los servicios que brinda el OBCE son el asesoramiento comercial en gestión administrativa, gestión contable y auditoría, inteligencia comercial, comercio exterior, relaciones internacionales e inversión extranjera; el acompañamiento empresarial para la innovación desde la pre-incubación, incubación y aceleración, post-incubación de ideas y negocios; estudios económicos y empresariales y la formación continua de diplomados y cursos en temáticas económicas y empresariales. Pero sobre todo ofrece la promoción de servicios y productos de la zona norte a través del área denominada como OBCE-PRO, la cual tiene su propia página virtual de enlace.

En este documento se pretende presentar un instructivo operativo del OBCE-PRO, el cual ofrece a los usuarios internos y externos una secuencia de actividades que se desglosan de los procesos de inteligencia comercial, comercio exterior, relaciones internacionales e inversión extranjera del observatorio. El propósito principal de este instructivo es suministrar al especialista de comercio exterior en el área de ciencias empresariales una guía, que incluye los procesos operativos de un observatorio de

comercio exterior e inversión extranjera, por medio de aplicación del conocimiento desde una perspectiva académica e investigativa teniendo en cuenta las necesidades actuales (González, et al., 2020, p. 9).

Una vez se creó el OBCE en 2021, la Universidad de Otavalo busca ahora en 2022 brindar la mayor cantidad de servicios por medio de este espacio académico y de observación. En marzo del 2021, se manifiesta una nueva iniciativa de diseñar un área funcional para fomento y promoción de las exportaciones del observatorio, esta idea responde a la problemática que nació tras la emergencia sanitaria por Covid-19 y el impacto que sufrieron varios negocios en el país. El área funcional de fomento y promoción es un espacio digital que expone a los productos y servicios, mediante la presentación de una ficha técnica con características de este (Carrasco, 2021). Por lo tanto, el objetivo principal de esta área es ayudar a los comerciantes de la región norte del Ecuador, mediante una plataforma digital donde clientes y consumidores pueden acceder a cualquier hora del día, para informarse de las características de los productos y servicios que se ofertan y luego se contacte con el vendedor para efectuar la compra de lo observado. También, esta área de fomento y promoción es importante y de mucha ayuda para el desarrollo económico del norte de Ecuador, ya que invita e incentiva a que los comerciantes internacionalicen sus negocios y así obtengan más beneficios económicos.

Uno de los problemas que impide incrementar las ventas en una empresa o negocio, es no contar con varios canales de venta, para presentar sus productos o servicios a los consumidores. Esta problemática se puede dar por motivo de que no tienen suficiente conocimiento sobre estos canales o no cuentan con tecnología y recursos financieros necesarios, lo que provoca que no se tomen las mejores decisiones al utilizar únicamente métodos tradicionales para distribuir sus bienes.

Con la globalización y los avances de la tecnología, la comercialización de mercancías y servicios ha tenido un gran progreso, en especial, con la implementación e innovación de métodos de venta para llegar al consumidor. Por ejemplo, los sitios web o páginas web son los medios que están en su auge, por los grandes beneficios que generan a las organizaciones; contar con uno de estos espacios permite llegar a un gran número de clientes y consumidores a nivel mundial, por lo que es necesario que una empresa o negocio tenga acceso a una de estas áreas digitales.

En la actualidad, las páginas web o sitios webs juegan un papel fundamental dentro de la actividad comercial de una organización, ya que les ayuda a ser partícipes del comercio electrónico donde tienen acceso a un amplio mercado nacional e internacional, haciendo uso de las tecnologías de la información y comunicación que permiten que no sea necesario el contacto físico entre comprador y vendedor, para efectuar una transacción

comercial. Pese a esto, algunos comerciantes optan por seguir utilizando el comercio tradicional y dejar a un lado las nuevas oportunidades de aumentar su productividad y competitividad de sus negocios con el uso del internet.

El e-commerce constituye hoy un elemento muy importante en los grandes flujos comerciales y en los profundos cambios que se operan en el mundo de los negocios, las inversiones y el comercio a partir de la masiva introducción de las nuevas tecnologías de la información. El comercio a través de la Internet es un nuevo instrumento de integración de los mercados internacionales, que mejora la competitividad además que aumenta la información de las empresas sobre las nuevas tecnologías. (Rodas, et al., 2014, p. 2)

En Ecuador, el comercio electrónico surge en el año 1995, a pesar de ello, es notorio que su uso e implementación no ha estado en constante desarrollo, por la falta de conocimientos o temor a descubrir y explorar esta nueva tendencia de comercio (Yunga, 2014). Esto indica que los comercializadores tiene problemas para adaptarse a esta tendencia, algunas de las causantes de esta problemática son la falta de asesorías en comercio electrónico, el desconocimiento de las tecnologías de la información y comunicación, la falta de personal técnico especializado en estas áreas y la ausencia de nuevos canales de distribución directa hacia el cliente; lo que provoca una baja participación en el mercado y deficiencia en la competitividad de las empresas o negocios.

En el país, el 82.3% de las MiPymes hacen uso de la internet, desagregándose de la siguiente manera “las microempresas alcanzan un 48,6%, las medianas empresas un 56,9% y las pequeñas empresas un 52,9%, dando un total general de 52,8%” (Ministerio de Telecomunicaciones y de la Sociedad de la información, 2020). Este consumo de internet es utilizado únicamente para enviar correos o realizar actividades administrativas, y no se lo está empleando para comunicar y distribuir los productos y servicios hacia los clientes y consumidores.

Adicionalmente, la comercialización de productos se vio afectada por la crisis sanitaria causada por la pandemia Covid-19, esta situación actual está forzando a que muchas empresas comiencen a cambiar sus modelos de negocio, ya que obliga a efectuar cualquier compra a través de una transacción electrónica, por eso para algunas empresas o negocios los métodos tradicionales de mercado no son suficientes para enfrentar esta crisis, debido a que la digitalización se convirtió en un requisito obligatorio en el ámbito empresarial (Rodríguez, et al., 2020, p. 101).

En la región norte del Ecuador, la problemática se sitúa en que los comercializadores desconocen de algunos métodos de comercialización, que pueden usar para vender sus productos o servicios a nivel nacional e internacional, y se limitan a contar únicamente con un local físico como punto de venta. Debido a esto, los productores en parte se han

visto afectados en sus ingresos económicos, es por ello que las páginas web o los sitios web son una buena opción para comunicar y vender como se lo mencionó anteriormente, la importancia de estos espacios virtuales es que permiten incrementar las ventas y la productividad, mejorando así la situación económica de los negocios. En ese sentido, las áreas de fomento y promoción son uno de los nuevos retos que toda organización debería de enfrentar, para que se haga la correcta promoción y venta de los productos y servicios que se están ofertando, y por ende se mejore los ingresos económicos de las empresas o negocios; estas pueden ser uno de los mejores y actuales métodos para atraer a clientes, pero aún no existe una total confianza para hacer uso de estas nuevas áreas digitalizadas.

El Observatorio de Ciencias Empresariales de la Universidad de Otavalo, teniendo en cuenta la problemática que tienen los comercializadores de la zona norte del país, ha diseñado un área de fomento y promoción, y para el año 2022 iniciará con su funcionamiento involucrando a la academia con la comunidad, donde se pretende brindar un servicio gratuito de promoción. Esta área tiene el objetivo de funcionar como medio de venta de productos y servicios de forma online, permitiendo que los negocios tengan un punto más de venta y su mercancía llegue a más consumidores nacionales e internacionales. Por lo que es necesario la clasificación de la información del área de fomento y promoción para la comercialización de productos y servicios del Observatorio de Ciencias Empresariales. ¿Cómo contribuye la clasificación de la información del área de fomento y promoción para la comercialización de productos y servicios del OBCE, Universidad de Otavalo, año 2022? En consecuencia, el objetivo del trabajo es presentar la metodología de clasificación de la información del área de fomento y promoción para la comercialización de productos y servicios del OBCE, Universidad de Otavalo, año 2022.

Con el diseño del área funcional de fomento y promoción, el OBCE mira la necesidad de poner en funcionamiento dicha área desde el año 2022. Por tal motivo, se crea una ficha de requerimientos necesarios para que el OBCE pueda promocionar el producto o servicio del comerciante en el espacio digital, en estas fichas se detalla información como datos generales del vendedor y del negocio; tipo, especificación y descripción del producto o servicio; nombre científico; dimensiones y peso del producto; dimensiones del envase y embalaje; permisos de funcionamiento del negocio; firma electrónica; sello de calidad INEN; stock actual del producto; imágenes del producto o servicio e información atractiva para el cliente o consumidor. Dichas fichas ya se encuentran llenas y necesitan ser revisadas detenidamente; por lo que se propone la clasificación de información de los productos y servicios comercializables, para que

posteriormente se suba información contundente que genere confianza en los visitantes de la página y se llegue a comercializar los productos y servicios del OBCE.

2 METODOLOGÍA

“Es el proceso mediante el cual el analista recopila datos e información de la situación actual de un sistema, con el propósito de identificar problemas y oportunidades de mejora” (Morales, 2009). Este proceso permite revisar y clasificar las fichas de requerimientos necesarios para que el OBCE pueda promocionar el producto o servicio de la zona norte de Ecuador, en el área digital.

La entrevista permite “obtener información de forma oral y personalizada sobre acontecimientos, experiencias, opiniones de personas” (Folgueiras, 2016, p. 2). La entrevista se realiza a expertos que trabajan en el Observatorio de Ciencias Empresariales de la Universidad de Otavalo, esta tiene el objetivo de obtener una visión general sobre comercialización de productos y servicios de la zona norte de Ecuador. Con el desarrollo de esta investigación se obtendrá la clasificación de la información del área de fomento y promoción de productos y servicios del OBCE, lo que permite poner en funcionamiento el área de fomento y promoción, y de este modo ayudar en la comercialización de los productos de la zona norte de Ecuador.

3 DESARROLLO

Con la entrada del nuevo gobierno en Ecuador, dirigido por el mandatario Guillermo Lasso, se presenta el nuevo Plan de Desarrollo Nacional para el período 2021-2025, denominado Plan de Creación de Oportunidades. Este plan engloba a cinco ejes que son: eje económico y generación de empleo, eje social, eje seguridad integral, eje de transición ecológica y eje institucional, cada uno de estos debe de cumplir con objetivos, políticas y metas para su ejecución durante el período establecido. Dentro del eje económico se plantea el objetivo de “impulsar un sistema económico con reglas claras que fomente el comercio exterior, turismo, atracción de inversiones y modernización del sistema financiero nacional” (Secretaría Nacional de Planificación de Ecuador, 2021). En este objetivo se observa que se ha tomado en cuenta al comercio exterior, para fortalecer las relaciones internacionales y los acuerdos comerciales que Ecuador tiene con países y bloques económicos de Latinoamérica y el mundo, con el propósito de que los productos y servicios del país sean comercializados en un amplio mercado.

Los observatorios de comercio exterior, comercio internacional, relaciones internacionales y demás relacionados con el área comercial y económica de Ecuador,

juegan y jugarán un papel fundamental dentro del cumplimiento de el Plan de Creación de Oportunidades 2021-2025, debido a que se fortalecerá el comercio exterior y muchas de las empresas o negocios ecuatorianos buscarán internacionalizarse, para ampliar su mercado de comercialización y así obtener mayor beneficio económico para sus negocios, entonces, uno de los trabajos de los observatorios será ayudar con información clara y concisa a la comunidad, relacionada con el proceso de exportación y de importación.

En la sierra norte de Ecuador, se encuentra la Universidad de Otavalo, ubicada en el cantón Otavalo, provincia de Imbabura. Esta nace por el impulso promotor y fundador del Instituto Otavaleño de Antropología (IOA). Para el año 2002, es aprobada como una institución de educación superior, mediante la Ley N°2002-96, por el Consejo Superior de Universidades y Escuelas Politécnicas; y se plantea que el mayor objetivo de la Universidad de Otavalo es mejorar la calidad humana e intelectual de sus estudiantes, brindando una excelente formación académica (Universidad de Otavalo, s.f.).

La comercialización es la “realización de actividades comerciales que dirigen el flujo de mercancías y servicios del productor al consumidor o usuario, a fin de satisfacer al máximo estos y lograr los objetivos de la empresa” (Vergara, 2012, p. 228). Esto indica que la comercialización es el intercambio de los productos o servicios que nacen de la actividad productiva de una empresa, con el fin de satisfacer las necesidades o deseos de la sociedad. Por lo tanto, dentro del desarrollo de esta acción comercial, se llegan a generar algunos retos a los que deben enfrentarse los comerciantes y de algún modo necesitan buscar nuevas estrategias, que le permitan expender su mercancía y asegurar la operación de la empresa; ya que las ventas son importantes para volver a operar, generar empleos y obtener utilidades.

La presente investigación será de interés, ya que se enfoca en clasificar la información del área de fomento y promoción del Observatorio de Ciencias Empresariales (OBCE) de la Universidad de Otavalo, lo que permitirá la comercialización nacional e internacional de productos y servicios de la zona norte de Ecuador, con el funcionamiento de dicha área desde el año 2022. También está relacionada con las líneas de investigación del Área de Ciencias Empresariales de la Universidad de Otavalo, vinculándose a las sublíneas de la carrera de Comercio Exterior que son la globalización, negocios internacionales y sostenibilidad.

El proyecto de investigación será factible, porque existen los recursos necesarios (humanos, materiales, técnicos y económicos) para el desarrollo del trabajo; además, se cuenta con la suficiente información sobre los productos y servicios de cada una de las empresas y/o negocios, que están interesados en la promoción nacional e internacional de su actividad comercial.

La clasificación de la información es “un proceso que deben llevar a cabo todas las organizaciones que decidan implantar un Sistema de Gestión de la Información de acuerdo con el estándar ISO/IEC 27001” (Instituto Nacional de Seguridad [INCIBE], 2019). Por lo tanto, la información recolectada para el funcionamiento del área de fomento y promoción del OBCE, es importante y necesita una revisión detenida de cada una de las fichas con requisitos para promocionar el producto o servicio del comerciante, de este modo, se seleccionará información útil y contundente que posteriormente será subida a la página web del órgano académico y así se generará confianza en quiénes la visiten.

La propuesta que se presenta en esta investigación es de gran utilidad, ya que el Observatorio de Ciencias Empresariales (OBCE), busca ser uno de los observatorios referente en la zona norte de Ecuador, enfocándose siempre en brindar ayuda en gestión contable y auditoría, gestión administrativa, inteligencia comercial, relaciones internacionales, comercio exterior e inversión extranjera a empresas, MiPymes, emprendimientos y a la comunidad en general. Debido a esto, brindar el servicio de promoción de productos y servicios en el área digital, le permite al OBCE dar un paso más para cumplir con los lineamientos que se ha planteado en su visión empresarial; y también este órgano académico aportaría en parte al desarrollo económico del norte del país.

La comercialización de productos y servicios en la zona norte de Ecuador, en su mayoría se basa únicamente en la utilización de un solo medio de venta y distribución, lo que da paso a que las ventas tengan un bajo crecimiento y que los ingresos económicos se vean afectados, porque los comerciantes se limitan a usar únicamente tiendas físicas por el desconocimiento o simplemente por temor a fracasar con otro medio de venta y no optan por usar los nuevos espacios como las páginas web o sitios web; que en la actualidad “se está convirtiendo en uno de los factores indispensables para aportar un amplio crecimiento en la cadena de valor de nuestro negocio o emprendimiento” (Soler, 2019). Teniendo en cuenta esta problemática, se puede afirmar que la indagación a realizarse aporta con nuevas ideas o soluciones a las necesidades actuales del sector comercial, es por ello que la clasificación de la información dará paso al funcionamiento del área de fomento y promoción del OBCE, convirtiéndose en ayuda para mejorar las ventas y la situación actual de los negocios de estos comercializadores.

Los beneficiarios de la presente investigación serán la academia y la comunidad de la zona norte de Ecuador, ya que permite que los estudiantes y docentes de la Universidad de Otavalo se vinculen a las problemáticas actuales de dicha comunidad, mediante la investigación, vinculación con la sociedad, prácticas preprofesionales y trabajos de titulación. Para los estudiantes, se convertirá en un espacio académico en

donde se ponga en práctica todos los conocimientos que están adquiriendo durante su preparación profesional y los docentes serán sus guías para trabajar en conjunto las ideas que se generen.

Los resultados de la investigación serán de importancia, porque permitirá el lanzamiento del área de fomento y promoción del OBCE, que fue diseñada en marzo del 2021 e iniciará su funcionamiento desde el año 2022 como ya se mencionó anteriormente. Este evento reflejará el cumplimiento del propósito principal que tiene esta investigación y se afirmará que la propuesta es viable, y qué logró solucionar una problemática detectada.

La ejecución de este proyecto a futuro se convertirá en una pauta para que nuevos comercializadores de la zona norte de Ecuador, se unan a ser parte del área de fomento y promoción del OBCE, con el propósito de expender sus productos o servicios en un mercado más amplio y se inicie con la internacionalización de sus negocios. También, será el modelo por seguir para el desarrollo de nuevas propuestas o proyectos que serán desarrollados por la academia, para mejorar esta área o implementar nuevas funcionalidades; y así se mantenga en constante innovación acorde a las necesidades de la comunidad que surjan con el tiempo.

4 CONCLUSIONES

El proceso investigativo ha dejado como principal resultado la pertinencia de un área de promoción y fomento de productos y servicios comercializables de la sierra norte ecuatoriana que toma la denominación de OBCE-PRO. Esta área permitirá generar un espacio de promoción a nivel nacional e internacional para los productos y servicios de la zona norte, que otros organismos no han logrado posicional ni promover para su comercialización.

Esta área es la denominada a fungir como la generadora de investigación para la determinación de nuevos productos y servicios que en futuro próximo pueden ser potencializados a través de procesos de incubación para la innovación.

Se levantaron y clasificaron 300 fichas que se encuentran ya subidas en la página web del Observatorio de Ciencias Empresariales de la Universidad de Otavalo, las cuales forman la primera base de productos y servicios a promocionar, de los cuales se tomará como referencia los principales para a través de un proceso de innovación generar un mayor impacto en el mercado.

La metodología aquí planteada puede ser replicable en otros proyectos que busquen la interacción de los usuarios con los procesos de investigación, academia y vinculación con la sociedad desde la virtualidad.

BIBLIOGRAFÍA

Carrasco, D. (Marzo de 2021). Diseño de un área funcional para el fomento y primoción de las exportaciones del OCEIE. *Tesis de ingeniería en comercio exterior y finazas*. Universidad de Otavalo, Otavalo. Obtenido de <http://repositorio.uotavalo.edu.ec/xmlui/bitstream/handle/52000/318/UO-PG-COM-2021-09.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Caurin, J. (21 de febrero de 2018). *Emprende Pyme*. Obtenido de <https://www.emprendepyme.net/comercializacion>

Escuela Europea de Excelencia. (27 de Agosto de 2019). *Escuela Europea de Excelencia*. Obtenido de <https://www.escolaeuropeaexcelencia.com/2019/08/clasificacion-de-la-informacion-segun-iso-27001/>

Folgueiras, P. (2016). *Repositorio Universidad de Barcelona*. Obtenido de <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/99003/1/entrevista%20pf.pdf>

García, B., & Llorente, R. (s.f.). *Universidad de Valladolid*. Obtenido de http://www.lpi.tel.uva.es/~nacho/docencia/EMC/trabajos_02_03/RADIOASTRONOMIA/web/Indice/Ins/1_Ins/Obs/6_1_2/His.htm

González, J. F., Núñez, E. S., Torre, M. S., & Morocho, J. E. (2020). *Manual de procesos operativos del Observatorio de Comercio Exterior e Inversión Extranjera*. Otavalo: Editorial Pendoneros. Obtenido de <https://www.uotavalo.edu.ec/manual-de-procesos-operativos-oceie/>

Instituto Nacional de Seguridad [INCIBE]. (26 de 02 de 2019). *Instituto Nacional de Seguridad*. Obtenido de <https://www.incibe.es/protege-tu-empresa/blog/primeros-pasos-clasificar-informacion-tu-organizacion>

Leyva, S., & Tabares, J. (2011). *Los observatorios como herramientas de gobierno en las políticas públicas*. Medellín, Colombia: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias humanas y económicas. Obtenido de https://www.researchgate.net/publication/263228360_Los_observatorios_como_herramientas_de_gobierno_en_las_politicas_publicas_descripcion_de_sus_origenes_dinamicas_y_problematicas

Mapa de Valores del Suelo en América Latina. (14 de noviembre de 2017). *Valores del Suelo en América Latina*. Obtenido de <https://valorsueloamericalatina.org/2017/11/14/la-importancia-de-los-observatorios/>

Martínez, B., Garrido, M., & Lugo, P. (2019). *Observando Observatorios. Un acercamiento a su conceptualización*. Puebla, México: BUAP ediciones.

Ministerio de Telecomunicaciones y de la Sociedad de la información. (2020). *Ministerio de Telecomunicaciones y de la Sociedad de la información*. Obtenido de <https://www.telecomunicaciones.gob.ec/el-823-de-mipymes-en-el-ecuador-utilizan-internet/>

Morales, M. (06 de mayo de 2009). *slideshare*. Obtenido de <https://es.slideshare.net/mmiutirla/levantamiento-de-informacin>

Núñez, S., Torre, S. D., & Valdospinos, A. (2021). Proceso de gestión administrativa: Caso observatorio de ciencias empresariales de la Universidad de Otavalo. *RES NONVERBA Revista Científica*, 87. Obtenido de <https://revistas.ecotec.edu.ec/index.php/rnv/article/view/554>

Observatorio de Ciencias Empresariales [OBCE]. (s.f.). *Observatorio de Ciencias Empresariales de la Universidad de Otavalo*. Obtenido de <https://obce.uotavalo.edu.ec/quienes-somos/>

Real Academia Española. (s.f.). *Observatorio*. En diccionario de la lengua española (edición de tricentenario). Obtenido de <https://dle.rae.es/observatorio>

Rodas, J., Chacón, A., & Vinuesa, M. (2014). Comercio electrónico: un enfoque desde las perspectivas de las MIPYMES en la generación de estrategias para potenciar el desarrollo económico y empresarial en la ciudad de Milagro. *Revista ECA Sinergi (Universidad Estatal de Milagro)*, 2.

Rodríguez, K., Ortiz, O., & Alicia Quiroz, M. P. (2020). El e-commerce y las Mipymes en tiempos de Covid-19. *Revista Espacios*, 101. Obtenido de <https://revistaespacios.com/a20v41n42/a20v41n42p09.pdf>

Secretaria Nacional de Planificación de Ecuador. (2021). *Secretaria Nacional de Planificación de Ecuador*. Obtenido de <https://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/2021/09/Plan-de-Creacio%CC%81n-de-Oportunidades-2021-2025-Aprobado.pdf>

Soler, M. (16 de marzo de 2019). *GradiWeb*. Obtenido de <https://www.gradiweb.com/que-es-un-sitio-web-y-su-importancia-en-mi-negocio/>

Universidad de Otavalo. (s.f.). *Universidad de Otavalo*. Obtenido de <https://www.uotavalo.edu.ec/historia/>

Vergara, N. (2012). *Marketing y comercialización internacional*. Bogotá: Ecoe Ediciones. Obtenido de <https://elibro.net/es/ereader/uotavalo/69228>

Yunga, A. (2014). Comercio online en Ecuador y propuesta de un plan de marketing digital para empresas especializadas en papelería de la ciudad de Guayaquil. (*Tesis de postgrado*). Universidad Politécnica Salesiana de Ecuador, Guayaquil. Obtenido de <https://dspace.ups.edu.ec/bitstream/123456789/6153/1/UPS-GT000536.pdf>

CAPÍTULO 10

RELIGIOUS EDUCATIONAL REFORMS AND THE SHAPING OF MOROCCAN IDENTITY: ISLAMIC EDUCATION TEXTBOOKS AS A CASE STUDY

Data de submissão: 13/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Somaya Zine-Dine

Ibnou Toufail University
Faculty of Letters
Languages and Arts
Kenitra- Morocco

Moulay Sadik Maliki

Hassan II University
Faculty of Letters and Humanities
Ain Chock
Casablanca-Morocco

ABSTRACT: Islamic education curricula reforms have been at the core of many debates in Morocco lately. After the 9/11 events and Casablanca bombings in 2003, Islamic education became associated with the discourse of extremism and violence, thus becoming a top priority in the process of religious reforms. This study seeks to explore the way Islamic education textbooks shape Moroccan identity and how they reflect the state's religious policies. It also tries to explore the main differences between the old and new textbooks in terms of values and terminology, and how such reforms are perceived by teachers of Islamic education.

A mixed-methods approach, based on Summative Content Analysis, is used to compare old and new curricula. Interviews with Islamic education teachers are conducted, and questionnaires administered to third year, high school students. The results show that the Islamic terminology and values are compromised to focus on ethics, citizenship and human rights values. They also indicate that teachers are against such reforms, especially that of the year 2016. The new textbooks have succeeded to a certain extent in shaping students' religious identity, fostering moderation, tolerance, openness and co-existence. However, the findings also show that students' religious identity is much more stable and strengthened than their national identity.

KEYWORDS: Islamic education. Identity. Textbooks. Reforms. Values.

LAS REFORMAS EDUCATIVAS RELIGIOSAS Y LA CONFIGURACIÓN DE LA IDENTIDAD MARROQUÍ: LOS LIBROS DE TEXTO DE EDUCACIÓN ISLÁMICA COMO ESTUDIO DE CASO

RESUMEN: Las reformas de los planes de estudio de la educación islámica han estado en el centro de muchos debates en Marruecos últimamente. Tras los sucesos del 11 de septiembre y los atentados de Casablanca en 2003, la educación islámica se asoció con el discurso del extremismo y la violencia,

convirtiéndose así en una de las principales prioridades del proceso de reformas religiosas. Este estudio pretende explorar el modo en que los libros de texto de educación islámica forman la identidad marroquí y cómo reflejan las políticas religiosas del Estado. También trata de explorar las principales diferencias entre los antiguos y los nuevos libros de texto en cuanto a valores y terminología, y cómo los profesores de educación islámica perciben estas reformas. Se utiliza un enfoque de métodos mixtos, basado en el Análisis Sumativo de Contenido, para comparar los antiguos y los nuevos planes de estudio. Se realizan entrevistas con profesores de educación islámica y se administran cuestionarios a alumnos de tercer año de secundaria. Los resultados muestran que la terminología y los valores islámicos se ven comprometidos para centrarse en valores éticos, de ciudadanía y de derechos humanos. También indican que los profesores están en contra de estas reformas, especialmente la del año 2016. Los nuevos libros de texto han conseguido, en cierta medida, moldear la identidad religiosa de los alumnos, fomentando la moderación, la tolerancia, la apertura y la convivencia. Sin embargo, los resultados también muestran que la identidad religiosa de los alumnos es mucho más estable y desarrollada que su identidad nacional.

PALABRAS-CLAVE: Educación islámica. Identidad. Libros de texto. Valores. Reformas.

1 INTRODUCTION

Morocco has been undergoing tremendous reforms in several fields in the past years. The religious realm has been at the core of this process to restrict the influence of other religious doctrines that the Moroccan state considers opposing, such as Wahhabism and Shia, etc. Notably, this issue of reforms reflects the concern of Morocco to preserve a “Moroccan version of Islam”, through elaborating “sophisticated tools” to encourage more moderate religious interpretations (Maghraoui, 2009; Aourid, 2017). Although these reforms reflect the position of Morocco as a “regional leader” in the fight against religious extremism (Feuer, 2016), they are thought to be more about pragmatic and politically strategic factors than about important questions as to the sacred text, the nature of religiosity and/or the relationship between religion and politics. They are adopted as “counter-terror” strategies to “bureaucratize” religion in response to the ‘war on terror’ that ‘originated’ in the United States, and which Morocco itself experienced in Casablanca bombings in 2003 (Maghraoui, 2009; Wainscott, 2017; Feuer, 2016). Thus, after Casablanca bombings, the state recognized that the main threat is the Salafi ideology that advocates violence, and the Moroccan Islamic movement or reform has become vital in the bid to limit Jihadi Salafism (Darif, 2017).

Conversely, before the 9/11 events, precisely during the 1980s and 1990s, the Wahhabi Salafism was encouraged and supported by late Hassan II, then king of Morocco, to counter and combat opposition embodied by the leftist or left-wing parties as well as by *Al Adl-wa-Ihsan* (Justice and Charity) Islamist movement. The expansion

of this ideology was encouraged and even supported because the monarchy deemed it the most “effective means of countering the potential effects that Ayatollah Khomeini’s 1979 Islamic revolution in Iran could have [had] in the country” (Alonso & Rey, 2007, p. 573). Since 9/11, religious education, in Morocco and the rest of the Arab world alike, has been at the centre of interest for the United States’ policy makers, associating Islamic religious schools or ‘*Madrasas*’ (Koranic schools) with terrorism, violence and intolerance (Faour, 2012; Thobani, 2007). The US urged Islamic states to reconsider their religious dynamics and their relation with the ‘Other’ in this age of globalization, new mass media and modern information and communication technologies. Morocco thereby adopted a unique religious policy to (re)-shape its cultural heritage and keep it away from the impacts and threats of extremism and terrorism; education was at the heart of this religious ‘reshuffling’ policy, especially when the king made religious (re)-organization a top priority, laying emphasis on Islamic values of tolerance, co-existence and acceptance of different cultures and religions within the framework of the Maliki rite or school. In addition to the international and regional factors that have called for such reforms in Morocco, other social causes have equally enhanced the urgent need for reforms and minimize the economic and social gaps thought to have contributed to violence, extremism and radicalization (Darif, 2017; Maghraoui, 2009).

Subsequent to the 2003 Casablanca bombings, King Mohammed IV issued the main guidelines that Islamic education curricula should incorporate as part of education reforms, fostering the tolerant and moderate Islamic values (Wainscott, 2017). The said reforms were considered as the state’s response to terrorist attacks and were initiated in 2004 and officially implemented in 2005. In 2016, new changes were implemented, although numerous aspects in this respect remain to be addressed. The present study, therefore, seeks to analyse the differences between the old and new textbooks in terms of values and terminology. It tries to explore Islamic education teachers’ perception of these reforms, their impact on Moroccan youth’s identity together with how they (the reforms) reflect the state religious policies.

2 METHODS

2.1 RESEARCH DESIGN

The present study makes use of Islamic education textbooks, namely those assigned to third years of middle school and high school, as a basis of its analysis. It uses the ‘intrinsic case study’ as the most suitable type of case study to be used because (i) the intent is to understand the case better, and (ii) because it represents other cases (Baxter

& Jack, 2008). It is a method that not only makes it possible to analyse certain issues in a holistic and meaningful way in their real life context, but also to further consolidate the analysis through other methods (Kohlbatcher, 2006). The 'Summative content analysis' is adopted to analyse the old and new Islamic education textbooks in terms of terminology and values, for it permits the search for word frequency and comparison and subsequently makes it possible to have more insight into the collected data. This study adopts an exploratory sequential design based on mixed-methods, and priority is given to the qualitative than the quantitative phase. In order to explore Islamic education teachers' perceptions of reforms, some units of the textbooks were first examined to have an idea about the main changes brought by the reforms; these changes were then taken as a ground to generate semi-structured interview questions; qualitative data (i.e., codes and themes) and quantitative instrument (i.e., a questionnaire) were developed to deal with the repercussions of the reforms on the religious identity of Moroccan youth.

2.2 QUALITATIVE PHASE

2.2.1 Participants

In the first phase of this study, the qualitative design, a purposive sampling technique was used to include snowballing methods to select middle and high school teachers of Islamic education in six schools in *Errachidia*, the capital city of the *Drâa-Tafilalet* region located in the south-east of Morocco. The selected participants were the teachers who showed notable differences in terms of seniority (years of experience) and the levels taught (middle or high school).

2.2.2 Data collection and analysis

Twelve face-to-face semi-structured interviews were conducted to keep a flexible agenda and reveal new anticipated aspects. All interviews took between 20 to 40 minutes; all the interviews, except two, audio-recorded. For ethical reasons, the purpose of the study was explained to the participants verbally. Participants were assured that their contributions would be anonymous; they did not have to unveil their names nor provide any other information likely to reveal their identity. They were told that they had the right to skip any question or withdraw from the interview process. All interviews were translated from Moroccan Arabic into English to make sure the translation is genuine. After the data was collected, we went through the data to generate codes and categories, using 'line by line' coding of each interview in order to develop themes, following Creswell (2012) method.

2.3 QUANTITATIVE PHASE

The quantitative part involved administering questionnaires to third year high school students, who were randomly selected from two high schools in the city of *Errachidia*; the selected students were from different streams or tracks, namely sciences and humanities. 120 potential subjects were identified; however, some invalid survey answers were not included. The final sample size was 100.

2.3.1 Data collection and analysis

The questionnaire contained two types of questions: 9 open-ended questions and 8 close-ended questions. Open-ended questions were chosen because, unlike close-ended ones that are limited to certain pre-stated alternative responses, they allow participants to express their opinions freely. The other questions were demographic, dichotomous (yes or no answers) or multiple-choice questions. The multiple-choice questions were designed based on Likert (1932) rating scale. Since there is a combination of close and open-ended questions, 43 variables were identified from different types of categorical variables: nominal, ordinal and interval (scale). For non-numerical data (open-ended answers), a quantizing process was used to convert such qualitative data into quantitative (Maxwell, 2010) using a statistical analysis, including descriptive statistics, data screening for the variables using (SPSS) software.

3 RESULTS

Results presented in this part are based on the data collected from summative content analysis of Islamic education textbooks of third years of middle and high schools, semi-structured interviews and questionnaires. Given that exploratory sequential mixed-methods design was adopted, the qualitative results were presented first followed by the quantitative results.

3.1 RESULTS OF 'SUMMATIVE CONTENT ANALYSIS'

3.1.1 Terminology

The first section of the results deals with the analysis of Islamic education terminology and values in old and new textbooks, starting with those of third year of middle school.

3.1.1.1 Third year middle school textbooks

In terms of terminology, the new textbook encompasses terms related to social and economic development, (public interest, donation, charity, social cohesion, sustainable development); political discourse (the commandment of the believers, guardian of religion and people unity, allegiance (*Bay'a*), adherence to monarchy, supreme governance, territorial integrity); environment development (landscaped areas, planting, afforestation, ecological system); moral values (generosity, charity, moderation, justice, altruism, fraternity, sacrifice, peace, freedom of religion, equity, affection) , and Islamic discourse terminology (faith, creed, monotheism, servitude to God, religiosity, divinity, worship, etc.).

Concerning the old textbook of third year of high school, the terms fall into eight categories: Social and economic development (social cohesion, sustainable development, kinship ties, preventing mendicancy, orphan fostering, alms, usury, etc.), political discourse (allegiance (*Bay'a*), subjects, state building, state constitution), environment and health development (health care, psychological health, cleanliness, planting campaigns, ecological balance, natural resources); moral values (modesty, mercy, affection, fidelity, honesty, solidarity, clemency, forgiveness, generosity, kindness, wisdom, moderation, accepting difference and the Other); features of Moroccan Islam (peace, ease, tolerance, affection, respect, equality, co-existence, freedom of belief); Islamic discourse (Creed, faith, justice, Al-Fath (victory), prevalence of Islam) and negative acts (Immoderation, inflexibility, radicalization, extremism, intolerance, alienation, sins, legitimization, greed, violence, lies, dogmatism). It is clear from that, contrary to the old one, the new textbook lays more emphasis on values and virtues without bringing to light the opposites of these values and virtues. It also avoids issues that could sound controversial, such as usury.

3.1.1.2 Third year high school textbooks

Similarly, the terminology included in the new third year high school textbook can be divided into five categories, namely political discourse (governance, politics, state), moral values (mercy, solidarity, justice, respect, freedom), Moroccan Islam (religious renewal, balance, moderation, freedom of belief, flexibility, co-existence), Islamic discourse (*Da'wa* 'missionary activity', monotheism, faith, worship, judgment day) and Negative acts (murder, alienation, adultery, extremism, racism, corruption, atheism). The terms used in the old textbook can be categorized into four groups, namely moral values (tolerance, forgiveness, affection, respect, harmony, mercy, equality), Moroccan Islam (balance, moderation, fatwa contradiction, cultural diversity, freedom, accepting the Other), Islamic discourse (mediation, religious unity, alms, *Ghayb* (unseen), criminal legislation) and

negative acts (Ignorant religiosity, childish jurisprudence, doctrine imitators, blasphemy accusations, doctrinal intolerance, intellectual deviation, moral deviation, racism, atheism, violence, adultery, economic corruption).

3.1.2 Values

The values that the new third year middle school textbook lays emphasis on are co-existence, openness, freedom of religion, accepting difference, equality, freedom; they are even repeated at least twice as lessons in this textbook. The old textbook has balanced components comprising Islamic legal provisions, values and religious obligations, while emphasizing the protection of *Da'wa* (promoting religion or missionary activity) and establishing the (Islamic state). This balance is embodied in values, such as avoiding radicalism, prohibiting usury and economic monopolization.

However, both of them share the same values about faith, moderation and social values, as, for instance, protecting the environment, honouring parents and believing in God. Like the previous curriculum, the new high school textbook brings into focus values of faith in God, which reoccur in different lessons throughout the textbook, such as belief in the divine message, belief in the Quran, universality of Islam and submission to God. In contrast, the old curriculum concentrates more on issues such as family, marriage, economic transactions, issues that are totally absent in new curriculum. The old curricula of both levels make a clear distinction between what is lawful and unlawful from the perspective of Islamic jurisprudence, whereas the new textbooks confine themselves to what is commonly believed as right values and behaviours, such as honesty, peace, freedom, tolerance, etc.

3.2 RESULTS OF SEMI-STRUCTURED INTERVIEWS

This section of the qualitative phase shows the findings of the semi-structured interviews conducted with middle and high school's Islamic education teachers, of which the objective was to find out about their perceptions and views on the reforms. During the data analysis, a number of themes came to the fore, namely bugged curriculum, prohibited or forbidden trinity, 'we are subjects ... we do as we are told' and the evil other, which we discuss below.

3.2.1 'Bugged Curriculum'

This is how interviewee no. 6 described the reformed textbooks of 2016. The majority of the teachers who have participated in the interviews were not satisfied with

Islamic education reforms, and they cited several problems with regard to the form and content. For them, the form was quite boring, since it incorporated 'problematic situations' that were 'abstract and far from reality'. For example, interviewee no.6 described the lesson structure as 'incoherent' with 'cracks', which forces teachers to make extra efforts to compensate for these gaps and help students understand their lessons. Some participants, however, showed positive interest in the new textbooks, especially the link they created between students and the value-based content, a property that the old curriculum lacked. Interviewee no.8 went even further to stress that the old curriculum incorporated a sort of 'indoctrination' with the sole focus on information. The emphasis on values in the new textbooks was perceived differently by teachers, especially when regarding the role of Islamic education in protecting students from the threats of globalization, atheism and extremist movements. For instance, interviewee no. 4 stated that the old curricula 'clearly did the job'; they were more effective in protecting students from the global culture; in other words, for him, the new curriculum has a lenient tone in presenting the Islamic material.

3.2.2 'The Prohibited Trinity'

The theme "Prohibited Trinity" stands for the three elements that people still avoid talking about, viz. religion, politics and sexuality. Religion and politics are important elements and will be discussed as part of the political dimension that cropped up during the analysis of the participants' perception of religious reforms within a larger political context. Enquired about the King's use of 'religious education' instead of 'Islamic education', interviewee no. 1 suggested that 'the king's speech in 2016 was rather ambiguous and was open to various interpretations'. When asked about adding a lesson entitled 'Commandment of the Believers', another interviewee provided a striking statement, stating that there was no need for such lessons and that it was hard to make students understand the real meaning of such concepts and that the 'commander of the believers' was not synonymous to the 'king'; he also claimed the existence of contradictions between the religious and the political, especially with regard to these labels, which, in turn, restrict students' questions and comments about these issues for fear of stepping into the minefield (criticizing the regime openly and explicitly). Some participants, moreover, thought that the removal of certain controversial lessons, i.e., those pertaining to jihad and inheritance, was motivated by a purely political agenda.

3.2.3 'We are subjects ... we do as we are told to'

"We are subjects and we have to do what we are asked to do" is the answer provided by interviewee no. 2 when asked if they had sent their complaints and/ or recommendations to the Ministry of Education, especially as to their concerns about the pitfalls of the new textbooks, such as the use of some "invasive terms". This very fact reveals the main challenges that Islamic education teachers face, especially the lack of communication between teachers and the competent authorities, embodied by the ministry of education. Besides, interviewee no. 5 described the textbook designing committees as mysterious and intriguing ones that nobody knows anything about. Therefore, in addition to the other challenges, teachers have to serve as coaches and problem solvers, especially with regard to the 'imposed/parachuted curriculum', of which teachers know a little, if any.

3.2.4 The Evil Other

The last theme presents the distinction between the West versus Islam, or '*Dar Assilm*' (the home of peace) as opposed to the home of war, or the home of Islam as opposed to the home of disbelief and apostasy, which was blindingly omnipresent in the data collected from the interviewees. This dichotomy puts Islam as a religion in opposition with the west, the global culture or 'the Other' in general. Asked about the claim that Islamic Education encourages extremism, one of the interviewees stated that both "the previous and new textbooks set for themselves the task to get rid of the illusion that Islam encourages violence and exclusion of the Other. I think that Islamic Education is immunity against extremism, those who try to vilify Islamic Education aim to intentionally tarnish religion". When asked about the Ministry's substitution of "Religious Education" for 'Islamic Education, interviewee no.8 stated that this was meant to allow for the inclusion of other religions and creeds, a fact which would confuse students, for if they are taught Islam, Christianity and Judaism, they would be overwhelmed because they are not qualified enough to use their cultural sieve and "weighting" (*Tarjih*). Thus, introducing other religions' teachings is still considered threatening to these teachers. The 'Islamic' VS the 'Universal' dichotomy is another crucial element mentioned by participants. For instance, interviewee no. 6 argued that "the elimination of '*Jihad*' (holy war) lessons was due to their controversial nature and incompatibility with universal culture that rejects violence. Similarly, interviewee no. 2 thought that the themes or lessons likely to foster cultural and religious clashes in the old curriculum were removed from new ones".

3.3 QUANTITATIVE FINDINGS

This part presents the results of the quantitative data analysis of this mixed-methods approach. This phase comes to supplement the previous qualitative sections and explore the repercussions of the educational religious reforms in Islamic Education textbooks on the religious identity of Moroccan students. The demographic analysis of the participants shows that the females' participation was 64% and males' was 34%.

3.3.1 Textbooks assessment

One of the questions in the questionnaire expected students to give their opinion about the Islamic Education textbooks, thus, giving them the opportunity to evaluate them. The findings show that 33% of the subjects thought that their Islamic education textbooks were average, 22% thought they were pretty good. The remaining 17% said that the textbooks were 'weak'. In order to explore students' critical thinking abilities and their willingness to be open and tolerant vis-à-vis the 'Other', they were asked to express their point of view about the Pope's visit to Morocco the year before. 45 % of the students thought that the visit was a positive thing, 43% were against it, while 12% were neutral. The students who described the event as a way to emphasize the values of openness and co-existence were 46%, while those of them who described it as offensive were only 17%. However, most of them were against the ritual that brought together a Muslim Imam's calling for prayer (*Ađan*) with Jewish woman singing a prayer in Hebrew and a Christian woman singing "Ave Maria" on stage.

3.3.2 Values

This part attempts to explore the values that students thought were of great importance to them; those that Islamic education brings to light subsequent to the said reforms. In this connection, students were asked to rate these values from the most important to the least important. More than 66% considered freedom very important; 38% considered National unity not important at all. While 32% thought openness was of low importance, 37% thought that the value of co-existence was important. For 33% of the participants, 'sacrifice' was also of low importance.

4 DISCUSSION

The results from the mixed methods approach suggest that there are significant differences between the old and new Islamic Education textbooks, especially with

regard to the terminology used and the values emphasized. The terms included in the old textbooks target several disciplines of life, with traditional Islamic terminology being used to address different issues. Besides, such textbooks combine terminology from Islamic law, Islamic jurisprudence and religious obligations, while the new textbooks focus more on terms that lack Islamic tone, with emphasis being laid on values and virtues and controversial issues avoided. The new textbooks put more emphasis on values of co-existence, openness, tolerance, freedom of religion and state Morocco's religious terms of reference, i.e., the *Maliki* rite or school, *Ash'ari* doctrine and Sufism. The old textbooks, on the other hand, focus more on values of moderation, balance, accepting differences and unity, inter alia. Concerning the semi-structured interviews, the results show that teachers have reservations vis-à-vis the constant changes of textbooks. They brought to the fore the various challenges that they had faced since the implementation of the said reforms, especially regarding the contents that, instead of being confined to Islamic materials, have come to cover materials stressing the values of citizenship, openness and co-existence. They also voiced their concerns as to the unfair treatment of Islamic education by state authorities and students alike.

Their contributions, moreover, reveal that Islamic Education is now being used to serve a specific political agenda. The results of the questionnaire reflect the students' interest in the subjects of Islamic education and their complaints about the insufficient time allotted to such subjects. Although the textbooks have fulfilled the job of developing in students the disposition of openness and willingness to accept 'the Other' regardless of their religious creed and beliefs, students were still unsatisfied, as is clear from their assessment of the textbooks as just average. The results also show that students do not take everything for granted; they rather approach textbooks critically and point out to what is acceptable and what is not in these textbooks. Despite the textbooks' emphasis on national unity and citizenship, students still consider such values not that important.

4.1 INTERPRETATION OF THE FINDINGS

4.1.1 'Cherry picking'

Given the fact that Islamic education has been relegated to a cultural and civilizational subject, Islamic teachings have been geared toward the cultural identity materials that attempt to 'Islamize' knowledge (Karimizadeh & Abolghasemi, 2016); they intend to make it more compatible with democratic and human rights values. Likewise, it is argued that attempts to remove some terms and content with unmodern connotations and inject religious material via a different terminology will do nothing more than

“deepening the religious crisis” (Dakhouch, 2016, p. 25). To use Geerts’s (1968) words, it is as though old wine was put into new bottles just as old bottles contained new wine. The new approach that incorporates “universal values” in Islamic education curricula seeks to make change students view on Islam as simply as a “religion”, and engage them in an interdisciplinary material likely to blur the boundaries between what is religious and what is secular, which is probably the main goal of these reforms (Douglas & Shaikh, 2004). Therefore, the kind of ‘cherry picking’ does not seem to be the solution; instead, these religious reforms should aim at developing mature citizens with twenty first century skills, taking Islamic teachings as a starting ground.

4.1.2 Islamic Education teachers as ‘Traditional intellectuals’

If at all anything can be deduced from the above interpretations of results, it is that the label ‘state bureaucrats’ (Wainscott, 2017) is not suitable to describe Islamic education teachers and how they function in the Moroccan religious apparatus. One may borrow Antonio Gramsci’s concept of ‘traditional intellectuals’ or scholars to refer to those teachers. Traditional intellectuals, for Gramsci, are the opposite of “organic intellectuals”; organic intellectuals are subjects directly integrated in society’s economic structure and try to homogenize lay people’s ideology; traditional intellectuals, on the other hand, remain on the sidelines of society’s economic structure, as a way to deny their belonging to any social class or submitting to any ideological discourse. Islamic education teachers are those traditional intellectuals who are aware of state hegemony and its attempts to ideologically shape their way of perceiving religion and subsequently turn them into “organic intellectuals”.

Aware of the government’s political agenda as they may, these Islamic Education teachers have no say and remain just passive receivers of others’ interpretations. They just implement what they are told and practice self-censorship to keep themselves from getting involved in any controversial debate. These teachers and intellectuals feel helpless to approach religious texts from a different perspective due to political, social and cultural constraints. In other words, religious texts are exploited and interpreted by political and social institution to suit their own purposes, agenda and interest; leading intellectuals to be passive receivers of such interpretations.

4.1.3 New generation of students

Although the new Islamic education curriculum was implemented in 2016, the impacts of its changes have become visible in the way Moroccan youth perceive their

religious identity. It is true that the state has succeeded to a certain extent in making students more open, tolerant and willing to accept difference. However, embodying such values is conditioned by the political and social circumstances of the Moroccan society as well. Moroccan youth appreciate initiatives that would reflect the openness of Morocco and its cultural uniqueness. However, religion for them remains so sacred that it should in no way be manipulated. As an illustration of this, one of the students commenting on the Pope's visit to Morocco said that it was 'a failure, and it aimed to ridicule Islam'. His comment was not directed to the visit per se, but rather to the way the Muslim call for prayer was chanted together with Christian and Hebrew songs. For students, such initiatives are just a manipulation of religion that would encourage more offending acts towards Islam. Having said this, it is clear that students' religious identity is more important, stable and developed than their national or cultural identity; Islam, they say, is the first uniting factor and preserving it should be a top priority (Al- kalakhi, 2018; Housni et al, 2018).

4.1.4 Islamic Education: a reflection of new state policy

The subject of Islamic education has been a field of constant debates, not to say struggles, between teachers and teaching inspectors, the ministry and the monarch. The religious reforms have put Islamic education in a vital position that reflects new policies and future tendencies. After 9/11 in the US and the 2003 bombings in Casablanca, the state tried to counter the Salafi movement and reduce its impact in Morocco in a bid to produce a "semi-enclosed" religion that can be easily controlled and manipulated (Darif, 2017), and this very fact is clearly reflected in the way new Islamic education textbooks were designed after 2003, focusing on Moroccan identity of moderate Sunni, Maliki school within the framework of the Commandment of the believers. However, the year of 2011 was a turning point especially with the rise of the February 20th movement that advocated an "open" religious policy reflecting the requirements of the 2011 constitution. The new strategy allowed political authorities to open up to those that were considered against the state's religious doctrine, either in Morocco or outside. There emerged a tendency to stress Morocco's religious and cultural diversity as opposed to the then prevailing "mono-religious" policy that prevailed in the previous years. It should be noted that involving Islamic education in this clash of political interests puts Moroccan religious identity in a tight spot. The subject should be totally independent of any kind of political interference that could manipulate Moroccan citizens and the way they perceive religion.

5 CONCLUSION

The study approach has allowed us to explore in depth the impact of the religious reforms in the field of education on three levels: Islamic education textbooks, teachers' perceptions and students' perceptions. The summative content analysis concluded that the Islamic education changed to tackle issues related to culture, civilization and ethics, thus, changing the definition of Islamic education to a subject that reflects democratic and human rights values. The interviews revealed several problems at the implementation level of the new curriculum. This study also came to the conclusion that the state strategy to shape the students' identity based on tolerance, openness and co-existence has succeeded to a certain extent. However, the results also showed that students are not passive receivers; rather they are aware of state hegemony that tries to shape their perception of religion and identity.

It follows from the above interpretations of the results that new approaches to design Islamic education textbooks are needed to allow a smooth development of a coherent and consistent Islamic identity, taking into consideration the needs of young generations, and the daily challenges they face so that practical solutions to their problems could be found. Also, there should be a two-way (rather than the one-way communication that currently prevails) communication between the authorities and Islamic education teachers and professionals in view of improving the quality of teaching methods and the curricula's content. Given that the case study is a descriptive one, conclusions derived from the content analysis did not tackle the way these textbooks are designed and the way the content is introduced in each educational level. Class observations would also uncover new issues about the way Islamic education is taught and the way students interact with the subject. The small sample of participants that took part in interviews may also have impacted the validity of this study; more interviewees could have provided additional insights. The Moroccan religious reforms are considered a model to be followed by neighboring countries. Exploring the way such model is applied in other contexts would also be an interesting area of future research. Exploring the reforms in other state-run institutions such as 'Traditional religious education' (*Ta'lim Attiq*), in terms of curriculum implementation would reveal other facets of the Moroccan religious policy.

REFERENCES

Al-Kalakhi, Y. (2018). *A-Tadayoun Chababi: Achkalouh wa Massadirouh* [Youth Religiosity: Its Types and Sources]. In M, Hamada (ED.). *Takrir Halat Din wa Tadayoun fi Al-Maghrib 2015-2017* [Report of the Situation of Religion and Religiosity in Morocco 2015-2017]. Rabat: Dar Al-Aman, Dar, A-Tawhidi.

Maghraoui, D. (2009). Introduction: Interpreting reform in Morocco. *Mediterranean Politics*, 14(2), 143–149. doi. 10.1080/13629390902983674.

Maxwell, J. A. (2010). Using numbers in qualitative research. *Qualitative inquiry*, 16(6), 475- 482. DOI: 10.1177/1077800410364740.

Thobani, S. (2007). The Dilemma of Islam as School Knowledge in Muslim Education. *Asia Pacific Journal of Education*, 27(1), 11–25. doi. 10.1080/02188790601145382.

Wainscott, A. M. (2017). *Bureaucratizing Islam: Morocco and the War on Terror*. Bureaucratizing Islam: Morocco and the War on Terror. Cambridge University Press. doi. 10.1017/9781108227124.

CAPÍTULO 11

CARTOGRAFIA DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA: PERCURSORES, CONCEITOS E EMERGÊNCIA DE MODELOS TEÓRICOS

Data de submissão: 09/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Jorge José Martins Rodrigues

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Área Departamental de Gestão
Instituto Politécnico de Lisboa – Portugal
<http://orcid.org/0000-0001-7904-0061>

Maria Amélia André Marques

Escola Superior de Ciências Empresariais
Departamento de Comportamento
Organizacional e Gestão de
Recursos Humanos
Instituto Politécnico de Setúbal – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-7196-3838>

RESUMO: Partindo da conceção de Engels para quem a família é um elemento ativo, nunca permanecendo estacionária, mas que passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado, e da importância do estudo da Família no contexto empresarial, este capítulo pretende analisar o estado da arte da família desde os primórdios da humanidade. Tendo como estratégia de investigação a “teoria da prática” de Bourdieu, significando que no momento da realização

de uma pesquisa, a problemática pode ser alterada, a hipótese modificada e as variáveis reconsideradas, fazendo com que a qualquer instante surja uma visão inovadora do que se passa no campo em análise, apresenta-se uma revisão da literatura sobre esta problemática no âmbito das diferentes ciências sociais. O objetivo é identificar variáveis e dimensões de análise por forma a viabilizar a criação de um modelo conceitual. Como principais resultados apontam-se as diferentes tipologias de família, muito diferentes da que hoje conhecemos. Esses resultados poderão ser integrados na conceção de um modelo integrador de várias dimensões teóricas, genérico e abrangente, qual mosaico árabe, para que o mesmo possa ser aplicado a qualquer tipo de família empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: Família consanguínea. Punaluana. Sindiásmica. Monogâmica. *Gens*.

BUSINESS FAMILY CARTOGRAPHY: PRECURSORS, CONCEPTS AND EMERGENCE OF THEORETICAL MODELS

ABSTRACT: The main aim of this chapter is to analyze the state of the art of the Family since the dawn of mankind. It stems from Engels definition that the family is an active element; never remains stationary, but shifts from a lower to a higher form, as society evolves from a lower to a higher degree. It also stems from the acknowledgement that the family has played a major role or roles in the capitalist society but nevertheless it is not until recently

that its study has caught the attention of the Academia. Thus, this field is still embedded in inconsistency, paradoxes and lack of systematization. Using as a strategy Bourdieu's Theory of Practice, which is a research strategy that, at the time of a research, the problem can be modified, the modified hypothesis and the variables reconsidered, causing at any moment a vision to emerge of what is happening in the field under analysis, and carrying out a review of the literature, we tried to identify and typify variables and dimensions which would enable us to study the viability of creating a conceptual integrated model of analysis. Our main findings were different types of families, some very different from what we find today (Inbred family, punaluana family, sindiásmica family). This knowledge and the variables that shape them enabled us to start to conceptualize a holistic model such as an Arabic mosaic, with several theoretical dimensions, so that it could be applied to any type of business family.

KEYWORDS: Inbred family. Punaluana family. Sindiásmica family. Monogamous family. Gens.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento socialmente útil sobre um assunto está sempre afetado de ignorância parcial e à medida que se avança no mesmo mais interrogações se levantam. Por isso o conhecimento nasce do desejo de se criar qualquer coisa que não existe a partir daquilo que já existe. Tal processo consiste, então, em descobrir, retirar ou compreender os fenómenos da natureza no contexto em que são gerados, pois esse contexto influencia a questão que impulsiona o processo de investigação, influencia o sujeito e, simultaneamente, é influenciado por ele. A falta de conhecimento, das características e particularidades do sistema de relações que se criam nas interações entre a família empresária e o negócio de família, além do significado ambíguo destes dois constructos (Harms, 2014), origina ainda um processo involuntário de confusões. Aquelas debilidades desencadeiam a paulatina perda de competitividade dos negócios, podendo chegar um momento, em que sob a propriedade da família, a empresa já não seja viável no mercado, com a consequente perda de património familiar e, às vezes, uma deterioração das relações entre familiares. Os empresários que desejam manter a propriedade e/ou a gestão em poder da geração seguinte devem promover o processo de mudança da família empresária. Este processo de mudança é paulatino e estruturado, e inclui a análise, avaliação, definição e implementação de um conjunto de atividades que procuram:

- a) Manter a competitividade do negócio de família, com a finalidade de o perpetuar como fonte de bem-estar económico do clã familiar. Este pressuposto consegue-se, com a implementação de boas práticas de gestão e governo nas empresas que são propriedade da família, o mesmo é dizer, com a profissionalização da sua gestão. As empresas atuam em mercados

competitivos, sujeitos a riscos – econômicos, financeiros, de reputação –, surgimento de novos produtos e novas formas de concorrência, que têm impacto no desempenho das mesmas.

- b) Constituir e/ou manter a família, ou parte dela, como uma equipa de trabalho. Ou seja, um conjunto de pessoas que têm a mesma visão, metas e regras na relação com a empresa da qual são e/ou serão proprietários. Para que um negócio de família tenha êxito, parece importante manter esta:
 - i. Unida, em relação ao projeto de família que será a empresa;
 - ii. Preparada, para os papéis que lhe competem desempenhar;
 - iii. Comprometida, para evitar e prevenir a confusão entre família e empresa.

Como consequência destas atividades, havendo harmonia na família empresária (Gallo *et al.*, 2009), esta poderá disponibilizar um conjunto único de recursos à empresa familiar, vantagem competitiva que não está ao alcance das empresas não familiares. Assim, uma empresa familiar parece correr menos riscos que uma empresa não familiar; daí que as primeiras logrem gerar maior valor para os seus constituintes organizacionais, apesar de a maioria delas tenderem a desaparecer ou perder uma parte importante do seu património durante a segunda geração ou na passagem para a terceira geração (Gallo *et al.*, 2009). Uma família empresária não é uma família comum, pois possui também laços societários e/ou profissionais.

A sobrevivência da família empresária no longo prazo requer não só uma política apropriada de consumo e investimento dos seus recursos, mas também o reforço constante dos valores morais responsáveis pela criação de riqueza da família nas gerações anteriores. Cientes de que o conhecimento e as ideias atuais sobre a família empresária oscilam entre conceitos cientificamente comprovados até às boas intenções, porventura *naïfs*, o que os torna questionáveis (Gallo *et al.*, 2009), a opção metodológica para este artigo assenta na análise de literatura (Gioia *et al.*, 2013), procurando captar os tipos de família, por acreditarmos que a maior parte deste conhecimento está fragmentado e necessita de ser organizado em modelos teóricos mais completos (Gallo, 2009). Numa abordagem sistémica, Pessoa (1926) escreveu: Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Fazer investigação não é resolver problemas; é saber definir um problema! Resolver problemas é uma questão técnica enquanto investigar é saber fazer a pergunta certa. Por isso a sociologia se preocupa em revelar fatos e relações nem sempre explícitas, fazendo emergir questões onde se aparenta naturalidade. O seu objeto envolve lutas,

relações de poder, aspetos pouco revelados da realidade social que muitos não desejam ver elucidados (Bordieu, 1990).

Deste modo, o objetivo principal da comunicação consiste em obter o “*state of art*” dos tipos de família percursores da família empresária, a qual se poderá inserir numa proposta de modelo suficientemente genérico e abrangente, qual mosaico árabe, para que o mesmo possa ser aplicado a qualquer tipo de família empresária, possa ser confirmado ou rejeitado por outros investigadores e ajude a compreender os riscos e oportunidades, as tendências sociais, culturais, políticas, ambientais – os seus *stakeholders* relevantes – e como a família empresária tem impacto junto deles, tem capacidade de dialogar e estabelecer parcerias com os mesmos.

A estrutura da comunicação inicia-se com esta introdução ao tema. Segue-se um breve enquadramento teórico, no ponto dois, onde se contextualiza o problema. O ponto três descreve a metodologia seguida. No ponto quatro apresentam-se as diferentes tipologias de família em Engels, e também os tipos de família moderna. Por fim apresenta-se uma breve Conclusão, com as limitações e pistas futura para investigação.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Dos debates mais promissores entre académicos, sociólogos, antropólogos, psicólogos e teólogos, entre outras áreas do conhecimento, prende-se com a definição do conceito família. Será que o conceito e a família variaram no tempo? A resposta é afirmativa!

Para Engels (1976) a família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registam os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente.

As novas gerações, hoje, têm modelos de vida diferentes, onde existe uma intensa complexidade de modelos familiares; as famílias formam-se, reformam-se e transformam-se, com o fenómeno da família monoparental a querer dominar. Ora, o modo como se define a família afeta significativamente os resultados dos estudos empíricos (Bettineli *et al.*, 2014). A família sofreu uma série de transformações e as mudanças continuam a acontecer (Aldrich *et Cliff*, 2003; Giddens, 2013). Apesar de não atuarem da mesma forma, quase todas as sociedades se organizam em famílias, mas a caracterização destas difere, pois, a família é produto do sistema social e reflete o estado da cultura desse sistema, moldando-se às condições de vida que dominam num determinado espaço de tempo (Greif, 2006; Giddens, 2013).

O conceito de família com base nas relações de parentesco de consanguinidade e do casamento deu lugar, a partir dos anos 1960, ao modelo ideal de família, uma extensão do modelo ideal preconizado na modernidade, a qual enfatiza o amor romântico, o matrimônio ideal e o afeto como base da vida familiar (Machado, 2005). A realidade do Séc. XXI mostra um declínio do casamento, um aumento dos divórcios, múltiplos arranjos conjugais e novos laços de parentesco, em combinatórias sempre originais, a caminho do nomadismo conjugal (Déchaux, 2009), o que exige o recurso a modernidades múltiplas (Eisenstadt, 2001), como forma de gerir a existência de padrões culturais diversificados, complexos e moventes, numa sobreposição coexistente de diferentes tempos históricos (Almeida, 2013). Assim, estar vivo é mudar constantemente, pois, cada experiência e cada decisão afetam as que se seguem, pelo que os sistemas e organizações também envelhecem e mudam com a passagem do tempo (Gersick *et al.*, 1997).

No caso particular da família [empresária] que detém empresas [familiares], existe a necessidade de consenso entre aqueles que fazem parte dela, devido aos significativos bens em comum, e à intensidade dos contatos – pelo menos para alguns dos seus membros –, os quais permanecerão elevados durante toda a vida. Assim, a definição clara a respeito dos limites da família é útil para decidir quem tem responsabilidades pela empresa e quem merece beneficiar com ela (Gersick *et al.*, 1997). A resposta à questão “Quem é família?” tem sido tentada em função da dinâmica do conceito família através dos tempos. Da aceitação da sua definição irá depender a evolução do negócio familiar, a liderança da família ou a divisão da herança. Contudo, um modelo não capta a realidade, somente a sugere (Gersick *et al.*, 1997), pelo que, mesmo utilizando a definição mais ampla do termo família continua por definir, inequivocamente, o que é a família empresária (Rodrigues *et Marques*, 2019a).

Em resumo, a família é uma instituição social básica que surge sobre as mais diversas formas em todas as sociedades humanas, a qual parece ter desempenhado diversas funções, ora perdendo umas ora acrescentando outras. Assim, a ordem social de determinada época está condicionada por dois tipos de produção: a do desenvolvimento do trabalho e o da família (Engels, 1976). As mais importantes e permanentes funções da família parecem ser a reprodução da espécie, a criação e a socialização dos filhos e a transmissão essencial do património cultural (Floriani, 2012). O caminho percorrido pela instituição família, ao longo da história, é extremamente complexo – estado selvagem, barbárie, civilização (Engels 1976) – pois apresentou, até chegar à estrutura de hoje, mutações profundas e significativas (Dias, 2012; Lauwe *et Lauwe*, 1965).

3 METODOLOGIA

Há ocasiões em que a experiência passa à frente da teoria, sendo a primeira a encontrar novos factos; o papel da teoria é então o de retroverter as observações já realizadas, cabendo ao teórico reunir os novos dados e elaborar um edifício lógico no qual todos eles se integrem (Magueijo, 2003). Cientes de que o conhecimento e as ideias atuais, quer sobre a família empresária quer sobre a empresa familiar, oscilam entre conceitos cientificamente comprovados até às boas intenções, porventura *naïfs*, o que os torna questionáveis (Gallo *et al.*, 2009), a opção metodológica para esta comunicação assentou na análise de literatura (Gioia *et al.*, 2013), procurando captar os conceitos de família e suas dimensões, por acreditarmos que a maior parte deste conhecimento está fragmentado e necessita de ser organizado em modelos teóricos mais completos (Gallo *et al.*, 2009).

Numa abordagem sistémica, Pessoa (1926) escreveu que toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria. Quem não sabe nada de um assunto, e consegue alguma coisa nele por sorte ou acaso, chama “teórico” a quem sabe mais e, por igual acaso, consegue menos. Quem sabe, mas não sabe aplicar – isto é, quem afinal não sabe, porque não saber aplicar é uma maneira de não saber –, tem rancor a quem aplica por instinto, isto é, sem saber que realmente sabe. Mas, em ambos os casos, para o homem são de espírito e equilibrado de inteligência, há uma separação abusiva.

Fazer investigação não é resolver problemas; é saber definir um problema! Resolver problemas é uma questão técnica enquanto investigar é saber fazer a pergunta certa. Por isso a sociologia se preocupa em revelar factos e relações nem sempre explícitas, fazendo emergir questões onde se aparenta naturalidade. O seu objeto envolve lutas, relações de poder, aspetos pouco revelados da realidade social que muitos não desejam ver elucidados (Bordieu, 1990). Essa é a diferença!

Assim, a maior parte da literatura sobre os negócios de família está relacionada com o empreendedorismo, devido às suas raízes nos pequenos negócios, apesar de esta temática abranger um grande conjunto de subcampos interrelacionados. Ora, como qualquer campo de estudo, o desafio de ganhar e manter a legitimidade envolve uma abordagem equilibrada sobre a amplitude (o cruzamento de fronteiras disciplinares) e a profundidade (domínio de um corpo específico de conhecimentos), que permita apresentar uma estrutura concetual abrangente que claramente defina os limites do campo família

(Payne, 2018), pelo que, como se referiu anteriormente, a opção metodológica para esta comunicação assentou na análise de literatura, procurando captar os conceitos de família e suas dimensões.

4 TIPOS DE FAMÍLIA PRECURSORA

Quase todas as sociedades se organizam em famílias, como vimos, apesar de não atuarem todas da mesma forma e da sua caracterização diferir. A família é produto do sistema social e reflete o estado da cultura desse sistema, moldando-se às condições de vida que dominam num determinado espaço de tempo. É essa realidade, no início da época moderna, que iremos procurar conhecer.

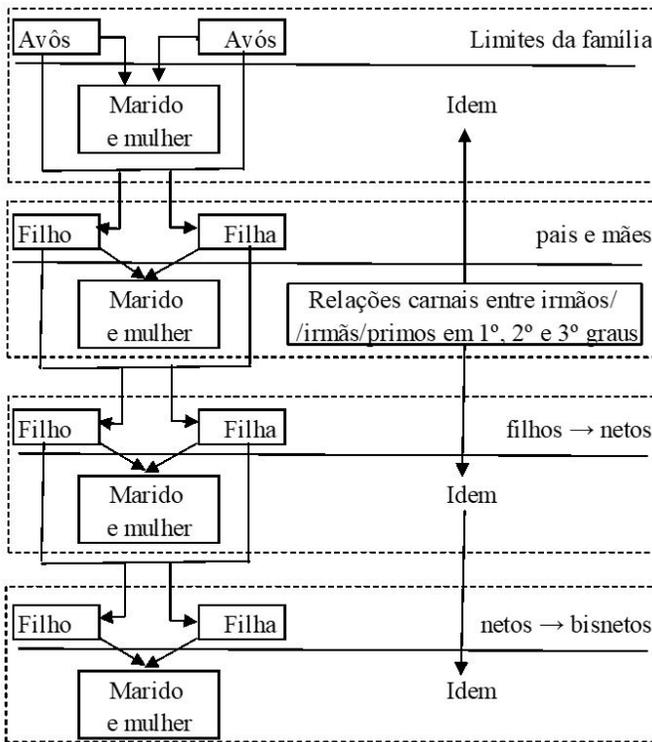
4.1 TIPOS DE FAMÍLIA EM ENGELS

O estudo da história da família, nomeadamente os sistemas de parentesco e formas de família correspondentes, elaborado por Engels (1976), para quem, em cada modo de produção houve uma forma predominante de arranjo familiar. A descoberta de uma espécie tosca de família com base em laços de consanguinidade é atribuída a Morgan (1877) e leva Engels (1976), a definir quatro tipos subsequentes de família: a família consanguínea, a família punaluana, a família sindiásmica e a família monogâmica, as quais serão apresentadas sumariamente.

4.1.1 Família consanguínea

A família consanguínea pode ser considerada a primeira etapa da família (Morgan, 1877), por nela os grupos conjugais se classificarem por gerações; todos os avôs e avós, nos limites da família, são maridos e mulheres entre si; o mesmo sucede com os seus filhos, ou seja, com os pais e mães; os filhos destes, por sua vez, constituem o terceiro círculo de cônjuges comuns; e os seus filhos, isto é, os bisnetos dos primeiros, o quarto círculo Engels (1976). Nesse tipo de família, os ascendentes e descendentes, os pais e filhos, são os únicos que, reciprocamente estão excluídos dos direitos e deveres do matrimónio, conforme pretende mostrar a Figura 1 – Diagrama de relações da família consanguínea. Esta “fase” do desenvolvimento familiar encontra-se, segundo Engels, no período de estado selvagem.

Figura 1 – Diagrama de relações da família consanguínea.



Fonte: Floriani (2012)

A característica adicional desta família, então, estaria no facto de os irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e demais graus, serem, todos eles entre si, irmãos e irmãs, e em decorrência disso, maridos e mulheres uns dos outros. Ou seja, a relação entre irmão e irmã pressupõe, por si, a relação carnal mútua. Exemplo típico de tal família seriam os descendentes de um casal, em cada uma de cujas gerações sucessivas todos fossem entre si irmãos e irmãs e, por isso mesmo, maridos e mulheres uns dos outros.

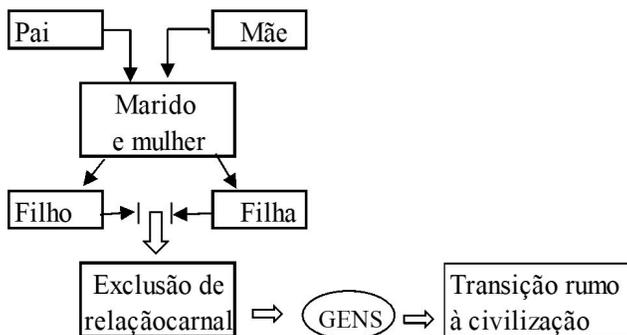
Este sistema familiar desapareceu (Engels, 1976; Floriani, 2012).

4.1.2 Família punaluaana

A principal característica da família punaluaana, em relação à família consanguínea, reside na exclusão dos pais, filhos e irmãos das relações sexuais recíprocas, pondo fim ao matrimónio entre irmãos colaterais, ou seja, primos carnais, primos em segundo e terceiro grau. Este processo, provavelmente, ocorreu de forma progressiva, tendo começado pela exclusão dos irmãos uterinos e acabou pela proibição do matrimónio entre irmãos colaterais (Engels, 1976). Nas sociedades onde este progresso limitou a reprodução consanguínea deve ter havido um desenvolvimento mais rápido e completo que naquelas

sociedades onde o matrimônio entre irmãos e irmãs continuou a ser uma regra e uma obrigação (Engels, 1976). Em decorrência deste avanço nas relações familiares foi instituída a “gens”, palavra latina usada por Morgan para designar um grupo consanguíneo com as características descritas em 4.1.1 Família consanguínea. Tem na sua raiz o conceito de “origem” ou “nascimento”, significando um grupo de indivíduos que se reportam a um mesmo ancestral e, portanto, a um mesmo nome de família ou clã.

Figura 2 – Diagrama de relações da família punaluana.



Fonte: Florianí (2012)

Logo, as *gens*, neste caso, eram círculos fechados de parentes consanguíneos, por linhagem materna, que não se podiam casar uns com os outros (Engels, 1976), pelo que cada família primitiva teve que cindir-se, o mais tardar depois de algumas gerações, dando origem a outras novas comunidades que não coincidiam, necessariamente, com o grupo de famílias. Um ou mais grupos de irmãs convertiam-se no núcleo de uma comunidade, e os seus irmãos carnais, no núcleo de outra. Estas irmãs carnais ou mais afastadas (primas, em diferentes graus) eram mulheres comuns de maridos comuns, dos quais ficaram excluídos os seus próprios irmãos.

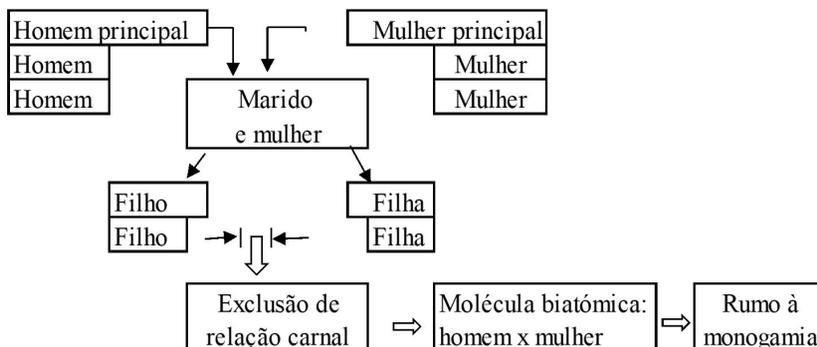
De igual modo, uma série de irmãos uterinos ou mais afastados (primos, em diferentes graus) tinham em casamento comum certo número de mulheres, com exclusão das suas próprias irmãs. Desta ou de outra forma análoga, da família consanguínea passou-se para a família panaluana – matrimônio por grupos (Engels, 1976). Portanto, a *gens*, além de se prestar a explicar a gênese da ordem social de praticamente todos os povos bárbaros do mundo, explica também a sua transição rumo à civilização, como demonstra a Figura 2 – Diagrama de relações da família punaluana. Este tipo de família é o tipo clássico de uma formação de família que sofreu, mais tarde, uma série de modificações, e cujo traço característico essencial era a comunidade recíproca de maridos e mulheres no seio de um determinado círculo familiar, do qual foram excluídos, todavia, no princípio, os irmãos carnais e, mais tarde, também, os irmãos mais afastados das mulheres, ocorrendo

o mesmo com os irmãos dos maridos (Engels, 1976). Os irmãos e irmãs carnais ou distantes (primos) eram denominados de 'punaluaus', ou seja, companheiros íntimos. Na família tipo punaluana (matrimónio por grupos) há, indiscutivelmente, uma certeza: não se pode saber, com segurança, quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe, o que redundava em dizer que a descendência só pode ser estabelecida pelo lado materno, reconhecendo-se, assim, apenas a linhagem feminina (Engels, 1976).

4.1.3 Família sindiásmica

No regime de matrimónio por grupos já se formavam uniões por pares, de duração mais ou menos longa. O homem tinha uma mulher principal entre as suas numerosas esposas, e era para ela o esposo principal entre todos os outros (Engels, 1976). O impulso dado pelo *gens* à proibição do matrimónio entre parentes consanguíneos levou a uma redução constante do círculo em cujo seio prevalecia a comunidade conjugal entre sexos, até proibir o matrimónio entre todos os graus de parentesco reconhecidos, tornando, assim, cada vez mais impossíveis uniões por grupos, ficando no fim apenas o casal – família sindiásmica – unido por vínculos ainda frágeis. Enquanto nas anteriores formas de família os homens passavam por dificuldades para encontrar mulheres, e tinham até mais do que precisavam, agora as mulheres escasseavam e era necessário procurá-las, pelo que começam, com o matrimónio sindiásmico, o rapto e a compra de mulheres (Engels, 1976). A sua principal característica reside na sua forma de união por pares, com uma duração mais ou menos longa. Ou seja, uma união mais estável e mais duradoura que as formas de família anteriores. Esta união de pares traduzia-se como mostra a Figura 3 – Diagrama de relações da família sindiásmica: o homem tinha uma mulher principal, embora não se possa dizer que fosse a preferida, de entre as suas inúmeras esposas, e era para ela o marido principal, de entre todos os outros homens que também se constituíam em companheiros daquela.

Figura 3 – Diagrama de relações da família sindiásmica.



Fonte: Floriani (2012)

A poligamia e a infidelidade ocasional, por parte do homem, eram vistas como um direito seu. À mulher, esse ato era cruelmente castigado, se houvesse vida em comum. Os vínculos conjugais dissolviam-se com facilidade pela vontade de cada um dos cônjuges, ficando a partir daí, cada uma das partes livre para casar novamente. Os filhos ficavam com a mãe. Portanto, a evolução da família nos tempos pré-históricos consistiu numa relação constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, até das pessoas vinculadas apenas por alianças, torna impossível, na prática, qualquer matrimônio por grupos (Engels, 1976).

A família sindiásmica assume uma posição cronológica imediatamente antes da estrutura familiar considerada como “moderna”, com a introdução na família de um elemento novo: junto à verdadeira mãe coloca o verdadeiro pai (Engels, 1976). De acordo com a divisão do trabalho entre os dois sexos, na família sindiásmica, os homens estavam incumbidos de procurar a alimentação e de criar os instrumentos de trabalho necessários para isso. Neste contexto, o novo instrumento de trabalho – o escravo – e o gado eram propriedade do homem. A mulher era apenas utilizadora da propriedade, porém, não era dona. Assim, quando os homens se separavam das suas companheiras, podiam levar os seus pertences às suas *gens*, pois, com base no direito materno, os filhos não podiam herdar deles. Os bens deveriam ficar dentro da *gens* e os filhos não pertenciam à *gens* de seus pais. É com a família sindiásmica que ocorrem revoluções humanas fundamentais, as quais fizeram surgir a produção de excedentes, a propriedade privada, o patriarcado e a exploração do homem pelo homem. Desta forma, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, ao mesmo tempo que fazia com que nascesse nele a ideia de modificar, em proveito dos seus filhos, a ordem da herança estabelecida, abolindo o direito materno. O homem apoderou-se também da direção da casa e a mulher foi convertida em simples instrumento de reprodução (Engels, 1976).

4.1.4 Família monogâmica

A palavra *família*, neste contexto, significava o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem; e *famulus* significava escravo doméstico. A expressão *família* é romana e designa um novo organismo social submetido ao poder paterno do seu chefe, o qual mantinha o domínio sobre a mulher, os filhos e certo número de escravos, e o direito da vida e morte sobre todos eles (Engels, 1976). Este autor demonstra que a família

monogâmica é um constructo humano necessário à exploração dos homens pelos homens e à defesa da propriedade privada, a partir da divisão do trabalho entre sexos. Todas as formas de família eram determinadas pelo modo como a respetiva sociedade retirava da natureza o que lhe era imprescindível. Por isso, a família monogâmica nem sempre existiu. A família monogâmica foi criada por uma necessidade socioeconómica, tipicamente humana. Por isso, a família monogâmica surgiu com o advento da sociedade de classes e a propriedade privada (Lessa, 2012), baseada no domínio do homem e a sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível. Exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seus pais (Engels, 1976) e assim irão reter, na família, o domínio dos bens, utensílios e a riqueza produzida e usurpada. A origem da monogamia de modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos eram coisa de conveniência, arranjada pelos pais (Engels, 1976), para preservar a propriedade privada e perpetuar a acumulação de riqueza da família. Com a monogamia surge o adultério e a prostituição.

Esta forma de família diferencia-se da família sindiásmica por uma solidez muito maior dos laços conjugais, que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar a sua mulher, sendo-lhe concedido igualmente o direito à infidelidade conjugal, enquanto à mulher este ato implicava repressão e castigos mais rigorosos que em qualquer outra época anterior (Engels, 1976). O triunfo definitivo destas relações é um dos sintomas da civilização. Esta foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas económicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Na sociedade grega, o casamento, mesmo sendo considerado um empecilho para a liberdade masculina, era tido como um “mal necessário” para dar filhos ao Estado. Predominava a monogamia masculina, sendo que às esposas cabia o dever de procriação e às cortesãs o papel de satisfazer sexual e intelectualmente aos homens. Coexistiam, assim, duas classes de mulheres: as que eram para casar e construir família e aquelas que serviam somente para satisfazer os prazeres sexuais (Zordan *et al.*, 2013).

Entre os gregos – o povo mais culto e desenvolvido da antiguidade (Engels, 1976) – encontrava-se o exemplo típico desse tipo de família, onde a monogamia era apenas para as mulheres, pois elas deviam guardar uma castidade e uma fidelidade conjugais rigorosas. As mulheres eram cativas e só lidavam com outras mulheres. Destinavam-se a cuidar da casa e procriar. As donzelas aprendiam principalmente a fiar, tecer e coser, e, quando muito, a ler e a escrever, sendo vigiadas e sempre acompanhadas pelas escravas.

Habitavam em lugares separados, em aposentos no alto ou atrás da casa. Os homens atenienses tinham exercício, ginástica e discussões públicas, podendo a monogamia e a prostituição, defendida pelo Estado, ser permitida, quando aqueles transformavam as escravas em suas concubinas. A entrega das mulheres por dinheiro – as hiérodulas (escravas que serviam nos templos) foram as primeiras prostitutas – foi, a princípio, um ato religioso: era praticado no templo da deusa do amor e, no início, o dinheiro ia para as arcas do templo (Engels, 1976). O adultério chegou a ser uma instituição social inevitável, pelo que, para promover a “certeza” da paternidade o código napoleónico de 1804, no seu artigo 312º, estipulava que o filho concebido durante o matrimónio tinha por pai o marido da mãe (Engels, 1976).

Entre os romanos, quer os homens quer as mulheres podiam romper o vínculo matrimonial, e as mulheres gozavam de liberdade, sempre vigiada pelo poder do marido sobre a sua vida e morte (Engels, 1976). Para os romanos, inicialmente, a esposa era apenas um instrumento do chefe de família: ela fazia filhos e completava o património. Ela era um bem que poderia ser cedido de um senhor a outro. O marido podia ter amores com escravos de ambos os sexos. Já a infidelidade feminina era vista como uma infelicidade. Assim, o romano era senhor de sua mulher, de seus filhos e de seus criados. O casamento era para ele um dever cívico, um ato político e um arranjo doméstico. Casar era um dos deveres do cidadão (Zordan *et al.*, 2013).

4.2 TIPOS DE FAMÍLIA MODERNA

O negócio familiar, à semelhança da vida biológica, surge como um embrião que inicialmente se desenvolve no seio da mãe. Logo, também a empresa familiar se vai formando na família do empresário, saindo dela num processo de separação / individualização em que adquire identidade própria, não abandonando nem esquecendo as características da família que esteve na sua origem (Rodrigues, 2021). Logo, os vínculos institucionais do negócio familiar assemelham-se aos vínculos dos filhos com os respetivos pais (Araújo *et al.*, 2015), o que faz com que haja uma dificuldade na separação entre o que é emocional e o que é racional, com tendência para o emocional e jogos de poder, em que muitas vezes mais vale a aptidão política que o mérito e a capacidade de gestão dos membros da família empresária, ao longo do ciclo de vida da empresa familiar (Rodrigues *et Marques*, 2019b).

Tem sido hábito adotar como critério de classificação dos diferentes grupos familiares a linha de transmissão do nome e da herança (família matrilinear e patrilinear) ou a concentração de autoridade (patriarcal, matriarcal, igualitária ou outra). Também tem sido hábito contrapor hoje aos tipos tradicionais a *família nuclear*, composta de

marido, mulher e filhos, o que contrasta com a *família extensa*. No entanto, a família nuclear, apesar de despojada de algumas das suas funções outrora assumidas pela família tradicional e extensa, é ainda em grande parte responsável pela socialização dos filhos e pela estabilidade emocional e mental das personalidades adultas (Floriani, 2012). Assim, percebe-se que o conceito de família é influenciado por uma perspectiva de mero relacionamento de indivíduos, para adotar uma tendência moderna de um “sistema de papéis”, onde os papéis idênticos podem ser desempenhados por diversos indivíduos ou distribuídos entre eles (Rodrigues, 2016). Daqui surge a *família composta*, cuja característica principal é abrigar sob o mesmo teto várias famílias nucleares ou, ainda, a chamada *família complexa*, que se identifica pelo facto de os membros mais jovens trazerem as suas esposas para o teto paterno. Nesta última tipologia introduz-se na família membros que, biologicamente, desta não fazem parte, mas que detêm igual poder hereditário.

Assim, a tendência principal das sociedades modernas é a consolidação da família nuclear, cujos traços preponderantes são:

- a) A livre escolha dos companheiros no casamento;
- b) Maior número de divórcios;
- c) Maior mobilidade residencial;
- d) Enfraquecimento dos laços de parentesco;
- e) A emancipação da mulher, com o seu ingresso no mercado de trabalho;
- f) A perda do sentido de responsabilidade dos filhos em relação aos pais e avós.

Este conceito de família opõe-se ao tradicional, o qual acentua a continuidade através do nome, da profissão e da herança, alicerçada numa tradicional resistência às mudanças, alterando profundamente o processo sucessório da família empresária. Por isso, o processo de transformação de uma família comum para uma família empresária é determinante para o sucesso e continuidade da própria família e o património herdado, sendo difícil perceber como esta problemática, até agora, não mereceu muita atenção de historiadores, profissionais ou académicos ligados ao mundo empresarial (Bernhoeft et Gallo, 2003; Casillas et al., 2005), apesar de a família empresária surgir na História praticamente com as primeiras estruturas sociais, ainda toscas, situando-se, portanto, no primeiro capítulo da vida do homem civilizado (Floriani, 2012). A família empresária nasceu de uma necessidade de subsistência e não por qualquer necessidade económica ou financeira. No início da humanidade os artesãos – o artesanato era a forma de trabalho mais habitual entre os povos primitivos – desenvolviam as suas aptidões e tornavam-se especialistas em desenvolver algumas funções que lhes possibilitavam a troca dos bens por si produzidos por outros de que tivessem necessidade, como alimento, vestuário ou calçado (Floriani, 2012). Por isso, raramente é adequado falar sobre família empresária

sem levar em conta o seu estágio de desenvolvimento (Gersick *et al.*, 1997; Rodrigues *et Marques*, 2019a).

Clarificando, o constructo empresa familiar poderá dar origem a dois conceitos diferentes: a *empresa familiar* e a *família empresária*. Assim:

- a) O conceito *empresa familiar* é utilizado quando se pretende destacar a empresa em si mesmo, enquanto organização que tem por finalidade explorar o negócio de família, cuja propriedade do capital é detida por uma ou mais famílias, que determinam a orientação estratégica da mesma e podem, inclusive, liderar os seus órgãos de governo e de direção (Casillas *et al.*, 2005). Portanto, a empresa familiar surge da necessidade de perpetuar o negócio de família, com o objetivo de ampliar o património familiar e colocar nele os herdeiros, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, a captação de recursos de subsistência e crescimento e expansão da sua riqueza (Floriani, 2012). A característica básica que distingue o negócio de família dos restantes negócios é a influência das relações daquele com a família empresária, as quais influenciam o modo como o mesmo é governado, estruturado, gerido e transferido para a próxima geração (Aronoff *et Ward*, 1995; Tagiuri *et Davis*, 1996).
- b) O conceito de *família empresária* utiliza-se quando se pretendem destacar os aspetos que estão ligados à instituição familiar enquanto conjunto de pessoas que, além de partilharem um parentesco familiar, formal ou informal, detêm, controlam e ou dirigem um determinado negócio, património ou organização empresarial (Casillas *et al.*, 2005). A família empresária, no seu âmago, nasce de uma necessidade de subsistência e não de qualquer forma de interesse pecuniário ou económico. Os artesãos desenvolviam as suas aptidões e tornavam-se especialistas em algumas tarefas – Woods era o lenhador, Ferrari era o ferreiro, Fisher era o pescador – cujos atributos passavam, por herança natural, de geração em geração, e atestavam a qualidade laboral da família empreendedora (Floriani, 2012). O mesmo é dizer que usamos o conceito de família empresária para nos referirmos à família como uma instituição ou estrutura social (Nordqvist *et Melin*, 2010), a qual resulta da sobreposição dos constructos de família alargada, de empresa familiar e da capacidade empreendedora (Randerson *et al.* 2015).

Aqueles conceitos são, por vezes, utilizados indistintamente, ainda que possuam conteúdo bem definido. Contudo, se utilizados no seu contexto, poderão ajudar a esclarecer o seu âmbito. Assim, por exemplo, se estivermos a tratar de um assunto

sobre a incorporação de administradores externos à família empresária no conselho de administração da empresa familiar, tratar-se-á, muito provavelmente, de um assunto típico desta. Por outro lado, se estivermos a discutir qual deverá ser a orientação a dar à formação dos filhos do empresário para que possam assumir futuras responsabilidades na empresa da família, muito provavelmente, estamos a tratar de uma questão do âmbito da família empresária (Rodrigues *et* Marques, 2019a).

5 CONCLUSÃO

Esta resenha histórica sobre os diferentes tipos de família nos primórdios da civilização moderna consciencializa e dá visibilidade à necessidade de compreender melhor certas dimensões teóricas que ajudam a melhor apreciar o constructo família empresária, no sentido de consciencializar, informar, assessorar e formar os membros dessa família e a sociedade em geral.

Como limitações aponte-se o carácter contingente do constructo família, o qual tem mudado com os tempos e influencia os estudos desenvolvidos. A pesquisa no campo família empresária deve ser constante e multidisciplinar.

Para investigação futura sugere-se a análise de outros textos do início da civilização moderna, obtendo-se assim uma compreensão mais profunda do constructo família empresária, que facilite a apresentação de um modelo integrador de várias dimensões teóricas, e que seja ao mesmo tempo aberto, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, Howard E. & CLIFF, Jennifer E. (2003). "The pervasive effects of family on entrepreneurship: toward a family embeddedness perspective", *Journal of Business Venturing*, 18 (5): 573-596.

ALMEIDA, João Ferreira (2013). *Desigualdades e perspetivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

ARAÚJO, Tatiane R. P. P., BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. & PEDROSO, Janari S. (2015). "Systemic principles in the study of family businesses", *Systems Research and Behavioral Science*, 33 (2): 259-264.

ARONOFF, Craig E. & WARD, John L. (1995). "Family-owned businesses: A thing of the past or a model of the future?", *Family Business Review*, 8 (2):121-130.

BERNHOFET, Renato & GALLO, Miguel (2003). *Governança na empresa familiar*, Rio de Janeiro, Campus, 148.

BETTINELLI, Cristina, FAYOLLE, Alain & RANDERSON, Kathleen (2014). "Family entrepreneur-ship: A developing field", *Foundations and Trends in Entrepreneurship*, 10 (3): 161-236.

BOURDIEU, Pierre (1990 [1987]). *Coisas ditas*, São Paulo, Editora Brasiliense, 234.

- CASILLAS, José C., VÁSQUEZ, Adolfo & DÍAZ, Carmen (2005). **Gestão da empresa familiar: Conceitos, casos e soluções**, São Paulo, Thomson Learning, 268.
- DÉCHAUX, Jean-Hugues (2009). **Sociologie de la famille**, Paris, Editions La Découverte.
- DIAS, Cristina M. Araújo (2012). "A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as novas formas de família", **Revista da Universidade Portuguesa**, 15: 35-48.
- EISENSTADT, Shmuel Noah (2001). "Modernidades múltiplas", **Sociologia, problemas e práticas**, 35: 139-163.
- ENGELS, Friedrich (1976 [1884]). **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**, 3ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 236.
- FLORIANI, Oldoni Pedro (2012 [2007]). **Empresa familiar ou ... Inferno familiar?**, 2ª ed., Curitiba, Juruá Editora, 247.
- GALLO, Miguel Angel, KLEIN, Sabine, MONTEMERLO, Daniela, TOMASELL, Salvatore i & CAPPUYNS, Kristin (2009). **La empresa multigeracional: El papel de la familia propietaria**, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra.
- GERSICK, Kelin E., DAVIS, John A., MCCOLLOM, Marion M. & LANSBERG, Ivan (1997). **De geração para geração: Ciclos de vida das empresas familiares**, 3ª ed., São Paulo, Negócio Editora.
- GIDDENS, Anthony (2013). **Sociologia**, 9ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GIOIA, Dennis A., CORLEY, Kevin G. & HAMILTON, Aimee L. (2013). "Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology", **Organizational Research Methods**, 16 (1): 15-31.
- GREIF, Avner (2006). "Family structure, institutions, and growth: The origins and implications of western corporations", **American Economic Review**, 96 (2): 308-312.
- HARMS, Henrik (2014). "Review of family definitions: Cluster approach and implications of heterogeneous applications for family business research", **International Journal of Financial Studies**, 2 (3): 280-314.
- LAUWE, Paul-Henri Chombart de & LAUWE, Marie-José Chombart de (1965 [1950]). "A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades", **Análise social**, 3 (12): 475-500 «L'évolution des besoins et la conception dynamique de la famille», *Revue Française de Sociologie*, I (4): 403-425.
- LESSA, Sérgio (2012). **Mundo dos homens: Trabalho e ser social**, 3ª ed., S. Paulo, Instituto Lukács, 254.
- MACHADO, Hilka Vier (2005). "Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares", **Psicologia em Estudo**, 10 (2): 317-323.
- MAGUEIJO, João (2003). **Faster than the Speed of Light** (tradução portuguesa de Paulo Ivo Teixeira, *Mais rápido que a luz*, Gradiva, Lisboa, Maio de 2003).
- MORGAN, Lewis Henry (1877). **Ancient Society, or Researches in the lines of Human Progress from Savagery though Barbarism to Civilization**, Londres, Mac Millan and Cª.
- NORDQVIST, Mattias & MELIN, Leif (2010). "Entrepreneurial families and family firms", **Entrepreneurship and Regional Development**, 22 (3-4): 211-23.

- PAYNE, G. Tyge (2018). "Reflections on family business research: Considering domains and theory", **Family Business Review**, 31 (2): 167-175.
- PESSOA, Fernando (1926). "Palavras iniciais", *Revista de Comércio e Contabilidade*, 4, 1-2.
- RANDERSON, Kathleen, BETTINELLI, Cristina, FAYOLLE, Alain & ANDERSON, Alistair (2015). "Family entrepreneurship as a field of research: Exploring its contours and contents", **Journal of Family Business Strategy**, 6 (3): 143-154.
- RODRIGUES, Jorge José M. (2021). "Família empresária e seus públicos", **European Journal of Human Resources Management Studies**, 5 (1): 1-18.
- RODRIGUES, Jorge José M. (2016). "Família empresária e competências empreendedoras", **Fórum Sociológico**, 29: 53-63.
- RODRIGUES, Jorge, MARQUES, Maria Amélia (2019a). "Family firms and family business: A conceptual approach about the ambiguities, paradoxes and uniqueness of family businesses", **European Journal of Social Sciences Studies**, 4 (5): 150-172.
- RODRIGUES, Jorge José M., MARQUES, Maria Amélia André (2019b). "A família empresária no evangelho de S. Lucas / Family business in the gospel of St. Luke", **European Journal of Management and Marketing Studies**, 4 (4): 1-15.
- TAGIURI, Renato & DAVIS, John A. (1996). "Bivalent attributes of the family firm", **Family Business Review**, 9 (2): 199-208.
- ZORDAN, Eliana Picoli, FALCKE, Denise & WAGNER, Adriana (2005). "Copiar ou (re)criar? Perspetivas histórico-contextuais do casamento", in Wagner, Adriana (Org.) (2013). **Como Se Perpetua a Família? - A transmissão dos modelos familiares**, Porto Alegre, EDIPUCRS.

CAPÍTULO 12

SERÁ QUE A UNIÃO FAZ A FORÇA INDEPENDENTEMENTE DA DIMENSÃO DOS INTERVENIENTES? UM ESTUDO SOBRE AS RAZÕES DE INTEGRAÇÃO EM REDE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Data de submissão: 10/03/2022

Data de aceite: 28/03/2022

Lara Sofia Mendes Bacalhau¹

Polytechnic of Coimbra
Coimbra Business School Research Centre
ISCAC, Coimbra Portugal
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-9674-4167>

Guilhermina Maria de Silva Freitas

Polytechnic of Coimbra
Coimbra Business School Research Centre
ISCAC, Coimbra Portugal
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-4929-7074>

RESUMO: Seguindo alguns provérbios populares portugueses “a união faz a força”, “se todos remarem no mesmo sentido é mais fácil fazer deslizar o barco”, ideias que podem ser aplicadas a um leque muito alargado de ações em que o trabalho em cooperação se apresenta como benéfico para todos os que o integram. Aplicando estas observações à vida das empresas, num ambiente crescente de necessidades de recursos, não é de estranhar que as alianças entre empresas sejam cada vez mais comuns independentemente do enfoque

¹ Autor Correspondente: lmendes@iscac.pt

em que estas alianças são constituídas. Este estudo segue uma perspetiva económica centrada em especial na abordagem efetuada pela Resource Based View (RBV) e pela teoria das redes para a compreensão das razões da cooperação entre um conjunto de micro e pequenas-empresas localizadas na região Centro de Portugal comercializando produtos alimentares tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Micro e Pequenas empresas. Cooperação. Redes de negócio. Criação de valor.

DOES UNION MAKE STRENGTH REGARDLESS OF THE SIZE OF THE ACTORS? A STUDY ON THE REASONS FOR INTEGRATING PORTUGUESE MICRO AND SMALL COMPANIES INTO A NETWORK

ABSTRACT: Following the popular Portuguese proverbs, unity is strength”, “if everyone rows in the easiest way to make the boat slide”, “if everyone can be applied to a very wide range of actions in which the same sense of work is cooperation if presents as beneficial to all who are part of it. Applying these observations, in an environment of increasing life needs of companies, it is not surprising that alliances between companies are increasingly independent of the focus in which these common alliances are constituted. This study follows an economic perspective focused in particular on the approach implemented by the Resource-Based Vision (RBV) and by network

theory to understand small and cooperative practices between a set of small companies located in Central Portugal selling traditional food products.

KEYWORDS: Micro and Small companies. Cooperation. Business networks. Value creation.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente de negócios em que as empresas operam está sempre sujeito a alterações, nos nossos dias podemos apontar com principais fatores a globalização das economias, a maior competição resultante da introdução de novas formas de estar no mercado reduzindo a dimensão relativa de cada empresa no mercado, facto tanto mais relevante quanto menor a sua dimensão.

Por forma a dotar as organizações de uma maior intervenção no mercado as alianças surgem como uma possibilidade de redução das desvantagens destas empresas face às suas principais características, pelo que podem ter por objetivo diferentes níveis da organização dado que cada uma delas integra diferentes sistemas relacionais, pelo que é difícil isolar a interdisciplinaridade que leva a que as empresas recorram a alguma forma de se conectarem entre si, facto que segundo CHIA-HUI (2006) tem acontecido muito frequentemente, nas últimas décadas, quer em número quer em diversidade.

Sem esquecer esta interdisciplinaridade, DI GUARDO e HARRIGAN (2012) apontam cinco principais possibilidades de abordagem das razões para a existência de interconexão empresarial, neste trabalho será seguida a sua abordagem económica, sugerindo que a cooperação/competição como base primeira para a formação das alianças entre empresas, na procura do desempenho económico das empresas integrantes. As motivações económicas são, aqui, a base e centram-se na importância e no papel das alianças para aumentar valor nas alternativas estratégicas para o desenvolvimento de vantagens competitivas.

2 BASES TEÓRICAS

Com a complexificação do ambiente em que as empresas atuam nos últimos de 40 anos a esta parte, estas perceberam que não poderiam continuar a ser “ilhas de coordenação planeada num oceano de transações de mercado” (RICHARDSON, 1972) onde estavam bem presentes as suas características atomísticas, e a grande hostilidade a que estavam sujeitas por parte do mercado, percebendo-se que a sua autossuficiência não lhes permitia atingir os objetivos.

Com o decorrer dos tempos os mercados passaram a ser vistos, pelo menos por uma corrente de pensamento, como espaços onde se poderiam abranger redes de

cooperação, considerando que não existem empresas a operar no mercado completamente isoladas como se pode perceber perante um cenário cada vez mais competitivo. Neste identificam-se estruturas de relações de negócios (consórcios, alianças, *joint ventures*, etc) em que as empresas estão profundamente enraizadas.

Se as interdependências para relacionamentos de negócios podem oferecer inúmeras oportunidades para as empresas, é certo que também lhes impõem algumas restrições pelo que se as relações comerciais podem ser gratificantes também se apresentam como muito exigentes (HÅKANSSON; SNEHOTA, 1989).

Da análise das diferentes formas de estruturas de relações de negócio pode-se encontrar uma variedade de razões das quais se podem referir, o acesso a canais de distribuição, a redução de custos, a partilha de riscos, e o acesso ao mercado (BARRINGER; HARRISON, 2000). Alguns dos motivos principais para a formação destas estruturas de negócio e seus consequentes benefícios económicos obtidos por empresas que estão envolvidas em relações comerciais podem ser considerados em diversos pontos, dos quais, pela sua ligação mais direta à vertente desempenho económico, salientamos:

1. Coordenação das diferentes atividades complementares (RICHARDSON, 1972);
2. Acesso e exploração de recursos externos, muitas vezes, complementares e capacidades (BARRINGER; HARRISON, 2000);
3. Desenvolvimento conjunto de novos recursos e capacidades (HÅKANSSON; SNEHOTA, 1989);

A teoria das redes faz, muitas vezes, analogia com as relações pessoais, por isso considera que as relações de negócios são fortes e estáveis, a longo prazo devendo evoluir continuamente ao longo do tempo, atravessando várias fases em que «adaptações» mútuas deverão ser feitas, tendo por base o compromisso percebido é aumentado e, conseqüentemente, reduzindo a “distância” entre as partes, isto é, cada vez mais parceiros terão que confiar uns nos outros (TURNBULL; FORD; CUNNINGHAM, 1996), o que vai acontecendo à medida que cada relação de negócios tem uma história própria defendendo assim a singularidade das relações de negócios (HÅKANSSON; SNEHOTA, 1989). Uma “estratégia de relacionamento” é aconselhado para a empresa (TURNBULL; FORD; CUNNINGHAM, 1996) se as relações comerciais tiverem importância relativa, na medida em que a obtenção de recursos seja mais fácil de conseguir desta forma.

Pelo exposto a teoria das redes vem-nos dizer que, num mercado cada vez mais globalizado e competitivo, as relações de negócio são a forma que as empresas devem recorrer para poderem estar mais fortes neste confronto. Contudo é certo que tal opção vai fazer com que as empresas não se apresentem no mercado apenas por si, mas em conjunto com os seus parceiros da estrutura de negócios.

Proposição 1: As empresas integrantes da rede consideram que podem conseguir novos mercados com mais facilidade do que operando sozinhas.

Proposição 2: As empresas integrantes da rede consideram que podem conseguir mais valor acrescentado para os seus produtos que operando sozinhas.

Por seu lado outras formas de ver a relação empresa mercado parecem contrariar a visão anteriormente descrita, sem dúvida que as teorias baseadas nas diferenças de cada empresa no mercado, designadamente a visão PORTER (1980) com a sua análise competitiva da indústria e da RBV proposta por PENROSE em 1959.

Com o surgimento formal da RBV, em meados da década de 1980 a explicação dos diferenciais de desempenho que, até então estavam relacionados com condições estruturais das indústrias, passou a centrar-se nos recursos internos das empresas. A RBV adota a noção, que traça PENROSE (1959), que a empresa deve ser vista como englobando um “pacote de recursos”. A Origem histórica da RBV está indiscutivelmente relacionada com a teoria de PENROSE (1959) relativamente ao seu crescimento. Contudo, outras contribuições foram primordiais, das quais se salientam os estudos de SELZNICK e CARLSTON (1957) e ANDREWS (1971), estando a heterogeneidade da empresa considerada como o trampolim fundamental para a teorização baseada nos recursos. Nesta abordagem as empresas devem ser vistas como entidades heterogêneas possuindo dotação de recursos distintos como referenciou PENROSE, sendo corroborada nos estudos de AMIT e SCHOEMAKER (1993).

Desta forma esta teoria considera que as empresas estão dotadas de recursos diferentes, devendo implementar diferentes estratégias para mobilizar os seus recursos originais, e, conseqüentemente, vão diferir no desempenho por si alcançado. Além desta heterogeneidade entre as empresas, consideram-se também como pilares desta teoria, mecanismos de isolamento e limites ex post à concorrência, e incerteza ambiental (PETERAF, 1993; WERNERFELT, 1984; 1995).

O principal objetivo da RBV pode ser brevemente resumido pela procura da criação, manutenção e renovação de vantagem competitiva através dos recursos das empresas, tendo como ponto primordial o estudo da relação entre os recursos internos de uma empresa e o seu desempenho (BARNEY, 2000) aparecendo a lógica subjacente à RBV da seguinte forma:

1. Exploração das imperfeições dos fatores no mercado (BARNEY, 1986);
2. Aplicação de recursos idiossincráticos (BARNEY, 2000; DIERICKX; COOL, 1989);
3. Decisão sobre o desenvolvimento e implementação de recursos (AMIT; SCHOEMAKER, 1993),
4. Possibilidade de obtenção de vantagens competitivas (AMIT; SCHOEMAKER, 1993; CONNER, 2016; PETERAF, 1993).

Proposição 3: As empresas integrantes da rede consideram que têm vantagens competitivas face aos seus concorrentes fora da rede.

Proposição 4: As empresas integrantes da rede consideram que desta forma os riscos de investimento estão mais controlados.

Da exposição efetuada relativamente a estas duas teorias parece que elas se apresentam antagónicas, tomando como comparação as principais determinações de cada teoria, numa análise superficial parece que esta conclusão é indiscutível:

Quadro 1 - Comparação das perspetivas de análise entre Teoria das Redes e RBV.

Pontos de análise	Teoria das Redes	RBV
Unidade de análise	A rede	os recursos da empresa
Envolvente	Influência partilhada	Atomística
A empresa	Apresenta-se no mercado em rede	Apresenta-se no mercado isolada
	Orientada para o mercado	Orientada para a produção
	Limites pouco definidos	Direitos de propriedade
Estratégia	Exploração interna e externa dos recursos	Desenvolvimento dos recursos internos
	Construção de posições fortes na rede	Exploração da imperfeição dos fatores de produção
	Estratégia relacional	Estratégia competitiva
Recursos	Definidos pelos critérios da rede	Definidos pelo controlo
	Mutáveis	Imutáveis
	Heterogeneidade proveniente das operações internas e dos processos de troca com a rede	Heterogeneidade definida pelos recursos da empresa
	Recursos estratégicos para além das barreiras da empresa	Recursos estratégicos apenas os da empresa
	Complementaridade de recursos na rede	Complementaridade de recursos na empresa

Para o raciocínio da RBV, a noção de recursos estratégicos está fortemente relacionada com o conceito de vantagem competitiva (vista aqui como a capacidade de criar, sustentar e renovar a rentabilidade da empresa, seja ela interpretada na visão ricardiana, de Pareto ou schumpeteriana). Este conceito não é estranho à teoria das redes, pelo contrário e, em última análise, apresenta-se como central na estratégia de relacionamento procurando igualmente, criar, manter e renovar, a rentabilidade da empresa no presente e no futuro. As noções de vantagem competitiva e posição da rede

não se apresentam antagónicas, será mesmo muito útil uma análise teórica cruzada entre estas duas perspetivas podendo a sua importância ir para além da simples conveniência sendo conceitualmente proveitosa para ambas as áreas de estudo.

A RBV pode superar algumas lacunas importantes, ou seja, seu ponto de vista realista de empresas isoladas, e limitações que se seguiu em abordar o desempenho da empresa em rede como GULATI; NOHRIA e ZAHEER (2000) considera que o desempenho das empresas pode ser compreendido de forma mais efetiva através da análise da rede de relações em que são incorporados, dado que as empresas ao adotarem uma postura relacional em vez de atomista podem ajudar a aprofundar a compreensão das fontes de diferenças entre estas duas condutas relativamente à rentabilidade. A teoria das redes, por seu lado, pode ajudar na compreensão da relação de negócio relativamente à sua natureza estratégica e relevância.

As teorias explanadas são associadas às hipóteses em estudo por forma a se poder compreender como os elementos da rede valorizam a sua integração perante o mercado e a forma de atingir mais valor para a empresa, bem como perceber se os elementos da rede percebem vantagens competitivas e conseqüentemente, a redução dos riscos operacionais.

Quadro 2 – Relação das teorias apresentadas com as proposições em estudo.

N E T W O R K	<p>Proposição 1: As empresas integrantes da rede consideram que podem conseguir novos mercados com mais facilidade do que operando sozinhas.</p> <p>Proposição 2: As empresas integrantes da rede consideram que podem conseguir mais valor acrescentado para os seus produtos que operando sozinhas.</p>	<p>Mercado</p> <p>Geração valor</p>
	<p>Proposição 3: As empresas integrantes da rede consideram que têm vantagens competitivas face aos seus concorrentes fora da rede.</p> <p>Proposição 4: As empresas integrantes da rede consideram que desta forma os riscos de investimento estão mais controlados.</p>	<p>Posição Negocial</p> <p>Risco de Investimento</p>
R B V		

A ponte entre estas duas perspetivas pode ajudar a aperfeiçoar as ideias de PENROSE (1959) que foram complementadas por RICHARDSON (1972), afinando, desta forma, a racionalidade de recursos e sistemas baseados em rede entendendo a empresa como um conjunto de recursos (diretos e indiretos), incorporados numa rede mais ampla e não limitados apenas aos recursos diretos que detém.

3 ESTUDO EMPÍRICO

3.1 METODOLOGIA

O presente estudo pretende compreender as razões que levaram estas empresas a constituir-se em rede para tal foi elaborado, especificamente para este estudo, um questionário fechado, tendo por finalidade a recolha da opinião dos inquiridos. Este questionário foi estruturado em 4 grupos de 5 afirmações e pretende medir o grau de concordância dos respondentes perante as afirmações expressas, tendo sido utilizada uma escala de likert de cinco pontos. Como o tratamento dos dados será apenas qualitativo, centrado na medida de localização central designada por moda e nas percentagens da escolha de cada opção, não se impôs a necessidade de atribuição de correspondência numérica aos diferentes níveis da escala escolhida, nem numa lógica ordinal nem de intervalo.

A estrutura do questionário pretende dar corpo à compreensão das razões que levaram as empresas a integrar a rede avaliando 4 dimensões do seu quotidiano:

1. O mercado
2. A geração de valor
3. A posição negocial da empresa face aos concorrentes diretos
4. Os riscos de Investimento

As afirmações foram expressas de forma clara por forma a se adequarem ao grau de literacia de gestão dos respondentes.

3.2 O CASO E A INFORMAÇÃO RECOLHIDA

As empresas aqui em estudo estão integradas em rede informal procurando contrariar as naturais dificuldades de acesso ao mercado que a sua dimensão diminuta encerra, sendo constituída por 10 empresas produtoras e uma que se dedica à promoção e venda daqueles produtos. Esta separação de competências tem por base a especialização de cada um dos componentes da rede por forma a potenciar as competências de cada um junto do mercado, assim enquanto as entidades produtoras se centram nas competências do saber fazer, a entidade promotora detém o conhecimento do mercado, designadamente dos principais concorrentes potenciando a diferenciação da oferta e dos principais clientes, potenciando a satisfação das suas necessidades sendo caracterizados por lojas gourmet, lojas *delicatessen*, mercearias finas, mercado turístico e mercado tradicional.

Os produtos comercializados apresentam uma característica comum, a sua qualidade e genuinidade sendo provenientes de produções que apresentam como

principal preocupação o respeito pelos métodos de produção artesanais no respeito da tradição no seu processo produtivo. A variedade dos produtos apresentados tem por base a complementaridade da oferta da região da beira serra.

Quadro 3 - Os produtores e seus produtos integrantes da rede.

P R O D U T O R E S	Ana Maria Brito - Produção de Doces e Licores, Ld ^a	Doces, licores aguardentes, mel	P R O D U T O S
	Salsicharia Soares & Damião; Ld ^a	Enchidos tradicionais de Arganil	
	Quinta do Ribeiro - Sociedade Agro-Turística, Ld ^a	Queijos de Cabra e Ovelha	
	Queijaria Quinta do Cruzeiro do Seixo, Ld ^a	Queijo Serra da Estrela	
	Panificadora Princesa do Alva, Ld ^a	Broa de batata e biscoitos regionais	
	Pão Quente - Centro gastronómico, Ld ^a .	Broa de milho e bolos conventuais	
	Alva Rio - Atividades hoteleiras, Unipessoal Ld ^a	Bucho recheado de Arganil	
	Sociedade Agrícola do Margarido	Vinho monocasta Touriga Nacional	
	Ventura e Castanheira, Ld ^a	Mel e pólen da Lousã	
	Verdes Verdades, Unipessoal, Ld ^a	Sal tradicional da Figueira da Foz	

A entidade integradora destes produtores e que procede à comercialização dos produtos designa-se de “Saber Intemporal”, é uma microempresa resultante da ação empreendedora de quem, após um período de inatividade forçada, sentiu a necessidade de dinamizar os recursos da sua região, na procura de resposta que fizesse contrariar a exiguidade de soluções de ocupação ativa, pelo que esta rede se insere na integração vertical expressa por CHIA-HUI (2006).

A rede está em funcionamento com todos os elementos apresentados desde 2011, contudo, detinham atividade à data da integração na rede apenas 5 empresas, tendo-se verificado um aumento do volume de negócios para quatro empresas, algumas duplicaram esta variável contabilística, apenas para uma das empresas esta variável apresentou uma variação negativa.

Tabela 1 – variação do volume de vendas das empresas com atividade anterior à entrada na rede.

Designação Fiscal	Designação comercial	2012	2010	% Var.
Salsicharia Soares & Damião; Ld ^a	Fumeiro de Arganil	2 788	2 759	1%
Panificadora Princesa do Alva, Ld ^a	Boutique da Tuxa	279	295	-5%
Ana Maria Brito - Produção de Doces e Licores, Ld ^a	Donanna	119	54	120%
Ventura e Castanheira, Ld ^a	Apimel	158	108	46%
Quinta do Ribeiro - Sociedade Agro-Turística, Ld ^a	Quinta do Ribeiro	34	9	265%

Em face da proliferação de critérios existentes em Portugal para a definição da dimensão das empresas, neste trabalho, e em consistência com a origem dos dados financeiros, a classificação das dimensão das empresas tem por base os valores do seu volume de negócios e do número médio de pessoas que teve ao seu serviços como funcionários, durante o ano de 2013, dados recolhidos na base de dados designada por Sistema de Análise de Balanços Ibéricos – SABI e os critérios definidos legalmente para a definição das normas contabilísticas e de relato financeiro a aplicar, designadamente os critérios constantes da lei 20/2010 relativamente às pequenas entidades, e na lei 35/2010 para as micro entidades.

Em consequência desta classificação 90% das empresas integrantes desta rede são microempresas, mas importa realçar que a única empresa classificada como Média, apenas excede um dos limites que compõem esta classificação em setenta euros, pelo que, na sua essência, ela é, também, uma microempresa.

Tabela 2 – Valores apresentados pela empresa para os critérios de classificação da sua dimensão.

DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	2013		
	VOLUME DE	MÉDIA ANUAL	DIMENSÃO(1)
	RENDIMENTO	EMPREGADOS	
Ana Maria Brito - Produção de Doces e Licores, Ld ^a	130	2	Micro
Salsicharia Soares & Damião; Ld ^a	2.480	35	Pequena
Quinta do Ribeiro - Sociedade Agro-Turística, Ld ^a	41	1	Micro
Queijaria Quinta do Cruzeiro do Seixo, Ld ^a	84	1	Micro
Panificadora Princesa do Alva, Ld ^a	174	9	Micro
Pão Quente - Centro gastronómico, Ld ^a .	n.d	n.d	n.d
Alva Rio - Atividades hoteleiras, Unipessoal Ld ^a	34	2	Micro
Sociedade Agrícola do Margarido	127	4	Micro
Ventura e Castanheira, Ld ^a	124	3	Micro
Verdes Verdades	16	1	Micro
			Unidade: Milhares
(1) - De acordo com a normalização contabilística			

4 RESULTADOS

Da análise dos inquéritos recolhidos, a sua totalidade, verifica-se que nas afirmações relacionadas com o mercado, os inquiridos, quase na sua totalidade,

responderam que – concordo - ou - concordo totalmente - com as afirmações apresentadas, sendo a Moda sempre representativa de mais de 50% das respostas, verificando-se pouca dispersão nas suas opções de escolha.

Tabela 3 – Moda e % das respostas obtidas para a avaliação da importância do fator mercado na adesão à rede.

Descrição	Moda	%
A decisão de adesão à rede teve por base o aumento das vendas para os clientes habituais	Concordo	60%
A decisão de adesão à rede teve por base o aumento das vendas para clientes menos habituais	Concordo totalmente	60%
A decisão de adesão à rede prendeu-se com a possibilidade de encontrar novos clientes	Concordo totalmente	60%
A decisão de adesão à rede prendeu-se com a certeza de encontrar novos clientes	Concordo totalmente	50%
A decisão de adesão à rede foi tomada por ser a única forma de conseguir novos clientes	Concordo	60%

Questionados sobre a importância da geração de valor como motivação para a adesão à rede, as empresas não incidiram as suas escolhas nas opções – concordo - ou - concordo totalmente -, relativamente à moda esta amostra apresenta-se, à semelhança da anterior como unimodal. Da análise das afirmações em estudo assinaladas verifica-se uma não escolha, quase integral, das opções indicadas.

Tabela 4 - Moda e % das respostas obtidas para a avaliação da importância do fator geração de valor na adesão à rede.

Descrição	Moda	%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir a venda dos produtos a um preço mais elevado	Concordo totalmente	40%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir a redução de aquisição de recursos produtivos	Discordo totalmente	100%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir uma maior ocupação dos recursos existentes	Nem concordo nem discordo	60%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir uma maior ocupação dos recursos humanos existentes	Nem concordo nem discordo	60%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir uma maior ocupação dos recursos físicos existentes	Nem concordo nem discordo	60%

A análise ao fator posição negocial da empresa face aos concorrentes diretos, aparece bem diferente e inversa face á anterior estando as opções de resposta centradas na opção - concordo totalmente - atingindo para a quase totalidade das afirmações em estudo valores superiores a 70%.

Tabela 5 - Moda e % das respostas obtidas para a avaliação da importância do fator posição negocial da empresa.

Descrição	Moda	%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir o acesso aos clientes de forma mais fácil que os concorrentes	Concordo totalmente	70%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir maior volume de negócios que os concorrentes	Concordo	60%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir que os produtos cheguem aos clientes de forma mais rápida	Concordo totalmente	80%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir que os produtos cheguem aos clientes em condições de transporte mais adequadas	Concordo totalmente	70%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir que os produtos cheguem aos clientes em embalagens mais adequadas	Concordo totalmente	80%

O último fator em análise, o risco de investimento não recolhe muitas opções para as afirmações expressas, não apresentando para a maior parte das afirmações em estudo a concordância total. Ainda que as opções – concordo - tenham apresentado as percentagens mais elevadas elas estão muito próximo da opção - nem concordo nem discordo -.

Tabela 6 - Moda e % das respostas obtidas para a avaliação da importância do fator Risco de Investimento.

Descrição	Moda	%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir uma maior certeza no escoamento do aumento de produção	Concordo totalmente	70%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir que os investimentos efetuados se recuperem mais rapidamente	Nem concordo nem discordo	50%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir um melhor conhecimento da capacidade de absorção dos mercados	Concordo	60%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir uma melhor rentabilização dos investimentos efetuados	Concordo	60%
A decisão de adesão à rede foi tomada por permitir menor risco de operação no mercado	Concordo	60%

5 CONCLUSÕES, PROPOSTAS DE ESTUDO E LIMITAÇÕES

Dos resultados apresentados os fatores em estudo que se revelam de maior importância para a adesão em rede são os fatores de mercado e de posição negocial face aos concorrentes, não se mostrando muito relevante os fatores de geração de valor, em especial pela via de aproveitamento de sinergias na obtenção de recursos, nem os fatores inerentes à gestão do risco de investimento.

Estas verificações não se apresentam de forma não explicável, já que os produtos comercializados são muito variados, sendo a base da existência desta rede que se baseia na sua complementaridade sendo as fontes de recursos também elas muito diversificadas- Por outro lado os recursos necessários para cada uma das produções não se apresentam como escassos ou de difícil acesso e colocação na produção.

A pouca importância do fator risco de investimento pode ser justificada atendendo a diversos fatores:

1. A dimensão reduzida das entidades em cooperação,
2. O ambiente económico nacional pouco propício a investimentos,
3. A existência de capacidade ociosa por parte dos recursos das empresas, permitindo o aumento de produção sem proceder ao aumento da estrutura existente,
4. A pouca sensibilidade para a rentabilização de recursos que, na maior parte das vezes integram o património próprio, não sendo opção a sua alienação,
5. A dificuldade de afetação dos recursos existentes a outros fins,
6. A baixa literacia financeira e financista dos detentores da microempresas.

Dos resultados evidenciados podemos concluir que as proposições 1 e 3 apresentam resultados que permitem que sejam claramente suportadas, enquanto a proposição 4 não apresenta consenso nas opções escolhidas para se poder emitir esta opinião, contudo também não permite a consideração do seu não suporte. A proposição 2 apresenta-se sem condições para poder ser suportada.

Tabela 7 – Resumo dos resultados das proposições.

Proposição		Resultado
P1	As empresas integrantes da rede consideram que podem conseguir novos mercados com mais facilidade do que operando sozinhas	Claramente suportada
P2	As empresas integrantes da rede consideram que podem conseguir mais valor acrescentado para os seus produtos que operando sozinhas	Não suportada
P3	As empresas integrantes da rede consideram que têm vantagens competitivas face aos seus concorrentes fora da rede	Claramente suportada
P4	As empresas integrantes da rede consideram que desta forma os riscos de investimento estão mais controlados	Suportada

Pelas conclusões apresentadas pode-se perceber que esta rede se enquadra na perspetiva económica de DI GUARDO e HARRIGAN (2012) e na perspetiva de geração de valor acrescentado apresentada por CHIA-HUI (2006) na convergência das alterações da estrutura e estatura que o serviço ao consumidor tem sofrido, tornando-se um ingrediente essencial para a diferenciação e vantagem competitiva de acordo com BROHMAN; PICCOLI; MARTIN; ZULKERNINE *et al.* (2009).

Da leitura do quadro de resultados podemos verificar que, no contexto das micro e pequenas empresas as teorias apresentadas fazem sentido, considerando as empresas que conseguem vantagens competitivas (base natural da RBV) de maior dimensão

quando não operam sozinhas no mercado (asserção intrínseca à teoria das redes). Ainda que pelo contexto específico e justificado face à dimensão da empresa e do contexto atual de mercado as restantes hipóteses não indiciem uma opção tão clara quanto ao seu suporte, estas teorias de forma alguma se apresentam como antagónicas no contexto deste estudo.

Escolher uma designação para esta rede apresenta-se tarefa não muito fácil, é necessário ter em presença a multiplicidade de linhas de reflexão para a definição de conceito de aliança e de relação em rede como é evidenciado pelo estudo de FRANCO e HAASE (2015), contudo parece-nos emergente o interesse económico, em especial no acesso aos mercados que estas empresas dão ao facto de se apresentarem em conjunto.

A resposta à questão de partida deste trabalho, se a união faz a força mesmo quando as partes são muito diminutas, podemos concluir que, pelo menos da perspetiva estudada os elementos integrantes da rede percecionam a sua importância quer na forma como têm acesso ao mercado, quer na vantagem competitiva assim conseguida. A melhor resposta está a ser dada por outras microempresas produtoras de produtos complementares aos já comercializados, mas integrando os mesmos requisitos de tradição e qualidade que querem fazer parte deste projeto.

Esta é a proposta de evolução deste trabalho, sem abandonar perspetiva económica de análise utilizada propõe-se o acompanhamento da rede uma vez que a partir do segundo semestre de 2015 os cooperantes vão quase duplicar passando de 10 para 19.

A principal limitação deste estudo centra-se na utilização de um questionário especificamente para este fim que, pela sua necessária extensão, congregada com o reduzido número de respondentes, não permitiu a sua validação estatística, contudo as perguntas foram desenhadas para poderem ser entendidas por todos, e ao longo do acompanhamento do preenchimento do inquérito não foi necessária a especificação do sentido das afirmações ou de expressões nelas contidas, o que poderá indiciar a adequada compreensão das questões para que a sua escolha seja consciente e deliberada.

6 AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível pelo simpático acolhimento, abertura e compreensão das empresas envolvidas, denotando um interesse na realização do estudo e no conhecimento dos resultados obtidos, a concretização do desejado percurso assertivo tendo por companhia os agentes económicos que atuam no mercado e os académicos na sua missão de procura de mais conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AMIT, R.; SCHOEMAKER, P. J. H. Strategic assets and organizational rent. **Strategic Management Journal**, 14, n. 1, p. 33-46, Jan 1993.
- ANDREWS, K. R. New Horizons in Corporate Strategy. **Mckinsey Quarterly**, 7, n. 3, p. 34-43, 1971.
- BARNEY, J. B. Strategic factor markets: expectations, luck, and business strategy. **Management Science**, 32, n. 10, p. 1230-1241, Oct 1986.
- BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage (reprinted from JAI Press/Ablex, vol 17, pg 99, 1991). **Advances in Strategic Management, Vol 17, 2000**, 17, p. 203-227, 2000. Reprint.
- BARRINGER, B. R.; HARRISON, J. S. Walking a tightrope: Creating value through interorganizational relationships. **Journal of Management**, 26, n. 3, p. 367-403, 2000.
- BROHMAN, M. K.; PICCOLI, G.; MARTIN, P.; ZULKERNINE, F. *et al.* A Design Theory Approach to Building Strategic Network-Based Customer Service Systems*. **Decision Sciences**, 40, n. 3, p. 403-430, Aug 2009.
- CHIA-HUI, H. Exchange-based Value Creation System for network Relationships Management". **The Journal of American Academy of Business**, 9, n. 1, p. 202-209, 2006.
- CONNER, K. R. A Historical Comparison of Resource-Based Theory and Five Schools of Thought Within Industrial Organization Economics: Do We Have a New Theory of the Firm? **Journal of Management**, 17, n. 1, p. 121-154, 2016.
- DI GUARDO, M. C.; HARRIGAN, K. R. Mapping research on strategic alliances and innovation: a co-citation analysis. **Journal of Technology Transfer**, 37, n. 6, p. 789-811, Dec 2012.
- DIERICKX, I.; COOL, K. Asset Stock Accumulation and the Sustainability of Competitive Advantage: Reply. **Management Science**, 35, n. 12, p. 1514-1514, Dec 1989. Letter.
- FRANCO, M.; HAASE, H. Interfirm Alliances: A Taxonomy for SMEs. **Long Range Planning**, 48, n. 3, p. 168-181, 2015/06/01/ 2015.
- GULATI, R.; NOHRIA, N.; ZAHEER, A. Strategic networks. **Strategic Management Journal**, 21, n. 3, p. 203-215, 2000.
- HÅKANSSON, H.; SNEHOTA, I. No business is an island: The network concept of business strategy. **Scandinavian Journal of Management**, 5, n. 3, p. 187-200, 1989/01/01/ 1989.
- PENROSE, E. **The Theory of the Growth of the Firm**. New York: John Wiley, 1959.
- PETERAF, M. A. The cornerstones of competitive advantage: A resource-based view. **Strategic Management Journal**, 14, n. 3, p. 179-191, Mar 1993. Article.
- PORTER, M. E. **Competitive Strategy: Techniques for Analyzing Industries and Competitors**. Free Press, 1980. 9780029253601.
- RICHARDSON, G. B. The Organisation of Industry. **Economic Journal**, 82, n. 327, p. 883-896, 1972.
- SELZNICK, P.; CARLSTON, K. S. Law and the Structures of Social Action. **Administrative Science Quarterly**, 2, n. 2, 1957.

TURNBULL, P.; FORD, D.; CUNNINGHAM, M. Interaction, relationships and networks in business markets: an evolving perspective. **Journal of Business & Industrial Marketing**, 11, n. 3/4, p. 44-62, 1996.

WERNERFELT, B. A resource-based view of the firm. **Strategic Management Journal**, 5, n. 2, p. 171-180, 1984.

WERNERFELT, B. The resource-based view of the firm: Ten years after. **Strategic Management Journal**, 16, n. 3, p. 171-174, 1995.

CAPÍTULO 13

PODERÁ A RBV CONSIDERAR OS RECURSOS TANGÍVEIS COMO ESTRATÉGICOS? UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE RECURSOS VRIO – VISÃO HISTÓRICA

Data de submissão: 10/03/2022

Data de aceite: 28/03/2022

Lara Sofia Mendes Bacalhau¹

Polytechnic of Coimbra
Coimbra Business School Research Centre
ISCAC, Coimbra Portugal
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-9674-4167>

Guilhermina Maria de Silva Freitas

Polytechnic of Coimbra
Coimbra Business School Research Centre
ISCAC, Coimbra Portugal
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-4929-7074>

RESUMO: A Resource-Based View (RBV) é uma abordagem que se centra no papel que os recursos têm para uma empresa, mais concretamente no seu potencial de permitir estratégias competitivas face aos seus concorrentes, considerando que o sucesso de uma empresa é em grande parte impulsionado pelos recursos que possuem certas características especiais. Ao longo dos anos esta visão tende a ser dominada por discussões conceituais acompanhadas por um corpo de pesquisa empírica que se concentram em considerar apenas alguns

¹ Autor Correspondente: lmendes@iscac.pt

recursos tomando os recursos intangíveis especial protagonismo. Tendo por ponto de partida perspectiva de recurso estratégico como essencial determinação desta teoria procura-se, neste trabalho, apresentar diferentes abordagens na definição de ativos bem como na separação destes em tangíveis e intangíveis, em especial atendendo às normas emanadas pelos principais organismos normalizadores da matriz de conceitos contabilísticos, o Federal Accounting Standard Board (FASB) através dos seus Statements of Financial Accounting (SFA) e o International Accounting Standard Board (IASB) decorrentes das suas International Accounting Standards (IAS). Da conjugação destes elementos procura-se entender a não coincidência de opiniões com a primazia do papel dos ativos intangíveis mostrando-se a irrelevância da existência ou não de substância física nestes ativos.

PALAVRAS-CHAVE: RBV Theory. Recursos estratégicos. Ativos tangíveis (accounting). Vantagens Competitivas.

CAN THE RBV CONSIDER TANGIBLE RESOURCES AS STRATEGIC? A CONTRIBUTION TO VRIO RESOURCE ANALYSIS – HISTORICAL VIEW

ABSTRACT: The Resource-Based View (RBV) is an approach that focuses on the role that resources have for a company, specifically competitively in its potential to enable strategies against its competitors, considering the success of a company is largely driven by

the resources that have certain special characteristics. Over the years, this view tends to be dominated by conceptual considerations and is a candidate for empirical research that focuses on just a few features of a few special features protagonism. Taking as a starting point a strategic resource perspective as essential in this theory that seeks work, it will present different approaches in the definition of assets as well as the separation between these tangible and intangible resources in meeting the main normal bodies of the matrix of accounting concepts, the Federal Accounting Standard Board (FASB) through its Statements of Financial Accounting (SFA) and the International Accounting Standard Board (IASB) derived from its International Accounting Standards (IAS). From the combination of these elements, one can understand the coincidence of elements with the primacy of the role of intangible assets, whether the irrelevance of the existence or not of physical composition in these assets.

KEYWORDS: RBV Theory. Strategic Resources. Tangible Assets (Accounting). Competitive Advantages.

1 INTRODUÇÃO

A RBV é uma abordagem que tem como um dos seus pontos fulcrais conseguir definir que tipos de ativos têm uma contribuição mais decisiva para a performance das empresas. Ao longo dos tempos vários investigadores na senda dos trabalhos de BARNEY (1989; 2000), de PETERAF (1993) e de DIERICKX e COOL (1989) e COOL; DIERICKX e COSTA (2012; 2016) se preocuparam com a concretização desta problemática estudando os ativos que integram o potencial produtivo das empresas, AAKER (1989), BLACK e BOAL (2007) e MICHALISIN; SMITH e KLINE (1997), entre muitos outros. Todos estes estudos se baseiam em estratificações próprias para as diferentes classes de ativos considerando de forma distinta as características intrínsecas de cada ativo pelo que se impõe a elaboração de uma súmula dos diferentes trabalhos no sentido de se perceber quais as características destes ativos que realmente interessam.

Partindo da procura da definição de empresa tendo em atenção o ambiente económico em que esta labora, seguindo pela separação dos ativos atendendo à forma como são gerados na organização questiona-se a importância da tangibilidade e intangibilidade destes recursos pondo em confronto a opinião de HALL (1992) e MATHEWS (2003) e concluindo pela necessidade de se integrarem nos estudos efetuados as especificidades das indústrias, dos recursos e do mercado.

As ciências empresariais genericamente consideradas centram-se no estudo das empresas nas suas diversas visões e interpretações, pelo que é relevante saber o que é uma empresa. As preocupações dos economistas ao longo de muitos anos centraram-se no estudo das diferentes indústrias para posteriormente deslocaram o foco dos seus estudos nas empresas individualmente em detrimento da anterior visão centrada

na indústria facto que torna mais importante a compreensão do que é uma empresa e considera-a num grau de complexidade superior tornando-se as moléculas do sistema económico (COASE, 1937; COASE, 2012).

Esta visão é revisitada e completada por CHANDLER (1992) que considera que uma empresa é:

- Uma entidade legal porque outorga contratos com fornecedores, distribuidores, empregados, clientes;
- Uma entidade administrativa porque uma equipa de gestores coordena e monitoriza as diferentes atividades que a empresa tem de realizar;
- Um conjunto de habilidades aprendidas;
- Um conjunto de instalações físicas e de capital líquido;

As empresas estão integradas num sistema económico complexo, dinâmico e competitivo necessitando de diferentes recursos para nele poderem sobreviver e crescer e se as capacidades de coordenação e de colocação em prática das aprendizagens realizadas dentro da empresa.

Estudos consideram que não pode deixar de ser importante o último item da lista anterior, uma vez que o controlo do capital físico é uma forma de dar incentivos aos investidores como forma de garantir os empréstimos obtidos (MOORE, 1992), contudo esta visão não é assumida por outros autores que tomam por base que o capital físico fornece á empresa os meios de que ela necessita para poder sustentar a sua competitividade. Nesta linha DIERICKX e COOL (1989) consideram que a sustentabilidade das empresas no mercado depende da sua posição privilegiada em termos de ativos e estes são tão mais valiosos quanto menor for o seu potencial de imitação pelos concorrentes, independentemente de integrarem o conjunto de capital físico ou de capital intelectual, no que são seguidos por BLACK e BOAL (2007).

2 O QUE NOS ENSINAM VÁRIOS AUTORES

2.1 ATIVOS FLUXO VS ATIVOS STOCK E SUAS CARACTERÍSTICAS

A RBV é uma teoria que considera que a empresa organiza as suas atividades de valor através dos seus ativos específicos (RAY; XUE; BARNEY, 2013) em especial os que são valiosos pois permitem uma posição privilegiada nos mercados dos produtos e ainda taxas de retorno acima da média. Muitos dos estudos efetuados sobre os ativos das empresas não consideraram importante as imperfeições dos mercados em que estes ativos são adquiridos considerando que eles estão disponíveis de per si, contudo numa análise mais cuidada percebe-se que assim não acontece no mundo real e que os ativos

que estão na base da posição de mercado de cada empresa têm que ser “erguidos” ao longo do tempo para permitirem e protegerem as posições privilegiadas no mercado (DIERICKX; COOL, 1989).

Na sua atividade as empresas utilizam diferentes tipos de recursos que podem ser classificados das mais diversas formas de acordo com o enfoque dessa classificação, do ponto de vista da sua tangibilidade, podem ser tangíveis ou intangíveis, atendendo à sua função no ciclo produtivo da empresa podem ser correntes ou não correntes, da existência de mercados podem ser alienáveis ou não alienáveis, da permanência no tempo podem ser estáticos ou dinâmicos, contudo no contexto desta análise impõe-se perceber se os ativos base da competitividade das empresas são fluxos ou stocks.

Numa aproximação algo grosseira entenda-se por fluxo um movimento continuado de uma determinada natureza, podendo ser constante ou não, decorrente num determinado momento inicial e terminando em momento posterior e por stock uma quantidade acumulada entre o período de um determinado fluxo. Assim um fluxo está em permanente alteração, podendo dizer-se que é dinâmico enquanto um stock apresenta uma característica de permanência quanto às suas características, pelo que se apresenta como estático. Este tipo de recursos toma especial importância nas empresas porque como referem DIERICKX e COOL (1989) enquanto os fluxos podem ser ajustados instantaneamente os stocks não. Mas a consequência mais relevante desta análise é que nas suas características peculiares os recursos stock em especial os que representam capital físico designadamente os edifícios em determinada localização e com um *lay-out* específico, equipamentos especializados não são adquiríveis pois têm que ser “erguidos” (WILLIAMSON, 1979) e só podendo contribuir para a atividade da empresa têm valor (CORBIN, 1989).

Os ativos fluxo têm como principal característica o facto de estarem em permanente alteração o que lhe transmite a sua dinâmica própria e permite que sejam ajustados em cada momento, pelo contrário um ativo stock apresenta-se com uma característica de permanência quanto às suas características, pelo que a sua imitabilidade necessita de tempo, é dispendiosa e muitas vezes acumula as duas características, dependendo das características do processo necessário à sua acumulação, estes ativos apresentam as seguintes características:

Deseconomias de compressão de tempo

Maior eficiência de ativos

Interconectividade dos stocks de ativos

Erosão de ativos

Ambiguidade causal

Tendo em conta que os ativos stock não se ajustam tão rapidamente quanto seria necessário para permitir que uma vantagem competitiva seja criada ou mantida é necessário um período de tempo para que esse stock seja acumulado e assim construído o ativo. Tentar atingir um determinado stock em menos tempo por forma a atingir o nível do que se pretende imitar impõe, tendo em conta as características do ativo, exige um maior custo. Desta forma custo e tempo têm uma relação inversa. Ou seja quanto mais rápido se tentar desenvolver um recurso maior será o seu custo, estando assim verificadas as deseconomias de compressão de tempo concretizadas numa redução da taxa de retorno do ativo a construir, num conceito similar aos custos de ajustamento da teoria neoclássica do crescimento (THOMAS, 2003).

Desta forma as deseconomias de compressão de tempo previnem as imitações rápidas como referem HATCH e DYER (2004), pelo que as empresas têm que fazer uma escolha entre a maior rapidez para poderem disponibilizar os ativo e o custo em obtê-los como mostram PACHECO-DE-ALMEIDA e ZEMSKY (2007), referindo que as principais fontes destas deseconomias de escala são a complexidade do recurso a construir e o custo do capital através da lei dos rendimentos decrescentes. A importância destas deseconomias prende-se, conseqüentemente, com a sua dimensão, se ela é relevante então elas concedem proteção extra à empresa que primeiro construiu o ativo permanecendo único por muito tempo, mas o seu inverso é verdadeiro, e neste caso a proteção ao ativo já construído é diminuto (COOL; DIERICKX; COSTA, 2012).

No processo de prossecução de um ativo stock não existem apenas deseconomias, existem também economias uma vez que o tempo e o custo de atingir um determinado nível de stock e a diferença no investimento líquido necessário a realizar comparado com os concorrentes depende da diferença entre o valor existente e o valor desejado facto a que DIERICKX e COOL (1989) designam de “maior eficiência de ativos” referindo no mesmo sentido COOL; DIERICKX e COSTA (2016), que “sucesso traz sucesso”, considerando que stock de ativos gera mais stock de ativos. A estes efeitos no stock de ativos LAWSON; SAMSON e RODEN (2012) designam de efeitos nos ativos stocks integrantes dos mecanismos que potenciam a inimitabilidade dos ativos e que KNOTT; BRYCE e POSEN (2003) haviam designado de economias de escala.

A interconectividade dos stocks de ativos faz a ligação à complementaridade entre ativos na senda da definição de empresa como um conjunto harmonioso e equilibrado de recursos que, ao se interligarem entre si, permitem a prossecução do objetivo da empresa, potenciando o seu êxito num ambiente competitivo. Esta interconectividade potencia as sinergias positivas entre os ativos e permite que o seu valor de conjunto seja superior à simples soma de cada um deles.

A erosão dos ativos que DIERICKX e COOL (1989) associam à perda de “potencial produtivo” na ausência de “manutenção” adequada mas que THOMAS (2003) identifica claramente como a depreciação de ativos e que MEEKS e MEEKS (2009) quantificam como o valor presente dos cash-flows líquidos que um “negócio” necessita para a manutenção do seu potencial produtivo, sem contudo esquecer que a erosão dos ativos é inerente à obsolescência tecnológica que se não for contrariada diminui a adequabilidade do ativo stock para a geração de rendas em face aos concorrentes, de acordo com GOTZ (1999) maior intensidade de concorrência acelera a velocidade de difusão das melhorias tecnológicas, colocando a razão da maior ou menor rapidez de adoção das novas tecnologias no nível de competitividade de cada sector.

Por sua vez a ambiguidade causal prende-se com o facto do processo de acumulação poder apresentar uma natureza estocástica pelo que pode tornar difícil a identificação das variáveis relevantes, bem como a dificuldade em serem controladas pelo que a imitação pelos concorrentes será quase impossível. Isto é será difícil aos concorrentes não conseguem identificar com a certeza necessária as causas da eficiência do líder da indústria pelo que não sabem como e em que o imitar. Esta característica não está ligada a um único recurso, mas ao facto de todos os recursos entre si estarem ligados.

2.2 VANTAGEM COMPETITIVA DURÁVEL E EROÇÃO DE ATIVOS

Por vantagem competitiva pode-se entender uma posição que corresponde a um benefício relativamente a algo ou a alguém, uma primazia relativamente a algo, uma diferenciação positiva de algo face ao todo em que se insere. Assim uma vantagem competitiva é aquela que permite que um dos elementos de um todo se destaque relativamente aos outros elementos constituintes deste todo. Quando inserido num ambiente empresarial em que a competição é a palavra-chave para caracterizar as relações entre os elementos, esta posição de primazia só é possível de manter enquanto os outros competidores não detiverem também esta posição.

Segundo a visão de BARNEY (2000) uma empresa só tem uma vantagem competitiva quando implementar uma estratégia de criação valor não simultaneamente com qualquer seu concorrente ou competidor, e esta vantagem competitiva é sustentável se nenhum dos seus concorrentes ou competidores for capaz de reproduzir os benefícios desta estratégia. Na complementaridade deste trabalho, PETERAF (1993) apresenta um modelo para a vantagem competitiva em que destaca a heterogeneidade dos recursos, os limites ex-post para a competição, a imperfeição da mobilidade dos recursos e os limites ex-ante à concorrência.

Assim a heterogeneidade dos recursos entre as empresas de uma indústria refere-se ao facto de que enquanto as empresas que detêm apenas recursos médios só podem esperar atingir o equilíbrio e as que beneficiam de maiores recursos podem conseguir resultados superiores aos dos seus concorrentes, isto é, no pressuposto de raciocínio que a heterogeneidade verificada na indústria é devida ao facto de os fatores de produção mais elevados, em quantidades limitadas, não terem sido suficientes para satisfazer a procura. Como resultado, as empresas podem manter uma vantagem competitiva se os seus recursos são escassos e inimitáveis.

Os limites ex post à concorrência referem-se ao facto de existirem forças que, uma vez que uma empresa obteve uma vantagem competitiva, limitam a concorrência e, assim, preservam a diversidade no setor. Se os recursos que permitem os resultados superiores das empresas que detêm vantagens competitivas forem substituíveis então os concorrentes irão usar estes produtos e a vantagem competitiva que a empresa detinha deixa de existir, pois perdeu-se a inimitabilidade.

A terceira característica referida por este autor é a imperfeição da mobilidade dos recursos, sempre que acontece existe um conjunto de recursos que não podem ser trocados de forma imediata e perfeita no mercado pelo que a sua apropriação se torna difícil ainda mais porque tais recursos só têm valor no contexto em que estão inseridos e são eles a base sólida sobre a qual a vantagem competitiva se baseia. De salientar que estes recursos têm que estar em constante atualização porque considerá-los como estáticos pode fazer perder a vantagem competitiva detida.

A última condição para a manutenção de uma vantagem competitiva é a existência de limites ex-ante à concorrência, tal acontece quando os recursos base de uma vantagem competitiva foram identificados apenas por uma empresa num momento de sorte ou num rasgo de superior antecipação isto porque se empresas tivessem identificado este recurso elas teriam encetado todos os esforços para o conseguir também para que todas o detivessem não permitindo a existência da vantagem competitiva assim conseguida.

Um ativo estratégico é então aquele que permite que uma determinada empresa detenha uma posição estratégica concretizada na geração de valor superior ao obtido pelos seus concorrentes. Atentemos pois nesta visão baseada em BARNEY (1989; 2000) para perguntarmos como é que se mede esta geração de valor para poder ser comparada á geração de valor obtida pelos seus concorrentes, é o valor da empresa, é o seu lucro económico, é a sua quota de mercado, o seu volume de vendas?

A resposta a esta questão tem envolvido diferentes investigadores, e principalmente duas perspetivas de análise bem distintas, a primeira tem por base um conceito de manutenção financeira do capital, enquanto a segunda tem por base a manutenção do

capital físico da entidade (SUTTON, 1984), uma vez que a medida que permite quantificar as variáveis contábilísticas de uma empresa não é estável a forma mais correta de uma empresa evidenciar os seus ativos não monetários é considerar os seus valores líquidos de reposição.

Tendo em atenção que os fatores que poderão contribuir para a erosão dos ativos são variados, sendo comumente apontados como principais fatores para a deterioração dos ativos físicos a deterioração física e a progressão tecnológica (CARMAN, 1956; LOWE, 1963) fatores aos quais BITROS (1972) acrescenta a utilização a medida da utilização dos recursos em cada período de tempo é informação fundamental para se perceber se a manutenção da capacidade produtiva da empresa, enquanto fonte que permite a diferenciação face aos seus concorrentes se mantém numa perspetiva de análise mais ampla que a simples reposição do custo de aquisição desse recurso. De acordo com MYKOLAITIEO ; VE ERSKIEO ; JANKAUSKIENE e VALAO IEO (2010) a consideração dos diferentes fatores da erosão dos ativos apresenta uma discrepância considerável na dimensão apresentada para o resultado, logo para base de cálculo da tributação a aplicar.

2.3 ATIVOS STOCK ENQUANTO ATIVOS ESTRATÉGICOS

Nem todos os recursos são fontes de vantagens competitivas (MICHALISIN; SMITH; KLINE, 1997), mas para a RBV do conjunto dos ativos de uma organização os relevantes são os ativos estratégicos. De acordo com BARNEY (2000) nem todos os recursos de uma empresa têm o potencial de sustentar as vantagens competitivas da empresa onde estão inseridos, para isso têm que ter, simultaneamente os seguintes quatro atributos:

- a) Têm de ser valiosos no sentido em que exploram oportunidades e/ou neutralizam ameaças existentes no ambiente externo envolvente á empresa,
- b) Têm de ser raros entre os atuais e potenciais concorrentes,
- c) Não totalmente imitáveis
- d) Não pode existir ativos estrategicamente a eles equivalentes.

Para este autor no artigo citado os recursos de uma empresa incluem todos os ativos, capacidades, processos organizacionais, atributos da empresa, informações, conhecimentos controlados por uma empresa capazes de permitir á empresa a implementação de uma estratégica eficiente e efetiva. De uma forma mais específica os recursos da empresa podem ser identificados por três categorias, os recursos físicos, os recursos humanos e os recursos organizacionais. De acordo com BARNEY (2000) os recursos físicos integram a tecnologia utilizada na empresa, os lay-outs dos

edifícios, e dos equipamentos considerando a sua localização geográfica e o acesso que permitem à matéria-prima. Os recursos em capital físico são também designados recursos tangíveis e habitualmente considerados não raros porque podem ser adquiridos no mercado, MICHALISIN; SMITH e KLINE (1997) centram a principal diferença entre os recursos tangíveis e os intangíveis no potencial de inimitabilidade, esquecendo que a maior parte dos recursos tangíveis são não dinâmicos, logo integram a categoria dos recursos stock. Não em sintonia com esta posição estão DIERICKX e COOL (1989) ao considerar que determinados recursos stock não podem ser adquiridos no mercado, pelo que os concorrentes não os podem imitar, esta inimitabilidade está relacionada com as características do processo pelo qual este recurso pode ser acumulado por forma a ser útil à estratégia formulada pela empresa.

Num mercado cada vez mais dinâmico o potencial estratégico na detenção de um recurso não pode ser dissociado da antecipação desta detenção face aos concorrentes atuais e/ou potenciais, de acordo com BARNEY (1989) a não negociabilidade imediata dos recursos stock são uma extensão importante e esclarecedora da literatura emergindo agora em fontes potenciais de desempenho económico acima do normal para as empresas.

Os ativos serão tão mais estratégicos quanto menos imitáveis possam ser, as vantagens competitivas são, para os gestores as inerentes aos processos e relações tanto dentro como fora da organização sem restrições à natureza dos ativos sejam estes indivíduos ou equipamentos físicos (LAWSON; SAMSON; RODEN, 2012).

As quatro características apontadas para os ativos serem considerados como estratégicos apresentam diferentes efeitos intertemporais o valor e a raridade permitem a obtenção de lucros económicos num período sem limites enquanto a dificuldade de substituição e imitação preservam o valor e a raridade mas o mais importante para que um ativo seja competitivo o essencial é gerar valor de forma tempestiva e preservar esse potencial ao longo do tempo (GODFREY; GREGERSEN, 1999).

Um ativo estratégico é, consequentemente, o ativo que permite que elevar as capacidades dos seus recursos para a criação de oportunidades no mercado ou aqueles que neutralizem as ameaças dos seus concorrentes quando os recursos não estão a ser explorados da forma adequada, como refere (MICHALISIN; SMITH; KLINE, 1997).

2.4 ATIVOS TANGÍVEIS VS ATIVOS INTANGÍVEIS

A separação existente entre ativos tangíveis e intangíveis é, geralmente, feita tendo em atenção as características físicas palpáveis de uns e de outros, mas esta separação

é demasiado simplista quando se impõe uma visão mais adequada desta classificação. Para as empresas quer um quer outro tipo de ativos têm como característica comum o facto de integrarem os seus recursos detidos para períodos económicos posteriores ao presente, evidenciando o valor (histórico ou presente) dos dispêndios em que a empresa incorreu para acumular um determinado stock daquele ativo e encerrando em si próprios o potencial de gerar benefícios económicos nos períodos futuros.

Do ponto de vista da valoração apresentada nos quadros financeiros da empresa o seu valor deve ser superior ao valor esperado dos benefícios económicos que estes recursos stock vão gerar ao longo do período de permanência na entidade em causa como se pode inferir pela leitura da IAS 36. Ou seja, o valor gerado por estes ativos não se apresenta igual em todas as empresas uma vez que ele é determinado pelo potencial económico que detém. Desta forma a separação em ativos tangíveis e intangíveis apresenta-se apenas como uma separação formal atendendo à sua existência física ou não.

Nesta perspetiva HALL (1992) enquadra os ativos físicos que designa por "Specialist physical resources" no quadro dos recursos intangíveis, por seu lado MATHEWS (2003) considera os ativos tangíveis como sendo os ativos tecnológicos e os bens de capital e os ativos intangíveis como sendo o Know-How, as patentes e os direitos intelectuais, mas HOOLEY; BRODERICK e MÖLLER (2006) separam os recursos em ativos e capacidades que podem ser estratégicos, funcionais ou operacionais, integrando nos ativos estratégicos os ativos físicos, os financeiros e os das operações onde integram os edifícios e os equipamentos.

Mais importante do que a separação tendo por base esta característica é entender estes ativos como um conjunto de recursos harmoniosamente combinados entre si por forma a poderem suportar e potenciar os resultados que a empresa pretende alcançar. Na perspetiva da RBV a principal separação entre estes dois tipos de ativos centra-se na imitabilidade (MICHALISIN; SMITH; KLINE, 1997) sendo os ativos tangíveis mais imitáveis que os intangíveis e considera que a sustentabilidade das vantagens comparativas de uma empresa face aos seus concorrentes se baseia nos recursos intangíveis em especial por esta característica.

Por seu lado, GALBREATH e GALVIN (2004) consideram que os ativos tangíveis incluem os itens que a contabilidade evidencia no balanço, enquanto os ativos intangíveis não integram este documento. Nos primeiros englobam os ativos financeiros e os ativos físicos, enquanto nos segundos consideram o capital intelectual ligado com a propriedade dos ativos, o capital organizacional e reputacional e ainda as capacidades.

Esta não presença no balanço das empresas remete-nos para a necessidade de recorrer á definição de ativo, na visão estreitamente contabilística, várias são as

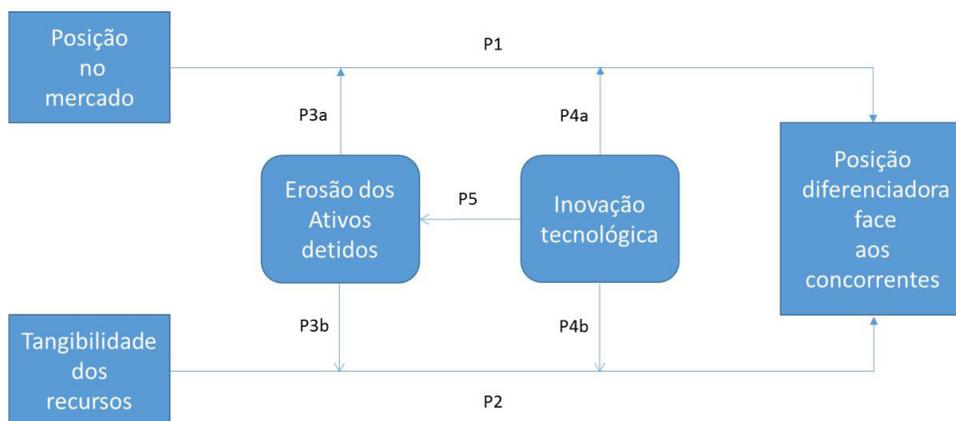
definições para este elemento das demonstrações financeiras das empresas, a que nos parece de maior relevância pela sua aceitação global é a constante no documento “The Conceptual Framework for Financial Reporting” (IFRS FOUNDATION, 2010) que nos seus § 4.8 a 4.14 alarga o potencial de um ativo passando da simples geração de benefícios económicos futuros pela sua participação nas atividades operacionais da empresa para o seu potencial de permitir processos alternativos de produção, designadamente pela redução dos custos de produção.

Relativamente á forma física um ativo pode ter ou não uma forma física, considerando este documento que tal facto em nada é relevante para esta classificação, o que importa é saber se este elemento tem potencial para gerar valor para a empresa por ele próprio ou, como refere o FASB (1985) no §25 do seu Statement of Financial Accounting Concepts N° 6 em combinação com outros ativos.

3 MODELO E PROPOSIÇÕES

De acordo com o exposto anteriormente, as empresas apresentam diferentes posições no mercado, pelo que algumas conseguem “apoderar-se” de recursos de forma mais vantajosa que os seus concorrentes, conseguirem manter esta posição e, nessa medida sustentarem esta posição diferenciadora face às suas concorrentes, como evidenciado no esquema seguinte:

Figura 1 - modelo a discutir.



4 CONCLUSÃO

Iniciámos este trabalho procurando evidenciar o que é uma empresa dado que o prisma da análise das ciências empresariais se deslocou das indústrias para as suas unidades, as empresas. Após a leitura de várias contribuições, algumas das quais

explicitámos, chegámos à conclusão que esta entidade pode ser vista por um sem fim de aspetos. Atendendo á natureza desta reflexão escolhemos para a perspetiva estritamente económica, de que é um conjunto de recursos que podem ser físicos e de capital líquido ou ligados a um conjunto de habilidades aprendidas, sem poder esquecer que estão sempre integradas num todo económico complexo, dinâmico e competitivo.

Os recursos que compõem estas entidades podem ser classificados atendendo a diferentes perspetivas considerámos como mais assertiva para os objetivos enunciados a classificação de DIERICKX e COOL (1989) por ela se ajustar ao processo de geração dos recursos utilizados pela empresa, uns são gerados de forma contínua, resultantes de fluxos continuados de dispêndios numa dinâmica de ajustamento imediato enquanto outros são gerados de uma forma descontínua e, muitas vezes alargada no tempo, exigindo um período para serem “erguidos” facto que os torna não adquiríveis num determinado momento do tempo. O não ajustamento imediato dos ativos stock às necessidades estratégicas de cada momento dá-lhe um potencial de proteção das vantagens competitivas existentes na empresa porque a sua imitabilidade está sujeita a deseconomias de compressão de tempo, potencia a criação de novos ativos, já detém a interconectividade com outros ativos o que dá lugar á ambiguidade causal e, claro, não se pode esquecer a manutenção do seu potencial de geração de valor prevenindo a sua erosão.

As empresas naturalmente que querem ter uma posição destacada relativamente aos seus concorrentes e, para além disso, conseguirem que ela se mantenha no tempo. Sendo a atividade da empresa desenrolada através dos seus ativos, ela só se consegue diferenciar dos seus concorrentes se detiver ativos diferentes pelo que a heterogeneidade destes recursos é a base para a diferenciação da empresa no todo em que desenvolve as suas atividades facto reforçado pela imperfeita mobilidade destes recursos uma vez que os seus concorrentes não os podem obter de forma imediata. Esta posição de supremacia é conseguida também porque quando uma empresa se destaca da concorrência é porque se apropriou de recursos que lhe permitem esse resultado superior antes dos seus concorrentes pelo que teve uma antecipação face aos seus concorrentes.

De acordo com BARNEY (2000) e na senda da corroboração que lhe foi dada pelo trabalho de PETERAF (1993) estes ativos são os ativos comumente designados de ativos “VRIO” os que são Valiosos, Raros, Inimitáveis e Organizados. Atendendo às características dos ativos stock agora aplicados aos ativos integrantes da categoria de ativos físicos, são considerados não raros em função da sua imitabilidade como afirmam MICHALISIN; SMITH e KLINE (1997) contudo e como referem DIERICKX e COOL (1989) se estes ativos não forem transacionáveis em tempo útil para a implementação da estratégia a tempestividade da sua detenção fará com que não sejam relevantes para a

implementação da estratégia visada, pelo que os ativos são tão mais estratégicos quanto menos imitáveis, pelo que, a nosso ver não é a característica da tangibilidade que deve estar na base da sua inimitabilidade, mas sim o potencial dos concorrentes deterem esse ativo de forma tempestiva face aos seus objetivos estratégicos.

Como consequência prática deste trabalho salientamos as consequências que esta nossa conclusão pode trazer ao desenho de pesquisas futuras que deverão ter por base a definição das condições de definição das características de imitabilidade ou de inimitabilidade dos recursos das empresas para a sua definição de ativos VRIO tendo em especial atenção a crescente “popularidade” que os ativos intangíveis vêm tendo nas organizações designadamente os indicados por HALL (1992) e dando mais importância á forma como os ativos físicos poderão ser coordenados na senda do trabalho de AAKER (1989). Assim os estudos deverão ter em atenção a definição dos ativos estratégicos em cada indústria já que a separação entre indústrias B2B e indústrias B2C, bem como entre indústrias com maior necessidade de recursos físicos específicos deverão ser consideradas de forma distinta de acordo com DIERICKX e COOL (1989).

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A. Managing Assets and Skills: The Key to a Sustainable Competitive Advantage. **California Management Review**, 31, n. 2, p. 91-106, Win 1989. Article.

BARNEY, J. B. Asset Stocks and Sustained Competitive Advantage: A Comment. **Management Science**, 35, n. 12, p. 1511-1513, Dec 1989. Letter.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage (reprinted from JAI Press/Ablex, vol 17, pg 99, 1991). **Advances in Strategic Management**, Vol 17, 2000, 17, p. 203-227, 2000. Reprint.

BITROS, G. Replacement of the Durable Inputs of Production: A Theoretical and Empirical Investigation. **The American Economist**, 16, n. 1, p. 36-54, 1972.

BLACK, J. A.; BOAL, K. B. Strategic resources: Traits, configurations and paths to sustainable competitive advantage. **Strategic Management Journal**, 15, n. S2, p. 131-148, Sum 2007. Article.

CARMAN, L. A. Non-Linear Depreciation. **The Accounting Review**, 31, n. 3, July, p. 454-491, 1956.

CHANDLER, A. D. What is a firm? **European Economic Review**, 36, n. 2-3, p. 483-492, 1992/04/01/ 1992.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

COASE, R. H. **The Firm, the Market, and the Law**. University of Chicago Press, 2012. 9780226051208.

COOL, K.; DIERICKX, I.; COSTA, L. A. Economies of Resource Accumulation. **INSEAD Working Papers Collection Issue** n. 127, p. 1-3, 2012.

COOL, K.; DIERICKX, I.; COSTA, L. A. Diseconomies of Time Compression. In: AUGIER, M. e TEECE, D. J. (Ed.). **The Palgrave Encyclopedia of Strategic Management**. London: Palgrave Macmillan UK, 2016. cap. Chapter 473-1, p. 1-7.

- CORBIN, A. L. **Corbin on Contracts: A Comprehensive Treatise on the Working Rules of Contract Law**. West Publishing Company, 1989. v. vol. 4).
- DIERICKX, I.; COOL, K. Asset Stock Accumulation and the Sustainability of Competitive Advantage: Reply. **Management Science**, 35, n. 12, p. 1514-1514, Dec 1989. Letter.
- FASB. Concepts Statement No. 6 - Elements of Financial Statements – a replacement of FASB Concepts Statement No. 3 (incorporating an amendment of FASB Concepts Statement No. 2). 1985.
- GALBREATH, J.; GALVIN, P., 2004, **Which resources matter? A fine-grained test of the resource-based view of the firm**. L1-L6.
- GODFREY, P. C.; GREGERSEN, H. B. Where do resources come from? a model of resource generation. **The Journal of High Technology Management Research**, 10, n. 1, p. 37-60, 1999/03/01/ 1999.
- GOTZ, G. Monopolistic Competition and the Diffusion of New Technology. **The RAND Journal of Economics**, 30, n. 4, p. 679-693, Win 1999.
- HALL, R. The strategic analysis of intangible resources. **Strategic Management Journal**, 13, n. 2, p. 135-144, Feb 1992.
- HATCH, N. W.; DYER, J. H. Human capital and learning as a source of sustainable competitive advantage. **Strategic Management Journal**, 25, n. 12, p. 1155-1178, Dec 2004. Review.
- HOOLEY, G.; BRODERICK, A.; MÖLLER, K. Competitive positioning and the resource-based view of the firm. **Journal of Strategic Marketing**, 6, n. 2, p. 97-116, 01/01 2006.
- IFRS FOUNDATION. **The conceptual Framework for Financial Reporting 2010**. 2010.
- KNOTT, A. M.; BRYCE, D. J.; POSEN, H. E. On the Strategic Accumulation of Intangible Assets. **Organization Science**, 14, n. 2, p. 192-207, Mar-Apr 2003.
- LAWSON, B.; SAMSON, D.; RODEN, S. Appropriating the value from innovation: inimitability and the effectiveness of isolating mechanisms. **R&D Management**, 42, n. 5, p. 420-434, Nov 2012. Article.
- LOWE, H. D. The Essentials of a General Theory of Depreciation. **The Accounting Review**, 38, n. 2 (Apr.), p. 293-301, 1963.
- MATHEWS, J. A. Competitive dynamics and economic learning: an extended resource-based view. **Industrial and Corporate Change**, 12, n. 1, p. 115-145, Feb 2003. Review.
- MEEKS, G.; MEEKS, J. G. Self-Fulfilling Prophecies of Failure: The Endogenous Balance Sheets of Distressed Companies. **Abacus**, 45, n. 1, p. 22-43, Mar 2009.
- MICHALISIN, M. D.; SMITH, R. D.; KLINE, D. M. In Search of Strategic Assets. **The International Journal of Organizational Analysis**, 5, n. 4, p. 360-387, 1997.
- MOORE, J. The firm as a collection of assets. **European Economic Review**, 36, n. 2-3, p. 493-507, Apr 1992.
- MYKOLAITIEO , V.; VE ERSKIEO , G.; JANKAUSKIENE, K.; VALAO IEO , L. Peculiarities of Tangible Fixed Assets Accounting. **The Engineering Economics**, 21, 2010.
- PACHECO-DE-ALMEIDA, G.; ZEMSKY, P. The Timing of Resource Development and Sustainable Competitive Advantage. **Management Science**, 53, n. 4, p. 651-666, Apr 2007. Article.

PETERAF, M. A. The cornerstones of competitive advantage: A resource-based view. **Strategic Management Journal**, 14, n. 3, p. 179-191, Mar 1993. Article.

RAY, G.; XUE, L.; BARNEY, J. B. Impact of Information Technology Capital on Firm Scope and Performance: The Role of Asset Characteristics. **Academy of Management Journal**, 56, n. 4, p. 1125-1147, Aug 2013.

SUTTON, T. G. Physical Capital Maintenance in a Credit Economy. **Accounting and Business Research**, 14, n. 56, p. 349-357, 1984/09/01 1984.

THOMAS, L. G. Adjustment Costs, the Theory of Investment, and Sustained Competitive Advantage. **Academy of Management Proceedings**, 2003, n. 1, p. Z1-Z6, 08/01 2003.

WILLIAMSON, O. E. Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. **The Journal of Law and Economics**, 22, n. 2, p. 233-261, 1979.

CAPÍTULO 14

“CUSTOMER ORIENTATION AND MANAGEMENT CONTROL IN THE PUBLIC SECTOR: A GARBAGE CAN ANALYSIS”. UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA E ONTOLÓGICA

Data de submissão: 10/03/2022

Data de aceite: 28/03/2022

Guilhermina Maria de Silva Freitas

Polytechnic of Coimbra
Coimbra Business School Research Centre
ISCAC, Coimbra Portugal
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-4929-7074>

Lara Sofia Mendes Bacalhau¹

Polytechnic of Coimbra
Coimbra Business School Research Centre
ISCAC, Coimbra Portugal
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-9674-4167>

RESUMO: A partir de um estudo que podemos definir como a análise de um caso prático realizado na empresa pública sueca “Swedish Road Administration – SRA” os autores enquanto observadores procuram perceber a utilidade para a atividade da organização em estudo da contribuição das opiniões

dos que detêm o estatuto de “clientes”. Na presença desta investigação interpretativa efetuada por WIESEL, F.; MODELL, S.; MOLL, J. no seu trabalho intitulado - Customer Orientation and Management Control in the Public Sector: A Garbage Can Analysis- na procura de perceber nas suas diferentes formas a ponderação dada pelos dirigentes de entidades governamentais procede-se a uma análise deste estudo, atendendo à visão ontológica/epistemológica nele presente, discutindo o nível de conhecimento dos autores com o objeto de observação. Para dar sequência ao objetivo enunciado neste trabalho, procede-se a um percurso sobre as teorias explicativas enquanto base do conhecimento dos autores do trabalho em análise, bem como à desmistificação do conceito de “cliente” questionando se a adequação da perspectiva de análise de “lata de lixo” por eles apresentada. Não perdendo de vista que as questões metodológicas e um estudo científico são a pedra basilar para a obtenção de resultados consistentes procedeu-se ao escrutínio dos métodos e das técnicas usadas pelos autores, bem como à apresentação e análise dos resultados por eles obtidos. Na conclusão apresentada cruzam-se as mais relevantes opiniões já publicadas sobre o tema em presença.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação para o mercado. Setor Público. Análise “Lata de lixo”. Investigação interpretativa. Teoria Institucional.

¹ Autor Correspondente: lmendes@iscac.pt

“CUSTOMER ORIENTATION AND MANAGEMENT CONTROL IN THE PUBLIC SECTOR: A GARBAGE CAN ANALYSIS”. A EPISTEMOLOGICAL AND ONTOLOGICAL ANALYSIS

ABSTRACT: From a study that we can define as the analysis of a practical case carried out in the Swedish public company “Swedish Road Administration - SRA”, the authors as observers seek to perceive the usefulness for the activity of the organization under study of the contribution of the opinions of those who hold the status of “customers”. In the presence of this interpretive investigation carried out by WIESEL, F.; MODELL, S.; MOLL, J. in his work entitled - Customer Orientation and Management Control in the Public Sector: A Garbage Can Analysis- in the search to perceive in its different forms the weight given by the directors of governmental entities, an analysis of this study is carried out, taking into account the ontological/epistemological view present in it, discussing the authors’ level of knowledge with the object of observation. In order to continue the objective stated in this work, a journey is made on explanatory theories as a basis for the knowledge of the authors of the work under analysis, as well as the demystification of the concept of “customer” questioning whether the adequacy of the perspective of analysis of “garbage can” presented by them. Keeping in mind that methodological issues and a scientific study are the cornerstone for obtaining consistent results, the methods and techniques used by the authors were scrutinized, as well as the presentation and analysis of the results obtained by them. In the conclusion presented, the most relevant opinions already published on the subject in question are crossed.

KEYWORDS: Market orientation. Public sector. Garbage Can Analysis. Interpretive investigation. Institutional Theory.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho propomo-nos analisar a posição epistemológica e a posição ontológica assumidas pela investigadora WIESEL; MODELL e MOLL (2011). Outra crítica ao modelo de “Garbage Can” pode ser encontrada no estudo efetuado por MUCCIARONI (1992), em que o autor argumenta que é difícil fornecer explicações cabais sobre o motivo de determinados assuntos serem mais atentamente ponderados pelo dirigentes governamentais em detrimento de outros, recorrendo a casos ilustrativos relacionados com a tributação e desregulamentação de determinadas atividades.

Pretende-se, também, que se proceda à classificação do estudo de WIESEL; MODELL e MOLL (2011) utilizando a taxonomia de investigação em Contabilidade desenvolvida por HOPPER e POWELL (1985) e baseada na classificação da investigação sobre as organizações de BURRELL e MORGAN (1979).

O artigo em estudo apresenta a seguinte estrutura:

Abstract

Introduction

Theoretical Framework

Research Context and Design

Customer Orientation and Management Control in the Swedish Road

Administration: Early Initiatives

The customers programmes

Epilogue

Concluding Discussion

Acknowledgments

Que, para concretização do desafio proposto, será analisado á luz dos seguintes tópicos:

- Posição Ontológica/Epistemológica dos seus autores
- Perspetiva teórica utilizada
- Metodologia escolhida
- Métodos/Técnicas usadas
- Análise/Apresentação de resultados
- Leituras conclusivas

Ao longo da análise será identificada a posição dos investigadores de acordo com a classificação indicada como padrão analisando-se a consistência da metodologia, dos métodos e das técnicas que os autores utilizam para permitir o excuro do leitor ao longo da sua pesquisa e, como não poderia deixar de ser, testam-se também as formas como são relatadas as observações e apresentadas as conclusões.

2 POSIÇÃO ONTOLÓGICA/EPITEMOLÓGICA DOS SEUS AUTORES

A forma como a realidade envolvente é percecionada não é idêntica para todos os investigadores, podendo definir-se dois grandes grupos, aqueles que consideram que a representação da realidade é única e independente de cada um dos elementos que a constituem, e os que a consideram como tendo uma representação múltipla em resultado das diferentes construções que dela podem ser feitas.

Se o grupo enunciado em primeiro lugar tem, da realidade, uma visão objetiva apresentando como objetivo da sua investigação o seu conhecimento e aceitando que este conhecimento sempre circunscrito a uma análise externa, o segundo grupo tem como objetivo compreender estas realidades de uma análise a partir do interior de cada uma das representações das realidades que podem ser construídas.

Para as questões epistemológicas o importante é a natureza da relação entre o conjunto dos conhecimentos do investigador e a forma como ele equaciona

a importância da visão objetiva e da visão subjetiva resultante da sua ontologia. Em consequência, se o investigador considerar que a melhor forma de representar a realidade é considerar esta como única e independente de cada um dos seus elementos, a sua postura terá que ser a observação externa do objeto em estudo, satisfeita esta visão objetiva do objeto, os resultados obtidos serão “verdadeiros”, no sentido de que serão verificáveis por outros investigadores na condição da adequada replicação tendo por base os mesmos parâmetros que enquadraram aquela análise. Se, por sua vez, o investigador considerar que a realidade pode ser vista por diferentes prismas conforme a construção resultante da análise de cada observador pelo que os resultados são, consequentemente, entendidos como construções humanas daqueles investigadores, pelo que, pela especificidade da construção do objeto em estudo, estes resultados são não replicáveis por outros investigadores.

No primeiro caso o melhor processo para o descrever é o “método científico” uma vez que este método se socorre de um modelo teórico descritor da realidade em presença que necessita do estabelecimento de hipóteses que, posteriormente, serão testadas constituindo, desta forma, a base dos resultados a generalizar. O segundo caso apresenta como melhor processo descritivo o “modelo naturalista” utilizando a observação de cada uma das particularidades do objeto em estudo para analisar os fenómenos no seu ambiente natural, desta forma é possível o desenvolvimento de teorias com uma visão integral dos fenómenos estudados.

Os autores do trabalho em análise, WIESEL; MODELL e MOLL (2011), procuram compreender as implicações da consideração dos “cidadãos” como “clientes” no controlo de gestão de uma entidade pública sueca a Swedish Road Administration – SRA, num papel de observadores, a sua preocupação, neste estudo, é perceber a utilidade para a atividade da entidade da consideração dos seus utilizadores com o estatuto de “clientes”.

A posição apresentada é, nitidamente, enquadrada pela perspetiva naturalista de Kant, naturalmente inserida numa investigação crítica e concretizada no paradigma interpretativo de HOPPER e POWELL (1985). Esta posição corporiza a investigação interpretativa, como se pode avaliar pela postura crítica dos autores face ao fenómeno observado e pelos métodos utilizados na sua procura do conhecimento.

3 PERSPETIVA TEÓRICA UTILIZADA

Tendo em atenção o já exposto quanto à posição dos autores deste estudo, a perspetiva teórica considerada tem que estar em linha com a posição referida (investigação interpretativa) procurando a explicação das ações e a compreensão dos factos em estudo.

A teoria que tem sido mais utilizada como base dos estudos que se enquadram na investigação interpretativa é a teoria institucional, tendo em atenção que a utilização das teorias tem que ter por base o facto destas serem sempre temporais e deverem estar adaptadas ao contexto em estudo, sem se poder esquecer que a compreensão dos objetos aqui apresentados com um forte cariz social, só pode ser conseguida se o seu estudo integrar o respetivo desenvolvimento histórico e das suas alterações considerando, necessariamente a totalidade das suas relações.

Neste contexto a teoria utilizada como base do estudo apresenta-se com uma imposição crítica especialmente quanto ao reconhecimento da necessidade de alteração de designações e práticas ideológicas onde o entendimento do objeto em estudo é fundamental.

Na linha consistente e lógica das suas posições anteriormente assumidas, os autores recorrem à teoria crítica e à teoria institucional recorrendo à abordagem da perspetiva da lata de lixo.

Para eles a utilização do conceito “cliente” aplicado ao principal interessado das organizações integrantes do sector público não é automático e pacífico, pelo contrário, exige pesquisas empíricas para aferir da sua adequação à aplicação na realidade das organizações públicas. Efetivamente as pesquisas em contabilidade estudam as implicações de tal aplicação seguindo duas linhas distintas:

1. Perspetiva crítica – tendo em atenção que esta orientação reforça a mercantilização dos serviços prestados prejudicando a igualdade do controlo democrático já que as relações de poder são alteradas em prejuízo da visão habitual do serviço público.
2. Perspetiva institucional – reconhecendo que a noção de “cliente” tem sido adotada por várias entidades públicas designadamente o setor universitário sueco, o setor da saúde norueguês, estes estudos mostram que as lutas de poder envolvidas nas novas práticas de controlo são mais intensas, mas não conseguem explicar as implicações nas práticas de controlo resultantes desta visão, limitando a compreensão das implicações políticas na interação entre orientação para o cliente e controlo de gestão.

Os autores, WIESEL; MODELL e MOLL (2011), consideram que na procura do equilíbrio das críticas provenientes dos seguidores de cada um dos grupos representativos das posições referidas, se impõe conceder atenção detalhada ao poder existente nas práticas de controlo de gestão estando bem perto dos processos de tomada de decisão envolvidos na transformação do controlo de gestão, focando a atenção nestes processos.

Os autores consideram ainda que a perspectiva de análise que melhor se adequa à forma como se processa a tomada de decisão nestas entidades é a análise “lata do lixo”. Este modelo desenvolvido por COHEN; MARCH e OLSEN (1972) considera que as escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem numa lata de lixo uma vez que os problemas são muitos e as soluções poucas e analisadas de forma pouco rigorosa sendo a sua escolha condicionada pelo conjunto de soluções possíveis no momento.

Ao longo da explanação das bases teóricas que consideram no seu estudo os autores recorrem à literatura já existente apresentando o entendimento subjetivo que outros trabalhos evidenciaram e têm especial cuidado na descrição da entidade em estudo relativamente às suas tarefas operacionais, ao seu historial funcional e político, bem como às suas formas de gestão relacionando-as com a forma de pensar dos seus órgãos diretores.

4 METODOLOGIA ESCOLHIDA

As questões metodológicas incidem sobre o modo de proceder do investigador de forma a chegar aos conhecimentos que acredita conseguir obter.

As escolhas da metodologia a prosseguir devem ser feitas de forma coerente com a visão que o investigador tem da realidade que o rodeia (ontologia) e com a forma como ele se posiciona na relação com os conhecimentos que lhe permitem interpretar a realidade percebida. Na coerência necessária com a postura do investigador se ele se posiciona na leitura de uma realidade una e representada da mesma forma para todos, então o seu estudo deverá ser elaborado através de dados quantitativos ou qualitativos quantificáveis, onde todas as variáveis consideradas como agitadoras do fenómeno em estudo deverão ser controladas, contudo se o investigador, reconhece a existência de múltiplas realidades, o seu propósito deverá ser o de compreender as diversas variáveis em presença, bem com as suas múltiplas inter-relações sendo, a sua presença e a sua influência no fenómeno em estudo, manifestadas como existentes e não escamoteadas.

Na necessária consistência da postura ontológica/epistemológica tomada pelos autores estes vão preocupar-se com a compreensão da natureza das práticas seguidas pela organização em estudo, não na procura de leis universais, logo generalizáveis, mas na procura do esclarecimento dos fenómenos em estudo.

5 MÉTODOS/TÉCNICAS USADAS

Dentro de um paradigma de investigação interpretativa, impõe-se o conhecimento de “como” e de “porquê” resposta a que os estudos com base em observações, sejam

elas de base qualitativa ou quantitativa quantificável, não conseguem alcançar, porque estes estudos permitem conhecer os fenômenos, mas não são capazes de permitir o seu entendimento.

Se o objetivo é, então, a compreensão de um fenômeno ou identidade bem definida o instrumento a utilizar é, necessariamente o estudo de um caso particularizado, sendo este uma narração analítica intensiva e particular de um objeto, situação ou fenômeno, que procura fazer sobressair o que nele existe de essencial, único e característico.

O método do estudo de caso particularizado deve ser constituído por uma descrição complexa abrangendo toda a realidade envolvente, sendo os dados conseguidos através da observação pessoal, a exposição do investigador ao fenômeno é informal podendo ser utilizadas alusões e metáforas. Este método permite analisar, uma dada identidade no seu contexto real, exigindo-se ao investigador que decida qual o âmago do conhecimento a que pretende chegar de forma a ser-lhe possível atingir os objetivos que determina atingir. De salientar que estes objetivos devem estar em consonância com a procura da compreensão do fenômeno em estudo e não com a sua delimitação sendo especialmente adequados em ambientes em que o investigador não tenha grande controlo da situação, que na maior parte das vezes se verifica em contextos sociais complexos.

Na constância da sua posição, os autores, WIESEL; MODELL e MOLL (2011), realizam o seu estudo empírico numa entidade do setor público sueco, a Swedish Road Administration – SRA sendo esta a entidade em estudo.

Uma das formas de se realizar um estudo de um caso particularizado é por recurso ao estudo de campo, desta forma o investigador pode proceder à observação de um local ou situação observando a realidade como seu integrante e, desta forma, pode observar os fenômenos onde eles se verificam, coletar dados de forma direta sem esquecer a complexidade social em que eles decorrem, técnica utilizada no estudo em apreço.

Este estudo de campo decorreu durante 3 anos (2004/2007) sendo constituído por várias técnicas de obtenção de dados:

1. Entrevistas semiestruturadas (40) - gravadas e transcritas integralmente
2. Observações (não participantes) de 13 reuniões – documentadas através de anotações bem especificadas
3. Observações (não participantes) de seminários formais – documentadas através de anotações bem especificadas
4. Discussões informais com informadores chave,
5. Seminários com um grande número de participantes tendo por objetivo a obtenção de feedback
6. Vário material de arquivo.

Com as técnicas descritas os autores têm acesso a dados de natureza diversa, utilizados em partes distintas do seu trabalho, utilizando técnicas indiretas e diretas na recolha do material empírico base deste trabalho. A técnica de recolha de dados indiretos constituída pela análise de vários materiais de arquivo permite que a parte descritiva/histórica do seu trabalho seja fundamentada. Quanto às técnicas de obtenção direta de dados, podemos referir todas as outras elencadas anteriormente. As entrevistas permitem obter uma grande riqueza de informação obtida de forma esclarecida, mas também direta, personalizada e espontânea, contudo os investigadores têm que estar atentos a vários fatores que podem fazer perigar os resultados obtidos, designadamente, falta de interação do entrevistado, incorreta identificação dos termos utilizados por todos os entrevistados e empatia que pode ser positiva ou negativa do entrevistador face ao entrevistado. A observação, que neste trabalho interpretamos como não participante, uma vez que os investigadores se constituem como elementos externos à organização, permite que o investigador possa dedicar todo o seu tempo à obtenção de informação e seu registo, não alterando o decurso do facto que está a ser observado. As discussões informais e os seminários de “feedback” permitem a validação dos dados obtidos nas fontes diretas.

O estudo decorreu num tempo alargado, constituído por várias fases:

Fase 1 – com a duração de 8 meses e início no outono de 2004.

Os investigadores acompanharam as tarefas em curso no grupo de trabalho sendo este constituído por representantes da sede, divisões regionais, coordenação do projeto. Nesta fase foram coletados dados primários de três tipos: Vário material de arquivo, seminários internos (4) entrevistas semi-estruturadas incluindo aos principais membros da organização.

Fase 2 – decorrendo entre fevereiro e abril de 2005.

Os investigadores deslocaram-se à entidade em quatro ocasiões ao longo do período indicado para observarem os seminários internos estando em contacto com uma maior diversidade de elementos da organização.

Fase 3 – decorrendo ao longo de todo o período de observação – dezembro de 2004 a Abril de 2005.

Nesta fase e em três ocasiões pontuais foram entrevistados os principais responsáveis pela implantação da perspetiva utilizador/cliente.

6 ANÁLISE/APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados resultantes da coleta deverão ser organizados e tratados, num estudo de caso a apresentação dos dados deverá ser meticulosa e exaustiva, sempre que possível

organizada em tabelas sem, contudo, se perder a riqueza e variedade apresentada por todas as fontes utilizadas.

Neste estudo os autores, WIESEL; MODELL e MOLL (2011), recorreram à apresentação de extratos retirados de entrevistas, das reuniões, dos seminários e demais fontes de informação direta referidas, devidamente organizadas de acordo com as diferentes fases de observação que seguiram ao longo do estudo. Recorreram ao esforço sistematizador de tabelas por forma a relatar os dados obtidos.

A análise dos dados apresenta-se a partir das observações dos investigadores permitindo-lhe retirar conclusões baseadas no seu conhecimento comparar com conclusões de outros estudos não baseadas em indicadores numéricos, mas na sua experiência e suportados pelas afirmações recolhidas, pelos elementos analisados ao longo do percurso que constituiu o estudo.

WIESEL; MODELL e MOLL (2011) efetuam o seu estudo, mas ao contrário de LEVIN (2021), não nos chama à atenção para a dificuldade de reprodução dos resultados obtidos por COHEN; MARCH e OLSEN (1972). LEVIN (2021) mostra que, devido à constante mudança das plataformas computacionais e da tecnologia, não é possível reproduzir exatamente os resultados originais obtidos por COHEN; MARCH e OLSEN (1972) nem em nenhum outro estudo publicado, mas salienta que o recurso a estatísticas adicionais que podem ser utilizadas atualmente dado o desenvolvimento dos elementos computacionais, permitiram corroborar quase completamente com as observações e conclusões qualitativas do trabalho original.

7 CONCLUSÃO

A elaboração de um documento de investigação terá que apresentar uma consistência entre todos os seus componentes, determinada, em primeiro lugar, pela forma como o seu autor observa a realidade que o rodeia (ontologia) e os conhecimentos que detém sobre o assunto em estudo (epistemologia), e determinando as escolhas posteriores necessárias a toda a prossecução do trabalho.

A abordagem do autor à produção de teorias por outros autores, não pode estar dissociada do caminho até aqui percorrido, endereçando a escolha da metodologia, determinando os métodos a utilizar e condicionando o conjunto de técnicas aplicadas. Igualmente delimitada fica a forma como são apresentados os dados e a sua interpretação.

A análise ao texto aqui em estudo mostrou que a postura dos seus autores, seguindo a interpretação de HOPPER e POWELL (1985), pode ser inserida no paradigma interpretativo, pela escolha do percurso seguido na produção do conhecimento aqui apresentado verifica-se uma posição de questionamento da realidade pela procura da

compreensão da adequação da perspectiva de enquadramento da relação entidade/utente enquanto entidade/cliente não enquanto leitores do resultado desta relação, mas enquanto observadores dos processos resultantes desta consideração.

Na sequência desta postura os autores vão apresentar a sua leitura dos anteriores contributos teóricos, de uma forma questionadora, numa postura de apreciação para a qual utilizam teorias adequadas – teoria institucional e teoria crítica – mas de uma forma equilibrada pela consideração das diferentes posições manifestadas pelos seus antecessores no estudo deste problema.

A escolha da metodologia é congruente com as escolhas anteriormente expressas optando por um estudo qualitativo como base da procura do “como” e do “porquê” elegendo como forma de operacionalizar a pesquisa o método do estudo de caso, aqui concretizado num estudo de campo onde se colocam como observadores, que executam através de diferentes técnicas, as habitualmente seguidas para coletar dados de natureza qualitativa.

A forma como os dados são apresentados é uma consequência da sua natureza, salientando-se o cuidado, exaustividade e meticulosidade com que eles são relatados por forma a gerar confiança ao leitor para o trabalho apresentado. Iguais adjetivos terão que ser utilizados para caracterizar a forma como os autores analisaram estes dados e assim produziram conhecimento.

A elaboração do trabalho apresenta-se apropriada sendo o excuroso apresentado pelos autores um caminho coerente, onde cada uma das escolhas efetuadas respeita a natural decorrência das opções anteriores, perfazendo um todo consonante com o paradigma de investigação que esteve na base da postura dos seus autores.

REFERÊNCIAS

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life**. Pearson Education, 1979. 9780435821302.

COHEN, M.; MARCH, J.; OLSEN, J. A Garbage Can Model of Organization Choice. **Administrative Science Quarterly**, 17, p. 1-25, 03/01 1972.

HOPPER, T.; POWELL, A. Making Sense of Research into the Organizational and Social Aspects of Management Accounting: A Review of Its Underlying Assumptions [1]. **Journal of Management Studies**, 22, n. 5, p. 429-465, 1985.

LEVIN, S. A. The Garbage Can Model: A Study in (Non)Reproducible Research. **Nonlinear Dynamics Psychology and Life Sciences**, 25, n. 4, p. 455-465, Oct 2021.

MUCCIARONI, G. The Garbage Can Model And The Study Of Policy Making - A Critique. **Polity**, 24, n. 3, p. 459-482, Spr 1992.

WIESEL, F.; MODELL, S.; MOLL, J. Customer Orientation and Management Control in the Public Sector: A Garbage Can Analysis. **European Accounting Review**, 20, n. 3, p. 551-581, 2011.

CAPÍTULO 15

DISCURSOS PERCEPCIONES Y AGENDA DE REFORMA LABORAL-FLEXIBILIDAD ARGENTINOS. PROCESO INTERPRETATIVO Y CULTURA ORGANIZACIONAL 2018-2022

Data de submissão: 20/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Dra. Liliana Edith Ferrari¹

<https://orcid.org/0000-0002-4611-8923>

Prof. Lic. Andrea Karina Batista Teliz²

andreakbatistat@gmail.com

Lic. Esteban Córdoba³

cordobaesteban@yahoo.com.ar

Lic. Lautaro Cirami⁴

<https://orcid.org/0000-0003-3886-5221>

¹ Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires y Carrera de Relaciones del Trabajo en el Instituto de Ciencias Sociales y Administración en la Universidad Nacional Arturo Jauretche. Profesora e investigadora en el área de Psicología Social del Trabajo y de la Salud. Profesora en grado y posgrado, miembro del Comité de la Carrera de Especialización en UBA. Directora de Investigaciones Nacionales e Internacionales (CONICET).

² Licenciada y profesora en Psicología-Universidad de Buenos Aires. Docente de Psicología del Trabajo, postulante maestrando, investigadora en formación-Facultad de Psicología-Universidad de Buenos Aires.

³ Instituto de Investigaciones- Facultad de Psicología-Universidad de Buenos Aires; Instituto de Ciencias Sociales y Administración-Universidad Nacional Arturo Jauretche. Licenciado en Psicología-Universidad de Buenos Aires; Ingeniero Industrial-Universidad Tecnológica Nacional. Docente de Estadística, Metodología de la Investigación y Psicología del Trabajo-Universidad de Buenos Aires-Universidad Nacional Arturo Jauretche.

⁴ Licenciado en Psicología de la Universidad de Buenos Aires (UBA, Argentina). Maestrando en Psicología cognitiva (Universidad de Buenos Aires, Argentina). Docente e investigador de la Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires y de la Universidad del Salvador (Argentina) en las áreas de Neurociencias, Procesos Básicos y Psicología del Trabajo. Becario de investigación UBACyT en 2014 y 2017. Psicólogo clínico con orientación Cognitivo-Conductual.

RESUMEN: Este trabajo intenta situar el tratamiento de la reforma laboral en los medios gráficos. Se reflexiona sobre las formas en que un proceso de transformación de los regímenes legales del trabajo, que se denomina reforma laboral, aparece generalmente orientado a procesos desregulatorios, más que regulatorios, y requiere de una construcción de evidencia socio-discursiva para poder volverse verosímil. En los procesos de construcción de agenda con impacto social se ha reconocido la necesidad de ubicar no solo el tema o tópico central de una transformación estructural, sino también de producir la orientación interpretativa necesaria para que los principales significados sean orientadores para la población sobre cómo comprender un acontecimiento y también a sus protagonistas. Una de las cosas que ocurre con las reformas laborales es que, a diferencia de otros fenómenos como las migraciones o los delitos, no parece tener una estructuración en la que una mayoría pretenda significar con su carga específica de racismo el margen de maniobra de aquellas minorías. Nosotros proponemos que el mecanismo paralelo a un discurso que instale como valiosa una reforma, cuando ésta se pretende como la reducción de derechos de trabajadores, necesita para operar un procedimiento que erosione la propia tipificación de un grupo mayoritario como es el de trabajadores. El resultado es que la sociedad se desancla de sus propias condiciones de práctica social en el trabajo para comenzar a compartir los argumentos discursivos por los cuales son

los derechos vigentes condiciones que amenazan su empleabilidad. Por otra parte, como continuidad de este enfoque de trabajo, hemos sostenido en nuevas investigaciones que, las reformas laborales y principalmente sus efectos como la flexibilización del trabajador necesitan, además de la inserción mencionada, una impregnación en la cultura organizacional en donde se desarrollan prácticas de trabajo y relaciones reguladas.

PALABRAS CLAVE: Reforma laboral. Psicología del Trabajo. Trabajadores. Discurso.

DISCOURSE PERCEPTIONS AND LABOR REFORM AGENDA-FLEXIBILITY ARGENTINES. INTERPRETATIVE PROCESS AND ORGANIZATIONAL CULTURE 2018-2022

ABSTRACT: This work tries to place the treatment of the labor reform in the graphic media. It reflects on the ways in which a process of transformation of legal labor regimes, which is called labor reform, generally appears oriented towards deregulatory processes, rather than regulatory ones, and requires the construction of socio-discursive evidence in order to become plausible. In the processes of agenda construction with social impact, the need has been recognized to locate not only the central theme or topic of a structural transformation, but also to produce the necessary interpretative orientation so that the main meanings are guidelines for the population on how to understand an event and also its protagonists. One of the things that happens with the labor reforms is that, unlike other phenomena such as migration or crime, it does not seem to have a structure in which a majority intends to signify with its specific load of racism the room for maneuver of those minorities. We propose that the mechanism parallel to a discourse that installs a reform as valuable, when it is intended as the reduction of workers' rights, needs to operate a procedure that erodes the very typification of a majority group such as workers. The result is that society is disengaged from its own conditions of social practice at work to begin to share the discursive arguments for which the current rights are conditions that threaten their employability. On the other hand, as a continuation of this work approach, we have sustained in new research that labor reforms and mainly their effects such as the flexibility of the worker need, in addition to the aforementioned insertion, an impregnation in the organizational culture where developed practices at work and regulated relationships.

KEYWORDS: Labor reform. Work Psychology. Workers. Discourse.

1 INTRODUCCIÓN

El propósito de este trabajo es estudiar y profundizar la forma en la que se percibe y se efectiviza la reforma laboral, la flexibilización y las asunciones de las culturas organizacionales. Herramientas tales como instalación de agenda, desarrollo de repertorios y narrativas, adjetivación de los protagonistas y reificación de procesos sociales son algunos de los procedimientos que la semiótica, la gramática y la sintaxis nos proveen para mejorar nuestros análisis acerca de la construcción de la realidad social. La psicología, a su vez, nos proporciona la herramienta teórica de los dispositivos de comprensión colectiva puestos en marcha a partir de distorsiones cognitivas, sesgos culturales y formas de identificación- desidentificación en torno a los hechos construidos.

1.1 IDENTIFICACIÓN DE LOS REPERTORIOS INTERPRETATIVOS:

“Los repertorios se pueden considerar como los elementos esenciales que los hablantes utilizan para construir versiones de las acciones, los procesos cognitivos y otros fenómenos. Cualquier repertorio interpretativo determinado está constituido por una restringida gama de términos usados de una manera estilística y gramatical específica. Normalmente estos términos derivan de una o más metáforas claves, y la presencia de un repertorio a menudo está señalada por ciertos tropos o figuras del discurso” (Potter & Wetherell, 1996)

Los repertorios interpretativos suponen la variabilidad de la fuente discursiva, como desarrollaremos más adelante esta variabilidad se soporta en la imposibilidad de que el discurso sea, aun cuando provenga de la misma fuente, unitario, coherente o consistente. A modo de puesta en tema de estos repertorios interpretativos, nos centraremos en las fuentes gráficas de muy alta circulación dentro de Argentina, la que podemos enmarcar como prensa “nacional”.

Así en el caso del diario Clarín la Reforma Laboral se configura como un dato de la memoria social que remite al recuerdo de los '90 que es necesario aventar, es decir, despojar de cualquier relación interpretativa de las dificultades que esa reforma introdujo. Del otro extremo la reforma es invocada como el modo de adaptación al mundo. Nos obstante, esta adaptación aparece como un proceso que se llevará a cabo sin desprenderse de las conquistas gremiales. Así la estrategia de este medio gráfico, es moderar su carga a la dirigencia gremial abriendo un espacio de reconocimiento a su producción de conquistas.

1.2 REPERTORIOS INTERPRETATIVOS DETECTADOS EN LOS MEDIOS GRÁFICOS SOBRE LA REFORMA LABORAL

El modo de inclusión en el mundo: aquí la tipificación responde a los discursos que fundamentan la profundización de flexibilización laboral como la llave de acceso a un sistema global. La variable salarial y los derechos laborales son la condición a resignar para esta inclusión económico-productiva. El discurso omite cualquier consideración sobre las competencias laborales preferidas, los sistemas de calificación proyectados y el planeamiento de estrategias de productividad.

La conducción sindical: aquí se contemplan los discursos que consideran los liderazgos sindicales como deteriorados, poco representativos, deficientes, inefectivos dados a la connivencia, cercanos a los sistemas mafiosos. El segundo repertorio ataca así la relación de representatividad, por una parte, y también la actuación de las agremiaciones en situaciones de alta conflictividad como la que se recorta en el espacio temporal del 2018-2019. En un sentido psicosocial, pretenden producir desidentificación entre trabajadores, trabajo y asociación gremial.

1.3 ANÁLISIS INFORMACIONAL DE LOS MEDIOS GRÁFICOS

En el cuadro que se presenta a continuación se analizan noticias de diferentes prensas digitalizadas que se difundieron durante la primera semana del año 2018, el mismo ilustra una pequeña proporción de un análisis de mayor magnitud que abarca los momentos más decisivos del proceso de Reforma Laboral argentina que finalmente no tuvo eco en el Poder Legislativo y que contiene aproximadamente más de mil noticias sistematizadas y analizadas. A posteriori, se muestran los análisis discursivos de núcleos temáticos de algunas de ellas.

Figura 1.

FECHA	DIARIO	SECCIÓN	TÍTULO DE LA NOTICIA
09-01-18	CLARIN	PORTADA	Sin apoyo en la CGT ni en el PJ, Macri frena el proyecto de reformas laborales
09-01-18	CLARIN	POLÍTICA	Incidentes en el Congreso: se entregó un militante del PO acusado de agredir a un policía
09-01-18	POPULAR	POLÍTICA	Reforma laboral: gobierno sale a aventar fantasmas
09-01-18	EL CRONISTA	ECO/POLITICA	Moyano se mostró con Triaca y aseguró: "No todos los sindicalistas son malos"
09-01-18	LA NACIÓN	POLÍTICA	Sin las garantías del PJ y de la CGT, el Gobierno posterga la reforma laboral para marzo
10-01-18	PÁGINA12	EL PAÍS	Un freno a las reformas previsional y laboral
10-01-18	LA VOZ	OPINIÓN	Moyano tiene la llave para aprobar la reforma
11-01-18	PERFIL	POLÍTICA	Podrían fracasar las sesiones extraordinarias convocadas para febrero

Autoría: Dra. Ferrari Liliana et al (2018)

1.4 ANÁLISIS DISCURSIVO

DIARIO CLARÍN: (PORTADA) 09/01/2018

"Sin apoyo de la CGT ni en el PJ, Macri frena el proyecto de reformas laborales"

El gobierno decidió enfriar la iniciativa para promover algunos cambios en las relaciones entre las empresas y los gremios. Es a raíz de la falta de consenso tanto en la CGT como en el Peronismo, hoy sin liderazgos claros (...) Pero Macri ordenó postergar el envío hasta que haya un escenario político más favorable. No quiere que se repitan hechos de violencia como los de fin de diciembre".

Análisis:

- *Caracterización de la reforma laboral:* cambios entre las empresas y los gremios. La reforma no tiene consenso del PJ y los gremios.
- *Caracterización de los gremios y el PJ:* sin liderazgo evidente.
- *¿Qué interrumpe el debate?:* la posible repetición de eventos de violencia.

DIARIO POPULAR: (SECCIÓN POLÍTICA) 09-01-2018

“Reforma laboral: gobierno sale a aventar fantasmas”

Al insistir en ratificar que impulsarán la reforma laboral en febrero, el gobierno aseguró que “respetará las conquistas” del movimiento obrero. Aclaran que Argentina se debe adaptar al mundo.

Análisis:

- *¿Cómo aparece la reforma laboral?:* como un evento que despierta fantasmas. Lo que permitiría a Argentina adaptarse al mundo.
- *Caracterización del movimiento obrero:* el realizador de conquistas, pero también el que puede impedir que Argentina se adapte al mundo.

DIARIO EL CRONISTA: 09-01-2018

Moyano se mostró con Triaca y aseguró: “No todos los sindicalistas son malos”.

En medio de las tensiones entre Gobierno y sindicatos, el gremialista inauguró la restauración de un sanatorio con la presencia del Ministro de Trabajo.

Análisis:

- *Caracterización del sindicalismo:* “-algunos sindicalistas son buenos”-, dice un sindicalista. Algunos producen obras como el caso de la restauración de un sanatorio.

DIARIO LA NACIÓN: (SECCIÓN POLÍTICA) 09-01-2018

Sin las garantías del PJ y de la CGT, el Gobierno posterga la reforma laboral para marzo. La Casa Rosada busca evitar un desgaste como el que afrontó con la sanción de la ley previsional y pasará el debate para las sesiones ordinarias; dura advertencia a los sindicalistas por el cambio de postura.

Análisis:

- *Caracterización de la reforma laboral:* La que podría producir un duro desgaste en el gobierno y además provoca advertencias a los sindicalistas. La noticia aparece en la sección de política del medio. Marca el cambio de actitud de los gremios sin mencionar lo que ocasionó esta transformación y señala las consecuencias de este cambio que ya no admitirá la conformación y conformidad con la reforma.

DIARIO PÁGINA 12: (SECCIÓN EL PAÍS) 10-01-2018

Un freno a las reformas previsional y laboral. El PJ se sumó a la campaña de un millón de firmas.

Análisis:

- *Los antagonistas de la reforma laboral:* El partido justicialista y un millón de firmantes de la sociedad civil. Aquí la reforma tiene como obstáculo la sociedad civil a partir de un movimiento de firmas al que, secundariamente se suma el partido justicialista.

DIARIO LA VOZ: (SECCIÓN OPINIÓN) 10-01-2018

Moyano tiene la llave para aprobar la reforma. Para el Gobierno, los Moyano fueron los que hicieron caer la reforma laboral que quería sacar en febrero.

Análisis:

- *¿Quién impide la reforma?:* el gremialismo, en particular, los Moyano. Aquí el eje de la obstaculización de la reforma está puesto en cabeza de un conjunto de representantes sindicales unidos por lazos familiares. Ya no es la sociedad civil como en el caso anterior, sino que se identifica y construye al adversario desde el partido político responsable del Ejecutivo.
- El gobierno aparece responsabilizándolos de incumplimiento de “promesa”.

DIARIO PERFIL: (SECCIÓN POLÍTICA) 11-01-2018

Podrían fracasar las sesiones extraordinarias convocadas para febrero. El oficialismo no contaría con el apoyo necesario para aprobar la reforma laboral y electoral, y la de la ley orgánica del Ministerio Público.

Análisis:

- *¿Qué es la reforma laboral?:* Impulsada por el gobierno, de no ser apoyada se convertirá en un fracaso. Se trata del prelude a la puesta en espera dentro del efecto agenda, la falta de apoyos es, en este caso, el factor causante.

La puesta en stand by de la reforma laboral argentina reaparece en el 2021-2022 en los preludios del acuerdo con el Fondo Monetario Internacional (FMI). En nuestro trabajo de investigación, entre los años 2019 y 2022, mientras tanto, nosotros desarrollamos una exploración profunda sobre contexto y práctica laborales y transformaciones en la cultura organizacional comparando las etapas precovid y covid, dentro del Proyecto UBACYT: “Hacia un Modelo Contextual Explicativo de los Riesgos Psicosociales y el Acoso Laboral: Transformaciones de la Cultura Organizacional y del Contrato Psicológico en Contextos de Reforma”, (Ferrari et al, vigente). Seguimos de esta forma un complejo mapa de transformaciones, tanto reactivas como buscadas, instalándose las primeras en el contexto covid y las segundas en los cambios a nivel de organización del trabajo, flexibilizaciones y precariedad laboral, nuevos contratos psicológicos y salud laboral.

En este nuevo período, con un horizonte de ajustes potenciales al sistema laboral, consideramos interesante presentar la forma en que las culturas organizacionales reflejan procesos de flexibilización, básicamente soportados en la figura del trabajador y sus prácticas, lejanos a mejorar o a poner en debate sus competencias y su salud laboral, sostenidos desde organizaciones cuyas prácticas no han pasado por el proceso de flexibilización que aplican.

Siguiendo los aportes de Fernández Ríos et al (2009), la flexibilidad en las organizaciones, en relación al diseño de trabajo de las mismas, es entendida como algo que “no está sujeto a normas o dogmas, sino que es susceptible a variaciones, cambios, según las circunstancias y la necesidad”. Tal como ellos señalan, ninguna organización sobreviviría sin la flexibilidad necesaria. Ahora bien, nosotros entendemos que la flexibilidad se aplica a los procesos tales como el sistema de producción, la organización del trabajo, la comunicación, de tomas de decisiones, las compensaciones, distribución, dirección, autoridad y poder. Y en cuanto a las personas y grupos, la flexibilización como dinámica se relaciona con el aprendizaje, la adquisición de competencias, el aprovechamiento de los talentos y el fortalecimiento de los trabajadores en su salud, integridad e integración. En suma, la flexibilidad, así descrita es una flexibilidad funcional a valores, normas y prácticas que definen la cultura organizacional y la experiencia del contrato psicológico en las mismas.

2 OBJETIVOS

- ✓ Analizar la dimensión informacional del discurso gráfico relativo a la reforma laboral.
- ✓ Interpretar los recursos semióticos, sintácticos y semánticos de los distintos medios gráficos en la construcción de la reforma laboral como acontecimiento.
- ✓ Explorar cómo los trabajadores experimentan las culturas y prácticas de su organización, así como su congruencia o distancia con sus expectativas en este sentido.
- ✓ Comparar las consecuencias de la congruencia o incongruencia entre cultura vivida y requerida.

3 METODOLOGÍA

En este trabajo se combinan los resultados de dos investigaciones continuas en la indagación de las reformas laborales y su vínculo con los actores del mundo del trabajo: trabajadores, asociaciones gremiales, organizaciones, entre otros.

En la primera investigación se han expuesto las exploraciones cualitativas en medios gráficos a través de la metodología de análisis del discurso 2018-2019

En la segunda parte, exponemos, como parte de un estudio cuanti-cualitativo de naturaleza descriptiva e inferencial, y de carácter longitudinal, una exploración sobre cultura organizacional y su relación con las percepciones y aspiraciones de los trabajadores. 2019-2022

3.1 PARTICIPANTES

En el proyecto de investigación UBACYT mencionado (Ferrari et al, vigente), se trabajó con una muestra dentro del radio de CABA y conurbano bonaerense (Argentina) de 2436 trabajadores, realizada entre los años 2019-2021. En la misma nos enfocamos en las reformas y transformaciones del mundo del trabajo sumando el escenario pre-covid y covid.

Tabla 1. Datos sociodemográficos de la muestra.

Variable	PRE-PANDEMIA		PANDEMIA	
	N	%	N	%
<i>Género</i>	1435	100%	938	100%
Femenino	675	47,04%	539	57,46%
Masculino	778	54,22%	441	47,01%
<i>Según el sector</i>	1456	100%	980	100%
Sector público	933	64,08%	270	27,55%
Sector privado	523	35,92%	710	72,45%
<i>Participantes con/sin hijos</i>	1456	100%	978	100%
Con hijos	831	57,07%	470	48,06%
Sin hijos	625	42,93%	508	51,94%
<i>Nivel Educativo</i>	1456	100%	980	100%
Primario completo	163	11,20%	96	9,80%
Secundario Completo	972	66,76%	624	63,67%
Terciario/Universitario completo	321	22,05%	260	26,53%
<i>Participación según convivencia</i>	1456	100%	980	100%
Solo	181	12,43%	151	15,41%
Casado o en pareja	224	15,38%	170	17,35%
Casado o en pareja e hijos	440	30,22%	320	32,65%
Con hijos	112	7,69%	76	7,76%
Con otros familiares	487	33,45%	260	26,53%
Amigos o terceras personas	12	0,82%	3	0,31%

Variable	PRE-PANDEMIA		PANDEMIA	
	N	%	N	%
<i>Participantes por número de integrantes en lugar de trabajo</i>	1456	100%	983	100%
Hasta 10 trabajadores	342	23,49%	246	25,03%
De 11 a 49 trabajadores	365	25,07%	235	23,91%
De 50 a 299 trabajadores	342	23,49%	198	20,14%
300 o más trabajadores	407	27,95%	301	30,62%
<i>Participantes según el puesto</i>	1456	100%	980	100%
Administrativo	391	26,85%	273	27,86%
Operativo	514	35,30%	343	35,00%
Profesional o técnico especializado	256	17,58%	173	17,65%
Docente o investigador	97	6,66%	61	6,22%
Coordinación	174	11,95%	100	10,20%
Directivo	24	1,65%	30	3,06%

Nota: Ferrari et al. (2022)

3.2 INSTRUMENTO

Organizational Culture Assessment (OCAI) (Sepúlveda, 2004):

Se utilizó el cuestionario OCAI desarrollado por Sepúlveda (2004), el cual fue adaptado y validado en población argentina en el transcurso de la investigación desarrollada por Ferrari et al. (2020) en el año 2021. Este cuestionario se apoyó en el modelo Competing Values Framework (CVF). Los resultados de este cuestionario permiten conocer el estado actual de la cultura organizacional dominante e identificar la cultura organizacional dominante que los miembros de la organización piensan de cómo debería ser para afrontar con éxito el futuro. El instrumento OCAI, consiste en un cuestionario de seis preguntas tipo, con cuatro sub alternativas. En este caso se trata de cuatro tipos de cultura dominante. Frente a cada cultura se encuentran a su vez dos aspectos a evaluar: Cultura Actual y Cultura aspiracional. Las dimensiones evaluadas son: Características Dominantes, Liderazgo Organizacional, Administración del Recurso Humano, Unión de la Organización, Énfasis Estratégicos y Criterio de Éxito. A partir de este instrumento, se pueden identificar las siguientes culturas organizacionales (Sepúlveda, 2004): Cultura de Clan, Cultura Ad-Hoc, Cultura Jerarquizada y Cultura de Mercado.

4 RESULTADOS

¿Cómo viven las culturas organizacionales los trabajadores y hasta qué punto coinciden con sus necesidades y aspiraciones?

Tabla 2. Comparación de mayor porcentaje en Culturas Actuales y Culturas Preferidas según el sector.

	Culturas Actuales		Culturas Preferidas	
	Público	Privado	Público	Privado
Características Dominantes	Mercado	Mercado	Clan	Clan
Liderazgo Organizacional	Mercado	Mercado	Clan	Clan
Administración del Recurso Humano	Mercado	Clan y Mercado	Clan	Clan
Unión de la Organización	Clan y Jerarquizada	Jerarquizada	Clan	Clan
Énfasis Estratégico	Clan y Jerarquizada	Jerarquizada	Clan	Clan
Criterio de Éxito	Ad Hoc y Mercado	Clan y Jerarquizada	Clan	Clan

Nota: Ferrari et al. (2022)

En cuanto a los resultados respecto de las culturas organizacionales, se realizó un análisis general y otro de cada dimensión evaluada. En cuanto al primer análisis general, las culturas actuales percibidas con mayor frecuencia son la Cultura de Mercado (32%) y la Cultura Jerarquizada (31%). Luego, aparece con una frecuencia más baja la Cultura de Clan (20%) y, con una frecuencia más baja aún la Cultura Ad Hoc (16%). En cuanto a las culturas aspiracionales preferidas por los trabajadores evaluados, la cultura de Clan es la que presenta mayor frecuencia (48%), seguido de la Cultura Ad Hoc (20%), la Cultura Jerarquizada (19%) y finalmente la Cultura de Mercado (13%).

Al analizar en detalle cada dimensión evaluada, en *Características Dominantes* la cultura actual percibida más frecuente es la de Mercado (40%), seguida de la jerarquizada (27%), la de Clan (18%) y la Ad Hoc (15%). Mientras que la cultura aspiracional más frecuente es la de Clan (44%), seguido de la Ad Hoc (30%), la Jerarquizada (15%) y la de Mercado (11%). En lo que respecta al Liderazgo Organizacional la cultura actual percibida se hallaron frecuencias similares: la de Mercado (42%), seguida de la jerarquizada (29%), la de Clan (17%) y la Ad Hoc (12%). Mientras que la cultura aspiracional más frecuente es la de Clan (46%), seguida de la Jerarquizada (22%), la Ad Hoc (20%), y la de mercado (12%).

El aspecto referido a la Administración del Recurso Humano, presenta como la cultura actual más presente a la de Mercado (32%), seguida de la de Clan (28%), la Ad Hoc (22%), la Jerarquizada (19%). Mientras que la cultura preferida más frecuente es nuevamente la de Clan (52%), seguida de la Jerarquizada (29%), la Ad Hoc (10%) y la de Mercado (8%).

Respecto de la Unión de la Organización, la cultura percibida más frecuente es la Jerarquizada (40%), seguida de la de Mercado (29%), la de Clan (20%) y por último la Ad Hoc (11%). Por otro lado, la cultura aspiracional más frecuente sigue siendo la de Clan (46%), seguida de la Ad Hoc (20%), la de Mercado (19%) y finalmente la Jerarquizada (14%).

En cuanto al *Énfasis Estratégico*, la cultura actual más percibida es la Jerarquizada (40%), seguida de la de Mercado (26%), la Ad Hoc (18%) y la de Clan (15%). Finalmente, la cultura aspiracional preferida con más frecuencia es la de Clan (41%), seguida de la Ad Hoc (23%), la Jerarquizada (23%) y la de Mercado (13%). Por último, la dimensión de *Criterio de Éxito* presenta con mayor frecuencia la cultura actual Jerarquizada (34%), seguida de la de mercado (25%), la de Clan (24%) y la Ad Hoc (17%). Mientras que la cultura aspiracional más frecuente sigue siendo la de Clan (58%), seguida de la Jerarquizada (17%), la Ad Hoc (14%) y la de Mercado (12%).

Al comparar las culturas actuales con mayor frecuencia porcentual según el tipo de organización, no aparecen mayores diferencias al respecto. Particularmente, en lo que respecta a las culturas aspiracionales, en todas las dimensiones tanto para públicas como para privadas, se presenta la cultura de Clan. Como observación y en el marco de discusiones posibles acerca del alcance de estos resultados y las necesidades que reflejan, queremos hacer notar la distancia que hay entre las expectativas de quienes se desempeñan en organizaciones y los modelos comportamentales instituidos por ellas. Resumidamente, la concepción de Clan como asunción cultural significativa supone la experiencia de un entorno de trabajo de fuerte apoyo social, seguro y orientador de los comportamientos, donde el error puede ser fuente de aprendizaje y donde la cooperación prevalece por sobre las necesidades de coordinación. La falta de frecuencia de este tipo de forma cultural es compatible con los resultados hallados en los factores deficitarios del contrato psicológico tales como la confianza y la percepción de justicia.

La cultura Ad Hoc, caracterizada por su puesta al servicio de la creatividad y la transformación es también otra forma deficitaria, según la percepción de los trabajadores, en los espacios actuales de las organizaciones. Las organizaciones se orientan a que prevalezcan los principios del status o la orientación a aquello que se establece como necesidades del cliente, pero la creatividad no parece ser una condición necesaria o requerida para quienes trabajan en un entorno laboral pendiente de la jerarquía o del mandato del consumidor. Estos últimos aspectos impactarán fuertemente en riesgos tales como exigencias psicológicas, autonomía, apoyo social o calidad del liderazgo.

Finalmente cabe reflexionar en torno a qué modalidad de flexibilización será puesta en agenda en los años que siguen sabiendo que toda transformación que se

soporte en los trabajadores y no en los procesos y en los valores afectará particularmente la calidad de trabajo y la salud laboral de los mismos. Básicamente también, abrirá una brecha mayor y de mayor impacto entre trabajadores altamente calificados y otros. ¿Será esto materia de agenda en algunos de los espacios públicos donde se define?

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fernández Ríos, M; Bargsted, M & Fernández García-Agudo, D (2009). "Flexibilidad organizacional, diseño y eficacia".

Ferrari, L. & Filippi, G.: Proyecto UBACyT N° 200201301 00419BA: "Hacia un modelo comprensivo de las condiciones de emergencia y de las consecuencias psicosociales del acoso y la violencia en el trabajo. Insumos para intervenciones preventivas y resolutivas orientadas a la salud del trabajador", Instituto de Investigaciones de la Facultad de Psicología – UBA. Periodo 2014-2018.

Ferrari, L. & Filippi, G.: Proyecto UBACyT N° 20020170100760BA "Hacia un modelo contextual explicativo de los riesgos psicosociales y el acoso laboral: Transformaciones de la cultura organizacional y del contrato psicológico en contextos de reforma", Instituto de Investigaciones de la Facultad de Psicología – UBA. Periodo 2018- vigente.

Potter, J. y Wetherell, M. (1996). *El Análisis del Discurso y la identificación de los Repertorios Interpretativos*. En Gordo, A.J. y Linaza, J.L. Psicologías, Discursos y Poder (PDP). España: Visor.

CAPÍTULO 16

INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR¹

Data de submissão: 11/02/2022

Data de aceite: 04/03/2022

Maria Dulce da Costa Matos e Coelho

Instituto Politécnico de Setúbal

Centro de Investigação

Ciências Empresariais

Setúbal – Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-6707-0201>

RESUMO: Este trabalho aborda o tema da Responsabilidade Social e respetiva incorporação na tomada de decisão a nível estratégico. Com base na análise de uma Instituição de Ensino Superior, identificámos algumas dimensões de análise que revelam a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte da organização, bem como o seu impacto no meio envolvente. Tomando como unidade de análise o Instituto Politécnico de Setúbal, fizemos um levantamento documental sobre a vertente de comunicação e marketing socialmente responsáveis. Analisando as declarações de missão, concluímos que existem vários elementos explícitos de Responsabilidade Social, que vão além das questões implícitas de desenvolvimento social. O tema da

¹ Trabalho publicado no livro de atas das XXX Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica. Cooperação Transfronteira: desenvolvimento e coesão territorial.

Responsabilidade Social é destacado nos sites institucionais, abrangendo quatro grandes dimensões da Responsabilidade Social. Finalmente, observámos que existem Unidades Curriculares que abordam a responsabilidade social e ética e que integram os planos de estudos das Licenciaturas, Mestrados e Cursos Técnicos Superiores Profissionais nesta instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social. Estratégia. Marketing. Instituições de Ensino Superior.

INCORPORATION OF SOCIAL RESPONSIBILITY IN STRATEGIC DECISION MAKING IN A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

ABSTRACT: This paper addresses the theme of Social Responsibility and its incorporation in decision making at the strategic level. Based on the analysis of a higher education institution, we identified some dimensions of analysis that reveal the voluntary integration of social and environmental concerns by the organization, as well as their impact on the environment. Taking the Polytechnic Institute of Setúbal as the unit of analysis, we conducted a documentary survey on the socially responsible communication and marketing. Looking at mission statements, we conclude that there are several explicit elements of Social Responsibility, which goes beyond the social development issues implicit in all statements. The theme of Social Responsibility is highlighted on the institutional

Websites of both the Polytechnic Institute and its Organic Units, covering four major dimensions of Social Responsibility. Finally, we observed that there are Curricular Units that address the contents of social responsibility and ethics, which integrate the study plans of First Cycle Degrees, Masters and CTeSP in this institution.

KEYWORDS: Social Responsibility. Strategy. Marketing. Higher Education Institutions.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da constatação de que o tema da Responsabilidade Social assume uma importância crescente nas organizações e deve ser incorporado na tomada de decisão a nível estratégico.

Começámos por fazer uma revisão da literatura para os temas da responsabilidade social, tomada de decisão e estratégia, em geral, investigando posteriormente as referidas questões no âmbito das Instituições de Ensino Superior. Neste campo, foram identificadas várias dimensões de análise, tanto no que se refere à integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte da organização, como no que concerne ao impacto no meio envolvente. Seguidamente, foi caracterizada uma Instituição de Ensino Superior Público, o Instituto Politécnico de Setúbal, e foi descrita a forma como foi efetuada a recolha de dados, que se concentrou na vertente de comunicação e marketing socialmente responsáveis. Em seguida, apresenta-se o resumo dos dados recolhidos e, por fim, são apresentadas as conclusões e recomendações.

O presente trabalho, assente em levantamento documental através da análise dos *sites* Web e de informação pública, constitui um estudo de caso único, sendo que o principal objetivo, seguindo a conceptualização de Stake (2012) não é a generalização, mas sim a compreensão do caso em questão.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Um dos domínios que tem merecido uma atenção crescente no que diz respeito ao estudo da estratégia das organizações é a incorporação na tomada de decisão de questões direta ou indiretamente relacionadas com a sustentabilidade e com a Responsabilidade Social das Organizações (RSO).

Tradicionalmente, considerava-se prioritário fazer uma análise estratégica externa mais abrangente com base nos fatores relacionados com a envolvente económica, sociocultural, político-legal e tecnológica e, a nível do setor de atividade, centrada na análise da atratividade e estrutura da indústria, seguida de uma análise interna tendo como moldura as áreas funcionais, não relevando ou até deixando de parte questões relacionadas com a sustentabilidade e a RSO.

Mais recentemente, diversos estudos vieram chamar a atenção para o papel da RSO nas decisões estratégicas. Lahtinen, Kuusela e Yrjola (2018) demonstram como as questões da sustentabilidade podem inspirar novas iniciativas estratégicas e proporcionar mudança, com base na reformulação de papéis. Deste modo, a RSO, mais do que um elemento adicional que deve ser integrado na atual estratégia da organização, é vista como uma força transformadora que leva a mudança estratégica, com impacto no negócio, nas pessoas e no planeta, normalmente identificado como *triple bottom line* (Elkington, 1997).

O Livro Verde da Comissão Europeia (2001) veio definir a responsabilidade social como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas”. Em 2011, a Comissão Europeia lança um novo olhar sobre esta temática, enfatizando a responsabilidade social das empresas pelo impacto que tem na sociedade. Em março de 2019, a Comissão publicou um documento de trabalho que revela uma perspectiva geral do progresso da Comissão e do Serviço Europeu para a Ação Externa (*European External Action Service*) na implementação da Responsabilidade Social Empresarial ou RBC (*Responsible Business Conduct*) e dos direitos comerciais e humanos. Refira-se que já em 1979, Carroll defendia que a organização deve ir além das suas responsabilidades básicas (legais e económicas), contemplando igualmente responsabilidades sociais (éticas e discricionárias), as quais devem ser vistas como oportunidades e como um imperativo estratégico.

Importa, igualmente, clarificar o que entendemos por estratégia. De um modo geral, podemos agrupar as definições de estratégia em três grandes *clusters*, tal como identificados por Chaffee (1985). Temos, deste modo, as definições associadas ao planeamento, nas quais a estratégia pode ser entendida como a determinação dos principais objetivos de longo prazo, a adoção das respetivas trajetórias e alocação de recursos para o seu alcance (Chandler, 1962, cit. in Chaffee, 1985), as definições ligadas a fenómenos adaptativos, nas quais é valorizada uma adequação entre as oportunidades e riscos do ambiente externo e as capacidades e recursos da organização (Hofer, 1973, cit. in Chaffee, 1985) e, finalmente, as definições maioritariamente interpretativas como metáforas construídas com o propósito de orientar as atitudes individuais dos membros organizacionais (Pettigrew, 1977, cit. in Chaffee, 1985).

Mintzberg (1987) analisa também o conceito de estratégia e afirma que esta pode ser associada a um plano (curso de ação conscientemente pretendido ou diretrizes para lidar com uma situação), a um padrão num conjunto de ações (por esta definição, a estratégia é consistência no comportamento, quer seja ou não pretendido),

ao posicionamento (modo de localizar uma organização no seu ambiente, tornando-se a estratégia na força mediadora entre o contexto interno e externo), à perspectiva (definição centrada no cérebro do estratega coletivo, no modo de perceber o mundo, que está impregnado na organização) e mesmo a estratégias específicas com o propósito de iludir oponentes ou concorrentes.

A tomada de decisão estratégica, a par do desenvolvimento de produto e de parcerias, é um dos processos organizacionais mencionados por Eisenhardt e Martin (2000) ao clarificarem o conceito de capacidades dinâmicas, pois estes processos criam valor para as organizações, na medida em que os decisores fazem uso do seu conhecimento para fazer opções que moldam a estratégia da organização. Assim sendo, não é de estranhar que a sua definição de capacidades dinâmicas assente nos processos organizacionais que fazem uso de recursos – processos para integrar, reconfigurar, adquirir e libertar recursos – para se adequar e até criar mudanças no mercado (Eisenhardt e Martin, 2000, p. 1107). Esta definição surge na sequência do trabalho de Teece, Pisano, and Shuen (1997, p. 516) que definem capacidades dinâmicas como as capacidades da empresa para integrar, criar e reconfigurar competências internas e externas para responder a ambientes em rápida mudança.

Refira-se que o paradigma das capacidades dinâmicas surge após outras perspectivas que sobrevalorizavam o papel dos fatores associados à indústria, em detrimento dos fatores organizacionais. De acordo com Teece, Pisano e Shuen (1997), o primeiro paradigma que foi dominante na gestão estratégica durante os anos 1980 foi a abordagem das forças competitivas (Porter, 1980, cit. in Teece, Pisano e Shuen, 1997), seguido da abordagem do conflito estratégico (Shapiro, 1989, cit. in Teece, Pisano e Shuen, 1997) em que, fazendo uso das ferramentas da teoria de jogos, se considerava que a empresa pode influenciar as ações dos concorrentes e assim manipular o mercado. Já o terceiro paradigma assenta na RBV (*resource-based view*), segundo a qual os principais determinantes do desempenho da empresa são as suas capacidades e ativos únicos, combinados com a existência de mecanismos de isolamento. As capacidades dinâmicas são os alicerces do quarto paradigma identificado pelos mencionados autores, sendo de salientar que as capacidades podem ser comparadas às rotinas organizacionais de Nelson e Winter (1982), no sentido em que são padrões regulares e previsíveis de atividades. A organização pode, deste modo, ser vista como uma rede imensa de rotinas, que inclui as da gestão de topo, nas quais a formulação estratégica está incorporada (Grant, 1991).

No presente trabalho pretendemos, numa perspectiva estratégica, abordar a incorporação na tomada de decisão de questões relacionadas com a sustentabilidade e

com a RSO nas Instituições de Ensino Superior (IES), razão pela qual há que delimitar as dimensões em estudo neste âmbito. O Livro Verde do ORSIES (2018) enumera quatro grandes dimensões da RS nas IES: *campus* socialmente responsável; formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com *alumni*; gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento; e participação social por parte das IES na vida das comunidades.

A dimensão relativa ao *campus* socialmente responsável, para além de abordar as infraestruturas e características físicas do espaço, valoriza sobretudo o envolvimento da comunidade académica e integra as preocupações de RS de forma transversal na sua atuação (ORSIES, 2018, p. 15).

Alicerçada no impacto educativo, porventura o principal impacto das IES, a dimensão da formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com *alumni* contempla, entre outros, a formação de cidadãos socialmente responsáveis, com pensamento crítico e autónomo, para que estes construam um sentido sobre os saberes e competências e possam questionar e fazer uma reflexão crítica sobre a realidade. Implica ainda questões relacionadas com a empregabilidade e aprendizagem ao longo da vida, promoção do sucesso educativo e combate ao abandono, projetos sociais e voluntariado solidário, promoção da mobilidade e da colaboração, e promoção do relacionamento com os *alumni* (ORSIES, 2018, p. 17-19).

No que se refere à gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento, defende-se o desenvolvimento de uma política de Ciência Aberta, a investigação colaborativa, assim como a promoção de investigação orientada pelos objetivos de desenvolvimento sustentável (ORSIES, 2018, p. 19-20).

Relativamente à participação social por parte das IES na vida das comunidades, pretende-se que as suas atividades e *know-how* sejam colocadas ao serviço dos processos de desenvolvimento sustentável, através da prestação de serviços à comunidade que contribuam para a resolução de problemas sociais concretos bem como para a promoção do trabalho colaborativo e criação de capital social na comunidade (ORSIES, 2018, p. 20).

A respeito das dimensões da Responsabilidade Social, refira-se ainda que em janeiro de 2019, a Comissão Europeia referia no seu *Reflection Paper* intitulado “Towards a sustainable Europe by 2030:

“Businesses have a vital role to play in the sustainability transition. Over the last decades, both on a voluntary basis and spurred on by public authorities, an ever-growing number of companies have made environmental and social responsibility a core part of their corporate missions” .

3 METODOLOGIA

Com base no enquadramento teórico apresentado, o objetivo do presente estudo é abordar a Responsabilidade Social numa IES (o Instituto Politécnico de Setúbal e suas Unidades Orgânicas), fazendo uma breve análise da vertente de comunicação e marketing socialmente responsáveis, a qual assenta na preocupação de que toda a comunicação seja socialmente responsável, tanto em termos dos conteúdos como dos meios, a inclusão do tema responsabilidade social nos *sites* institucionais das IES, a inclusão de conteúdos de responsabilidade social e ética nos programas académicos e a explicitação de questões de responsabilidade social e ambiental nas declarações de missão. Não se pretende realizar um estudo exaustivo da RSO mas tão só abordar algumas das suas vertentes.

No que se refere à metodologia, será feito um levantamento documental, através da análise dos *sites* Web e de informação pública sobre os aspetos em estudo, configurando um estudo de caso. Refira-se a este respeito que, segundo Yin (2005), o estudo de caso é uma investigação empírica que estuda um fenómeno contemporâneo no seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o respetivo contexto não estão claramente definidos. Tratando-se de uma análise em profundidade, que enfatiza o acontecimento único, não se procura uma representatividade estatística, mas sim uma representatividade social (Guerra, 2006).

Ao contrário do que acontece nos métodos quantitativos, que partem muitas vezes de uma teoria e de uma explicação e/ou validação relativamente ao objeto de estudo, nos métodos qualitativos há um enfoque na compreensão do fenómeno em estudo (Stake, 2012). De qualquer forma, partimos da premissa enunciada por Creswell (2003) de que uma abordagem não será totalmente quantitativa ou qualitativa e que devemos apenas refletir onde se situam as práticas de investigação num *continuum* entre as duas.

No estudo de caso proceder-se-á à caracterização da IES em análise e à descrição da recolha de dados efetuada, tal como detalhado em seguida.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

O IPS é uma instituição pública de ensino superior, tendo surgido em 1979, no âmbito da criação em Portugal da nova rede de ensino superior politécnica. Atualmente existem no país cerca de 118 IES (públicas e privadas), sendo que o sistema de ensino superior público (constituído por 14 Universidades e 15 Institutos Politécnicos) integra cerca de 300.000 estudantes e as instituições privadas cerca de 60.000 estudantes (CCISP, 2019).

Inicialmente, o IPS integrava as duas Escolas localizadas em Setúbal: a Escola Superior de Tecnologia (ESTS) e a Escola Superior de Educação (ESE). Atualmente, o IPS engloba, para além destas, a Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE), criada em 1994, a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (ESTB), criada em 1999 e a Escola Superior de Saúde (ESS), criada em 2000. As atividades das cinco Escolas Superiores são coordenadas pelos Serviços Centrais. Existe ainda uma sexta unidade organizacional, orientada para o apoio aos estudantes, os Serviços de Ação Social (SAS), responsável pelo alojamento, alimentação, apoio psicológico e atividades desportivas e recreativas.

O IPS tem um forte impacto económico na região onde se insere, tal como consta do Estudo de 2019, “O impacto económico dos Institutos Superiores Politécnicos em Portugal”. Segundo dados deste estudo, o IPS tinha em 2017 (dados relativos a 31 de dezembro) 5872 estudantes, 639 docentes (dos quais 51,9% doutorados) e 171 funcionários. A oferta formativa do Instituto Politécnico de Setúbal abrange diversas áreas de conhecimento, designadamente Ciências Empresariais, Engenharia e Tecnologia, Saúde, Ciências Sociais, Educação e Desporto, disponibilizando mais de 85 cursos superiores, entre Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), Licenciaturas, Mestrados e Pós-Graduações.

4 RESULTADOS

Para o presente estudo, começámos por analisar as declarações de missão do IPS e respetivas Unidades Orgânicas (UO) de ensino e investigação, com o objetivo de identificar se as questões de responsabilidade social e ambiental estavam ou não explícitas. Não incluímos na nossa análise a unidade organizacional orientada para o apoio aos estudantes (os Serviços de Ação Social) pois as responsabilidades sociais são a sua própria razão de ser e vocação, designadamente assegurar questões relacionadas com alojamento, alimentação, apoio psicológico e atividades desportivas e recreativas.

Na tabela seguinte, apresentamos as declarações de missão que constam nos Estatutos publicados em Diário da República e os valores publicitados nos *sites* Web da Instituição e respetivas Escolas.

Tabela 1: Declarações de missão do IPS e respetivas Unidades Orgânicas.

IES/UO	Missão	Valores
IPS	O Instituto Politécnico de Setúbal tem como missão desenvolver ensino de qualidade, valorizando as pessoas, a transferência de conhecimento para a sociedade, para a região, para o país e para o mundo, apoiado na investigação aplicada, na inovação e nas parcerias.	Responsabilidade; Excelência; Inovação

IES/UO	Missão	Valores
ESCE	A missão da ESCE/IPS consiste em ensinar, investigar e prestar serviços na área das Ciências Empresariais, com os mais elevados níveis éticos e de qualidade, dignificando o Homem, contribuindo, em parceria com a comunidade, para a promoção do desenvolvimento do país, e, em particular da região de Setúbal.	Equidade, integridade e responsabilidade; Competência, qualidade e excelência; Inovação, criatividade e empreendedorismo; Pluralismo, partilha e coesão; Responsabilidade social
ESE	A ESE/IPS procura contribuir de forma continuada e em articulação com toda a comunidade educativa e com outras entidades parceiras, para a formação humana, cultural e científica de todos os seus membros, em particular dos seus estudantes, para o desenvolvimento do conhecimento e para a prestação de serviços à comunidade, numa perspetiva assente na compreensão do mundo e na ação comprometida com a cidadania intercultural.	Não disponível no <i>site</i> Web
ESTB	A ESTB/IPS procura, de forma permanente, contribuir para a valorização e o desenvolvimento da região em que se insere e da sociedade em geral, através de atividades de formação terciária, de investigação e de prestação de serviços, que concorrem para a criação, desenvolvimento, difusão e transferência de conhecimento e para a promoção da ciência e da cultura, não descurando a promoção da justiça social e da cidadania informada e esclarecida por saberes e valores.	Competência; Ética profissional; Rigor; Responsabilidade
ESTS	A ESTS/IPS é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, cabendo-lhe ministrar a preparação para o exercício de atividades profissionais altamente qualificadas, promovendo o desenvolvimento da região em que se insere e do País em geral.	Equidade, integridade e responsabilidade; Competência, qualidade e excelência; Inovação, criatividade e empreendedorismo; Pluralismo, partilha e coesão
ESS	A ESS/IPS, enquanto instituição de ensino superior, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e para a valorização dos recursos humanos, através de atividades de formação terciária, da criação, transmissão e difusão da ciência, tecnologia e cultura.	Humanismo; qualidade; inovação; distinção, profissionalismo e excelência

Fonte: Estatutos da IES e das UO, *sites* Web da IES e das UO.

Pela análise das declarações de missão, concluímos que existem vários elementos de RSO que estão explícitos nas mesmas, o que vai para além das questões de desenvolvimento social, implícitas em todas as declarações. Assim sendo, estão presentes as questões relacionadas com a valorização das pessoas e formação humana, a dignificação do Homem, a cidadania, a interculturalidade, a justiça social, a ética e a qualidade. Valores como equidade, integridade, responsabilidade, pluralismo, partilha, coesão, humanismo, responsabilidade social e ética profissional são orientadores da atuação da IES e das suas Unidades Orgânicas.

No que concerne à inclusão de temas relativos à responsabilidade social nos *sites* institucionais, analisámos apenas a Página Inicial do IPS e das suas UO. Na tabela seguinte, resumimos as principais notícias em destaque nas respetivas *Homepage*.

Tabela 2: Notícias em destaque na Página Inicial do site Web do IPS e respetivas UO.

IES/UO	Notícias em destaque	Links para destaques
IPS	<ul style="list-style-type: none"> - 12th International Week – Celebrating the 40th Anniversary of IPS – Making networks for the next 40 years - IPS Eco – Politécnico de Setúbal - Are you ready for check-in? Candidaturas aos Programas Erasmus+ e Santander Universidades - Comemoração 40º Aniversário – Instituto Politécnico de Setúbal – 1979-2019 	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão Académica Novo horário a partir de novembro - IPS aprofunda redes de cooperação na 12ª Semana Internacional - Mobilidade Erasmus para staff Candidaturas até 10 de novembro - Arte feita de beatas de cigarro para ver no Politécnico de Setúbal - Ciência à Conversa 6 de novembro - Metropolitana e Carlos Fiolhais em concerto/conferência no IPS - IPS recebe galardões Eco-Escolas - Seis representantes do IPS entre os novos embaixadores de Setúbal - IPS reafirma papel na construção de uma região 'mais coesa e inclusiva'
ESCE	<ul style="list-style-type: none"> - 12th International Week – Celebrating the 40th Anniversary of IPS – Making networks for the next 40 years - Are you ready for check-in? Candidaturas aos Programas Erasmus+ e Santander Universidades - I Encontro Internacional de Investigadores em Administração e Marketing - I Encontro de Reflexão e Partilha Pedagógica em Ciências Sociais – Desafios Pedagógicos para a Geração Millenium - IPS Eco – Politécnico de Setúbal - Logistics Lab Laboratório de Contabilidade e Finanças - Bibliotecas IPS – Instituto Politécnico de Setúbal - Visite-nos - Provas Públicas Mestrados 	<ul style="list-style-type: none"> - I Encontro Internacional de Investigadores em Administração e Marketing - Desafios Pedagógicos para a Geração Millenium - Provas Públicas Mestrados - Mestrados ESCE
ESE	<p>Não disponível no site Web</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Simpósio Internacional de Investigação sobre Sono, Exercício e Saúde - X Encontro Anual da Associação de Investigadores da Imagem em Movimento
ESTB	<ul style="list-style-type: none"> - Are you ready for check-in? Candidaturas aos Programas Erasmus+ e Santander Universidades - IPS Eco – Politécnico de Setúbal - Bibliotecas IPS – Instituto Politécnico de Setúbal - Visite-nos - Juntos Fazemos o Amanhã (<i>ligação para os cursos da ESTB</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> - 1º Fórum de Dirigentes de Instituições de Ensino de Engenharia SPEE - Seminário “Applied Analytics Projects in Data Corner” - Tomada de posse do Diretor da ESTB/IPS - Conferência anual “Inspira Barreiro”
ESTS	<ul style="list-style-type: none"> - 12th International Week – Celebrating the 40th Anniversary of IPS – Making networks for the next 40 years - IPS Eco – Politécnico de Setúbal - Are you ready for check-in? Candidaturas aos Programas Erasmus+ e Santander Universidades - Bibliotecas IPS – Instituto Politécnico de Setúbal - Visite-nos 	<ul style="list-style-type: none"> - IEEE CPE - POWERENG 2020 14th International Conference on Compatibility, Power Electronics and Power Engineering, Setúbal - Portugal / 1 - 3 April, 2020 - 2ª Fase de candidaturas ao Mestrado de Engenharia e Gestão de Energia na Indústria e Edifícios - Semana do Curso de Licenciatura em Engenharia Mecânica - Progreen - A Economia Verde e a Capacitação de Profissionais Seminário de Divulgação de Resultados

IES/UO	Notícias em destaque	Links para destaques
ESS	<ul style="list-style-type: none"> - Are you ready for check-in? Candidaturas aos Programas Erasmus+ e Santander Universidades - 12th International Week – Celebrating the 40th Anniversary of IPS – Making networks for the next 40 years - Licenciaturas em: Acupuntura, Enfermagem, Fisioterapia, Terapia da Fala - IPS Eco – Politécnico de Setúbal 	<ul style="list-style-type: none"> - Pós-graduação Gestão em Saúde e Enfermagem - A ESS na Rádio - Programa de extensão comunitária com a Rádio Jornal de Setúbal - Tem fibromialgia? A fisioterapia pode ajudar – Contactos para inscrição / participação gratuita - Call for Posters - I Congresso de Gestão em Enfermagem – Percursos e Desafios

Fonte: Sites Web da IES e das UO (consulta efetuada em 1/11/2019)

Pela análise da informação da tabela anterior, concluímos que o IPS Eco aparece destacado em todos os sites. A atribuição de galardões Eco-Escolas, a reafirmação do papel do IPS na construção de uma região ‘mais coesa e inclusiva’, a realização de eventos pedagógico-científicos, como por exemplo, ‘A economia verde e a capacitação de profissionais’, bem como a ‘Arte feita de beatas de cigarro’, entre outras, remetem-nos explicitamente para as quatro grandes dimensões da Responsabilidade Social identificadas pelo ORSIES, designadamente *campus* socialmente responsável, formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com *alumni*, gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento e participação social por parte das IES na vida das comunidades.

No que se refere à inclusão de conteúdos de responsabilidade social e ética nos programas académicos, optámos por analisar apenas os planos de estudos das Licenciaturas, Mestrados e CTeSP da Escola Superior de Ciências Empresariais, usando como critério incluir apenas as Unidades Curriculares que abordam exclusivamente os temas de RS e ética. A informação recolhida consta da tabela seguinte.

Tabela 3: Unidades Curriculares dos planos de estudos que abordam exclusivamente temas de Responsabilidade Social e Ética.

UO	Nome da UC	Curso / Ano
ESCE	Higiene, Segurança e Ambiente	CTeSP em Logística (1º)
	Ética e Deontologia Profissional	Licenciatura em Contabilidade e Finanças – regime diurno (2º)
	Ética e Deontologia Profissional	Licenciatura em Contabilidade e Finanças – regime noturno (2º)
	Ética e Responsabilidade Social	Mestrado em Contabilidade e Finanças (1º)

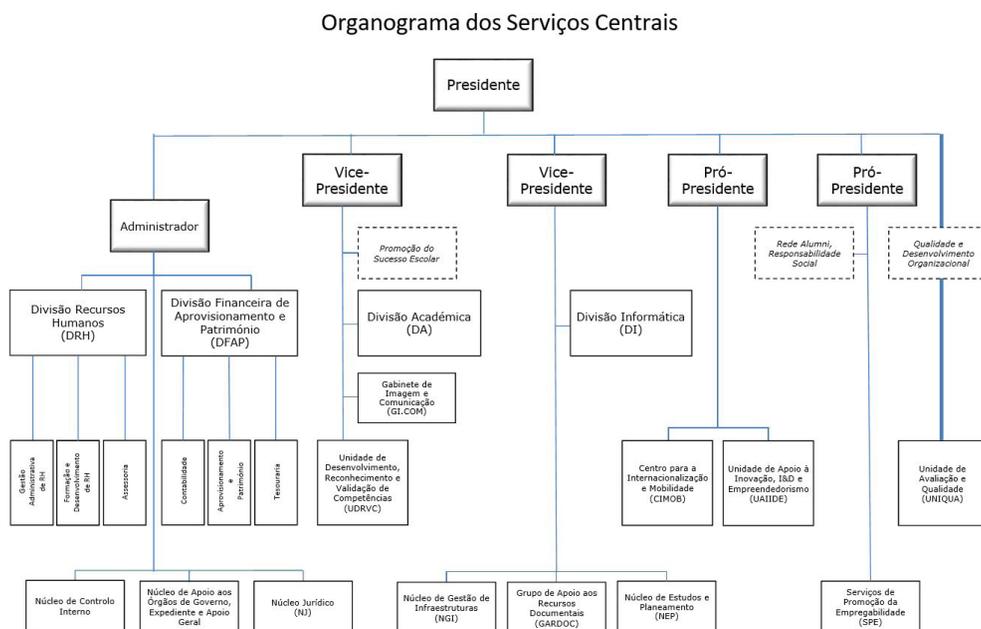
Fonte: Sites Web da IES e das UO (consulta efetuada em 1/11/2019)

Pela análise da informação da tabela anterior, concluímos que existem Unidades Curriculares dos planos de estudos consideradas dedicadas exclusivamente a temas da responsabilidade social e ética. Uma vez que seguimos um critério restritivo na análise deste aspeto, não foram por nós consideradas Unidades Curriculares que incluem nos seus

conteúdos programáticos apenas algum ponto de responsabilidade social e ética. Também não considerámos seminários, aulas abertas e outros eventos científico-pedagógicos organizados no âmbito das Unidades Curriculares e dos cursos. Também optámos por não incluir nesta listagem as Unidades Curriculares do Mestrado em Segurança e Higiene no Trabalho pois, apesar de algumas das Unidades abordarem questões de RS e ética, considerámos que tal se deve maioritariamente às áreas e temas específicos deste curso.

De referir ainda que existe a nível da Instituição um Pró-Presidente com atribuições relativas à inserção na vida ativa, rede *alumni* e Responsabilidade Social. Tal consta do organograma apresentado na figura seguinte.

Figura 1 – Organograma dos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Setúbal.



Abr/2018

Fonte: Site Web da IES (consulta efetuada em 1/11/2019)

5 CONCLUSÃO

Propusemo-nos no presente estudo a estudar a incorporação na tomada de decisão de questões relacionadas com a sustentabilidade e com a Responsabilidade Social, no âmbito da estratégia das organizações. Assumimos que a RSO não deve ser vista como apenas mais um elemento a integrar na atual estratégia da organização, mas sim como uma força transformadora que leva a mudança estratégica, com impacto no negócio, nas pessoas e no planeta.

Vendo a Responsabilidade Social como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” e pelo seu impacto no meio envolvente, na senda do que é defendido pela Comissão Europeia, analisámos a RSO numa Instituição de Ensino Superior, o Instituto Politécnico de Setúbal, nas vertentes de comunicação e marketing socialmente responsáveis, designadamente a inclusão do tema responsabilidade social nos *sites* institucionais da IES, a inclusão de conteúdos de responsabilidade social e ética nos programas académicos e a explicitação de questões de responsabilidade social e ambiental nas declarações de missão. Este estudo, que não se pretende que seja exaustivo, mas tão-somente que aborde algumas das vertentes da RSO, foi feito a partir da análise dos *sites* Web do IPS e de informação pública.

Pela análise das declarações de missão, concluímos que existem vários elementos de RSO que estão explícitos nas mesmas, o que vai para além das questões de desenvolvimento social, implícitas em todas as declarações. Assim sendo, estão presentes as questões relacionadas com a valorização das pessoas e formação humana, a dignificação do Homem, a cidadania, a interculturalidade, a justiça social, a ética e a qualidade. Valores como equidade, integridade, responsabilidade, pluralismo, partilha, coesão, humanismo, responsabilidade social e ética profissional são orientadores da atuação do IPS e das suas Unidades Orgânicas.

O tema da Responsabilidade Social é destacado nos *sites* institucionais, tanto do Instituto Politécnico como das suas Unidades Orgânicas, abrangendo as quatro grandes dimensões da Responsabilidade Social nas IES identificadas pelo ORSIES.

Finalmente, observámos que existem Unidades Curriculares que abordam os conteúdos de responsabilidade social e ética, as quais foram introduzidas nos planos de estudos das Licenciaturas, Mestrados e CTeSP.

Em futuros estudos, sugerimos que sejam abordadas as restantes vertentes da Responsabilidade Social numa IES e que, complementarmente, se recolham as perceções dos vários intervenientes não só organizacionais, mas também aqueles sobre os quais existem impactos, mais ou menos diretos, como por exemplo, os estudantes, os empregadores e as restantes partes interessadas.

REFERÊNCIAS

CARROLL, A.B. **A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance.** The Academy of Management Review, 4(4), p. 497-505, 1979.

CHAFFEE, E. E. **Three models of strategy.** The Academy of Management Review, 10 (1), p. 89-98, 1985.

COM **Livro Verde: promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das Empresas**. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2001.

COM **Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014**. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2011.

CONSELHO COORDENADOR DOS INSTITUTOS SUPERIORES POLITÉCNICOS – CCISP **O impacto económico dos Institutos Superiores Politécnicos em Portugal**, 2019. Disponível em: <https://ccisp.pt/wp-content/uploads/2019/03/ResumoEstudov1.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Method Approaches**. California: Sage, 2003.

EISENHARDT, K. M.; MARTIN, J. A. **Dynamic capabilities: what are they?**. Strategic Management Journal, 21, p. 1105-1121, 2000.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of the 21st Century Business**. Oxford: Capstone, 1997.

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS. Disponível em: <https://www.esce.ips.pt/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO. Disponível em: http://www.si.ips.pt/ese_si/web_page.inicial/. Acesso em: 03 nov. 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE. Disponível em: <https://www.ess.ips.pt/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE SETÚBAL. Disponível em: <https://www.estsetubal.ips.pt/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DO BARREIRO. Disponível em: <https://www.estbarreiro.ips.pt/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

EUROPEAN COMMISSION **Corporate Social Responsibility, Responsible Business Conduct, and Business & Human Rights: Overview of Progress**, 2019. Disponível em: <https://ec.europa.eu/docsroom/documents/34482>. Acesso em: 01 out. 2019.

EUROPEAN COMMISSION **Towards a sustainable Europe by 2030**, 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/files/reflection-paper-towards-sustainable-europe_en. Acesso em: 01 out. 2019.

GRANT, R. **The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation**. California Management Review, 33(3), p. 114-135, 1991.

GUERRA, I. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo-sentido e formas de uso**. Estoril, Portugal: Príncipe Editora, 2006.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL. Disponível em: http://www.si.ips.pt/ips_si/web_page.inicial. Acesso em: 03 nov. 2019.

LAHTINEN, S.; KUUSELA, H.; YRJOLA, M. **The company in society: when corporate responsibility transforms strategy**. Journal of Business Strategy, 39(4), p. 11-18, 2018.

MINTZBERG, H. **The strategy concept I: five Ps for strategy**. Organizational Approaches to Strategy, California Management Review, 30(1), p. 11-24, 1987.

NELSON, R.; WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, Harvard University Press, 1982.

ORSIES - Observatório sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior **Livro Verde sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior**, 2018. Disponível em: http://orsies.forum.pt/wp-content/uploads/2016/09/Livro_Verde.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

PORTUGAL. Despacho Normativo n.º 13/2019, 22 de abril. Diário da República Eletrónico, 78 (2ª Série), 12267-12277. Lisboa.

PORTUGAL. Despacho n.º 26797/2009, 11 de dezembro. Diário da República Eletrónico, 239 (2ª série), 50113-50119, Lisboa.

PORTUGAL. Despacho n.º 27080/2009, 16 de dezembro. Diário da República Eletrónico, 242 (2ª série), 50745-50752, Lisboa.

PORTUGAL. Despacho n.º 860/2010, 13 de janeiro. Diário da República Eletrónico, 8 (2ª série), 1711-1717, Lisboa.

PORTUGAL. Despacho n.º 861/2010, 13 de janeiro. Diário da República Eletrónico, 8 (2ª série), 1717-1724, Lisboa.

PORTUGAL. Despacho n.º 862/2010, 13 de janeiro. Diário da República Eletrónico, 8 (2ª série), 1724-1729, Lisboa.

STAKE, R. **A Arte da investigação com estudos de caso**. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Bookman, 2012.

TEECE, D. J.; PISANO, G.; SHUEN, A. **Dynamic capabilities and strategic management**. Strategic Management Journal, 18(7), p. 509-533, 1997.

YIN, R. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CAPÍTULO 17

A CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL NA COMUNICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – UMA ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS COMO FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

Data de submissão: 29/01/2022

Data de aceite: 14/02/2022

Elisabete Correia

Instituto Politécnico de Coimbra

Coimbra Business School

Research Centre| ISCAC

Coimbra, Portugal & CEFAGE

<https://orcid.org/0000-0003-2471-0317>

RESUMO: Nos últimos anos temos assistido a um aumento da importância e interesse com as questões da sustentabilidade/responsabilidade social, e da sua comunicação. A conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, tem também merecido atenção crescente por parte de governos, organismos internacionais e organizações. Este estudo procura analisar os esforços de comunicação neste âmbito por parte das organizações portuguesas certificadas como familiarmente responsáveis. Procedemos para tal a uma análise do conteúdo dos seus *websites*. Verificamos que a maioria destas organizações procuram divulgar os seus esforços e mostrar o seu comprometimento ao nível da sustentabilidade/responsabilidade social. No entanto, a questão da conciliação é divulgada por um número muito reduzido destas organizações sendo a sua extensão,

em quantidade e natureza da informação divulgada, igualmente muito reduzida.

PALAVRAS CHAVE: Conciliação entre a vida profissional. Familiar e pessoal. Relato de Sustentabilidade Responsabilidade social corporativa. Certificação. Organizações familiarmente responsáveis.

THE CONCILIATION BETWEEN PROFESSIONAL, FAMILY AND PERSONAL LIFE IN THE SOCIAL RESPONSIBILITY COMMUNICATION – AN ANALYSIS IN ORGANIZATIONS CERTIFIED AS FAMILY-FRIENDLY

ABSTRACT: In recent years, we have witnessed a growing importance and interest with sustainability/social responsibility issues and their communication. The work-life balance issues also deserve increasing attention from governments, international bodies, as well as organizations. This study sought to analyze the communication efforts in this area by Portuguese organizations certified in this scope. To do this, we proceed to an analysis of the content of their *websites*. We conclude that most of these organizations seek to communicate and show their efforts and commitment to sustainability/social responsibility. However, the issue of conciliation is disclosed by a very small number of these organizations, and the extent of this disclosure in the amount and nature of the information disclosed is also very small.

KEYWORDS: Work-life Balance. Sustainability reporting. Corporate social responsibility reporting. Certification. Family-friendly organizations.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade empresarial (Corporate Sustainability - CS) e a responsabilidade social empresarial (Corporate Social Responsibility - CSR) são hoje questões incontornáveis para as organizações que procuram adotar formas mais sustentáveis e socialmente responsáveis de desenvolverem a sua atividade. No caso da CSR esta pode ser entendida como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (CCE, 2001, p. 7). Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores, sendo o seu propósito cumprir os direitos desses trabalhadores, do ambiente e das relações, mas também aumentar o investimento no capital humano “visando uma melhor gestão da mudança e a conciliação entre o desenvolvimento social e uma competitividade reforçada (CCE, 2001). Assim, e considerando que uma organização socialmente responsável investe no desenvolvimento pessoal e profissional dos seus trabalhadores e cuida da melhoria das condições de trabalho, e que, os investimentos individuais no trabalho ou na família são frequentemente percecionados como alternativas surgindo eventuais conflitos de interesses, a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal apresenta-se como uma dimensão importante da responsabilidade social. Estando a conciliação relacionada com a área dos recursos humanos e a própria comunidade, constitui também, na perspetiva da CS, uma área relevante da dimensão social da CS (Ho & Taylor, 2007). A preocupação das organizações com a conciliação é crescente uma vez que esta tem impactes positivos e negativos não só na própria atividade das organizações e na vida dos seus trabalhadores, mas também nas famílias e na sociedade em geral (NP 4522: 2014). O interesse e a importância da conciliação levaram a que algumas empresas portuguesas optassem pela certificação como empresas familiarmente responsáveis.

Por outro lado, para ir de encontro ao interesse dos seus stakeholders muitas empresas divulgam voluntariamente informação comunicando o seu progresso e esforços em relação às suas iniciativas e práticas de responsabilidade social/sustentabilidade (Dienes, Sassen & Fischer, 2014) considerando diferentes aspetos das dimensões económica, ambiental e social. Contudo, e apesar do aumento da importância e interesse com a dimensão social da CSR/CS e da conciliação, alguns estudos (e.g. Vuontisjärvi, 2006; Medrado & Jakson, 2015) destacam que as questões relacionadas com este último tema parecem não merecer muita atenção das organizações nos seus esforços de comunicação no âmbito da CSR/CS sendo um dos temas menos mencionados e

comunicados. Assumindo que as empresas certificadas como empresas socialmente responsáveis estão mais sensibilizadas para esta temática, este estudo procura explorar e analisar como o tema da conciliação é considerado ao nível da comunicação sobre CSR/CS por essas empresas. O estudo centra-se na análise dos websites dessas empresas como instrumento de disseminação da informação.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL

2.1.1 Conceito e perspetivas teóricas da conciliação

Embora o conceito de conciliação (*work-life balance* ou *work-life conflict*) não tenha uma definição amplamente aceite na literatura académica (Benito-Osorio, Muñoz-Aguado & Villar, 2014, 2014), e tenha vindo a ser redefinido (CEP, 2018), a maioria das definições propostas sugerem a necessidade de dar prioridade igual às exigências do trabalho e da vida familiar e pessoal (Benito-Osorio *et al.*, 2014). A conciliação pode ser considerada como o ato de tornar compatíveis diferentes atividades possibilitando uma coexistência tranquila (Guerreiro, Lourenço & Pereira, 2006) minimizando o conflito entre os diferentes papéis, ou como é referido no estudo da Confederação Empresarial de Portugal (CEP, 2018, p. 10), como a “capacidade que duas partes – empregadores e empregados – têm de encontrar, quando em desequilíbrio e/ou em conflito, pontos de contato e de alinhamento, que permitem dirimir eventuais focos de conflito e proporcionar as bases para uma relação equilibrada no dia-a-dia”.

2.1.2 Práticas de conciliação

Considerando os impactes negativos associados à ausência de conciliação tais como a baixa produtividade, absentismo, desemprego ou diminuição da qualidade de vida, vários Países, a comunidade internacional e a União Europeia adotaram políticas, traduzidas em muitos casos posteriormente em leis, diretivas e convenções (NP 4522: 214). Seja por motivações de natureza ética ou de responsabilidade social, seja pela pressão dos seus *stakeholders*, nomeadamente dos seus trabalhadores, famílias, consumidores e opinião pública em geral (NP 4522: 214), seja ainda por motivações económicas relacionadas questões de melhor desempenho económico-financeiro (Benito-Osorio *et al.*, 2014), a preocupação com a conciliação tem levado as organizações à implementação de políticas de conciliação trabalho-família ou boas práticas que vão para além daquilo a que se encontram obrigadas. Assim, além da implementação de

políticas e práticas de conciliação formais (*i.e.*, as que são de adoção obrigatória como as que decorrem do cumprimento da legislação), as empresas podem adotar políticas e práticas de modo voluntário. O apoio à conciliação implica assim para as organizações o desafio de articular não só as orientações definidas pela legislação, mas também de desenvolver novas políticas de conciliação e mesmo efetivar as já existentes (Matias & Fontaine, 2012). As políticas/práticas de conciliação implementadas pelas organizações podem ser diferentes consoante o contexto ambiental destas organizações, variando de país para país consoante os diferentes regimes de bem-estar, sociais e ideologias políticas sobre o papel e a importância da família na sociedade (CEP, 2018). Como destacam Tremblay e Genin (2011), enquanto a maioria dos países Europeus fornecem políticas e instrumentos de conciliação como as referidas anteriormente (leis, diretivas, etc.), nos EUA a adoção de políticas familiarmente responsáveis geralmente depende do empregador individual. Por outro lado, mesmo nos países europeus as diferenças existem quando se analisa e compara a relevância atribuída pelos governos à aplicação de medidas e respetiva legislação laboral, por exemplo, para promover e incentivar a igualdade de género na assistência aos filhos, licenças de maternidade/paternidade partilhadas, horários de trabalho flexíveis, menores jornadas de trabalho semanal, entre outros (CEP, 2018).

Embora existam vários instrumentos que vão ao encontro de diferentes aspetos que se podem englobar no âmbito da conciliação, não existem normas europeias ou internacionais específicas no domínio da conciliação (NP 4522: 2014). Na ausência destas normas surge em 2014 em Portugal uma norma (NP 4522: 2014) que procura constituir um instrumento de apoio às organizações ajudando-as a definir, implementar e avaliar a eficácia das suas políticas e práticas para que sejam consideradas Organizações Familiarmente Responsáveis (OFR). Esta norma apresenta um conjunto de práticas muito diverso inseridas em várias categorias.

i) Flexibilização do tempo e de formas de organização do trabalho

Estas práticas procuram proporcionar aos trabalhadores mais flexibilidade na gestão do horário de trabalho, não implicando necessariamente a redução da jornada semanal de trabalho, embora esta prática também possa ser considerada em função das necessidades de conciliação. Alguns exemplos são horários flexíveis, horários por turnos e/ou rotativos, teletrabalho e *job sharing*, entre outros (NP 4522: 2014). Segundo Pina e Cunha (2018), a implementação destas medidas é mais prevalente em países onde cultura de autonomia e flexibilidade já se encontra mais presente nas empresas, bem como na administração pública como é o caso da Dinamarca, Alemanha e Reino Unido.

ii) Dispensas, licenças, faltas e outras medidas de proteção da parentalidade e apoio às famílias a pais trabalhadores

Estas práticas visam reduzir as horas de trabalho para ter tempo para prestar assistência familiar. Alguns exemplos são: licenças em caso de férias, doença, cuidados infantis e gravidez, acompanhamento de filhos menores ou deficientes, entre outros. Algumas destas práticas relativas a dispensas, faltas e licenças estão abrangidas por lei, no caso de Portugal, mas é possível adotar práticas que vão para além da legislação. Por exemplo, a concessão de dias de férias suplementares, o incentivo ao gozo de licenças com duração superior à prevista na lei ou a assistência às famílias através da atribuição de benefícios monetários ou em espécie (seguros, bolsas de estudo, nascimento, etc.) (NP 4522: 2014).

iii) Benefícios sociais, apoios financeiros e outros apoios aos trabalhadores e famílias

O objetivo destas práticas é o de prestar apoio social aos pais no local de trabalho, facilitando a gestão das rotinas diárias de cuidados aos seus filhos bem como o apoio a outros membros dependentes como os idosos. Podem-se considerar os seguintes exemplos: criação de equipamentos e serviços próprios para o acolhimento dos filhos (como creches, jardins de infância) ou lares de idosos; apoio financeiro no pagamento de serviços de acolhimento, educação e saúde e bem-estar (e.g. seguros de saúde, bolsas de estudo), serviço interno de transportes ou pagamento de subsídio de transporte aos trabalhadores e protocolos para garantir o transporte de crianças; seguro de saúde e vida extensivo a familiares, etc. (NP 4522: 2014). A NP 4522: 2014 destaca ainda que podem ser prestados outros apoios aos trabalhadores que são importantes no equilíbrio da vida profissional com a familiar como o aconselhamento jurídico e financeiro, protocolos com entidades para providenciar serviços de bem-estar e lazer como pagamento de quotas de ginásios, organização de espetáculos e atividades lúdicas com as famílias, descontos em produtos, serviços de apoio doméstico como lavandaria, etc. Vários estudos analisam o impacto de algumas destas medidas nos colaboradores e empresas. Por exemplo, Gullekson *et al.* (2014) verificam melhor desempenho e absentismo dos trabalhadores que recorrem a creches e jardins de infância no local de trabalho, quando comparado com colaboradores que utilizam o mesmo tipo de infraestruturas fora deste ou que não têm filhos.

iv) Diálogo e participação, e outras medidas genéricas

Estas práticas têm um cariz diferente das anteriores e estão relacionadas: com a forma de como a organização incorpora a dimensão familiar e pessoal formalmente nas políticas da organização; a promoção desta temática na contratação coletiva e nos

regulamentos internos; a importância que concede ao tema fazendo ou não autoavaliação das necessidades de práticas de conciliação; avaliação das práticas existentes. Estas práticas genéricas são importantes pois revelam o comprometimento da gestão com esta questão. Mas, para que uma organização seja familiarmente responsável e torne possível adotar e melhorar as práticas referidas nos pontos anteriores, é ainda importante considerar a participação ativa dos trabalhadores e o diálogo com os trabalhadores para a identificação dos problemas e necessidades existentes e apresentação de soluções e para a avaliação da satisfação nas questões relacionadas com a conciliação. Estas práticas consideramo-las também nesta categoria.

2.1.3 Benefícios da conciliação e relação com as dimensões da CS/CSR

Um equilíbrio adequado entre a vida profissional, familiar e pessoal desempenha um papel fundamental na conquista de objetivos profissionais e pessoais, mas tem também vantagens para a organização. Políticas e práticas de conciliação são interpretados positivamente pelos trabalhadores incentivando a sua criatividade, motivação, o seu comprometimento (Wood & Menezes, 2010) e a satisfação no trabalho (Benito-Osorio *et al.*, 2014). Quanto maior o comprometimento e satisfação, menor o absentismo, o *stress* e o *turnover* (Teixeira & Nascimento, 2011; Benito-Osorio, *et al.*, 2014). Além disso, o trabalho pode ser feito de forma mais eficaz (Allen, Johnson, Kiburz & Shockley, 2013). Assim, otimizar-se os recursos humanos pode levar a melhorias a nível da produtividade (Guerreiro *et al.*, 2006; Beauregard & Henry, 2009). Outros benefícios referidos na literatura são a retenção de funcionários valiosos para as empresas e redução de custos com o recrutamento e formação de novos trabalhadores (Guerreiro *et al.*, 2006) e a redução da ocorrência de casos de *burnout* (Allen *et al.*, 2013). Por outro lado, o comprometimento por parte das organizações com políticas e práticas de responsabilidade social credíveis, como a conciliação, pode constituir um elemento diferenciador ao nível da imagem, reputação, e capacidade de atração e retenção das partes interessadas e na própria competitividade da organização (Lazár *et al.*, 2010). As alterações nas atitudes e comportamentos dos trabalhadores irá por sua vez traduzir-se em impactos positivos ao nível do desempenho organizacional (Leal *et al.*, 2011), nomeadamente nos custos operacionais, receitas, ROI, e/ou preço das ações (quando aplicável) (CEP, 2018). Assim, os benefícios são sobretudo de ordem social e económica.

Considerando as principais áreas/aspectos analisados na literatura que cobrem as referidas dimensões sociais e económicas associadas à CS/CSR, verificamos que a conciliação está associada a questões sociais da sustentabilidade como por exemplo:

saúde e segurança dos trabalhadores, bem-estar, desenvolvimento dos trabalhadores, educação e formação, igualdade de oportunidades ou direitos humanos.

2.2 COMUNICAÇÃO SOBRE CS/CSR E CONCLIAÇÃO

Para que as organizações assegurem que são conhecidas como organizações comprometidas com a sustentabilidade e organizações responsáveis que vão de encontro às necessidades e expectativas dos seus *stakeholders*, é necessário que elas se envolvam nas questões da sustentabilidade/responsabilidade social incorporando os seus princípios na sua estratégia, na sua tomada de decisão e na implementação de iniciativas/práticas de sustentabilidade/responsabilidade social. Mas o seu comprometimento e envolvimento não é suficiente. Segundo Tewari e Dave (2012) também é importante que comuniquem os esforços desenvolvidos nesse âmbito. A sustentabilidade/responsabilidade social precisa ser comunicada de maneira eficaz pelas organizações, de modo que as pessoas dentro e fora das organizações estejam cientes das atividades da organização (Tewari & Dave, 2012). Para além das organizações terem cada vez mais em consideração a sua responsabilidade e o impacto das suas ações nos seus *stakeholders* (Solomon, 2010), a informação em relações a questões de natureza ambiental, mas também social tornou-se cada vez mais relevante para a tomada de decisão dos próprios *stakeholders*. A comunicação da sustentabilidade/responsabilidade social pode ser uma forma de aumentar a transparência, a reputação e legitimação das organizações (Raghupathi & Raghupathi, 2019), mas também de gerar ganhos ao nível dos relacionamentos com os *stakeholders*, contribuindo para a construção de uma imagem corporativa positiva que, por sua vez, fortalece as relações com os *stakeholders* (Du, Bhattacharya & Sankar, 2010). Além disso, comunicar este tipo de informação atrai melhores trabalhadores e aumenta a sua motivação, comprometimento e lealdade podendo traduzir-se em benefícios financeiros (Robalo & Patrocínio, 2018).

Os relatórios de sustentabilidade, relatórios anuais, relatórios ambientais e sociais, *websites*, etc., têm sido usados como principais meios de comunicação e fontes de informação ao nível da investigação. No entanto os *websites* têm vindo a assumir uma crescente popularidade como um formato ao nível do *reporting* (Hahn & Kühnen, 2013; Reilly & Larya, 2018). Atualmente é usada uma mistura dos meios de comunicação contemporâneos e tradicionais podendo além da informação disseminada nos seus *websites* publicar aí os seus relatórios, incluindo os seus relatórios anuais (Tewari & Dave, 2012). Quanto ao tipo de informação, vários estudos mostram diferenças na natureza da informação divulgada pelas organizações consoante os países. Por exemplo, Van der Laan

et al. (2005) verificaram que as empresas norte americanas divulgam maioritariamente informação sobre recursos humanos, e as holandesas e norueguesas informação de natureza ambiental. Branco *et al.* (2014) num estudo envolvendo empresas espanholas e suecas verificaram que as primeiras divulgam principalmente informação sobre a área de envolvimento social enquanto as empresas suecas divulgam mais informação sobre o ambiente, recursos humanos ou produtos e consumidores.

2.3 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Embora se considere que o tema da conciliação seja hoje muito importante, no âmbito dos estudos sobre sustentabilidade/responsabilidade social, o tema não tem merecido muita atenção ao nível da comunicação. Segundo alguns estudos (e.g. Vuontisjärvi, 2006; Medrado & Jakson, 2015) as questões relacionadas com a conciliação são um dos aspetos menos comunicados. Assim, pretendemos analisar se a informação sobre a conciliação é abordada no âmbito da sustentabilidade/responsabilidade ao nível dos *websites* das organizações certificadas como familiarmente responsáveis. Na literatura assume-se que quanto mais abundante a informação divulgada sobre a sustentabilidade/responsabilidade maior a atenção das organizações a estas questões. Assim, pretendemos analisar a atenção das empresas certificadas como familiarmente responsáveis à sustentabilidade/responsabilidade social e qual a atenção concedida à divulgação de informação sobre as questões relacionadas com a conciliação nos seus *websites*. O número de páginas e o lugar onde a informação é divulgada pode ser considerada um indicador de maior ou menor atenção. Divulgação através de um maior número de páginas corresponde a mais atenção e esforço (Chaudhri & Wang, 2007; Kühn *et al.*, 2018). O lugar onde a informação é divulgada é também importante: na homepage significa maior atenção do que noutras secções/páginas (Branco *et al.*, 2014; Robalo & Patrício, 2018). Por outro lado. Os *websites* também podem servir como meios de disponibilizar informação adicional e relevante associada à sustentabilidade/responsabilidade social ou conciliação através de documentos, possibilitando aos seus *stakeholders* informação mais aprofundada sobre os temas. Segundo Chaudhri e Wang (2007) a forma como a informação é disponibilizada nos *websites* deve ser analisada empiricamente. Outro elemento importante, e que não foi ainda analisado na literatura, ao que conhecemos, é qual a natureza da informação divulgada sobre a conciliação. Assim foram definidas as seguintes questões de investigação:

Q1: A informação sobre sustentabilidade/responsabilidade social e conciliação é divulgada nos *websites* das empresas familiarmente responsáveis?

Q2: Em que lugar do *website* é disponibilizada a informação sobre sustentabilidade/responsabilidade social e conciliação?

Q3: Quais os meios utilizados nos *websites* para disseminar essa informação?

Q4: Qual a natureza da informação sobre conciliação divulgada nos *websites*?

3 METODOLOGIA

A amostra deste estudo é constituída por empresas certificadas como familiarmente responsáveis. De modo a identificar as empresas que possam ter obtido a certificação pela norma NP 4552:2016, que constitui um referencial para a implementação de um sistema de gestão da conciliação e base para sua certificação, foi consultada a base de dados nacional do Instituto Português de Acreditação (disponível em http://www.ipac.pt/pesquisa/pesq_empcertif.asp) e os organismos de certificação que podem conceder a certificação dos sistemas de gestão da conciliação. Embora a informação obtida fosse a de que algumas empresas iniciaram já este processo de certificação, não foi possível obter informações, à data, que permitissem identificar essas empresas. Contudo, a pesquisa de notícias através do google, permitiu identificar uma empresa (a Delta) certificada com este referencial. Antes da existência deste referencial, existia já um outro, o referencial efr que é uma iniciativa da *Fundación Más Familia* (FMF) em Espanha e, para a sua definição, foi beber a normas internacionais, nomeadamente a SA 8000, ISO 9001, OHSAS 18001, entre outras. É um referencial internacional reconhecido na Resolução do Conselho Económico da ONU, em 19 de fevereiro de 2014 (E/CN.5/2014/L.5). Este referencial está presente, além de Espanha e Portugal, em mais 18 países, nomeadamente Colômbia, Chile, Brasil, etc. (FMF, 2019). Em Portugal, várias empresas obtiveram este reconhecimento: Baxter Portugal, EDP (energias Portugal), Fidelidade Assistance, Fromageries Bel Portugal, Nippon Portugal Gases, Brisa, Santander, XZ Consultores, Aveleda, Dianova, APPC, Pedrosa & Rodrigues, Morais e Leitão. Uma vez que este estudo procura analisar a comunicação relativa à conciliação, analisaram-se para a recolha de dados os *websites* das organizações certificadas com base nos referenciais anteriormente mencionados. Optamos nesta fase por não proceder à análise dos relatórios de responsabilidade social/sustentabilidade e outro tipo de relatórios ou documentos que pudessem ser acedidos através dos *websites*. A recolha de dados foi realizada em outubro de 2019. O processo de recolha de informação foi realizado através da observação e análise direta dos *websites* das empresas, tendo por base as categorias e subcategorias definidas.

3.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo (Krippendorff, 2004) foi usada para análise dos *websites* e relatórios e outro tipo de documentos disponibilizados através do site. Esta abordagem é adequada quando a teoria existente ou investigação prévia sobre um fenómeno é incompleta ou beneficia de descrição mais detalhada (Hsieh & Shannon, 2005).

Na análise de conteúdo seguimos uma abordagem dirigida onde é solicitado ao investigador que leia e classifique o texto numa categoria previamente definida, não se eliminando no entanto a possibilidade de identificar novas categorias a partir dos dados recolhidos (Mayring, 2000). Seguimos a etapas propostas por Marying (2000) na análise de conteúdo.

4 RESULTADOS

A Tabela 1 mostra os resultados que nos permitem responder às duas primeiras questões de investigação, Q1 e Q2. O símbolo apresentado (●) indica a presença de informação divulgada.

Tabela 1. Presença e lugar da informação disponibilizada nos *websites*.

		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	
Sust./resp. social	Informação sobre sust./resp. social	●		●	●	●	●	●	●		●	●		●	●	
	Páginas/secções dedicadas à sust./resp. social (1p-2 p)	●		●	●	●	●	●	●		●			●	●	
	Lugar onde a informação é disponibilizada															
	Homepage	●				●				●						●
	Quem Somos/Sobre nós		●		●								●			●
	Outra	●		●		●	●	●				●			●	
Conciliação	Informação sobre conciliação	●				●		●		●					●	
	Páginas/seções dedicadas especificamente à conciliação (1p-2p)															
	Lugar onde a informação é disponibilizada															
	Homepage					●		●								
	Quem somos/sobre nós										●					●
	Outra	●														

Notas: A – Delta; B – Baxter; C – EDP; D – Fidelidade; E – Bel ; F – Nippon; G – Brisa, H – Santander; I – XZ; J – Aveleda; L- Dianova; M – APPC; N – Pedrosa & Rodrigues; O – Morais e Leitão.

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos observar, a maioria das organizações analisadas disponibilizam informação sobre o tema da sustentabilidade /responsabilidade social nos seus *websites*, disponibilizando essa informação em páginas ou seções especificamente dedicadas a essa temática. O número de páginas dedicada a essa informação é no máximo de duas páginas (1 a 2 páginas), o que leva a que estas organizações possam ser enquadradas, segundo Chaudhri & Wang (2007), numa categoria, em relação ao *reporting* da sustentabilidade, que indica que a informação é mínima. Estes resultados vão de encontro a outros estudos (e.g. Chaudhri & Wang, 2007; Khun *et al.*, 2018). Apesar do número de páginas por si só não ser um reflexo preciso do compromisso corporativo com a sustentabilidade, pode ser um indicador que atesta a quantidade de esforço investido por uma organização para comunicar o seu compromisso (Chaudhri & Wang, 2007). Nestas organizações, considerando apenas esse indicador, este esforço parece ser muito reduzido. Quanto ao lugar onde a informação é disponibilizada (“Homepage” vs. “Outras páginas/secções”), verificamos que 50% das organizações disponibilizam a informação em páginas/secções que não a *homepage* ou a seção/página de apresentação da organização “Quem somos”. Branco *et al.* (2014) consideram que organizações que disponibilizam informação na sua *homepage* atribuem maior importância às questões da sustentabilidade/responsabilidade social do que aquelas que disponibilizam esse tipo de informação na seção “Quem somos”. Usar outras secções/páginas que não estas representa atribuir ainda menos relevância a essas questões. Das organizações analisadas, apenas quatro parecem dedicar grande importância a estas questões, se considerarmos a interpretação de Branco *et al.* (2014). A maioria apresenta informação dispersa por outras páginas/secções, não concedendo grande destaque a este tipo de informação. Como referem os autores, normalmente a apresentação na *homepage* deste tipo de informação é mais comum em grandes empresas uma vez que estas estão sujeitas a uma maior pressão e escrutínio por parte dos seus *stakeholders*. Isto leva a que estas procurem evidenciar a informação sobre sustentabilidade /responsabilidade social logo no primeiro contacto com o *website* da empresa. A quase totalidade das organizações analisadas são consideradas grandes empresas, o que poderá justificar a opção ao nível da comunicação da informação.

Em relação à informação especificamente sobre conciliação, parece que esta não merece tanta atenção como o tema da sustentabilidade/responsabilidade social pela maioria das empresas. Apenas cinco das empresas divulgam informação sobre conciliação, de forma dispersa no seu *website*, não dedicando nenhuma página/seção especificamente a este tema. Além disso, mesmo as organizações que fazem referência ao tema da conciliação na sua *homepage*, comunicam esta informação no âmbito das notícias da empresa, pelo que o destaque concedido neste âmbito parece ser

momentâneo, desaparecendo quando outras notícias mais recentes/revelantes forem objeto de maior destaque.

As organizações podem utilizar diferentes meios para comunicar a sua informação: recorrer a textos, imagens, incluir documentos para acesso direto em formatos como o PDF, e que podem ser descarregados. A Tabela 2 mostra os documentos e outro tipo de informação que permite responder à questão de investigação Q3. A análise dos *websites* permitiu concluir que a divulgação da informação sobre sustentabilidade/responsabilidade social ou especificamente sobre conciliação é feita maioritariamente através de texto no website, mas também de documentos adicionais que podem ser acedidos através desses *websites*.

Tabela 2. Tipos de documentos disponibilizados para divulgação da informação.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O
Manuais, códigos, relatórios e outros documentos similares da organização														
Código de boas práticas/ conduta	•			•	•	•		•	•					
Código de ética							•				•	•		
Relatório de sustentabilidade	•		•	•	•		•							
Outros	•		•	•	•		•				•	•		
Políticas da organização														
Política de recursos humanos	•												•	•
Política de conciliação									•				•	
Política de saúde e segurança dos trabalhadores			•										•	•
Política de sust./resp. social													•	•
Outras				•				•	•				•	•
Certificados e outros registos														
Referências a certificação, normas, símbolos e marcas (ISO/ OHSAS/NP) em Qualidade, Recursos humanos, etc.	•			•	•		•		•	•	•			•
Mais de duas certificações	•			•	•				•	•				•
Ref. a certificação <i>efr</i> e NP 4457	•		•		•		•	•	•					•

Notas: A – Delta; B – Baxter; C – EDP; D – Fidelidade; E – Bel ; F – Nippon; G – Brisa, H – Santander; I – XZ; J – Aveleda; L – Dianova; M – APPC; N – Pedrosa & Rodrigues; O – Morais e Leitão.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à presença de documentos adicionais relativos à sustentabilidade/responsabilidade social e à conciliação (categoria C2) os resultados indicam que apenas uma empresa não apresenta qualquer tipo de documentos como manuais, relatórios, códigos de conduta, etc. Sete das empresas (50%) apresentam inclusive mais do que um documento. Na subcategoria “outros”, os tipos de documentos apresentados são por exemplo: planos anuais e planos anuais e planos estratégicos, relatórios de desempenho, procedimentos anticorrupção, etc. Considerando a tendência para a publicação de relatórios de sustentabilidade (Fika, 2012) seria de esperar que as empresas divulgassem este tipo de documentos. Parece que esta tendência se verifica para um número significativo das organizações analisadas consideradas de maior dimensão. Por outro lado, nenhuma das organizações apresenta qualquer certificado (categoria C4). Apesar das organizações não disponibilizarem os seus certificados, existe referência à certificação de acordo com vários tipos de referenciais. Um dos mais referidos é a ISO 9001: sete das organizações são certificadas pela ISO 9001, apresentando cinco dessas empresas a certificação em outras áreas como como exemplo a certificação dos seus sistemas de gestão ambiental, e segurança e saúde no trabalho. No caso das políticas da empresa (categoria C5), apenas uma empresa (I) apresenta as suas políticas em documentos separados, sendo as restantes políticas apresentadas em texto inseridas em páginas/seções do *website*. Note-se que no âmbito da conciliação, e embora todas as empresas sejam consideradas organizações familiarmente responsáveis e detentoras de certificação no âmbito da conciliação, nem todas salientam este tipo de reconhecimento. Das catorze empresas com essa distinção, apenas metade destaca esta certificação, parecendo esta informação pouco valorizada ao nível da comunicação das organizações. Por exemplo, não surge junto à certificação com base noutros referenciais (e.g. ISO 9001), sendo necessário por vezes procurar bastante no site para chegarmos a essa informação.

A análise da natureza da informação disponibilizada incidiu apenas na temática da conciliação (categoria 6). Procurámos analisar quais os aspetos salientados nos *websites* pelas organizações, de modo a responder à Q4. Para além das referências à certificação da conciliação (início e fim do processo de certificação) e da importância e comprometimento com a conciliação que as empresas procuram comunicar, ou a menção às vantagens que podem advir de um equilíbrio entre as diferentes esferas (familiar, pessoal e profissional), verificamos que algumas empresas (três das sete que referem a conciliação) divulgam algumas práticas de conciliação, como apresentamos na Tabela 3.

Tabela 3. Tipo de informação sobre conciliação divulgada nos *websites*.

Práticas de conciliação	Org.
<i>Flexibilização do tempo e de formas de organização do trabalho</i>	
Aposta na flexibilidade de horários sempre que o colaborador necessite de dar resposta a outros compromissos pessoais e familiares	I
Alertas eletrónicos relativos ao excesso de trabalho	O
<i>Dispensas, licenças, faltas e outras medidas de proteção da parentalidade e apoio às famílias a pais trabalhadores</i>	
Práticas de conciliação	Org.
Respeito quanto às necessidades dos colaboradores no que respeita à maternidade e paternidade: cumprir a legislação neste âmbito e proporcionar mais algum tempo para que os colaboradores vivenciem um momento	I
Atentos às necessidades de apoio por situações de doença ou incapacidade de familiares	I
Possibilidade de trabalho a partir de casa	O
Descanso nos dias de aniversário dos filhos	I
<i>Benefícios sociais, apoios financeiros e outros apoios aos trabalhadores e famílias</i>	
Celebração do Dia da Família, num dia dedicado ao alinhamento de prioridades, partilha de conquistas, divulgação de novas medidas no âmbito da <i>efr</i>	E
Parcerias que vão de encontro às necessidades e interesses dos colaboradores: procura-se apresentar condições mais vantajosas, nomeadamente em atividades de saúde e bem-estar e oportunidades de aprendizagem. Aplicam-se a colaboradores e seus familiares diretos	I
Atividades desportivas e as ações de formação	I
<i>Diálogo e participação, e outras medidas genéricas</i>	
Criação de uma equipa de embaixadores <i>efr</i> , para mobilizar os colaboradores e enriquecer a vivência do processo de se tornar uma organização familiarmente responsável	E
Prevenção de riscos psicossociais, em particular do <i>mobbing</i> , e atenuação e/ou eliminação destes riscos, através de uma comunicação permanente e aberta com os colaboradores	I
Promoção de políticas (ex. que promovam o bom ambiente laboral) junto dos <i>stakeholders</i> , constituindo um veículo de disseminação das medidas de conciliação	I

Fonte: Elaboração própria.

Apesar do número de organizações que referem práticas de conciliação nos seus *websites* ser muito reduzido, podemos identificar algumas práticas que se podem enquadrar nas várias categorias consideradas na literatura. A prática de divulgação das medidas neste âmbito parece ser um ponto em que as organizações têm de melhorar, não apenas a nível interno, mas também externo. Num estudo feito com sete destas empresas (CEP, 2018), constatou-se que um desafio enfrentando por metade das organizações analisadas era a comunicação interna das medidas, que consideram não funcionar devidamente. Por exemplo, na fase da preparação para a certificação *efr*, a maioria destas organizações percebeu, durante a fase de diagnóstico, que as medidas que tinham estavam mal comunicadas e/ou que muitos dos seus colaboradores não tinham percepção dos seus benefícios. Mesmo no caso da comunicação interna, a maioria das

empresas analisada recorria à intranet ou a newsletters, ou mesmo em casos em que existem colaboradores sem acesso a computadores, optam por outras soluções, como a afixação de cartazes ou a designação de pessoal encarregue da divulgação (CEP, 2018).

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste estudo é explorar e analisar como o tema da conciliação é considerado ao nível da comunicação sobre CSR/CS pelas organizações certificadas como familiarmente responsáveis. Os resultados permitem-nos concluir que a maioria das empresas analisadas concede alguma atenção à divulgação de questões relacionadas com a sustentabilidade/responsabilidade social, mas a questão da conciliação parece não merecer a mesma atenção, sendo em número muito reduzido as organizações que disponibilizam informação sobre o tema, o que vai ao encontro de resultados de outros estudos (por exemplo, Medrado & Jakson, 2015). Isto apesar da importância crescente que o tema tem despertado a nível académico e pelos governos e outros organismos internacionais. Em Portugal, esta importância conduziu à publicação de um referencial normativo (NP 4552:2016) que serve de base à certificação de sistema de gestão em conciliação. O número de empresas certificadas com este normativo é ainda muito reduzido, havendo, no entanto, empresas portuguesas certificadas em conciliação através de outro referencial (*efr*).

A certificação é uma forma dos *stakeholders* avaliarem o comprometimento e performance das empresas em relação à sua atividade e práticas/iniciativas e das empresas alcançarem legitimidade e reputação. Seria assim de supor que estas empresas, sendo certificadas em conciliação, apostassem na divulgação de informação neste âmbito, de modo a melhorarem a sua imagem e reputação. Tal parece não acontecer, de acordo com os resultados do nosso estudo. Contudo, reconhecemos que será necessária, em trabalhos futuros aprofundar o nosso estudo, que apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, a nossa análise centrou-se no conteúdo dos *websites*, mas não foram considerados os documentos disponibilizados nesses *websites* como políticas, relatórios, códigos de conduta, ética, etc., e que poderão trazer uma perspetiva diferente da obtida. Por outro lado, e pese embora a tendência para o uso crescente da *internet* e do recurso aos *websites* na comunicação das organizações, a escolha do meio para divulgar informação está relacionado com o tipo de público a quem a mensagem é dirigida. Segundo Branco & Rodrigues (2006), como os *websites* se dirigem a um público mais abrangente (e.g. os clientes), do que outros meios de *reporting* (e.g., relatórios anuais destinados a investidores) é natural que as empresas

deem destaque a informação relacionada com os clientes/produtos ou mesmo com a comunidade e não tanto relacionada com outros *stakeholders*. Uma vez que os principais visados com a conciliação são *stakeholders* internos, os trabalhadores, isso poderá não incentivar tanto a divulgação para o exterior deste tipo de informação. Acresce ainda que o facto de não haver muita divulgação da informação quanto à conciliação, não significa necessariamente que as empresas não implementem boas práticas nesta área. O que parece é a existência de um *gap* entre o que é comunicado e as práticas existentes. Seria necessário não só aprofundar o conhecimento quanto às práticas efetivamente adotadas, mas também compreender porque razão não é promovida a sua comunicação interna e externa. A falta de comunicação interna foi já assinalada num estudo anteriores (CEP, 2018) como um fator que pode estar a impedir a adoção generalizadas de medidas de conciliação. É assim necessário continuar a investigar esta questão da comunicação para facilitar a promoção de uma visão mais abrangente sobre a temática da conciliação. As organizações, e os seus gestores, que mostraram já o seu compromisso em termos de responsabilidade social nesta área, têm um papel relevante nessa promoção.

REFERÊNCIAS

- Allen, T. D., Johnson, R. C., Kiburz, K. M., & Shockley, K. M. (2013). **Work–family conflict and flexible work arrangements: Deconstructing flexibility.** *Personnel Psychology*, 66(2), 345-376. doi.org/10.1111/peps.12012.
- Beauregard, A.T., & Henry, L. C. (2009). **Making the link between work-life balance practices and organizational performance.** *Human resource management review*, 19(1), 9-22. doi.org/10.1016/j.hrmr.2008.09.001.
- Beham, Präg & Drobníč (2012). **Who's got the balance? A study of satisfaction with the work-family balance among part-time service sector employees in five Western European countries.** *The International Journal of Human Resource Management*, 23(18), 1-17. doi:10.1080/09585192.2012.654808.
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2006). **Communication of Corporate Social Responsibility by Portuguese Banks. A Legitimacy Theory Perspective.** *Corporate Communications: An International Journal*, 11(3), 232-248.
- Branco, M., Delgado, C., Sá, M., & Sousa, C. (2014). **Comparing CSR communication on corporate web sites in Sweden and Spain.** *Public Journal of Management*, 9(2), 231-250.
- Carvalho, F. J. F. (2013). **A divulgação de informação sobre sistemas integrados de gestão (SIG), sustentabilidade empresarial (SE) & responsabilidade social empresarial (RSE), nos websites das empresas portuguesas certificadas: “Uma análise exploratória”** (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/11110/641>.
- Chaudhri, V., & Wang, J. (2007). **Communicating corporate social responsibility on the internet.** *Management Communication Quarterly*, 21(2), 232-247.

- Comissão das Comunidades Europeias (CCE) (2001). **Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas**. Bruxelas, U.E.
- Confederação Empresarial de Portugal (CEP) (2018). **Desafios à conciliação família-trabalho**. Acedido em: http://cip.org.pt/wp-content/uploads/2019/03/Nova-SBE_relatorio-final_06.12.2018.pdf
- Dienes, D., Sassen, R. & Fischer, J. (2016). **What are the drivers of sustainability reporting? A systematic review**. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 7(2), 154-189.
- Du, S., Bhattacharya, C., & Sankar, S. (2010). **Maximizing business returns to corporate social responsibility (CSR): The role of CSR communication**. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), 8-19.
- Ehsan, S., Nazir, M. S., Nurunnabi, M., Khan, Q., R., Tahir, S. & Ahmed, I. (2018). **A Multimethod Approach to Assess and Measure Corporate Social Responsibility Disclosure and Practices in a Developing Economy**. *Sustainability*, 10, 2955.
- Fifka, M. S. (2012). **The development and state of research on social and environmental reporting in global comparison**. *Journal fur Betriebswirtschaft*, 62 (1), 45-84.
- Fundación mas Familia (2019). **Certificado efr**. Acedido em <http://www.masfamilia.org>.
- Guerreiro, M. D., Lourenço, V. & Pereira, I. (2006). **Boas práticas de Conciliação entre a Vida Profissional e Vida Familiar**. Lisboa: CITE.
- Gullekson, N. L., Griffeth, R., Vancouver, J. B., Kovner, C., & Cohen, D. (2014). **Vouching for childcare assistance with two quasi-experimental studies**. *Journal of Managerial Psychology*, 29(8), 994-1008. doi.org/10.1108/JMP-06-2012-0182.
- Hahn, R. & Kühnen, M. (2013). **Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research**. *Journal of Cleaner Production*, 59, 5-21.
- Ho, L. J. & Taylor, M. E. (2007). **An Empirical Analysis of Triple Bottom Line Reporting and Its Determinants: Evidence from the United States and Japan**. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 18, 123-150.
- Hsieh, H. F. & Shannon, S. E. (2005). **Three approaches to qualitative content analysis**. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277-1288.
- Instituto Português de acreditação (IPAQ) (2019). Base de dados. Acedido em: http://www.ipac.pt/pesquisa/pesq_empcertif.asp.
- Kossek, E. E., Lewis, S. & Hammer, L. B. (2010). **Work-life Initiatives and Organizational Change: Overcoming Mixed Messages to Move from the Margin to the Mainstream**. *Human Relations*, 63(1), 3-19. doi: 10.1177/0018726709352385.
- krippendorff, K. (2004). **Measuring the Reliability of Qualitative Text Analysis Data**. *Quality & Quantity*, 38(6), 787-800.
- Kühn, A., Stiglbauer, M. & Fifka, M.S. (2018). **Contents and Determinants of Corporate Social Responsibility Website Reporting in Sub-Saharan Africa: A Seven-Country Study**. *Business & Society*, 57(3) 437-480.
- Leal, A. S., Caetano, J., Brandão, N. G., Duarte, S. E. & Gouveia, T. R. (2011) **Responsabilidade Social em Portugal**. Lisboa: Deplano Network.

- Matias, M. & Fontaine, A., M. (2012). **A Conciliação de Papéis Profissionais e Familiares: O Mecanismo Psicológico de Spillover**. *Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação*, 28 (2), 235-243.
- Mayring, P. (2000). **Qualitative Content Analysis**. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 1(2). Acedido em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1089>.
- McCarthy, A., Darcy, C., & Grady, G. (2010). **Work-Life Balance Policy and Practice: Understanding Line Manager Attitudes and Behaviors**. *Human Resource Management Review*, 20, 158-167.
- Medrado L, & Jackson L.A. (2015) **Corporate nonfinancial disclosures: An illuminating look at the corporate social responsibility and sustainability reporting practices of hospitality and tourism firms**. *Tourism and Hospitality Research*, 16 (2), 116–32. doi.org/10.1177/1467358415600210.
- Mills, M., Tsang, F., Präg, P., Ruggeri, K., Miani, C. & Hoorens, S. (2014). **Gender equality in the workforce: Reconciling work, private and family life in Europe. European Union, 2014**. Acedido em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR462.html.
- NP 4522:2014 – **Norma Portuguesa para Organizações Familiarmente e Responsáveis**. Instituto Português da Qualidade, Costa da Caparica.
- NP 4552:2016 – **Sistema de gestão da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. Requisitos**. Instituto Português da Qualidade, Costa da Caparica.
- Präg, P., Mills, M & Wittek, R. (2014). **Income and income inequality as social determinants of health: do social comparisons play a role?**. *European Sociological Review*, 30, 218–229.
- Raghupathi, V. & Raghupathi, W. (2019). **Corporate Sustainability Reporting and Disclosure on the Web: An Exploratory Study**. *Information Resources Management Journal*, 32(1), 1-27.
- Reilly A. H. & Larya, N. (2018). **External Communication About Sustainability: Corporate Social Responsibility Reports and Social Media Activity**. *Environmental Communication*, 12(5), 621-637.
- Robalo, R. & Patrociínio, W. (2018). **CRS disclosure on the websites of portuguese foundations**. Proceedings of GECAMB2018 – Conference on Environmental Management and Accounting, Setúbal, 8-9 november. 529-547.
- Solomon, J. (2010). **Corporate Governance and Accountability**, 3rd Edition. John Wiley & Sons: Chichester.
- Tang, L., Gallagher, C.C. & Bie, B. (2015). **Corporate Social Responsibility Communication Through Corporate Websites: A Comparison of Leading Corporations in the United States and China**. *International Journal of Business Communication*, 52(2) 205–227.
- Teixeira, R. & Nascimento, I. (2011). **Conciliação trabalho-família: Contribuições de medidas adotadas por organizações portuguesas**. *Revista brasileira de orientação profissional*. 12 (2), 215-225.
- Tewari, R. & Dave, D. (2012). **Corporate Social Responsibility: Communication through Sustainability Reports by Indian and Multinational Companies**. *Global Business Review*, 13(3), 393–405. doi:10.1177/09721509120130030.
- Thompson, C. A., Beauvais, L. L., & Lyness, K. S. (1999). **When work–family benefits are not enough: The influence of work–family culture on benefit utilization, organizational attachment, and work–family conflict**. *Journal of Vocational Behavior*, 54(3), 392-415. doi.org/10.1006/jvbe.1998.1681.

Tremblay, D. & Genin, E. (2011). **Parental Leave: An Important Employee Right, But an Organizational Challenge.** *Employee responsibilities and rights journal*, 23, 249–268. doi 10.1007/s10672-011-9176-0.

Van der Laan, S. J., Adikhari, A., & Tondkar, R. H. (2005). **Exploring differences in social disclosures internationally: a stakeholder perspective.** *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), 123–151.

Vuontisjärvi, T. (2006). **The European context for corporate social responsibility and human resource management: an analysis of the largest Finnish companies.** *Business Ethics. A European review*, 15 (3), 271-291. doi.org/10.1111/j.1467-8608.2006.00449.x.

Wong, S. & Ko, A. (2009). **Exploratory study of understanding hotel employees' perception on work-life balance issues.** *International Journal of Hospitality Management* 28(2), 195-203. DOI: 10.1016/j.ijhm.2008.07.001.

Wood, S., & Menezes, L. M. (2007). **Family-Friendly, Equal-Opportunity, and High-Involvement Management in Britain.** In P. Boxall, J. Purcell, & P. Wright, *The Oxford Handbook of Human Resource Management* (581-598). Oxford: Oxford University Press.

CAPÍTULO 18

ASSOCIAÇÕES QUE PROMOVEM O ENVELHECIMENTO ATIVO; UMA FERRAMENTA NO FUTURO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Data de submissão: 14/02/2022

Data de aceite: 04/03/2022

Maria da Graça Moreira

Faculdade de Arquitetura -CIAUD/GEU
Universidade de Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-9501-877X>

RESUMO: Este artigo apresenta uma pesquisa sobre o papel que as universidades seniores podem desempenhar como ferramentas para a promoção do desenvolvimento local. As universidades de terceira idade, como entidades que promovem o envelhecimento ativo e saudável da população, são associações com um potencial muito significativo para a recuperação de algumas práticas culturais nos territórios onde a população idosa é dominante, associações que promovem o envelhecimento ativo podem desempenhar um papel relevante um desenvolvimento mais sustentável do território. Sendo associações de cidadãos podem ser um interlocutor interessante para as problemáticas de gestão do território. As atividades culturais ligadas ao desenvolvimento da preservação do

património, nomeadamente grupos musicais tradicionais e respectivos instrumentos e, em geral, a sua contribuição para comunidades saudáveis envelhecidas. A criação de grupos de estudantes que se organizam para participar de eventos locais e regionais promovem o processo de envelhecimento ativo e criam uma motivação que se espalha nas comunidades do entorno. Algumas das populações idosas que atualmente vivem em áreas rurais desenvolveram as suas atividades produtivas em áreas urbanas, não tendo relação direta com a agricultura e, portanto, precisam manter diferentes atividades sociais e relacionamentos da população que sempre viveu em áreas rurais e que mesmo os idosos mantêm atividades de agricultura de subsistência, o que levou à criação de muitos núcleos de universidades seniores com múltiplos valores. Atualmente, muitos dos serviços prestados à população, incluindo instalações públicas, foram encerrados, diminuindo ainda mais a já difícil situação destas regiões, tornando quase impossível a instalação de novas populações mais jovens devido à falta de escolas ou serviços para crianças em geral. Assim, a importância do envelhecimento da população nesses territórios é cada vez mais importante e o desenvolvimento de atividades para manter uma comunidade saudável é fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento activo. Regiões de baixa densidade. Universidade Sénior.

ASSOCIATIONS THAT PROMOTE ACTIVE AGING; A TOOL FOR THE FUTURE OF LOCAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: This paper presents research on the role that senior universities can play as tools for promoting local development. Third-age universities, as entities that promote active and healthy ageing of the population, are associations with a very significant potential for the recovery of some cultural practices in territories where the elderly population is dominant, associations that promote active ageing can play a more sustainable development of the territory. Being citizens' associations can be an interesting interlocutor for the problems of territory management. Cultural activities linked to the development of heritage preservation, including traditional musical groups and their instruments and, in general, their contribution to healthy ageing communities. The creation of groups of students who organize to participate in local and regional events promote the process of active ageing and create a motivation that spreads in the surrounding communities. Some of the elderly populations that currently live in rural areas have developed their productive activities in urban areas, having no direct relation with agriculture and therefore need to maintain different social activities and relationships of the population that has always lived in rural areas and that even the elderly maintain subsistence farming activities, which has led to the creation of many core multi-level senior colleges. Many of the services provided to the population, including public facilities, have now been closed, further reducing the already difficult situation in these regions, making it almost impossible to establish new younger populations due to the lack of schools or services for children in general. Thus, the importance of population ageing in these territories is increasingly important and the development of activities to maintain a healthy community is critical.

KEYWORDS: Active ageing. Low density regions. Senior University.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é sobre uma investigação, em desenvolvimento, sobre a importância que associações, como as universidades seniores, podem desempenhar como instrumentos para a promoção do desenvolvimento local.

As universidades ou academias de terceira idade, são entidades que promovem o envelhecimento ativo e saudável da população; são associações com um potencial muito significativo para a recuperação de algumas práticas culturais, nos territórios onde a população idosa é dominante.

Alguma da população idosa, que atualmente vive em áreas rurais, desenvolveu as suas atividades produtivas em áreas urbanas, não tendo relação direta com a agricultura e, portanto, precisam manter atividades sociais e relacionamentos, diferentes da população que sempre viveu em áreas rurais, e que mesmo sendo idosa mantêm por exemplo, atividades de agricultura e pecuária de subsistência que lhe ocupa os dias.

Esta população urbana promoveu a criação de muitos núcleos de universidades seniores com múltiplos valores em vilas e aldeias do país.

As atividades culturais ligadas à preservação do património, nomeadamente grupos musicais tradicionais e respectivos instrumentos são alguns dos programas das US e que este trabalho quer avaliar.

A criação de grupos de estudantes que se organizam para participar em eventos locais e regionais promovem o processo de envelhecimento ativo e criam uma motivação que envolve as comunidades.

2 METODOLOGIA DO PROJETO

A metodologia usada para o desenvolvimento deste projecto começou pela análise da definição do conceito de Universidade Sénior e a sua evolução, na Europa e a sua introdução em Portugal. Para a verificação da hipótese escolheu-se um conjunto de municípios com valores elevados de população idosa e sem grandes aglomerados urbanos. Estes municípios estão todos situados nas margens do Tejo.

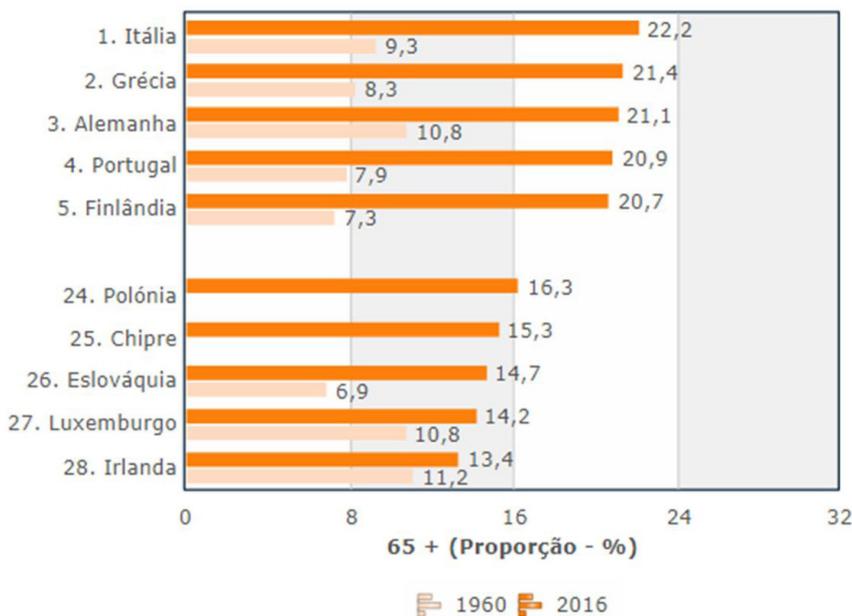
Foi elaborado um questionário exploratório que foi enviado, em 2018, aos responsáveis das Universidades seniores e de que se receberam algumas respostas. Foi feita uma análise quantitativa e qualitativa das respostas. Posteriormente será feita uma visita às US dos municípios em análise e uma entrevista ao responsável de cada unidade. Este processo foi interrompido com o aparecimento da pandemia de COVID 19 e o encerramento das universidades seniores em todo o país. Será retomado em 2022 quando as atividades forem reabertas.

3 ORIGEM DAS UNIVERSIDADES SENIORES

As Universidades Seniores ou Universidades para a 3ª idade surgiram, como conceito, em França na Faculdade de Ciências Sociais de Toulouse em 1973, como um movimento ligado às Universidades e para oferecer sessões magistrais ou conferencias à população (AUTANB, 2013).

Em Inglaterra o conceito passou nos anos 80 para os grupos auto organizados de aprendizagem de temas que lhes interessam, com professores que fazem parte do grupo e com outro tipo de saberes, alguns mais relacionados com os conhecimentos que a população já tem.

Figura 1: Proporção da População com +65 anos na população total por país em 1960 e 2016.



Fonte: Pordata.

O aumento da longevidade da população, associada à melhoria da sua condição física permitiu o desenvolvimento de atividades recreativas, por este grupo etário (+50 anos) e funcional de reformados ou trabalhadores a tempo parcial.

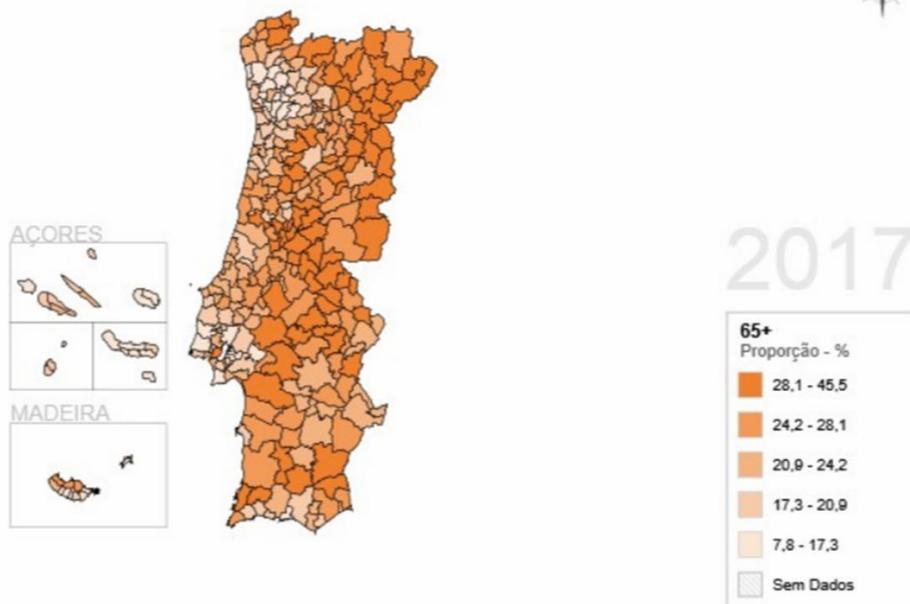
A Europa tem, em média, um acentuado peso de população com +65 anos (19.3%), e esta tem vindo a aumentar, distribuída de forma muito desigual entre os países (Fig.1).

Em Portugal a média da população com +65 anos é de 20.9%, mas alguns municípios chegam a ter 45,5% como é o caso de Alcoutim ou 41.3% em Vinhais ambos em áreas de baixa densidade e longe das principais cidades do país.

4 AS UNIVERSIDADES SENIORES EM PORTUGAL

As Academias e Universidades Seniores (US) são “como respostas socioeducativas que visam criar e dinamizar regularmente atividades nas áreas sociais, culturais, do conhecimento, do saber e convívio, a partir dos 50 anos de idade, prosseguidas por entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos” in RCM 76/2016.

Figura 2: Proporção da população com +de 65 anos (2017).



Fonte: Pordata.

Tiveram início na década de 80 do século passado, apoiadas maioritariamente pelo sector social e pela autarquias locais.

Estão distribuídas por 171 concelhos, o que corresponde a 60% dos 278 no continente, em 2015. São no total 250 associações com + 35000 alunos no conjunto.

A oferta formativa é muito variada, mais perto do modelo inglês, com cursos que vão do teatro e de música até à gastronomia e bordados (dentro da oferta ligada ao património regional). Com Música há 67% das US e com Teatro 47% (Fonte: RUTIS, 2015).

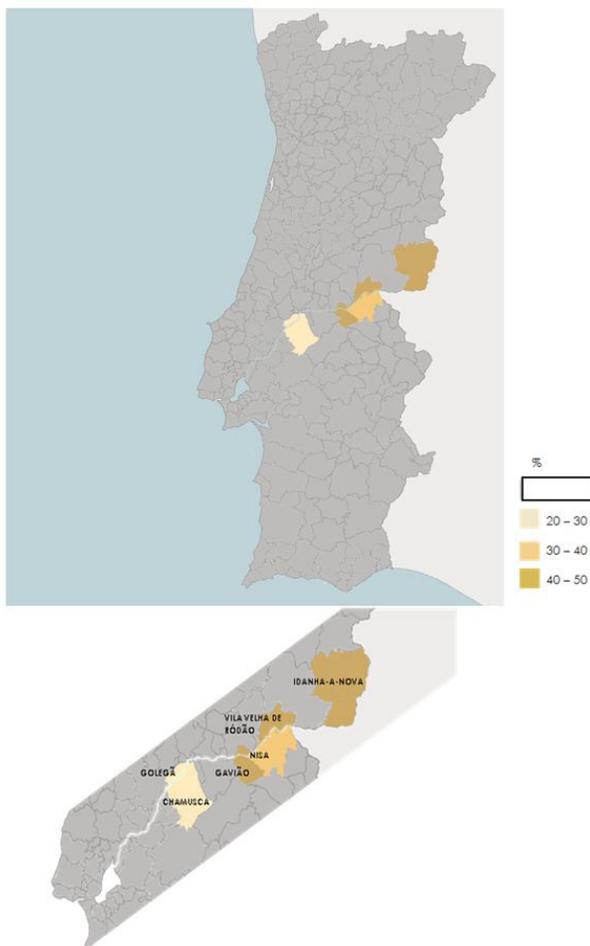
4.1 CASOS DE ESTUDO

Foram escolhidos 6 municípios com características rurais (baixa densidade e sem grandes aglomerados urbanos) nas margens do rio Tejo.

No NUT3 Beira Baixa – Idanha a Nova e Vila Velha de Rodão, no Alto Alentejo – Gavião e Nisa e na Lezíria do Tejo – Chamusca e Golegã.

Todos os municípios apresentam população com +de 65 anos, acima da média nacional (Fig. 3).

Figura 3: % de população com +65 anos nos Municípios casos de estudo.



Fonte: INE, 2011.

O município com percentagem mais elevada de população com + 65anos é Vila Velha de Rodão com 44%, a Golegã tem o valor mais baixo, do grupo, com 25%.

Quadros 1: Variação da população residente.

Concelhos	Var. Pop. 2001-2017
Chamusca	-17%
Gavião	-28%
Golega	-4%
Idanha-a-Nova	-27%
Nisa	-26%
Vila Velha de Rodão	-21%

Quadro 2: Densidade 2001/2017 populacional 2016.

Concelhos	Densidade pop. 2016 (ind/km2)
Chamusca	12,8
Gavião	12,2
Golega	65,7
Idanha-a-Nova	6,1
Nisa	11,4
Vila Velha de Rodão	9,9

Todas as US analisadas oferecem formação em áreas culturais ligadas ao património material e imaterial local. A musica, sobre várias formas e o teatro são comuns a todas. A tauromaquia e a gastronomia são específicas de uma única US.

Quadro 3: Características das Universidades Seniores estudadas.

Designação	Concelhos	nº alunos	ano de fundação
Universidade Senior Da Carreira - Chamusca	Chamusca	68	2014
Universidade Sénior da União das Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande	Chamusca	100	2016
Universidade Senior do Gavião	Gavião	68	2008
Academia Sénior da Golegã	Golegã	102	2003
Universidade Senior de Idanha a Nova	Idanha-a-Nova	34	2015
Universidade Senior de Nisa	Nisa	294	2017
Academia Sénior de Vila Velha de Ródão	Vila Velha de Rodão	123	2015

A universidade sénior mais antiga está na Golegã ligada à Santa Casa da Misericórdia e foi criada em 2003, a mais recente foi criada em 2017 e está em Nisa, a funcionar em instalações cedidas pela Camara Municipal.

Figura 4: Participação Da US de Idanha a Nova uma festa popular no concelho.



A participação em espetáculos no município ou em eventos noutros pontos do país é uma forma de divulgar o património cultural que detêm (Fig. 4) e de promover o lazer de toda a população residente e de visitantes.

5 CONCLUSÃO

Em Portugal, as universidades seniores tem tido grande aceitação pela população, estando representadas em municípios com características demográficas muito variadas.

Da análise feita pode-se concluir que as universidades seniores estão a valorizar a cultura local pelo tipo de cursos que oferecem e preservar o património material e imaterial das regiões.

Todas participam em espetáculos que divulgam as características culturais de cada concelho.

Estas associações tem-se vindo a multiplicar, mesmo em municípios com grandes perdas de população.

Durante os anos de 2020 e 2021 estas associações foram encerradas devido à propagação do COVID 19 que era particularmente perigoso para a população senior.

No início de 2022 as atividades estão a ser retomadas lentamente, na medida em que os utentes estão vacinados e por isso as atividades coletivas em ambientes *indoor* foram autorizadas.

REFERÊNCIAS

(AUTANB), A. d. U. d. t. â. d. N.-B. (Juin 2013) Réflexions de l'Association des Universités de 3e âge de Nouveau-Brunswick en matière de formation continue. Available online: [Acedido 21 Maio 2018].

Cernea, Michael M.. 1988. Nongovernmental organisations and local development (English). World Bank discussion papers; no. WDP 40. Washington, DC: The World Bank. Acedido a 23 Junho 2018: <http://documents.worldbank.org/curated/en/723711468739268149/Nongovernmental-organizations-and-local-development>.

Eurostat, Regional Year Book 2017 edition; Acedido a 12 Abril 2018 <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/8222062/KS-HA-17-001-EN-N.pdf/eaebef7a-0c80-45af-ab41-0f806c433763>.

Pordata, Acedido 12 Abril 2018: <https://www.pordata.pt/Subtema/Municipios/Censos+da+Popula%C3%A7%C3%A3o-204>.

Rutis (2015) Lista Oficial das Universidades Seniores e Academias Seniores reconhecidas em Portugal, CES acedido a 12 Abril 2018: <http://www.uf-gvj.pt/uploads/p19ujfqb1n1m9418maqk8qd7b8h4.pdf>.

CAPÍTULO 19

PROTEÇÃO À MULHER NO HORIZONTE DA PACIFICAÇÃO SOCIAL

Data de submissão: 16/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Marzely Gorges Farias

Universidade do Estado de Santa Catarina
(UDESC)
Florianópolis, Santa Catarina
<http://orcid.org/0000-0002-0813-7891>

Zelindro Ismael Farias

Universidade do Estado de Santa Catarina
(UDESC)
Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Socioambiental
(Ppgplan/Faed)
Florianópolis, Santa Catarina
<https://orcid.org/0000-0001-5079-2008>

Cleia Demétrio Pereira

Universidade do Estado de Santa Catarina
(UDESC)
Florianópolis, Santa Catarina
<https://orcid.org/0000-0003-2056-333X>

Martha Inés Moreno Mendel

Instituição Universitária Politécnico
Grancolombiano (IUPG)
Bogotá, Colômbia
<https://orcid.org/0000-0002-2822-7165>

RESUMO: No mundo, segundo o mapa da violência: Homicídio de Mulheres (2015), o Brasil já ocupa a 5ª colocação em ocorrências de feminicídio. Esse estudo, em parceria com organizações governamentais e movimentos feministas e de mulheres, do “Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade (CNPq Udesc) referente à ações para a pacificação social via programa de extensão e projeto de pesquisa sobre direitos humanos das mulheres, visa contribuir na redução dos indicadores de violências contra mulheres por meio do aperfeiçoamento de estratégias de prevenção e planos de segurança, segundo as diretrizes do governo brasileiro (2015) referentes à aplicação de medidas protetivas de urgência (casos enquadrados na LMP - Lei Maria da Penha nº 11.340/2006) e o uso de recursos tecnológicos de monitoramento. Para tanto, analisar-se-á as boas práticas de políticas públicas e construir-se-á argumentos doutrinários quanto à intervenção de medidas protetivas pela análise da legislação do direito comparado luso-brasileiro. Nesse contexto, far-se-á a análise da LMP e do regime jurídico de Portugal aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas (Lei nº 112/2009). A fim de contextualizar apresentar-se-á o recorte, por via da análise, do caso concreto de uma estudante universitária - vítima de feminicídio.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos das Mulheres. Políticas Públicas. Violências de gênero. Lei Maria da Penha. Feminicídio.

PROTECTION FOR WOMEN IN THE HORIZON OF SOCIAL PACIFICATION

ABSTRACT: The increase in violence against women and girls, with serious consequences for society, increasingly demonstrates the complexity of our society's transformation process in relation to understanding and changing the limits and impacts of these practices. In the humanistic conception of online education, this challenge is present in the integral formation of the people with a view to the reorientation of collective and individual lifestyles for the protection and expansion of the citizenship of women. Being humanism understood as a reflection of a philosophical character, based on anthropological aspects and considerations on contemporary challenges, as well as limits and potentialities of people, this study aims to analyze historical and theoretical premises on the human rights of women with a view to contributing for a critical teacher training in Distance Education, in respect of human dignity, equity and the dialogue of knowledge between teachers and students, that allows the reduction of gender violence, especially the indicators of rape and femicide.

KEYWORDS: Women's Human Rights. Public Policies. Gender Violence. Maria da Penha Law. Femicide.

1 INTRODUÇÃO

No mundo, segundo os resultados de um levantamento promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada o Brasil (2015) já ocupa a 5ª colocação em ocorrências de feminicídio, seja a morte, o extremo da violência contra mulheres enquadrado num contexto político, no qual é verificado o exercício de um poder derivado de fatores culturais. De fato, diante de estatísticas que revelam uma condição de calamidade pública, Kofi Annan (ex-secretário geral da organização das nações unidas – ONU) se manifestou enfaticamente: “a violência doméstica contra mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não Conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza”. Destacou, ainda, “enquanto se mantiver, não podemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz (ONU/Mulher 2000)”.

A complexidade desta temática exige constância na atenção e no cuidado, bem como de estudos sistemáticos com vista à formação de pessoas - ativistas, profissionais da educação, saúde e segurança pública, operadores do direito, etc. -, pois “o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção” (Paulo Freire).

Diante desta complexa realidade, o *Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade* (CNPq/Brasil) - em parceria com organizações governamentais e movimentos feministas e de apoio à mulheres - desenvolve ações sistematizadas (via programas de extensão e projetos de pesquisa) sobre Educação em Direitos Humanos e Cidadania das Mulheres com vista à igualdade para a pacificação social.

Entre os estudos e ações realizados pelo grupo de pesquisa, apresentar-se-á neste artigo, em uma pesquisa exploratória documental, no âmbito do direito comparado, a análise dos instrumentos jurídicos luso-brasileiro e as boas práticas de políticas públicas objetivando a construção de argumentos doutrinários quanto à intervenção de medidas protetivas de urgência às mulheres vítimas de violência doméstica. Neste sentido, para dar conta do objetivo, se faz necessário a apresentação da conexão entre o gênero direitos humanos e a espécie direitos das mulheres para dar suporte a interpretação dos instrumentos jurídicos de Proteção aos Direitos Humanos das Mulheres. Instrumentos estes auspiciados pelo Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificados pelo Estado Brasileiro e pelo Estado Português. Em seguida, far-se-á uma análise comparativa entre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e o regime jurídico de Portugal (Lei nº 112/2009) aplicável à medidas protetivas de urgência com destaque para o uso de recursos tecnológicos de monitoramento. Ademais, a fim de contextualizar apresentar-se-á o recorte, por via da análise, do caso concreto de vítima de feminicídio envolvendo pessoas da área de educação brasileira. Finalizar-se-á com as considerações finais e as referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CONEXÃO ENTRE O GÊNERO DIREITOS HUMANOS E A ESPÉCIE DIREITOS DAS MULHERES

A construção das **discriminações de gênero** estão diretamente relacionadas as diferenças socialmente construídas que são naturalizadas, isto é, são atribuídas a uma suposta essência masculina ou feminina com diferentes papéis e lugares sociais, que implicam diferentes valores e capacidades atribuídos a mulheres e homens na sociedade e, conseqüentemente, acesso desigual a recursos, oportunidades e benefícios, que impactam na dignidade das mulheres. Até mesmo na era do humanismo, as **discriminações excluíram as mulheres como portadoras dos direitos de cidadania no primeiro documento político a estabelecer o princípio da universalidade**, embora estas tenham participado ativamente na luta por este ideal durante a revolução francesa. Este Documento intitulado, somente e tão somente, Declaração dos direitos do homem e do cidadão (FRANÇA, 1789). Entretanto, em decorrência deste fato, Olympe de Gouges (revolucionária, historiadora e jornalista), tentando assegurar também a cidadania às mulheres, redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (FRANÇA, 1791). Estas declarações são documentos históricos relevantes, pois no século XX foram utilizadas para a elaboração da “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**”, que tem como princípio fundante a **igualdade de direitos entre mulheres e homens**.

No primeiro ano da **ONU (1948)**, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) estabeleceu sua **Comissão sobre o Status da Mulher**, como o principal órgão de decisão política dedicado exclusivamente à igualdade de gêneros e ao avanço das mulheres. Uma de suas primeiras realizações foi assegurar a neutralidade de gênero no projeto de Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Declaração marco, adotada pela Assembleia Geral em 10 de dezembro de 1948, reafirma que **“todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”** e que **“todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, religião... ou qualquer outra condição”** (ONU Mulheres, Internet).

Declaração esta auspiciada pela ONU e pelos seus Estados Membros, que acordaram em promover os direitos humanos por meio de pactos e convenções (instrumentos jurídicos vinculativos), implicando na obrigação do cumprimento de todas as suas disposições pelos Estados Membros (Ver teor disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 5º da CRFB, 1988).

Embora os principais documentos de direitos humanos e praticamente todas as constituições da era moderna proclamem a igualdade de todos, essa igualdade, infelizmente, continua sendo compreendida em seu aspecto formal e estamos ainda longe de alcançar a igualdade real, substancial entre mulheres e homens (DE FARIA, Helena; DE MELO, Mônica, 1998, p. 373).

À medida que o movimento feminista internacional começou a ganhar força nos anos 70, a Assembleia Geral da ONU declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e organizou a 1ª Conferência Mundial sobre as Mulheres. No impulso da Conferência, os anos de 1976 a 1985 foram declarados a Década da Mulher (ONU Mulheres, Internet).

Destarte, o sistema da ONU adotou instrumentos específicos sobre os **direitos humanos da mulher**, entre os quais a **Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher** que apresenta, no seu art. 1º, a definição de “discriminação contra a mulher”.

[...] toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na **igualdade** do homem e da mulher, dos **direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo** (ONU/Cedaw, 1979, grifo nosso).

Mostra-se insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. [...]. Nesse sentido, **as mulheres devem ser vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição social**. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial (PIOVESAN, Flávia, 1998, p. 140).

Tal questão ensejou o princípio 4º da conferência sobre população e desenvolvimento.

Os **direitos humanos das mulheres e das meninas** são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena

e igual das mulheres na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a **erradicação de todas as formas de discriminação com base no gênero são objetivos prioritários da comunidade internacional** (ONU/CIPD, 1994).

A Professora Clair Castilhos Coelho - ativista do Movimento de Mulheres do Brasil - em sua fala durante a reunião de revisão de metas no evento Pequim+20, destacou: **“os direitos humanos sem os direitos das mulheres não são humanos**. Reivindicávamos o direito de ter direito.”

A transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados. Só por essa fundamental reestruturação da sociedade e suas instituições poderiam as mulheres ter plenos poderes para tomar o seu lugar de direito como parceiros iguais aos dos homens em todos os aspectos da vida. Essa mudança representou uma reafirmação de que **os direitos das mulheres são direitos humanos e que a igualdade de gênero** era uma questão de interesse universal, beneficiando a todos (<https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>, 2015).

Em 2010 foi criado um órgão único da ONU encarregado de acelerar os progressos para alcançar a igualdade de gênero e fortalecer a autonomia das mulheres. A ONU Mulheres¹ – reúne quatro agências e escritórios da Organização: o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), o Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero e o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW). Por meio de parcerias com a sociedade civil, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, universidades, empresas e o sistema das Nações Unidas, a **ONU Mulheres** defende os compromissos internacionais² assumidos pelos Estados-Membros da ONU com os direitos humanos das mulheres, tais como: 1) Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, auspiciada pela Assembleia Geral da ONU em 18/12/1979 (ONU/Cedaw³, 1979): considerada a **carta de direitos humanos das mulheres**, com força de lei no marco legal brasileiro⁴, é constituída por um preâmbulo e 30 **artigos**, sendo que **16 deles contemplam direitos substantivos que devem ser respeitados, protegidos, garantidos e promovidos pelo Estado**; /2) Declaração e Programa de Ação da 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993): destacada pelo reconhecimento dos **direitos humanos das mulheres** e meninas **como** parte inalienável, integral e indivisível dos **direitos humanos universais**; /3) Declaração e Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e

¹ A ONU Mulheres possui 6 áreas prioritárias: liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico; fim da violência contra mulheres e meninas; paz e segurança e emergências humanitárias; governança e planejamento; e, normas globais e regionais.

² <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>

³ CEDAW: Convention on the Elimination of All Discrimination Against Women.

⁴ Decreto n° 4.377/2002, que promulga a CEDAW e revoga o Decreto n° 89.460, de 20 de março de 1984.

Desenvolvimento (Cairo, 1994): importante pela definição do conceito de saúde reprodutiva, incluindo metas de redução de morte materna e infantil; /4) **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** (Convenção Belém do Pará, 1994) adotada pela assembleia geral da ONU em 06/06/1994: determina a violência contra as mulheres como violação de direitos humanos e manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens. Para tanto, como compromisso da comunidade internacional, a **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres** foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 27/02/1994 com definições claras e compreensivas sobre os direitos a serem aplicados pelos Estados Membros para assegurar a eliminação da violência contra as mulheres em todas as suas formas; e, /5) **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim** (1995): define o conceito de gênero para a agenda internacional e representa um consenso dos Estados-Membros da ONU com um compromisso mínimo com os direitos humanos das mulheres e consequente eliminação das discriminações e violências de gênero.

Esta introdução da questão de gênero tornou-se fundamental para estabelecer o conceito de violência doméstica contra as mulheres, até pelo fato desta ser uma espécie de violência de gênero. Haja vista que para o Direito Penal, pressupõem-se o dever de acautelar e evitar danos individuais e coletivos derivados de violência de gênero e o correlativo direito à prevenção dos danos derivados da falta de defesa. A Convenção do Conselho da Comunidade Europeia para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica foi bem precisa sobre os aspectos da violência de gênero. Convenção esta que entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa em 2014.

A Violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e é uma forma de discriminação contra as mulheres, abrangendo todos os atos de violência de gênero que resultem, ou possam resultar, em **danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou econômicos para as mulheres**, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada. A **'violência doméstica'**, abrange todos os atos de **violência física, sexual, psicológica ou econômica que ocorrem na família** ou na unidade doméstica, ou entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima. já o 'Gênero' refere-se aos papéis, aos comportamentos, às atividades e aos atributos socialmente construídos que uma determinada sociedade considera serem adequados para mulheres e homens. Para tanto, a **'violência de gênero'** exercida contra as mulheres abrange **toda a violência dirigida contra a mulher por ser mulher ou que afeta desproporcionalmente as mulheres** (2011, p. 5, grifo nosso).

A seguir, neste contexto, utilizar-se-á do direito comparado com vista, especificamente, à análise de estratégias de prevenção pela aplicação de **recursos tecnológicos de monitoramento como medidas protetivas de urgência nos Estados Membros da ONU: Brasil e Portugal**.

2.2 DIREITO COMPARADO LUSO-BRASILEIRO: MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA ÀS MULHERES

Com vista à Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Pacificação social, a **Plataforma de Ação de Pequim** (ONU, 1995) apresenta ações específicas para garantir o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Destarte, a novidade no ordenamento jurídico internacional, que se refletiu nas doutrinas dos estados membros como Brasil (Lei 11.340/2006) e Portugal (Lei 112/2009), foi a inclusão da relação de gênero como referencial para fixar os limites do que vem a ser discriminações que impactam em violência contra as mulheres no âmbito público e privado.

D. Violência contra as mulheres: A violência contra as mulheres é um obstáculo à realização dos objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz. **A violência contra as mulheres viola, prejudica ou anula o gozo pelas mulheres de seus direitos humanos e liberdades fundamentais.** [...] **O conhecimento sobre suas causas e consequências,** bem como sua incidência **e medidas para combater** isso, tem sido amplamente expandido desde a I Conferência sobre Mulheres (Convenção de Nairóbi, 1985). Em todas as sociedades, em maior ou menor grau, mulheres e meninas são submetidas a **abusos físicos, sexuais e psicológicos que atravessam linhas de renda, classe e cultura** [...].

Objetivo estratégico D.1. **Tomar medidas integradas para prevenir e eliminar a violência contra as mulheres.**

Objetivo estratégico D.2. **Estudo das causas e consequências** da violência contra as mulheres **e da eficácia das medidas preventivas** (ONU-Pequim, 1995, grifo nosso).

Em Portugal, a Lei nº 61/1991 garante a proteção adequada às mulheres vítimas de violência, embora ainda não tratasse de violência doméstica. Em 2009, foram aprovadas duas novas legislações na perspectiva da violência de gênero. A primeira, Lei nº 104/2009, que trata sobre o regime específico de adiantamento pelo Estado de indenizações à mulher vítima de violência doméstica. E a segunda, a **Lei nº 112/2009**, que estabelece o **regime jurídico aplicável à prevenção de violência doméstica, proteção e assistência as suas vítimas**. O art. 3º estabelece:

a) Desenvolver políticas de sensibilização nas áreas da educação, da informação, da saúde e do apoio social, [...]; b) Consagrar os direitos das vítimas, assegurando a sua **proteção célere e eficaz**; c) Criar **medidas de proteção** com a finalidade de **prevenir, evitar e punir a violência doméstica**; d) Consagrar uma **resposta integrada dos serviços sociais de emergência e de apoio à vítima**, assegurando um acesso rápido e eficaz a esses serviços; e) Tutelar os direitos dos trabalhadores vítimas de violência doméstica; f) Garantir os direitos econômicos da vítima [...]; g) Criar **políticas públicas** destinadas a garantir a tutela dos direitos da vítima de violência doméstica; h) Assegurar **proteção policial e jurisdicional célere e eficaz às vítimas**; i) Assegurar a aplicação de **medidas de coação e reações penais adequadas aos autores do crime** de violência doméstica, promovendo a aplicação de medidas complementares de prevenção e tratamento; j) Incentivar [...] **associações e organizações da**

sociedade civil que tenham por objetivo **atuar contra a violência doméstica**, promovendo a sua colaboração com as autoridades públicas; e, I) Garantir a prestação de cuidados de saúde adequados às vítimas de violência doméstica.

Em relação ao **Brasil**, embora a violência doméstica seja vista como um problema gravíssimo que precisava ser tratado com a devida cautela, a legislação portuguesa está 15 anos a frente da nossa primeira lei específica, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências

Segundo Cunha e Pinto (2015, p. 169),

é comum que em situações traumáticas, de evidente animosidade entre as partes, envolvendo a prática de agressões e outros ataques, o agressor passe a atormentar o sossego não apenas da ofendida, mas também de familiares e testemunhas. Tal comportamento não se restringe ao recesso do lar. [...] Ocorre que o tormento prossegue, se estendendo ao local de trabalho da vítima, a lugares por ela frequentados, etc.

Com este zelo, analisar-se-á os instrumentos jurídicos luso-brasileiro (tabela 1).

Tabela 1 – Medidas protetivas de urgência obrigadas ao agressor.

Brasil (art. 22 da LMP/2006)	Portugal (art. 31 da Lei nº 112/2009)
I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	a) entregar, de forma imediata, armas ou outros objetos, capazes de facilitar a continuação da atividade criminosa
II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.	b) frequentar programa para a eliminação de violência doméstica ⁵
III - proibição de determinadas condutas ⁶ , entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.	c) não permanecer na residência onde habite a vítima
	d) não contactar com a vítima e pessoas vinculados à vítima, bem como não frequentar lugares comuns à vítima, inclusive ambiente profissional ⁷ da vítima

⁵ Art. 38 da Lei 112/2009: dispõe sobre a criação, pelo Estado português, das condições necessárias ao apoio psicológico e psiquiátrico aos agentes condenados pela prática de crimes de violência doméstica.

⁶ Código de processo penal Lei nº 12.403/2011, Art. 319: II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações; III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011); IX - **monitoração eletrônica**.

⁷ Art. 43 da Lei 112/2009: Faltas [...] motivadas por impossibilidade de prestar trabalho em razão da vitimização pela prática do crime de violência doméstica são [...] consideradas justificadas.

Brasil (art. 22 da LMP/2006)	Portugal (art. 31 da Lei nº 112/2009)
IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, [...]	
§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.	Alínea h do art. 3º da Lei nº 112/2009 –Assegurar proteção policial e jurisdicional célere e eficaz às vítimas de violência doméstica.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada.

As alíneas a, b e c do art. 22 da LMP e a alínea d do art. 31 da Lei nº 112/2009 têm por objetivo preservar a salubridade, a segurança e o bem estar da mulher vítima de violência, afim de evitar qualquer aproximação física entre a vítima e o agressor. Devem ser examinadas e proferidas pelo judiciário no prazo de 48 horas.

Em Portugal, em 2007, sobre a forma mais eficaz de garantir a não aproximação do agressor à ofendida, foi previsto no III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010) a adoção de meios eletrônicos para esse fim, que foi ratificada no art. 35 da Lei nº 112/2009.

Os meios técnicos de controle a distância constituem uma espécie de vigilância eletrônica na fiscalização de contato entre agressor e vítima de violência doméstica. O objetivo é uma efetiva proteção da vítima e um meio mais rigoroso de fiscalizar a decisão da autoridade judiciária de proibição de contatos. A determinação de uso desse instituto pode vir no bojo da suspensão provisória do processo (art. 281 CPP), como regra de conduta. Também é possível que seja estipulado dentro de uma medida de coação de proibição de contato. Há previsão, outrossim, que os meios técnicos de controle a distância constem na suspensão da execução da pena de prisão como regra de conduta (art. 52 CP) ou como pena acessória de proibição de contato (art. 152, nº 4 e 5 CP). [...], antes da Lei n.112/2009, os meios técnicos de controle a distância já eram previstos como instrumentos para fiscalizar penas acessórias do crime previsto no art. 152 do CPP e também como forma de assegurar a medida de coação de permanência do agressor afastado da residência (art. 201 do CPP). A vigilância eletrônica é georeferenciada. Há definição de zonas de exclusão para o agressor: uma fixa, como, por exemplo, a casa da vítima, local de trabalho ou estudo e outra dinâmica (correspondente à própria vítima). Os perímetros de exclusão são definidos de acordo com a decisão da autoridade judiciária [...] (DE ÁVILA et al. 2014, p. 176-7).

No Brasil, em 2011, utilizou-se do direito comparado na reformulação do código de processo penal brasileiro - no seu inciso IX do art. 319 -, no qual foi previsto a monitoração eletrônica como alternativa à prisão preventiva, que aplica-se ao caso da LMP.

A atividade comparativa é inerente a qualquer pesquisa jurídica. Em verdade, o próprio ato cognoscente é comparativo da realidade circundante. O aprendizado e o desenvolvimento abstrato do ser humano dá-se em grande parte por sucessivas generalizações, tipificações e classificações do meio, conforme os objetos sejam semelhantes ou diferentes. Assim, não há como ser estranho ao Direito o seu conhecimento através do método comparativo, principalmente, quando se vê que o próprio sistema de normas não surgiu exclusivamente da mente do legislador, mas antes é o resultado histórico do contato entre diversos povos e nações (MENDONÇA, 2001, p. 185).

O **Monitoramento Eletrônico é uma Medida Protetiva de Urgência deferida via decisão judicial**, com o intuito de salvaguardar a integridade física e psicológica das mulheres vítimas de violência. Quando a mulher possui medida protetiva, o juiz faz o cadastro e a notificação é imediatamente direcionada à polícia civil (Delegacia da Mulher) e à polícia militar para acionamento da Patrulha Maria da Penha no atendimento à vítima em casos de urgência. Com estas ações conjuntas, a LMP contribuiu para uma diminuição de cerca de 10% na taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das residências das vítimas (BRASIL/IPEA, 2015). Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ-Brasil), os dispositivos de proteção de urgência são classificadas em:

Tornozeleira eletrônica fixada no agressor – Perímetro determinado pelo poder judiciário em que o agressor ficará proibido de se aproximar da vítima. O equipamento permite que agentes da segurança pública possam monitorar a aproximação do agressor e possam intervir com vista à evitar o confronto entre vítima e agressor. Quando detectada a aproximação do agressor é enviado um sinal sonoro para o celular da vítima e da central de emergência. No Brasil, estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul utilizam essa tecnologia.

Botão do Pânico – Microtransmissor com GPS para realizar o monitoramento de áudio e da localização da vítima, quando acionado por três segundos. Utilizado no Estado do Espírito Santo.

Dispositivo S.O.S. – Funciona com três opções: o verde, para sinalizar que tudo está em paz; o vermelho, para ser acionado na iminência da agressão; e o amarelo, nas hipóteses de essa mulher vir que a pessoa está próxima. Usado na Paraíba.

PLP 2.0 – Ferramenta desenvolvida para celulares com sistema Android. Basta agitar o telefone para enviar o pedido de socorro. O sistema também é capaz de gravar som e imagem. Para segurança pessoal, o aplicativo permite cadastrar também até cinco telefones na rede de proteção.

Conclui-se, portanto, que o direito comparado luso-brasileiro possibilitou uma nova doutrina no Brasil no enfrentamento à violência, por meio do uso do monitoramento de controle eletrônico a distancia implementado pelo inciso IX do art. 319 do código penal brasileiro, inclusive nos casos enquadrados da LMP. Isto permitiu dar maior a eficácia e efetividade na proteção à mulher vítima de violência doméstica estabelecida na LMP.

2.3 O CASO DE FEMINICÍDIO ENVOLVENDO PESSOAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Segundo a professora Clair Castilhos Coelho, “a violência contra a mulher, que pode levar ao feminicídio, está relacionada com a violação das questões impostas pelo

patriarcado, seja da fidelidade que não lhe permite romper com o homem, ou da submissão que não lhe dá permissão de conduzir a própria vida”. Neste viés, o levantamento *Mortalidade de Mulheres por Agressões no Brasil: Perfil e estimativas corrigidas* (GARCIA et. Al, 2015, p. 6) aponta

17.581 óbitos por agressões no período de 2011-2013. Foram 5.860 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 488 a cada mês, 16,06 a cada dia, ou uma a cada hora e meia. O estudo confirmou que a mortalidade por agressões atinge mulheres de todas as faixas etárias, etnias e níveis de escolaridade, e não ocorre apenas nas classes mais pobres.

Diante desta constatação foi sancionada a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que colocou a morte de mulheres no rol de crimes hediondos e diminuiu a tolerância nesses casos. Instrumento este que visa contribuir para a eficácia da Lei Maria da Penha (LMP). Entre os casos de feminicídio, por desrespeito à lei do patriarcado, cita-se o ocorrido na região da faixa de fronteira do estado de Santa Catarina com a Argentina. Era final de semestre do ano de 2016, era também a fase de conclusão de curso de pedagogia para um grupo de acadêmicos e acadêmicas. Mas uma acadêmica não chegou a concretizar um dos seus sonhos: a formatura. No dia 09 de dezembro de 2016, durante o almoço em família, foi vítima de feminicídio pelo próprio marido. Três tiros apagaram sonhos e deixaram marcas nos discentes e docentes, que conviveram com a vítima durante quatro anos. Segundo uma docente. “ela estava muito feliz, radiante. Ansiosa pelo dia da formatura.” Para a surpresa de muitos, o cônjuge também é profissional da área da educação básica. Não havia registro anterior de boletim de ocorrência da vítima contra o cônjuge. Segundo Waiselfisz (2012, p. 257), “altos níveis de feminicídio, com frequência, são acompanhados por uma grande tolerância quanto à violência contra as mulheres e, em muitos casos, são resultado dessa própria tolerância”.

De acordo com **os princípios humanistas da educação**, a formação de pessoas promove a **transformação desta realidade em uma perspectiva integral, crítica e emancipatória**. O fórum mundial de educação (2015) resultou na declaração de Incheon (Coreia do Sul) - “Educação 2030” com vistas a implementar o objetivo nº 4 dos ODS (Objetivos do desenvolvimento Sustentável, inspirado na

visão humanista da educação e do desenvolvimento, com base nos direitos humanos e na dignidade; na justiça social; na **inclusão;** na **proteção;** na diversidade cultural, linguística e étnica; e na responsabilidade e na prestação de contas compartilhadas. Ratificamos que **a educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos.** Ela é **essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável** (UNESCO, 2015, p. 1, grifo nosso).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intencionalidade da proteção e expansão dos direitos fundamentais das mulheres pode ser observada nos diplomas do sistema da ONU como sendo: **direito à vida**, à segurança, à educação, à cultura, à alimentação, à moradia, ao acesso a justiça, ao lazer, à **cidadania**, à liberdade, à **dignidade**, ao **respeito** e a **convivência familiar e comunitária**. Para tanto, a importância do **direito comparado** aumenta enormemente na atualidade, marcada pela internacionalização e pela globalização.

Neste sentido, em uma análise comparativa entre os Estados Membros da ONU como **Brasil e Portugal** pode-se observar o uso de ações, inclusive ações afirmativas, que incentivem uma maior equidade entre mulheres e homens nas diversas esferas da sociedade, buscando adequar a legislação interna aos instrumentos jurídicos internacionais. Nesta perspectiva, os Estados estarão caminhando para um futuro mais democrático em que as discriminações e as violências contra as mulheres deverão ser erradicadas. Entretanto, para alcançar este objetivo faz-se necessário legislações específicas de proteção ao direito à vida das mulheres como a Lei n° 11.340/2006 e a Lei n° 112/2009, que destacam a importância do **monitoramento eletrônico associado ao suporte da força policial**, que no Brasil vem sendo realizado por meio de patrulhas Maria da Penha.

A proposta desse estudo do direito comparativo luso-brasileiro foi apontar convergências dos códigos penal brasileiro e português, que introduziram os sistemas de monitoramento eletrônico do agressor representando a garantia da efetivação do marco legal no Brasil e em Portugal, com vista à garantia de proteção de mulheres vítimas de violências e consequentemente o direito à vida, principal direito humano das mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Publicação: IPEA. 2015. 5 p.

_____. **Plano nacional de políticas para as mulheres 2013-2015**. Brasília, 2013. Disponível em <https://oig.cepal.org/files/brasil_2013_pnpm>. Acesso em: 08 out 2021.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília, 2020. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 08 out 2021.

_____. **Observatório Brasileiro de Gênero**. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/>>. Acesso em: 17 mai 2016.

_____. **Lei Maria da Penha**. LEI N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

_____. **Observatório de Gênero**. Eixo Internacional – Documentos internacionais. 2017.

- _____. **Portal Brasil**. 2015. Disponível <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- COELHO, C. C. **Feminismo: Conceitos e Contemporaneidade**. In.: I Webinar (Seminário Online) “Feminismo, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”. 2016.
- COMUNIDADE EUROPEIA. **Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica**. Entrada em vigor na ordem jurídica Portuguesa: 1º de agosto de 2014. Disponível em: < www.coe.int/conventionviolence > . Acesso em: 08 out 2021.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica**. COE: Istambul. 2011. 32 p.
- FARIAS, M. G.; SANTOS, V. M. M.; CALIARI, F. M.; MONTE BLANCO, S. F. M. **Educação em Direitos Humanos e das Mulheres, Gestão e Sustentabilidade**. Programa de extensão Edital UDESC PAEX 01/2018.
- FARIAS, M. G.; FARIAS, Z. I.; PEREIRA, C. D.; CALIARI, F. M.; MONTE BLANCO, S. F. M. **Direitos Humanos e Tecnologias de Proteção às Mulheres: Uma análise do direito comparado Luso-brasileiro e do Conesul**. Projeto de Pesquisa UDESC. 2016 - 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996 (coleção Leitura).
- _____. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra. 1979.
- CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência Doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo**. 6º edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- DE FARIA, Helena Omena Lopes; DE MELO, Mônica. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e a convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher**. In: Direitos humanos: Construção da Liberdade e Igualdade. Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 1998.
- DE ÀVILA Thiago André Pierobom; SUXBERGER, Bruno Amaral Machado Antonio Henrique Graciano; TÁVORA, Mariana Fernandes. **Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero: experiências e representações sociais**. Brasília: eSMPU, 2014.
- GARCIA, Leila Posenato; DE FREITAS, Lúcia Rolim Santana; DA SILVA, Gabriela Drummond Marques; HÖFELMANN, Doroteia Aparecida. **Violência contra a mulher: Femicídios no Brasil**. Brasília: IPEA. 2015. 5 p.
- KNIPPEL, Edson Luz; NOGUEIRA, Maria Carolina de Assis. **Violência Doméstica: A Lei Maria da Penha e a Norma de Direitos Humanos no Plano Internacional**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2010. 200 p.
- LIMA, Paulo Marco Ferreira. **Violência contra a Mulher: O Homicídio Privilegiado e a Violência Doméstica**. 2º edição. São Paulo: Atlas, 2013.
- MENDONÇA, Fabiano André de Souza. **Direito Comparado: objeto do direito**. Revista FARN, Natal, v.I, n.I, p. 185 - 198, jul./dez. 2001.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. 1979. 20 p.

_____. **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim**. IV Conferência Mundial sobre Mulheres. Pequim. 1995. 112p.

_____. **População e Direitos**: CIPD para além de 2014. Brasília: 2015.

WASELFISZ, J. J.. **Mapa da Violência - Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Flacso; CEBELA. 2012.

CAPÍTULO 20

A ANÁLISE DISCRIMINANTE, O GOING CONCERN E O SCORING – UM OVERVIEW

Data de submissão: 21/01/2022

Data de aceite: 04/02/2022

Pedro Miguel Baptista Pinheiro

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
CV

Catarina Carvalho Terrinca

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
CV

Cândido Jorge Peres Moreira

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
CV

Mário Alexandre Guerreiro Antão

COMEGI
Centro de Investigação em Organizações
Mercados e Gestão Industrial
Faculdade de Ciências da
Economia e da Empresa
Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal
CV

Domingos Custódio Cristóvão

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
CV

Hélio Miguel Gomes Marques

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
CV

RESUMO: A ciclicidade económica e o optimismo excessivo quanto às condições de mercado leva muitas vezes os agentes económicos a subestimar informações indicativas de incremento de risco, reconhecendo-o Vasconcelos (2017) como *Disaster Myopia* sendo recorrentemente trazidos à ordem do dia os efeitos da falência e a procura por melhores meios de a antecipar e prevenir. Apresentamos uma visão geral das tipologias e terminologias de falência, seus enquadramentos legais e fontes de informação em que assenta a sua análise. Por se fundar na tradicional análise económico-financeira e, no estudo da falência ou *going concern*, mesmo com o passar dos anos continuar a ser a técnica mais investigada e resiliente, na retenção de capacidade de acerto de classificação, será a Análise Discriminante, aplicada à previsão de falência empresarial e ao *Scoring*, o foco central da nossa atenção.

PALAVRAS-CHAVE: Previsão. Scoring. Falência. Análise Discriminante. Continuidade.

DISCRIMINANT ANALYSIS, GOING CONCERN AND SCORING – AN OVERVIEW

ABSTRACT: Economic cyclical and excessive optimism about market conditions often lead to underestimate the increasing of risk, recognized by Vasconcelos (2017) as Disaster Myopia bringing recurrently to the agenda the bankruptcy's effects and the search for better ways to anticipate and prevent it. We present an overview of bankruptcy typologies and terminologies, their legal frameworks, and sources of information on which their analysis is based. As it is based on the traditional economic-financial analysis and, in the study of bankruptcy or going concern, even over the years it continues to be the most investigated and resilient technique, in the retention of the ability to correct classification, the Discriminant Analysis will be applied to the business bankruptcy forecasting and Scoring, the central focus of our attention.

KEYWORDS: Forecast. Scoring. Bankruptcy. Discriminant Analysis. Continuity.

1 INTRODUÇÃO

Com o alastrar da crise do *subprime*, na Europa, países como a Irlanda, a Grécia e Portugal, obrigados a recorrer ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira e a sujeitar-se, na tentativa de repor o equilíbrio nas contas públicas, às políticas de austeridade, retraindo fortemente o investimento e os gastos do Estado e das famílias, aumentaram ainda mais as dificuldades tanto das empresas como da população.

Estes e outros acontecimentos trazem cada vez mais à ordem do dia o estudo da falência empresarial, os meios para a sua antecipação e possível prevenção. Internacionalmente esta temática foi primeiramente abordada por Beaver (1966) com a Análise Univariada, tendo-se lhe seguido outros como Altman (1968) que segundo Barros (2008), é “para muitos [...] o verdadeiro precursor dos Modelos de Previsão de Falência, [com] um modelo baseado na Análise Discriminante [Multivariada]”.

2 EVOLUÇÃO CONCEPTUAL DO CONCEITO FALÊNCIA OU GOING CONCERN

Actualmente assistimos à banalização do termo, contudo esqueçamos que em tempos idos o não cumprimento de compromissos assumidos, não só não era visto de forma aligeirada, como ainda acarretava pesadas penas.

Por vários séculos, a situação jurídica de falência podia ser resumida numa equação simples, insolvência = falência = liquidação de bens do sujeito insolvente para pagar aos credores.

As sociedades desenvolveram-se e assistimos à criação de sistemas que antes da insolvência procurassem salvaguardar a empresa, mesmo em detrimento dos seus

proprietários e credores, algo que já se assistira na crise de 1929, todavia, com de forma mais acentuada nos anos 70 e 80, como forma de combate ao desemprego.

Concretamente, são amplas as formas para definir falência, sendo em termos gerais e abstractos tida como a incapacidade da empresa para continuar as suas operações especificamente quando o seu *Cashflow* é insuficiente para cumprir obrigações assumidas, podendo até, segundo Breia (2013), “decorrer de processos de «crescimento» não suportados por meios financeiros adequados”.

2.1 FALÊNCIA ECONÓMICA

É passível de ser identificada, segundo Nobre (2012), à medida que os proveitos começam a ser insuficientes para cobrir o total dos custos e consolidando-se esta situação, assistiremos ao aparecimento dos primeiros resultados negativos, que, sem correcção, se tornarão mais frequentes.

Apesar de se tratar de uma situação difícil, uma empresa, mesmo sem tomar grandes medidas, poderá sobreviver durante algum tempo, caso mantenha a capacidade de cobrir custos fixos, podendo assim laborar até ao consumo total dos benefícios económicos que se encontravam incorporados nos seus Activos depreciáveis, ou seja, até à inoperância dos Activos depreciáveis.

2.2 FALÊNCIA FINANCEIRA

Deriva directamente da consolidação e não correcção das situações que levaram ao estado descrito em 2.1, através do acumular de resultados negativos, não tendo a empresa capacidade para fazer face às responsabilidades assumidas. Segundo a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (2012) uma entidade é considerada nessa situação quando o Capital Próprio apresenta valor negativo, ou seja, consubstancia-se no facto de, mesmo sendo alienados todos os Activos, estes seriam insuficientes para liquidar a totalidade dos Passivos.

Ainda há a considerar casos em que os credores função da mora e complexidade do processo de falência vão acreditando que a empresa acabará por recuperar e em vez de forçarem a falência e liquidarem os Activos o mais rapidamente possível, ignoram a situação e procuram manter a empresa durante o período mais difícil, sublinhando Brealey, Myers e Allan (2013) que “*Borrow a \$1000 and you've got a banker. Borrow \$10,000,000 and you've got a partner*”. Em concordância Breia (2013) no âmbito nacional destaca:

- 1) A mora dos processos de recuperação função do funcionamento da justiça portuguesa;

- 2) A permissividade cultural e social no encerramento de empresas e abertura de outras dos mesmos empresários, muitas vezes também com os mesmos Activos, Clientes e Fornecedores;
- 3) A quase inexistência de falências declaradas como fraudulentas apesar de legalmente previstas e implicarem penas de prisão.

2.3 ENQUADRAMENTO LEGAL PORTUGUÊS

Neste âmbito o conceito de falência e de insolvência são termos que, apesar de próximos, consubstanciam uma distinção intrínseca tendo vindo este último substituir o primeiro na legislação actualmente em vigor em Portugal.

Diz-nos o Código das Sociedades Comerciais, cuja redacção final foi dada pela Lei 15/2017, do enquadramento legal do conceito de falência técnica, em particular para um estágio ainda predecessor a este (leia-se pré-falência técnica) que consiste na perda de metade do Capital Social da entidade, o seu Artigo 35.º, CSC (2017), versando sobre este conceito indica que

- 1- Resultando das contas de exercício ou [...] intercalares, [...] que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo [...] fundadas razões para admitir que essa perda se verifica [...]
- 2- Considera-se estar perdida metade do capital social quando o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social [...]
- 3- [...] assuntos para deliberação pelos sócios:
 - a. A dissolução da sociedade [...]
 - c. A realização pelos sócios de entradas para reforço da cobertura do capital.

Do excerto afere-se a preocupação do legislador em antecipar situações de falência e corrigir situações de pré-falência, quer seja por uma via mais radical que sugere a dissolução da sociedade, ou por uma via mais moderada através da reposição dos Capitais Próprios, com realização em dinheiro, na expectativa de que sejam corrigidas as situações que conduziram à pré-falência e colmatada a insuficiência de fundos que consolidada conduziria à falência técnica.

O Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência (CPEREF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/93, definia falência como

o estado da empresa impossibilitada de cumprir as suas obrigações, depois de se ter mostrado economicamente inviável ou considerado impossível a sua recuperação financeira.

O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, revisto pelo 26/2015, que revoga o CPEREF, inclui a mudança de terminologia, tendo passado então o “estado de falência” a “situação de insolvência”,

na qual é “considerado [como estando nesta situação] o devedor que se encontre impossibilitado de cumprir [...] obrigações vencidas”.

Ainda no CIRE (2015) consta a clarificação de falência e insolvência,

A insolvência não se confunde com a «falência», tal como actualmente entendida, dado que a impossibilidade de cumprir obrigações vencidas, em que a primeira noção fundamentalmente consiste, não implica a inviabilidade económica da empresa ou a irrecuperabilidade financeira postuladas pela segunda.

Não existe, contudo, segundo Peres e Antão (2017, p. 110), uma definição única para o termo falência, tendo registado múltiplas ocorrências e variações ao longo dos tempos consoante investigador, país de origem, maior proximidade à terminologia legal, financeira ou económica, como resume a figura 1.

Figura 1 – Quadro dos Conceitos de falência Empresarial.

Autor (Ano)	Definição
Beaver (1966)	Incapacidade de fazer face às obrigações assumidas
Altman (1968)	Definido por parâmetros legais
Deakin (1972)	Liquidação da empresa em benefício dos credores
Ohlson (1980)	Declaração de falência ou com petição nesse sentido
Ross et al. (2002)	Dificuldade em cumprir obrigações
Barros (2008)	Suspensão pagamentos por não poder honrar dívidas
Brealey et al. (2013)	Mecanismo para credores assumirem controlo por incumprimento; utilização por accionistas do direito de <i>default</i>

Fonte: Adaptado de Barros (2008: 17)

3 PERSPECTIVA GERAL DA ANÁLISE DESCRIMINANTE

Martins (2003), indica que os primeiros estudos sobre a previsão de falência empresarial foram efectuados nos Estados Unidos da América na década de 1930, na sequência da crise associada à grande depressão, contudo o interesse sobre a temática só ganhou real impulso a partir dos anos 60 com a utilização de técnicas estatísticas, segundo Divsalar, Javid, Gandomi, Soofi e Mahmood (2011), entre elas as Análises Discriminante Uni e Multivariada.

3.1 UNIVARIADA (UDA)

Fundada na interpretação tradicional de Demonstrações Financeiras, visa comparar rácios financeiros que servem como variáveis explicativas, fruto de serem propensos a apresentar diferenças entre empresas falidas e saudáveis.

A natureza da análise é Univariada dado as variáveis serem observadas e analisadas uma após a outra, sem intuito de efeito integrado; segundo Domínguez (2000),

caracteriza-se por todo o peso recair sobre uma única variável, ou seja, falida ou não função da rentabilidade, solvabilidade ou liquidez.

Beaver em 1930, introduziu esta técnica de classificação das empresas em falidas e saudáveis, calculando “*cut-off*” tendo por base a minimização do erro de classificação. De acordo com Thomas, Wong e Zhang (2011: 602),

Beaver's (1966) study indicated that financial analysis could be useful in the prediction of business failure for at least five years before the company collapses.

Segundo Cook e Nelson (1998), “*a single variable can be used for predictive purposes*”, contudo, e de acordo com Santos (2000: 48), os

investigadores contemporâneos criticaram bastante os modelos univariantes com o argumento de que um rácio, analisado isoladamente, não contém informação suficiente.

De facto, diz-nos Hughes (1993), que os problemas da utilização desta metodologia estão bem documentados como o enfatizar de sinais individuais de perigo e as comparações entre empresas diversificadas tanto em produto como em termos geográficos, são susceptíveis de interpretação errónea.

De igual modo Correia (2012), sugere que os problemas deste tipo de análise decorrem da decisão de se um rácio isolado e em particular é bom ou mau. Altman (1968), exemplifica-nos esta problemática indicando que

a firm with a poor profitability and/or solvency record may be regarded as a potential bankrupt. However, because of its above average liquidity, the situation may not be considered serious,

Sheppard (1994) afirma que, apesar de tudo, estes modelos de previsão consubstanciam “*a moderate level of predictive accuracy*” e Bellovary, Giacomino, Akers (2007: 4), indica-nos ainda que

In his suggestions for future search, Beaver indicated the possibility that multiple ratios considered simultaneously may have higher predictive ability than single ratios - and so began the evolution of bankruptcy prediction models.

3.2 MULTIVARIADA (MDA)

Foi uma das primeiras técnicas estatísticas a ser utilizada em modelos de previsão de falência e, segundo a literatura financeira, Altman (1968) foi o primeiro investigador que a utilizou para esse objectivo.

De acordo Cook e Nelson (1998), Altman procurou ultrapassar os problemas resultantes da utilização de variáveis isoladamente, fazendo face às insuficiências da

Análise Univariada, propondo um modelo que tenta explicar a variável dependente função da conjugação de várias variáveis independentes.

O conceito de erro de classificação, de acordo com Carvalho das Neves (2012) divide-se em dois tipos, o de Tipo I, consiste na classificação de empresas falidas como saudáveis, e o de Tipo II na caracterização de empresas saudáveis como falidas. É assim considerado mais grave o primeiro, uma vez que levará o utilizador da informação a investir numa empresa que não reúne condições mínimas de sobrevivência, já o segundo, quando muito incluirá grau de prudência tal que classifica empresas tenuemente saudáveis como falidas.

Diz Hughes (1993), que a MDA apresenta vantagens, contudo será tão boa quanto melhor for a informação que utilizar, podendo então existir problemas advindos de amostragem não aleatória de empresas.

Esta metodologia tem, contudo, de acordo com Altman (1968), *“the advantage of considering an entire profile of characteristics common to the relevant firms, as well as the interaction of these properties”*.

4 A INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA DE BASE

Quer as técnicas descritas como todas as que dependem de indicadores financeiros, que naturalmente assentam na informação contabilística, estão fortemente dependentes do normativo que a esta tem por base, bem como o que dentro dele é indicado como “imagem verdadeira e apropriada”.

4.1 O SISTEMA NORMATIVO

Em 2010, Portugal assistiu a uma alteração de normativo contabilístico, passando para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que como referem Almeida, Dias, Albuquerque, Carvalho e Pinheiro (2010), que em muitas rubricas alterou estruturalmente a forma de reconhecimento, divulgação e tratamento dos factos patrimoniais, destacando-se as seguintes:

- 1) O Plano Oficial de Contas assentava em regras assentando o SNC em princípios, por definição mais amplos e plurais, aumentando o grau de subjectividade e introduzindo o conceito de juízo profissional e todas as consequências que dele advêm;
- 2) Na Demonstração de Resultados:
Eliminação das rubricas de Resultados Extraordinários, impondo que todos os factos que ocorrem no desenvolvimento da actividade de uma entidade,

sejam incluídos no Resultado Operacional (trazendo a limitação de nele serem incluídos quantias acíclicas, desvirtuando o conceito);

Evidenciação da parte do Resultado Líquido do período correspondente às actividades descontinuadas e/ou a descontinuar;

3) No Balanço:

Fazendo expurgar do Capital Social a parte não realizada, podendo assim reduzir a solvabilidade (sendo revertido pelo Decreto-Lei 95/2015) e o reconhecimento dos subsídios ao investimento (dentro do previsto na NCRF22) no Capital Próprio, em lugar de serem registados no Passivo (possibilitando a transformação de empresas falidas em saudáveis via diminuição de Passivo, aumento de Capital Próprio);

Despesas de Investigação não são reconhecidas no Activo, por não ser demonstrável de que daí fluirão benefícios económicos futuros;

Em sentido geral, uma das principais limitações implícitas num sistema contabilístico, é o facto de a informação ser, essencialmente, quantitativa, mesmo considerando a natureza qualitativa de algumas notas do Anexo, pautando-se pela dificuldade de leitura, principalmente para o analista externo.

Indica-se então a título de exemplo desta questão:

- 1) Duas entidades com o mesmo Volume de Negócios, Activos e saldos de Clientes podem ser muito diferentes se uma tiver três clientes e a outra mil (o risco relativo a imprevistos, necessidade de margens de segurança e a pressão sobre a tesouraria serão substancialmente diferentes);
- 2) Activos Não Correntes, Amortizações e Depreciações semelhantes podem corresponder a políticas de mensuração fortemente diferentes, todavia, o Anexo poderá conter alguma informação;

Informações importantes que deverão constar dos relatórios e das Demonstrações Financeiras divulgadas:

- 1) Capital Realizado em detrimento do Capital Social no Balanço e na Demonstração de Alterações ao Capital Próprio;
- 2) Reporte de situações que possam colocar em a continuidade (*going concern*, para cuja aferição e teste fazem sentido os modelos em estudo);

A fim de reduzir o risco de utilização de peças contabilísticas adulteradas ou com distorções à verdadeira posição económico-financeira da entidade, segundo Breia, Mata e Pereira (2014), poderemos utilizar “indicadores de alarme”.

Estes, resultantes de uma leitura crítica da informação contabilística (articulando valores, identificando tendências, comparando, testando coerência, congruência e

razoabilidade dos dados apresentados), poderão apontar incongruências, não sendo evidência clara de irregularidade, consubstanciam em si situações que quando comparadas com os padrões, quer da empresa, como do sector onde esta se insere, apresentam variações significativas.

5 OS SISTEMAS DE SCORING

De acordo com Romão (2009), *credit scoring* é um método utilizado para estimar a probabilidade de um crédito não ser liquidado. Estes modelos, também função das imposições de Basielia II, encontram-se amplamente difundidos para melhorar o processo de selecção de bons clientes de modo a reduzir perdas futuras, estimar e minorar o risco de crédito assumido pelas entidades principalmente do sector financeiro.

5.1 RESENHA HISTÓRICA

Diz-nos Semedo (2009) que em 1936, o Estaticista Inglês, Ronald Aymer Fisher publicou um artigo sobre a MDA, usada para classificar diferentes espécies de flores considerando-a no background matemático do *credit scoring*.

Em 1941, David Durand no estudo para *National Bureau of Economic Research* (EUA), demonstra que a técnica poderia ser usada de facto para discriminar bons e maus empréstimos.

Wonderlic em 1946, então presidente da empresa *Household Finance Corporation*, desenvolveu um “Guia de *credit scoring*” fazendo com que desde 1960 o *credit scoring* tenha revolucionado os processos de decisão de crédito.

Segundo Romão (2009) foi também de interesse ímpar o trabalho desenvolvido por Altman em 1968, com a aplicação do *credit scoring* na previsão do risco de falências de empresas.

5.2 O CONCEITO

O aumento do número de pedidos de crédito obrigou os bancos a estandardizarem produtos e automatizarem o processo sendo a primeira aproximação ao *credit scoring* a aplicação de sistemas periciais não automáticos.

Neste contexto, peritos foram convidados a escrever as regras que seguiam para a atribuição de um crédito.

Objectivamente de acordo com Julio (2013) o *credit scoring* consiste numa análise estatística à qualidade de crédito (análise e mitigação relacionada com o risco de crédito),

correlacionando os incumprimentos desses empréstimos com as suas características e as dos seus contraentes, permitindo a construção de um modelo onde cada uma contribui para estimar o incumprimento.

5.3 O CREDIT SCORING E A ANÁLISE DISCRIMINANTE

A análise discriminante tem como objectivo, partir de grupos mutuamente exclusivos de indivíduos, identificando as características que os distinguem, para que, sabendo as características de um novo indivíduo, seja possível prever o grupo a este pertence, através da estimação de combinações dessas características (variáveis) que discriminem entre os grupos previamente definidos, de modo que seja minimizada a probabilidade de erro de classificação.

Tal como indicado, os pontos fracos da análise discriminante são assumir que os dados contêm elementos suficientes em situação irregular bem como que os grupos têm número equivalente de membros, com variâncias semelhantes e ainda o não aceitar variáveis qualitativas independentes.

As vantagens da introdução de modelos de *scoring* é a redução do tempo de análise automatizado o processo, a facilidade de calculo e a resposta em tempo real, algo extremamente importante num mercado cada vez mais competitivo, aumentando a qualidade do serviço prestado bem como o potencial aumento do lucro da instituição através da redução dos níveis de *default*.

6 CONCLUSÕES

A falência empresarial transporta para o mundo empresarial a teoria Darwinista da evolução das espécies ou selecção natural conjugada com a da sobrevivência dos mais aptos de Spencer sendo uma realidade cada vez mais premente nos tempos difíceis que vivemos.

O envolvimento de uma pluralidade de técnicos, na elaboração da informação financeira, na validação da congruência dos seus pressupostos de base e da fiabilidade da informação prestada gira, dentro do estudo da falência empresarial, em torno de uma premissa de base: a continuidade (*going concern*) e em particular o seu teste, além de um pressuposto subjacente do SNC é em si o desafio da actividade de auditoria e a primeira e mais central questão que um Revisor Oficial de Contas deve procurar testar para cuja análise o desenvolvimento de investigação destas técnicas e modelos tem o potencial de contribuir activamente possibilitando um incremento de rigor e isenção na análise.

7 RECONHECIMENTO

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto «UIDB/04005/2020

REFERÊNCIAS

Almeida, R.M.P., Dias, A.I., Albuquerque, F., Carvalho, Fernando P. M. e Pinheiro, P.M.B. (2010) **SNC Explicado**. 2ª ed. Lisboa, ATF Edições Técnicas.

Altman, E. (1968) **Financial Ratios, Discriminant Analysis And The Prediction Of Corporate Bankruptcy**. The Journal of Finance. 23(4) pp. 589-609.

Barros, G.C.O. (2008) **Modelos De Previsão Da Falência De Empresas: Aplicação Empírica Ao Caso Das Pequenas E Médias Empresas Portuguesas**. Dissertação de Mestrado. ISCTE.

Beaver, W.H. (1966) **Financial Ratios As Predictors Of Failure, Empirical Research In Accounting: Selected Studies**. Journal of Accounting Research, 4, pp. 71-111.

Bellovary, J., Giacominio, D. e Akers, M. (2007) **A Review of Bankruptcy Prediction Studies: 1930 To Present**. Journal of Financial Education. 33.

Brealey, R.A., Myers, S.C. e Allan, F. (2013) **Principles of Corporate Finance**. Global ed. London, McGraw-Hill Education.

Breia, A.F. (2013) **Gestão de Riscos de Crédito**. As Empresas e as Famílias num Mundo em Mudança, Conferência de Finanças Empresariais, ISCAL.

Breia, A.F., Mata, N.N.S. e Pereira, V.M.M. (2014) **Análise Económica e Financeira: Aspectos Teóricos e Casos Práticos**, 1ª ed. Lisboa, Rei dos Livros.

Carvalho Das Neves, J. (2012) **Análise e Relato Financeiro**. 1ª ed Lisboa, Texto Editores.

Código das Sociedades Comerciais. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa.

Código de Insolvência e Recuperação de Empresas. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa.

Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa.

Cook, R.A. e Nelson, J.L. (1988) **A Conspectus Of Business Failure Forecasting**. [Internet]. Disponível em: <http://www.Sbaer.Uca.Edu/Research/Sbida/1988/Pdf/22.Pdf> [Consult. 15 de Março 2017]

Correia, L.A. (2009) **Snc Vs Pcc – Uma Primeira Abordagem**. Revisores e Auditores, 46.

Deakin, E.B. (1972) **A Discriminant Analysis of Predictors of Business Failure**. Journal of Accounting Research, 1, pp. 167-179.

Divsalar, M., Javid, M.R., Gandomi, A.H., Soofi, J.B. e Mahmood, M.V. (2011) **Hybrid Genetic Programming-Based Search Algorithms for Enterprise Bankruptcy Prediction**. Applied Artificial Intelligence: An International Journal, 25(8) pp. 669-692.

Domínguez, M.A.C. (2000) **Análisis de los Factores Explicativos del Fracaso Empresarial en Galicia: un Análisis Empírico Mediante la Utilización de Modelos de Redes Neuronales**. 1ª ed Galiza, Tórculo.

Hughes, S. (1993) **Bankruptcy Prediction Models**. Credit Control Journal, 14(11), pp. 16-23.

Julio, F.R.A. (2013) **Aplicação de Modelos de Credit Scoring na Gestão do Risco do Crédito no Sector Bancário Angolano Caso de Estudo: BPC E Banco Sol**. Dissertação de Mestrado. UAL.

Martins, M.S. (2003) **A Previsão de Insolvência pelo Modelo Cox: uma Contribuição para a Análise de Companhias Abertas Brasileiras**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Nobre, A.M.B.D. (2012) **Modelos de Previsão de Falências das Pequenas e Médias Empresas em Portugal**. Dissertação de Mestrado, Universidade dos Açores.

Ohlson, J. (1980) **Financial Ratios and the Probabilistic Prediction of Bankruptcy**. Journal of Accounting Research, 18.

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (2012) **Anuário do Sector Empresarial do Estado e do Sector Empresarial Regional 2011**. [Internet]. Disponível em <https://www.occ.pt/pt/a-ordem/publicacoes/anuario-do-sector-empresarial-do-estado/> [Consult. 24 de Abril 2017].

Peres, C. e Antão, M. (2017) **The Use Of Multivariate Discriminant Analysis To Predict Corporate Bankruptcy: A Review**, The Ieb International Journal of Finance, 14, pp. 108-131.

Romão, F.M.E. (2009) **Crédit Scoring e a Previsão de falência no Contexto de Basileia II**. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário De Lisboa.

Ross, S.A., Westerfield, R.W. e Jaffe, J. (2002) **Corporate Finance**. 6ª ed. New York, McGraw-Hill.

Santos, P.J.M. (2000) **Falência Empresarial: Modelo Discriminante e Logístico de Previsão Aplicado às PME do Sector Têxtil e do Vestuário**. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta.

Semedo, D.P.V. (2009) **Credit Scoring: Aplicação da Regressão Logística Vs Redes Neurais Artificiais na Avaliação do Risco de Crédito do Mercado Cabo-Verdiano**. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Sheppard, J.P. (1994) **The Dilemma of Matched Pairs and Diversified Firms in Bankruptcy Prediction Models**. The Mid-Atlantic Journal Of Business, 30(1) pp. 9-25.

Thomas, L.C. (2009) **Consumer Credit Models: Pricing, Profit and Portfolios**. Oxford University Press Inc.

Vasconcelos, J. (2017). **Credit Scoring: O Risco de Crédito e o seu Impacto nos Custos de Financiamento – O Caso Português**, Dissertação de Mestrado, ISCAL.

CAPÍTULO 21

DETERMINANTES DA OPINIÃO MODIFICADA DA AUDITORIA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES DE MÉDIA DIMENSÃO (2016-2018)

Data de submissão: 13/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Paula Gomes dos Santos

Instituto Politécnico de Lisboa
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-2192-8855>

Carla Martinho

Instituto Politécnico de Lisboa
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-7675-7390>

Raquel Lopes

Instituto Politécnico de Lisboa
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Lisboa, Portugal

RESUMO: A auditoria aos municípios portugueses confere maior transparência e *accountability* à gestão pública, pelo que a presente investigação tem como objetivo analisar os determinantes da opinião modificada, emitida pelo auditor, nos municípios portugueses de média dimensão, no período de 2016 a 2018. O estudo

assentou na análise das certificações legais de contas dos municípios, tendo-se adotado métodos estatísticos para estudar as variáveis financeiras e não financeiras definidas. Como principal conclusão, salienta-se que a emissão de anteriores opiniões modificadas demonstra ser estatisticamente significativa para a emissão de opiniões modificadas nos municípios portugueses de média dimensão, o que se considera ser especialmente relevante dado que as entidades parecem ter uma tendência para reportar informação financeira com limitações, não demonstrando capacidade de ultrapassar as situações apontadas pelo auditor que lhes permita divulgar informação mais transparente e que contribua para uma verdadeira *accountability* da governação pública.

PALAVRAS-CHAVE: *Accountability*. Anteriores Opiniões Modificadas. Auditoria. Municípios.

DETERMINANTS OF THE MODIFIED OPINION OF THE AUDIT IN THE PORTUGUESE MEDIUM-SIZED MUNICIPALITIES (2016-2018)

ABSTRACT: The audit to Portuguese municipalities gives greater transparency and accountability to public management, so this investigation aims to analyse the determinants of the modified opinion, issued by the Statutory Auditor, in the medium-sized Portuguese municipalities, in the period from 2016 to 2018. The study was based on the analysis of

the Legal Accounts Certificate of the municipalities, having adopted statistical methods to study the financial and non-financial variables defined. As the main conclusion, it is emphasized that the issuance of previous modified opinions proves to be statistically significant for the issuance of modified opinions in medium-sized Portuguese municipalities, which is especially relevant since the entities seem to tend to report financial information with limitations, not demonstrating the ability to overcome the situations pointed out by the auditor that allows them to disseminate more transparent information which would contribute to genuine accountability of public governance.

KEYWORDS: Accountability. Audit. Municipalities. Previous Modified Opinion.

1 INTRODUÇÃO

A Nova Gestão Pública (NGP) traduziu-se no reforço da *accountability* no sentido de responsabilizar os gestores dos recursos públicos (Couto & Ferreira, 2017). Esta reforça o controlo sobre o setor público, nomeadamente através da auditoria às suas contas (Costa, Pereira & Blanco, 2006), a qual fornece aos cidadãos uma maior transparência acerca da utilização dos recursos e da eficácia da gestão pública (Maldonado, Pinho & Lobo, 2019).

Os governos locais desempenham um papel importante na sociedade em virtude das várias funções que desenvolvem, nomeadamente no âmbito da saúde, economia, educação e proteção social. No entanto, apesar da sua importância no contexto da gestão pública, e de esta dever ser clara e transparente para os cidadãos, em Portugal a auditoria externa independente ao setor público local é relativamente recente, dado que apenas em 2007 foi introduzida a sua obrigatoriedade a alguns municípios, sendo estendida à totalidade daqueles apenas em 2013.

Considera-se que a auditoria externa permite garantir a conformidade e a credibilidade da informação financeira, assegurando que os recursos públicos estão a ser geridos eficazmente (Costa *et. al.*, 2006). Como salientam Cruz, Ferreira, Silva e Macedo (2012), dar publicidade não significa necessariamente ser transparente, sendo fundamental que a informação disponibilizada tenha a capacidade de comunicar o que realmente deve expressar. Aguiar (2014) enfatiza que os utilizadores das demonstrações financeiras depositam uma maior confiança em contas auditadas, na medida em que a auditoria contribui para a fiabilidade da informação financeira.

Sendo a opinião emitida no relatório de auditoria afetada por diversas características, tanto da auditoria, como da entidade auditada (Ferreira & Morais, 2019), existe uma lacuna na literatura no que respeita ao conhecimento dos determinantes do tipo de opinião emitida pelo auditor no âmbito do setor público (Paananen, 2016).

Assim, dada a recente obrigatoriedade de auditoria externa independente às contas de todos os municípios portugueses, a presente investigação pretende contribuir para a literatura existente no que diz respeito ao estudo dos determinantes da opinião daquela auditoria nos governos locais. Através da análise das certificações legais de contas (CLC) dos municípios portugueses de média dimensão, o presente estudo tem como objetivo estudar os determinantes que influenciam o tipo de opinião emitida pela auditoria nos municípios portugueses de média dimensão, no período de 2016 a 2018.

Este artigo está estruturado em quatro secções, para além da presente introdução. Na secção dois apresenta-se a revisão teórica relativa à relevância da auditoria na *accountability* e aos determinantes da emissão da opinião do auditor, seguindo-se os materiais e métodos utilizados na presente investigação. Na secção quatro constam os resultados e, na última, são discutidos os resultados e apresentadas as principais conclusões.

2 REVISÃO TEÓRICA

A NGP veio trazer práticas de gestão do setor privado para o setor público visando aumentar a sua eficácia e eficiência (Hyndman & Lapsley, 2016), e enfatizando a responsabilidade de transparência e de prestação de contas aos cidadãos (Couto & Ferreira, 2017). A *accountability* consiste na responsabilização do “agente” pela gestão dos dinheiros públicos (Meijer, 2013), e assenta na obrigação de reportar e informar a forma como aqueles são utilizados (Carvalho, 2010). A transparência e a *accountability* estão, naturalmente, interligadas, implicando que seja prestada informação útil que permita satisfazer as necessidades dos utilizadores, sendo uma ferramenta essencial ao controlo do setor público (Meijer, 2013; Silveira, Moreira, Ávila & Weyh, 2013; Armstrong, 2005; Broadbent & Laughlin, 2003).

Dado que os governos locais representam os cidadãos nos assuntos públicos, a *accountability* e a transparência dos municípios assume especial relevância (Bolívar, Galera & Muñoz, 2015; Caamaño-Alegre, Lago-Peñas, Reyes-Santias & Santiago-Boubeta, 2013), pelo que quanto maior for a transparência do governo local maior será a confiança que os cidadãos depositam nos seus gestores (Tolbert & Mossberger, 2006), contribuindo para um maior envolvimento e controlo por parte dos cidadãos (Barbosa, 2018) e para a prevenção de comportamentos indesejáveis por parte dos agentes públicos (Williams, 2015; Coglianesi, 2009).

Neste contexto, a auditoria passou a ter um papel preponderante no setor público com o objetivo de avaliar, não só a eficácia e eficiência da gestão das entidades públicas,

mas também promover a *accountability* e a transparência (Reichborn-Kjennerud, 2014; Braga, 2011). Neste sentido, a auditoria é essencial para a *accountability*, uma vez que permite reforçar a credibilidade da informação financeira, sendo essencial a divulgação do relatório de auditoria para uma maior segurança na informação financeira e para aumentar a transparência das entidades públicas (Talbot & Wigan, 2010).

Porém, para garantir aquela credibilidade, importa que o auditor seja independente uma vez que, sem este, se torna difícil avaliar a qualidade da informação financeira (Schelker, 2013; Gendron, Cooper & Townley, 2001).

Em Portugal, com a publicação da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, tornou-se obrigatória, pela primeira vez, a auditoria externa independente às contas dos municípios e associações municipais com participações de capital em fundações ou em entidades do setor empresarial local. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, estendeu a obrigatoriedade daquela auditoria a todos os municípios a partir de 2013. Segundo Abreu e Segura (2019), a CLC permite aumentar a transparência e a qualidade da informação financeira, a qual é essencial para a sustentabilidade dos municípios.

No que respeita ao tipo de opinião emitida na CLC, de acordo com a *International Standard on Auditing* (ISA) 705 esta pode ser de dois tipos, opinião sem reserva (opinião não modificada que deriva da veracidade da posição financeira em todos os aspetos materialmente relevantes), e opinião modificada (que pode ser uma opinião com reserva, uma opinião adversa ou mesmo uma escusa de opinião).

A investigação sobre auditoria municipal tem recaído, essencialmente, sobre a sua qualidade ou atraso, não dando ênfase aos fatores que poderão estar na origem de uma opinião modificada (Paananen, 2016). De facto, os determinantes da opinião do auditor tem sido um tema mais investigado no setor privado do que no público, nomeadamente no local.

A literatura sobre os determinantes da opinião modificada tem incidido sobre variáveis financeiras (nomeadamente a liquidez, o endividamento e o resultado líquido) e sobre variáveis diretamente relacionadas com o município (como a orientação política, localização e anteriores opiniões modificadas).

No que respeita à liquidez, a literatura referente ao setor privado sugere que esta influencia a opinião expressa pelo auditor, uma vez que entidades com menor liquidez tendem a apresentar maior probabilidade de obter opinião modificada (Caramanis & Spathis, 2006; Moalla, 2017). No âmbito do setor público, Paananen (2016) concluiu que a liquidez não influencia o tipo de opinião emitida pois, ao contrário das organizações

privadas, não estão orientadas, na sua generalidade, para os resultados. Também Godinho (2019) e Jesus (2019) não encontraram evidências da existência de relação entre o tipo de opinião emitida nos municípios e a liquidez.

Em relação ao endividamento, Chan e Walter (1996) e Ferreira e Morais (2019) consideram que empresas com um valor elevado de dívida apresentam maior risco financeiro, concluindo existir uma associação positiva entre o valor do endividamento e a existência de opinião modificada. Paananen (2016) e Godinho (2019) não encontraram esta evidência em entidades públicas. Não obstante, também no contexto público, Jesus (2019) comprovou estatisticamente que o fator é determinante no tipo de opinião.

No que se refere ao resultado líquido, Caramanis e Spathis (2006), Segura e Molina (2001) e Chan e Walter (1996) concluíram que a existência de resultados líquidos negativos contribui para o aumento da probabilidade de as empresas terem uma opinião modificada. Moalla (2017) não encontrou evidências de uma relação entre o resultado líquido e a existência de opinião modificada.

No contexto do setor público, Paananen (2016), Godinho (2019) e Jesus (2019) não encontraram evidências que o resultado líquido influencie o tipo de opinião emitida. É de salientar que os modelos de gestão privada e pública têm diferentes objetivos, existindo no setor privado um maior foco nos resultados, quer por pressão da estrutura acionista, quer pela própria sobrevivência da organização (Paananen, 2016; Boyne, 2002; Rainey & Bozeman, 2000). Já as entidades públicas não visam o lucro, mas sim a prossecução dos objetivos dos cidadãos (Jesus, 2019).

No que respeita ao estudo de variáveis diretamente relacionadas com a entidade, Kido e Weber (2012) e Veiga e Veiga (2007) defendem que em períodos eleitorais, os dirigentes públicos procuram melhorar o seu desempenho, o que pode acontecer através da manipulação da informação financeira. Quanto à orientação política, em Portugal existe uma associação positiva entre os municípios governados por partidos de esquerda e a contratação da auditoria externa, existindo um maior cumprimento da lei pelos municípios cujo presidente pertence àquela esfera política, nomeadamente quando o governo central é do mesmo partido (Pinto, 2015).

No que respeita à localização geográfica, Godinho (2019) concluiu que existe uma associação positiva entre os municípios localizados no interior e a probabilidade de lhes ser emitida uma opinião modificada, concluindo, no entanto, que esta não é estatisticamente significativa.

Relativamente à existência de anteriores opiniões modificadas, a literatura refere-a como determinante da emissão de uma opinião modificada (Godinho, 2019; Habib, 2013; Carcello & Neal, 2000).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Em Portugal existem, atualmente, 308 municípios sendo habitualmente agrupados em três categorias, em função do número de habitantes: pequenos (inferior ou igual a 20.000 habitantes), médios (superior a 20.000 e inferior ou igual a 100.000 habitantes) e grandes (superior a 100.000 habitantes) (Carvalho, Fernandes & Camões, 2018).

Não se conhecendo estudos em Portugal nesta temática que se tenham centrado especificamente nos municípios de média dimensão, foram estes os escolhidos como objeto de estudo da presente investigação. Verifica-se que o número dos municípios médios não é constante ao longo do período em análise, existindo 99 em 2016 e 2017 e 98 no ano de 2018, uma vez que o município da Mealhada passou a ser classificado como pequeno. Assim, este município não será incluído na análise.

Nos termos do n.º 2 do artigo 79 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios devem disponibilizar no seu *site* a respetiva prestação de contas, pelo que se recolheram as CLC no triénio de 2016 a 2018 constantes nas páginas *web* dos municípios. As que não se encontravam disponíveis foram solicitadas por e-mail às entidades. Apesar das várias insistências, apenas foi possível obter (via e-mail e por divulgação na página *web*) 71 CLC em todos os anos em estudo (o que corresponde a 72% dos municípios em análise).

No que respeita às variáveis, tendo presente que se pretende estudar o que determina a emissão, pelo auditor, de opinião modificada nos municípios portugueses de média dimensão, a opinião modificada (OM) consiste na variável dependente. Esta está relacionada com a existência ou não de reservas na CLC, sendo do tipo binária, que assume o valor 1, quando a opinião é modificada e 0 caso contrário (sem reservas).

No que concerne às variáveis utilizadas para explicar a opinião modificada na CLC, e de acordo com a revisão de literatura, selecionaram-se variáveis financeiras [liquidez (Liq), endividamento (End) e resultado líquido (RL)] e variáveis diretamente relacionadas com o município [anteriores opiniões modificadas (AOM), localização (Loc) e orientação política (OP)]. Na Tabela 1 são apresentadas as variáveis consideradas na presente investigação e a respetiva caracterização.

Tabela 1. Caracterização das Variáveis.

Variáveis	Tipo	Critério e Fonte
OM	Variável <i>Dummy</i> , assume o valor 1 se opinião modificada, e 0 caso contrário	
Liq	Variável numérica (milhares €)	Rácio entre as disponibilidades e o passivo circulante, Portal Autárquico
End	Variável numérica (milhares €)	Artigo 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Portal Autárquico

Variáveis	Tipo	Critério e Fonte
RL	Variável numérica (milhares €)	Portal Autárquico
Loc	Variável categórica (Norte, Centro, Alentejo, Algarve, Lisboa, Açores e Madeira)	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos II
OP	Variável <i>categórica</i> (esquerda, direita e independente)	PORDATA
AOM	Variável <i>Dummy</i> , assume o valor 1 se anterior opinião modificada e 0 caso contrário	

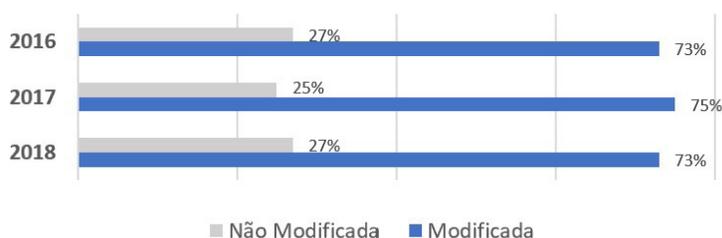
Os partidos políticos que presidem ao município foram agrupados segundo a orientação política (esquerda, direita ou independente) conforme apresentado pelo Tribunal Constitucional.

No que respeita à metodologia utilizada, esta é de natureza mista. Primeiramente, a pesquisa incidiu na recolha de dados qualitativos através das CLC dos municípios portugueses de média dimensão, sendo estes transformados em dados quantitativos, tendo sido posteriormente analisados através de estatística descritiva e análise de correlação (Pearson e Spearman).

4 RESULTADOS

Relativamente ao tipo de opinião emitida, este é apresentado no Gráfico 1, sendo possível observar que não existe uma variação significativa no tipo de opinião emitida nos anos em análise, sendo maioritariamente do tipo modificada.

Gráfico 1. Tipo de opinião emitida.



No que diz respeito às variáveis financeiras em análise na investigação, calcularam-se as medidas estatísticas e, em média, o resultado líquido dos municípios analisados é de 2.107.209 euros, apresentando uma grande amplitude entre o valor máximo e o valor mínimo. Como já referido, o objetivo dos municípios não é a obtenção de lucro, porém resultados positivos indiciam uma melhor gestão por parte dos órgãos autárquicos. Relativamente à liquidez, a sua média é superior a 1, o que indicia que os municípios conseguem cumprir com as suas obrigações de curto prazo. Quanto ao endividamento,

os municípios apresentam um valor médio de 22.882.006 euros, porém verificou-se que o valor máximo é sete vezes superior à média. Verificou-se, ainda, pela análise do desvio padrão, que as variáveis resultado e liquidez apresentam uma grande dispersão dos valores observados face à média.

Ainda relativamente às variáveis financeiras, os gráficos seguintes permitem estudar o tipo de opinião emitida face ao valor médio de cada variável. Para tal, em relação a cada uma destas, os municípios foram classificados como municípios de menor ou maior liquidez, resultado líquido, e endividamento. Para o efeito utilizou-se o valor médio obtido para os três anos, em cada uma das variáveis, como valor de corte na classificação dos municípios, ou seja, se o valor da variável for inferior ao da média obtida para os três anos é considerado na classe de municípios de menor valor, caso contrário é considerado na classe de municípios de maior valor.

Assim, os Gráficos 2, 3 e 4 permitem comparar o valor dos municípios de maior e de menor liquidez, de maior e menor resultado líquido, de maior e menor endividamento, respetivamente, nos três anos, face ao tipo de opinião emitida.

Gráfico 2. Tipo de opinião por municípios de maior e menor Liq

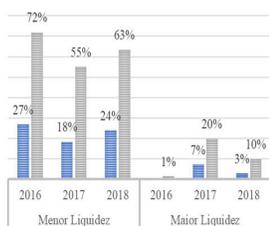


Gráfico 3. Tipo de opinião por municípios de maior e menor RL

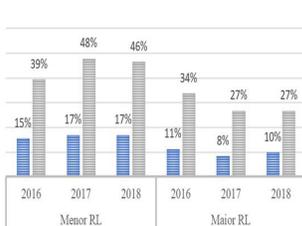
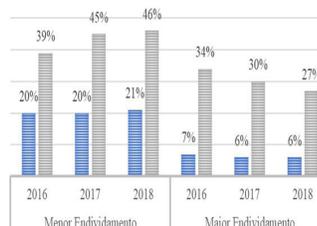


Gráfico 4. Tipo de opinião por municípios de maior e menor End



■ Não Modificada ■ Modificada

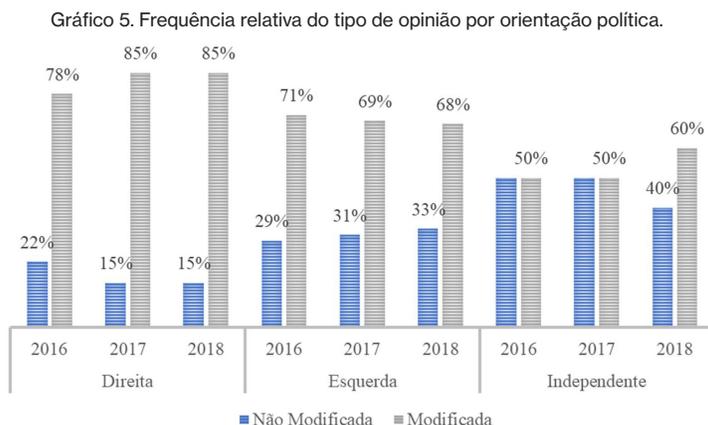
Em relação ao tipo de opinião emitida observa-se, no Gráfico 2, uma relação entre esta e os valores de liquidez, uma vez que, municípios com menor liquidez apresentam um percentual superior de opinião modificada quando comparados com municípios de maior liquidez.

No Gráfico 3, é possível verificar que, no triénio de 2016 a 2018, a frequência relativa de opinião modificada é superior, independentemente de os municípios apresentarem maior ou menor resultado líquido, porém verifica-se que municípios com menor resultado líquido apresentam um percentual superior de opinião modificada.

Através do Gráfico 4 constata-se que, ao longo dos três anos, a opinião modificada prevalece, seja nos municípios de menor ou de maior endividamento. Não obstante, os

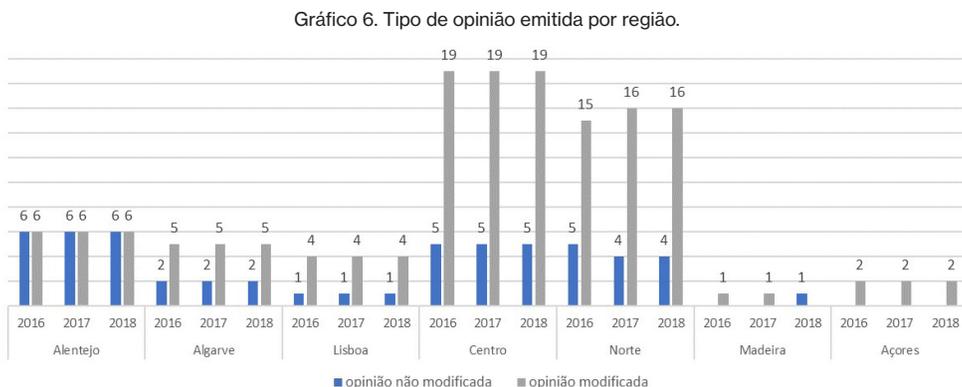
municípios com menor endividamento apresentam, em termos relativos, um percentual superior de opiniões não modificadas face a municípios de maior endividamento.

No que concerne à orientação política (direita, esquerda e independente) que preside ao município, torna-se necessário analisar a frequência relativa do tipo de opinião por orientação política (apresentada no Gráfico 5).



O Gráfico 5 permite verificar que os partidos políticos de direita apresentam sempre um percentual superior de opinião modificada, quando comparados com os partidos de esquerda e com os independentes.

No que respeita à localização geográfica dos municípios analisados, foi possível perceber que a maioria dos municípios em análise se situam nas regiões centro (34%) e norte (30%). A opinião emitida por região, em frequência relativa, consta do Gráfico 6, sendo possível observar que em todas as regiões impera uma elevada percentagem de municípios com opinião modificada, à exceção do Alentejo onde existe um equilíbrio entre os dois tipos de opinião.



Posteriormente à análise da estatística descritiva procedeu-se à análise de correlação, tendo-se recorrido para o efeito ao cálculo do coeficiente de correlação (Pearson para as variáveis quantitativas e Spearman para as variáveis ordinais). Nas Tabelas 2 e 3 apresentam-se os resultados, via SPSS 26, desses coeficientes de correlação e respetivas significâncias.

Tabela 2. Correlação de *Pearson* entre as variáveis.

		Opinião	LIQ	END	RL
OM	Correlação de Pearson	1			
	<i>p</i> -value (2 extremidades)				
	N	213			
LIQ	Correlação de Pearson	0,031	1		
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,648			
	N	213	213		
END	Correlação de Pearson	0,083	-0,076	1	
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,226	0,271		
	N	213	213	213	
RL	Correlação de Pearson	-0,036	0,034	0,108	1
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,599	0,619	0,118	
	N	213	213	213	213

Pela observação da Tabela 2, contata-se que, para as variáveis quantitativas utilizadas, não existe nenhum tipo de associação linear estatisticamente significativa entre qualquer uma delas e a emissão de opinião modificada.

A Tabela 3 apresenta os resultados dos coeficientes de correlação de Spearman e respetivas significâncias.

Tabela 3. Correlação de *Spearman* entre as variáveis.

		Opinião	LOC	OP	AOM
OM	Coefficiente de Correlação	1			
	<i>p</i> -value (2 extremidades)				
	N	213			
LOC	Coefficiente de Correlação	-0,079	1		
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,253			
	N	213	213		
OP	Coefficiente de Correlação	0,067	-0,048	1	
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,332	0,488		
	N	213	213	213	
AOM	Coefficiente de Correlação	0,964**	-0,048	0,059	1
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,000	0,484	0,393	
	N	213	213	213	213

Entre as variáveis OM e AOM, e para um nível de significância de 0,01, verifica-se que existe uma correlação estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,01$), muito forte em sentido positivo (0,964). Para todas as outras variáveis não se observa relevância estatística nas correlações apresentadas.

5 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados apresentados permitem verificar que municípios com menor liquidez apresentam um percentual superior de opiniões modificadas quando comparados com municípios de maior liquidez. No entanto, não foi encontrada uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis. A literatura apresenta resultados contrários quanto a esta variável, pois no setor privado Moalla (2017) e Caramanis e Spathis (2006) afirmam que uma menor liquidez influencia a emissão de opiniões modificadas, porém nas entidades públicas, Paananen (2016), Godinho (2016) e Jesus (2019) não encontraram quaisquer evidências de relação entre a variável e a emissão de opinião modificada.

No que respeita ao endividamento, este não apresenta poder estatístico para explicar a emissão de opinião modificada nas CLC. Tendo em conta os estudos anteriores para entidades do setor público, Paananen (2016) e Godinho (2019) afirmam não existir relação estatisticamente significativa entre a variável e a emissão de opinião modificada, corroborando a presente conclusão, não obstante Jesus (2019) defender o contrário.

Relativamente ao resultado líquido, verificou-se nos anos em análise que a opinião modificada prevalece em municípios com menor resultado líquido, não existindo, no entanto, uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis. No que concerne a estudos anteriores em entidades do setor público, Jesus (2019) não encontrou evidência estatística entre o resultado líquido e emissão de opiniões modificadas.

Quanto à orientação política, constatou-se que os municípios dirigidos por partidos de direita apresentam um percentual superior de emissão de opinião modificada. Refira-se que era esperado que a variável apresentasse efeito estatisticamente significativo na emissão de opinião modificada, uma vez que Pinto (2015) salientou no seu estudo existir um maior cumprimento da lei por partidos de esquerda.

No que respeita à variável região, foi possível observar um percentual elevado de opinião modificada em todas as regiões, não se tendo encontrado uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis, pelo que não foi considerada como determinante da emissão de opinião modificada na CLC dos municípios de média dimensão. Assim, corrobora-se a conclusão de Godinho (2019).

Por último, foi possível concluir que a variável emissão de anteriores opiniões modificadas apresenta uma relação muito forte e positiva, estatisticamente significativa, na emissão de novas opiniões modificadas na CLC. A conclusão obtida corrobora os estudos anteriores, tanto para entidades do setor privado, como para entidades públicas (Godinho, 2019; Habib, 2013; Carcello & Neal, 2000).

Considera-se que esta conclusão é relevante no sentido em que, apesar da redução verificada no número de reservas, as entidades parecem ter uma tendência para reportar de forma continuada informação financeira com limitações (dado ser objeto de opiniões modificadas), não demonstrando capacidade de ultrapassar as situações apontadas pelo auditor de modo a divulgar informação mais transparente e que contribua para uma verdadeira *accountability* da governação pública.

O presente estudo apresentou como principal limitação não ter sido possível obter a totalidade das CLC dos municípios de média dimensão. Como sugestão de investigações futuras, considera-se importante desenvolver o estudo para os municípios de pequena e de grande dimensão. Sugere-se, também, que sejam utilizados métodos estatísticos mais robustos, que naturalmente exigirão mais anos em estudo.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; SEGURA, L., CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA, II., 2019, Lisboa. **A Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria nas Entidades Públicas**. Lisboa: OCC, 2019.

AGUIAR, D. **Atuação dos auditores nas entidades públicas – o estudo de caso nos Municípios**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17052/1/Projecto.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2021.

AMSTRONG, E. **Integrity, transparency and accountability in public administration: recent trends, regional and international developments and emerging issues**. New York: United Nations, 2005.

BARBOSA, T. **O Índice de Transparência Municipal em Portugal e a perceção dos Municípios**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/59464>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRAGA, M. Auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 1, p. 51-60, 2011.

BROADBENT, J.; LAUGHLIN, R. Control and Legitimation in Government Accountability Processes: The Private Finance Initiative in the UK. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, p. 3-48, 2003.

BOLÍVAR, M.; GALERA, A. N.; MUÑOZ, L. A. Governance, transparency and accountability: An international comparison. **Journal of Policy Modeling**, v. 37, n. 1, p. 136-174, 2015.

BOYNE, G. A. Public and private management: What's the difference. **Journal of Management Studies**, v. 39, n. 1, p. 97-122, 2002.

CAAMAÑO-ALEGRE, J.; LAGO-PEÑAS, S.; REYES-SANTIAS, F.; SANTIAGO-BOUBETA, A. Budget Transparency in Local Governments: An Empirical Analysis. **Journal of Management Studies**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 182-207, 3 fev. 2013.

CARAMANIS, C.; SPATHIS, C., Auditee and audit firm characteristics as determinants of audit qualifications: Evidence from the Athens stock exchange. **Managerial Auditing Journal**, v. 21, n. 9, p. 905-920, 2006.

CARCELLO, J. V.; NEAL, T. L. Audit committee composition and auditor reporting. **The Accounting Review**, v. 75, n. 4, p. 453-467, 2000.

CARVALHO, J.; FERNANDES, M. J.; CAMÕES, P. **Anuários Financeiro dos Municípios Portugueses 2017**. 1ª. ed. Lisboa: Ordem dos Contabilistas Certificados, 2017.

CARVALHO, A. **O Papel da Informação Contabilística e do Controlo Externo no Processo de Accountability: o Caso dos Municípios Portugueses**. 2010. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, Universidade de Vigo, Espanha, 2010.

CHAN, Y.; WALTER, T. Qualified audit reports and costly contracting. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 13, n. 1, p. 37-63, 1996.

COGLIANESE, C. The transparency president? The Obama administration and open government. **Governance**, v. 22, n. 4, p. 529-544, 2009.

COSTA, A.; PEREIRA, J.; BLANCO, S. Auditoria do sector público no contexto da nova gestão pública. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 3, p. 201-225, 2006.

COUTO, M., FERREIRA, A.; XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE E AUDITORIA, 2017, Aveiro. **A importância da Transparência e Accountability na administração local – Da Academia à Profissão**. Aveiro, 2017.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

FERREIRA, C.; MORAIS, A. I. Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 31, n. 83, p. 262-274, 2020. DOI: 10.1590/1808-057x201909040. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/169643>. Acesso em: 5 fev. 2022.

GENDRON, Y.; COOPER, D.J.; TOWNLEY, B. In the name of accountability State auditing, independence and new public management. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 14, n. 3, p. 278-310, 2001.

GODINHO, J. **Determinantes da Opinião dos de Auditoria Modificada no Setor Público: Caso dos Municípios Portugueses nos anos 2015 e 2016**, 2019. Dissertação (Mestrado) - Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/18807>. Acesso em: 5 fev. 2022.

HABIB, A. A meta-analysis of the determinants of modified audit opinion decisions. **Managerial Auditing Journal**, v. 28, n. 3, p. 184-216, 2013.

HYNDMAN, N.; LAPSLEY, I. New public management: The story continues. **Financial Accountability & Management**, v. 32, n. 4, p. 385-408, 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. ISA 705– Modificações à opinião do auditor independente. *In*: Edição 2015, 2015. v. II.

JESUS, A. **Determinantes da opinião do auditor nas certificações legais de contas dos municípios portugueses**. 2019. Dissertação (Mestrado) - ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/31933>. Acesso em: 5 fev. 2021.

KIDO, N.; PETACCHI, R.; WEBER, J. The Influence of Elections on the Accounting Choices of Governmental Entities. **Journal of Accounting Research**, v. 50, n. 2, p. 443–476, 2012.

MALDONADO, I.; PINHO, C.; LOBO, C. A., 2019, Madrid, Espanha. CONGRESSO IBÉRICO DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (CISTI) XIV., 2019. **Determinant factors of external audit opinion modification in portuguese municipalities**. Madrid, 2019.

MEIJER, A. Understanding the complex dynamics of transparency. **Public Administration Review**, Lisboa, v. 73, n. 3, p. 429–439, 2013. DOI doi: 10.1111 / puar.12032. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/puar.12032>. Acesso em: 6 fev. 2022.

MOALLA, H. Audit report qualification/modification: Impact of financial variables in Tunisia. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 7, n. 4, p. 468-485, 2017. DOI Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JAEE-10-2016-0092>. Acesso em: 6 fev. 2022.

PAANANEN, M. Modified Audit Reports in the Case of Joint Municipal Authorities: Empirical Evidence from Finland. **International Journal of Auditing**, v. 20, n. 2, p. 149–157, 2016. DOI Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ijau.12062>. Acesso em: 6 fev. 2022.

PINTO, A. **The impact of procurement practices in the municipality auditing market**. 2015. Tese (Doutoramento) - Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/11956>. Acesso em: 5 fev. 2021.

RAINEY, H. G.; BOZEMAN, B. Comparing Public and Private Organizations: Empirical Research and the Power of the A Priori. **Journal of Public Administration Research and Theory**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 447-469, 2000.

REICHBORN-KJENNERUD, K. Performance audit and the importance of the public debate. **Evaluation**, v. 20, n. 3, p. 368-385, 2014.

SCHELKER, M. , M. Auditors and corporate governance: Evidence from the public sector. **Kyklos**, v. 66, n. 2, p. 275-300, 2013.

SEGURA, A.; MOLINA, G. El Informe de Auditoría y su Relación Con las Características Corporativas. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 30, n. 108, p. 349-391, 2001.

SILVEIRA, J.; MOREIRA, A.; ÁVILA, L.; WEYH, C. B. Construção Metodológica, Aplicação e Interpretação de um Índice Municipal de Accountability. **Nucleus**, v. 10, n. 2, 2013.

TALBOT, C.; WIGGAN J. The public value of the National Audit Office. **Journal of Public Sector Management**, v. 23, n. 1, p. 54-70, 2010.

TOLBERT, C.; MOSSBERGER, K. The effects of e-government on trust and confidence in government. **Public Administration Review**, v. 66, n. 3, p. 354-369, 2006.

VEIGA, L.; VEIGA, F. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, v. 131, p. 45-64, 2007.

CAPÍTULO 22

ANÁLISIS DEL MERCADO DE CAPITALES DEL ECUADOR

Data de submissão: 09/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Carolina Uzcátegui Sánchez

Universidad Metropolitana, Sede Machala
cuzcategui@umet.edu.ec
CV

Karen Michel Serrano Orellana

Universidad Metropolitana, Sede Machala
kserrano@umet.edu.ec

RESUMEN: Los mercados financieros ayudan al crecimiento económico de los países, a través de generación de financiamiento, dado que suponen un vínculo entre las unidades de déficit con personas o empresas que cuenta con dinero para realizar inversiones que generen los beneficios deseados. El objetivo del presente trabajo es analizar la evolución del mercado bursátil ecuatoriano en el periodo 2004-2020 y su nivel de eficiencia en comparación a otros países de la región. Los resultados muestran que la capitalización bursátil con respecto al PIB en el Ecuador fue en un promedio del 7,49% siendo menor al promedio de varios países de la región reflejando claramente el menor desarrollo de participación empresarial en el mercado bursátil a nivel local. Adicionalmente, a pesar

de que en los últimos años los mercados latinoamericanos han mostrado una mayor eficiencia en sus mercados bursátiles, el mercado ecuatoriano no ha logrado el desarrollo necesario. Su baja eficiencia debido a factores como, la falta de políticas, y poca transparencia de información ha generado que no pueda ofrecer el financiamiento requerido a las unidades de déficit de los diferentes sectores productivos.

PALABRAS CLAVE: Mercado de capitales. Mercado bursátil. Mercados financieros.

ANALYSIS OF ECUADOR'S CAPITAL MARKETS

ABSTRACT: Financial markets help countries' economic growth through the generation of financing, since they represent a link between deficit units with people or companies that have money to make investments that generate the desired benefits. The aim of this paper is to analyze the evolution of the Ecuadorian stock market in the period 2004-2020 and its level of efficiency compared to other countries in the region. The results show that stock market capitalization with respect to GDP in Ecuador is in averaged 7.49%, which is lower than the average of several countries in the region, clearly reflecting the lower development of business participation in the stock market at the local level. Additionally, despite the fact that in recent years Latin American markets have shown greater efficiency in their stock

markets, the Ecuadorian market has not achieved the necessary development. Its low efficiency due to factors such as the lack of policies and little transparency of information has meant that it cannot offer the required financing to the deficit units of the different productive sectors.

KEYWORDS: Capital market. Stock market. Financial market.

1 INTRODUCCIÓN

De acuerdo a Mishkin (2008) los mercados financieros son “aquellos donde las personas que tienen un exceso de fondos disponibles los transfieren a quienes tienen un déficit”. Los mercados financieros son importantes porque su buen funcionamiento garantiza la canalización del ahorro, flujos de fondos de los agentes que tienen un excedente porque han gastado una cantidad menor de sus ingresos, hacia los agentes con déficit de recursos para el financiamiento de los gastos de inversión, es decir el proceso de acumulación de bienes capaces de contribuir a la creación de otros bienes y servicios (Mendoza, 2015).

A través del impulso que le brindan a la inversión, los mercados financieros terminan contribuyendo con la diversificación productiva, la generación de empleo y el crecimiento económico (Mendoza, 2015), y es reconocido que los mercados financieros juegan un rol crucial en el proceso de desarrollo económico (Todaro y Smith, 2012), mientras que su desempeño deficiente constituye uno de los factores que inciden en la pobreza de los países (Mishkin, 2008). Además, en los términos del Banco Mundial (World Bank, 1996), el éxito de las reformas en otros mercados depende de la salud del sistema financiero.

Una estructura simple de los mercados financieros es brindada por Mishkin (2008). Este autor expone que los mercados financieros están compuestos por: 1) mercados de financiamientos directos, donde se negocian fondos en préstamo directamente entre los prestatarios que solicitan fondos y los prestamistas, por medio de la venta de valores; y 2) mercados de financiamientos indirectos, donde existe la figura del intermediario financiero que se encarga de la canalización de los excedentes de los ahorristas hacia el financiamiento de los prestatarios (hogares, empresas y gobierno).

En el caso del Ecuador, el Sistema Financiero se define como “el conjunto de instituciones que tiene como objetivo canalizar el ahorro de las personas” (Superintendencia de Bancos y Seguros, 2017). Los órganos rectores del Sistema Financiero ecuatoriano son el Banco Central del Ecuador (BCE), que actúa como entidad monetaria, y dedicada al control y aplicación de la política crediticia, además de conocer, aprobar y evaluar la ejecución de los presupuestos de las instituciones financieras públicas. En tanto, con la tarea de supervisión y control de las instituciones que conforman el sistema financiero,

es decir de las instituciones involucradas en el mercado monetario y en el mercado de capitales, se tiene a la Superintendencia de Bancos y Seguros (SBS)¹, la Superintendencia de Economía Popular y Solidaria (SEPS), la Superintendencia de Compañías, Valores y Seguros (SCBS). Y como ente regulador en cuanto al dictamen de leyes, resoluciones y regulaciones que promuevan el desenvolvimiento del sistema financiero, se encuentra a la Junta Bancaria (JB) (Andrade, 2003).

En este contexto y consabido que los Mercados Financieros constituyen la base de cualquier Sistema Financiero, también se debe resaltar que tanto los intermediarios y los activos financieros completan el complejo engranaje de este sistema.

En el Ecuador, los intermediarios financieros se conforma por los bancos, quienes se encargan de captar dinero y colocar préstamos a una tasa de interés; las sociedades financieras, quienes intervienen en el mercado de capitales y otorgan créditos para el financiamiento de la producción, construcción y adquisición y venta de bienes a mediano y largo plazo; las cooperativas de ahorro y crédito, quienes constituyen un grupo de personas (socios) que buscan ayudarse los unos a los otros, para solventar sus necesidades financieras; y las mutualistas, que se refiere a la unión de personas que tienen como fin el apoyo de sus socios ante necesidades financieras, y que por lo general concentran sus inversiones en el mercado inmobiliario.

La SBS tiene bajo su control y supervisión a 77 entidades financieras (27 bancos, 2 entidades de otro tipo y 48 aseguradoras), la SEPS tiene bajo su control a 60 entidades financieras (56 cooperativas y 4 mutualistas), y finalmente la SCBS, garantiza el correcto funcionamiento del mercado bursátil con sus operadores en las ciudades de Guayaquil y Quito.

2 DESARROLLO

2.1 MERCADOS DE CAPITALES EN EL ECUADOR

Los mercados financieros tienen un rol primordial, debido a que proporcionan vías que permiten que el ahorro fluya para financiar capital nuevo que contribuya al crecimiento económico (Parkin, Powell & Matthews, 2013), además funcionan como un mecanismo que reúne a vendedores y compradores de instrumentos financieros para facilitar las transacciones (Court & Tarradellas, 2010), con el objetivo fundamental de asignar de manera eficiente el ahorro (Van Horne y Wachowicz, 2002). En resumen, los mercados financieros son las instituciones mediante las cuales una persona que quiere ahorrar le puede proporcionar fondos directamente a una persona que quiere pedir prestado (Mankiw, 2012: 556).

¹ Una breve reseña de la crisis bancaria del Ecuador en los años noventa se brinda en Ayora (2011).

La clasificación generalmente aceptada desde la economía de los mercados financieros, según las características de los activos negociados, se distingue tres tipos de mercados: de capitales, de dinero o monetarios y mercados cambiarios.

Al analizar de forma específica al mercado capitales, y desde la perspectiva de las finanzas, Rodríguez (2007) menciona que este mercado es el lugar donde concurren los inversionistas quienes, a través de intermediarios del mercado, adquieren títulos valores emitidos por empresas e instituciones privadas, además en este tipo de mercados se manejan instrumentos de deuda y valores especulativos (bonos y acciones) de vencimiento original de más de un año (Van Horne, 2002).

En otros términos, en el mercado de capitales son negociados títulos o instrumentos de deuda fija (también llamados de renta fija), como un bono, que es un certificado de deuda (Mankiw, 2012) o acuerdo contractual donde el prestatario se compromete a pagarle al tenedor del instrumento montos fijos en dólares o moneda local con base en intervalos de tiempo regulares hasta la fecha de vencimiento del bono, cuando finalmente se hace el pago final (Mishkin, 2008)². También se negocian otros tipos de instrumentos, como los llamados instrumentos de capital contable o renta variable (Mishkin, 2008), que son acciones comunes, derechos para participar en la utilidad y en los activos de un negocio. Estos últimos son la principal forma en que las empresas privadas obtienen capital contable (Mishkin, 2008)³. Cabe destacar que, de acuerdo a Mankiw, en comparación con los bonos, las acciones ofrecen a su propietario un riesgo mayor pero una probabilidad ed rendimiento potencialmente alto (2012: 558)⁴.

De acuerdo a lo expuesto anteriormente, la particularidad del mercado de capitales resulta ser en la transición del ahorro a la inversión; moviliza recursos principalmente de mediano y largo plazo, desde aquellos sectores que tienen dinero en exceso hacia empresas, sector financiero o gobierno mediante la compra-venta de títulos valores, cumpliendo funciones básicas como las de asignación y distribución, en el tiempo y en el

² Los bonos pueden diferir en las siguientes características: 1) término del bono, que es el lapso de tiempo hasta su vencimiento. La tasa de interés de un bono depende de su vencimiento; 2) Riesgo crediticio, que representa la probabilidad de que el emisor o dueño del bono no pague o falle en pagar el interés o el principal. Dicha falla se conoce como incumplimiento; y 3) La situación impositiva, la forma en la cual las leyes impositivas tratan el interés ganado sobre un bono. Para mayor información consultar a Mankiw (2012: 557).

³ Siguiendo a Mishkin, cabe destacar que los tenedores de acciones, llamados accionistas, gozan de varios derechos como el derecho a votar y a ser un solicitante residual de todos los fondos que fluyen hacia las empresas. Un solicitante residual significa que el accionista recibe lo que queda después de que se han satisfecho todos los demás derechos contra los activos de la empresa (Mishkin, 2008: 152). en términos técnicos, si una empresa vende un total de un millón de acciones de capital, entonces el comprador de una acción posee 1/1.000.000 de la empresa (Mankiw, 2012).

⁴ Mankiw relata un pequeño ejemplo interesante sobre la diferencia entre bonos y acciones: si una empresa es muy rentable, los tenedores de acciones disfrutan de mayores beneficios derivados de las utilidades de la empresa, y los tenedores de bonos solo reciben el interés fijado sobre sus bonos- sin embargo, en el supuesto de dificultades financieras en la empresa en cuestión, los tenedores de bonos son los primeros en recibir lo que se les adeuda, antes que los accionistas reciban alguna cantidad.

espacio, de los recursos de capital, los riesgos, el control y la información asociados con los procesos de transferencia del ahorro a la inversión (Brianto, 2010).

Si bien, en el subtítulo anterior se revisó que el sistema financiero ecuatoriano, está compuesto de bancos, compañías de seguro, sociedades financieras, bolsas de valores, entre otras instituciones financieras, destaca por su importancia relativa el mercado bancario, porque es el que ha tenido mayor desarrollo a lo largo de los años. Esto último se encuentra en línea con la evidencia internacional, pues la mayor parte de los fondos que van del ahorro a la inversión son canalizados a través de los bancos (Mishkin, 2008).

En contraparte, el mercado de capitales, ha tenido un limitado desarrollo, debido a múltiples aspectos, como la idiosincrasia del inversionista ecuatoriano, la limitada oferta de productos para invertir, altos costos de operación, la escasa cultura tributaria, entre otros (Méndez, 2016), sumado a ello los problemas derivados de la información asimétrica, como el riesgo moral y la selección adversa, que son más relevantes en los mercados de valores en comparación al mercado bancario, determinando la formación de las expectativas respecto a las ganancias y el riesgo.

Pero para la comprensión del comportamiento del mercado de capitales ecuatoriano, es necesario realizar una breve retrospectiva sobre el surgimiento de la Bolsa de Valores del Ecuador. Si bien los inicios de este mercado, se dio en el año 1935, por falta de educación del público en este tipo de inversiones, a la incipiente estructura industrial del país, y a las alteraciones de orden político, la denominada Bolsa de Valores y Productos del Ecuador tuvo una efímera existencia. Transcurridos 35 años, el Presidente de la República de la época, formalizó y dispuso el establecimiento de dos bolsas de valores, una localizada en la ciudad capital Quito (Bolsa de Valores de Quito, BVQ) y otra en la ciudad de Guayaquil (Bolsa de Valores de Guayaquil, BVG) en la Provincia de Guayas, bajo el control de SCVS.

Para la década de los noventa, específicamente el 28 de mayo del año 1993 (Lovato, 2013), se expidió la primera Ley del Mercado de Valores, siendo su principal aporte la constitución de las casas de valores y la transformación de las bolsas de valores de compañías anónimas a corporaciones civiles sin fines de lucro (SCVS, 2017).

Actualmente, el marco legal relacionado con el funcionamiento del sistema financiero, políticas monetarias, crediticia, financiera y cambiaria se sistematiza en una sola estructura y marco regulatorio, denominado Código Orgánico Monetario y Financiero (COMF), donde incorpora a la Ley de Mercado de Valores en su Libro II. El detalle de la organización del mercado bursátil se observa en la Tabla 1.

Tabla 1. Organización del mercado bursátil del Ecuador.

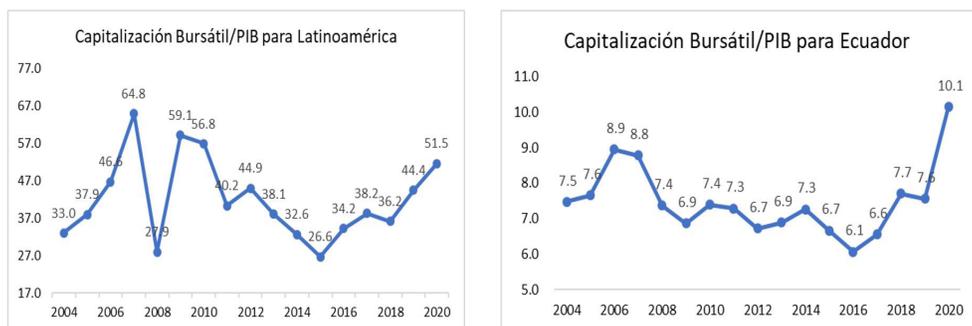
Nivel organizativo/ actores	Característica/ Tipología
Marco regulatorio	Código Orgánico Monetario y Financiero (COMF)
Regulador	Junta de Política y Regulación Monetaria y Financiera
Supervisión	Superintendencia de Compañías, Valores y Seguros
Emisores	Públicos; Privados; Fideicomisos de titularización; Fondos colectivos
Inversionistas	Inversionistas extranjeros; Administradores de fondos
Intermediarios	Casas de Valores
Mercados	Bolsa de Valores de Quito (BVQ); Bolsa de Valores de Guayaquil (BVG)
Liquidación de valores	DECEVALE
Entidades de apoyo	Calificadoras de riesgo; Auditoras; Agente Pagador; Estructuradores; Representantes de las obligaciones

Fuente: Zambrano, F. (2014).

En efecto, de acuerdo a lo mostrado en la Tabla 1, la organización del mercado bursátil en Ecuador muestra que la actividad financiera es regida por el COMF, mientras que el regulador propiamente dicho es la Junta de Política y Regulación Monetaria y Financiera.

Por otra parte, en relación con el volumen de actividad, para el Ecuador se observa que si bien se mantiene una tendencia similar al comportamiento de la región (correlación positiva en la tendencia de operaciones), con muestras de un constante crecimiento de capitalización bursátil. La razón de crecimiento es inferior, al comparar la relación capitalización bursátil versus PIB, tanto para Latinoamérica (excluyendo los países de alta renta) como para Ecuador, se tiene que Latinoamérica crece en promedio un 8,5% anual, mientras que Ecuador lo hace tan solo en un 2,6% anual, tal como se observa en la Figura 1.

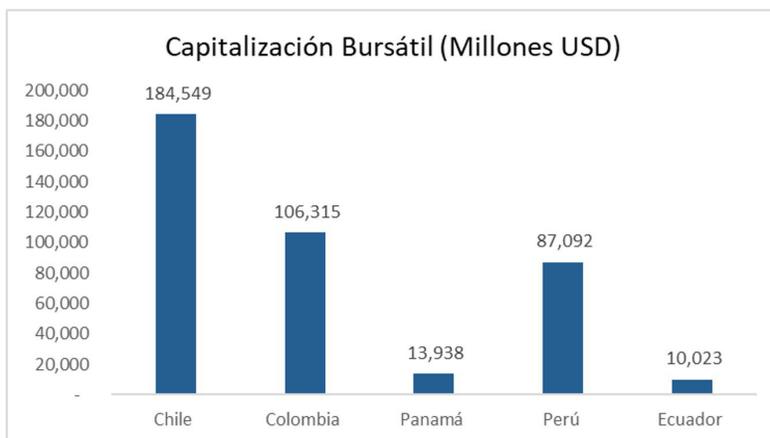
Figura 1. Capitalización Bursátil/PIB para Latinoamérica y Ecuador.



Fuente: Dataset World Bank en <https://data.worldbank.org/>, 2021.

La capitalización bursátil con respecto al PIB en el Ecuador se ha mantenido en periodo estudiado (2004-2020), en un promedio del 7,49%. Se observa que este indicador es menor a la de otros países de la región (Figura 1) y refleja el menor desarrollo de participación empresarial en el mercado bursátil a nivel local (Figura 2).

Figura 2. Capitalización Bursátil de mercados bursátiles de Latinoamérica.



Fuente: Dataset World Bank en <https://data.worldbank.org/>, 2021.

El bajo nivel de desarrollo del mercado bursátil del Ecuador es evidente al comparar con Panamá, que en el año 2020 obtuvo un 26,3% en capitalización bursátil/PIB, mientras que Ecuador en el mismo año obtuvo un 10,14% en el mismo indicador, pese a que comparativamente la economía ecuatoriana es aproximadamente 2 veces más grande en términos de producto interno bruto. El contraste es aún más notorio en 2019.

En este sentido, Harvey (1995), indica que el poco desarrollo de los mercados de capitales, con poca liquidez y altos costos, incide en el deterioro de la inversión extranjera directa y el desarrollo económico, y Serrano plantea la hipótesis o supuesto de que “una mayor capitalización del mercado de valores tiene un efecto positivo sobre el crecimiento de la economía” (2015:10), por lo que por esta vía la economía ecuatoriana no está aprovechando un potencial de canalización eficiente del ahorro total.

En el caso ecuatoriano se ha documentado además que, en términos de compañías inscritas en las bolsas de valores, el país se encuentra rezagado respecto a otros similares como Perú y Colombia, con un alto grado de concentración de determinadas empresas que ofertan en el mercado.

En relación con la composición de las operaciones dentro de las Bolsas de Valores de Quito y de Guayaquil, la principal novedad es la concentración de operaciones sobre títulos de renta fija, donde se observa que desde el 2015 la participación de la renta fija es superior al 98% y la renta variable inferior al 2%, mientras que el 2014 fue un año atípico dado que la participación de la renta variable alcanzó un 15,95%. El monto de renta variable negociado en el 2020 es de apenas 31 millones de dólares, cifra insignificante frente a los casi 11 mil millones negociados en activos de renta fija, tal como se observa en la Tabla 2. Este aspecto es de vital importancia debido a que el sector productivo y su

actividad normalmente se ve reflejado en las negociaciones de activos de renta variable, mientras que los activos de renta fija generalmente están ligados a emisiones de los diferentes estamentos del Estado.

En tal sentido, el Estado compite con el sector privado de la economía por la obtención de los fondos disponibles en el mercado de capitales ecuatoriano, pudiéndose dar el caso de efecto desplazamiento de la inversión privado por el gasto público, en el caso de que la mayor demanda de fondos por parte del Estado presione al alza a la tasa interés y si los gastos de inversión de las empresas son muy sensibles respecto a las variaciones en dicha tasa. Se advierte, además, que más del 50% de las operaciones con títulos valor de renta fija son realizados en la ciudad de Quito, esto se entiende debido a que el domicilio del poder político del país se encuentra en esta ciudad.

Tabla 2. Composición de operaciones de renta fija y variable.

Consolidación de transacciones 2014-2020 (en miles de dólares)					
Año	Renta fija	Participación (%)	Renta variable	Participación (%)	Total Nacional
2014	6.341.090	84,05%	1.203.048	15,95%	7.544.138
2015	4.969.257	98,46%	77.666	1,54%	5.046.923
2016	8.240.083	98,84%	96.386	1,16%	8.336.469
2017	6.574.386	99,36%	42.475	0,64%	6.616.861
2018	7.407.270	99,10%	67.512	0,90%	7.474.781
2019	11.701.937	99,20%	94.842	0,80%	11.796.779
2020	11.856.009	99,73%	31.812	0,27%	11.887.820

Fuente: Superintendencia de Compañías, Valores y Seguros, anuarios estadísticos, <http://www.supercias.gob.ec/portalscvsv/>

Se debe mencionar que el mayor inversionista de los títulos de renta fija en ambas bolsas de valores, es el Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social (IESS), comprando bonos privados y del estado, convirtiéndose en el mayor financista del gobierno local (Serrano, 2015). En definitiva, como se observa en la tabla 2 la mayor dinámica del mercado de renta fija sobre el mercado de renta variable en el Ecuador, respalda lo señalado por Bekaert y Harvey (1997), quienes sostienen que un país con un pobre funcionamiento del mercado de valores causa que los inversionistas escojan los valores de menor riesgo, provocando a su vez una diversificación ineficiente del capital.

En ese sentido, la formación de las expectativas de los inversionistas ecuatorianos valora más el rendimiento a corto plazo con menor riesgo, como el caso de los instrumentos negociados en el mercado de dinero, en contraposición a la compra y venta de instrumentos de mediano y largo plazo como acciones, por su mayor nivel de riesgo

y volatilidad en su rendimiento. Por ello se ha resaltado que el mercado de capitales y valores juega un rol muy pequeño en el mercado financiero ecuatoriano (Lovato, 2013).

2.2 RELACIÓN ENTRE AHORRO, INVERSIÓN, POLÍTICA FISCAL Y EL MERCADO DE CAPITALES

Sea S_t el monto global de ahorro de la economía e I_t la inversión total de las empresas, ambas en el período t . En una economía abierta con gobierno se cumple que el ahorro total es la suma del ahorro privado $S_{priv} = (Y-T-C)$, el ahorro público $S_{pub} = (T-G)$ y el ahorro externo o exceso de las importaciones sobre las exportaciones $S_{exter} = (M-X)$, que a su vez en conjunto deben igualar a la inversión total de acuerdo a la ecuación:

$$S_t = S_{priv} + S_{pub} + S_{exter} = (Y-T-C) + (T-G) + (M-X) = I_t$$

La política fiscal juega un rol importante en el mercado de capitales, por cuanto las decisiones respecto a los ingresos fiscales y al gasto público y su financiamiento indican en el monto global de ahorro que dispone la economía. Dicho de otro modo, el tamaño del déficit fiscal $(T-G) < 0$ y su financiamiento repercuten en la asignación de recursos por parte de la economía, si el déficit se eleva entonces se debe detraer recursos de la inversión, limitando el tamaño y desarrollo del sistema financiero en general, y del mercado de capitales en particular. Así mismo, si el Estado demanda préstamos del sistema financiero para financiar déficits fiscales e impone un control de tasas de interés generaría lo que se conoce en la literatura como represión financiera (Todaro y Smith, 2012:746), una situación en la que la inversión es limitada o represada por el menor ahorro tras la administración de la tasa de interés.

2.3 RELACIÓN ENTRE POLÍTICA MONETARIA Y EL MERCADO DE CAPITALES

Considérese por ejemplo que el banco central decide adoptar una política monetaria expansiva, por lo que la curva LM se desplaza hacia abajo, trasladando el nivel de producto de equilibrio hacia un nivel más alto, mientras que la tasa de interés de equilibrio disminuye. Blanchard y Pérez (2000) plantean la siguiente interrogante ¿Cómo reaccionaría la bolsa de valores?, lo que depende del comportamiento de la política monetaria que esperaba la bolsa de valores. Si la bolsa había previsto correctamente la nueva postura de la política monetaria entonces no reaccionaría, porque una política ya prevista no afecta a las expectativas, es más suponiendo que los agentes que participan en la bolsa tienen expectativas racionales, la nueva política monetaria ya estaba calculada e incorporada en sus decisiones, sin efecto alguno en los futuros dividendos de la bolsa.

No obstante, si la medida de política monetaria es inesperada, entonces subirán los precios de las acciones.

En resumen, Blanchard y Pérez reseñan que las variaciones de la producción después de la aplicación de la política monetaria, pueden ir o no acompañadas de variaciones de los precios de las acciones en el mismo sentido. Esto depende de tres condiciones: 1) de lo que espera en primer lugar el mercado; 2) de la causa de las perturbaciones; y 3) de cómo espere el mercado que reaccione el banco central a la variación de la producción.

3 CONCLUSIÓN Y DISCUSIÓN

En los últimos años, las principales economías latinoamericanas (México, Brasil, Colombia, Chile y Perú) han experimentado una mejora de su eficiencia de los mercados bursátiles (Duarte-Duarte & Mascareñas-Perez, 2014). Según Arshad, Rizvi, Ghani, & Duasa (2016) la eficiencia del mercado es mejor durante los auges económicos que durante la crisis.

Kasman & Kasman (2008) indican que la introducción de mercados de derivados en mercados de tamaño pequeño (como es el caso de Ecuador) y escasa liquidez podrían ayudar a estabilizar los mercados spots. Además, los responsables de la formulación de políticas no necesitan imponer una mayor regulación a los mercados de derivados, ya que podrían limitar la posibilidad de inversión y disminuir la eficiencia de los mercados. En la misma línea, Lim, Brooks & Kim (2008) manifiestan que las acciones políticas que permitan calmar los mercados y restaurar la confianza de los inversores deberían ser la prioridad para mejorar la eficiencia de los mercados.

Así mismo la eficiencia varía con el tiempo y la mayoría de los mercados son más eficientes a largo plazo. La etapa de eficiencia da lugar a mejoras a través de decisiones y políticas que ayudarán en el desarrollo de los mercados, haciéndolos más eficientes. El nivel de eficiencia puede mejorarse aumentando el flujo de información para obtener más transparencia, una mejor tecnología comercial, estrategias de inversión y buenas instituciones reguladoras. (Kumar-Tiwaria, Ayeb, & Gupta, 2019)

A pesar de la mejora de la eficiencia de varios mercados latinoamericanos, el mercado bursátil del Ecuador enfrenta problemas estructurales y coyunturales que afectan su función principal, el de proveer financiamiento de mediano y largo plazo a los sectores productivos (Rosero, 2010). Entre las causas de esta situación, Mendez (2015) enumera la idiosincrasia, los intereses creados desde las organizaciones involucradas en el mercado, círculo empresarial de las empresas con barreras de entrada, oferta limitada

de productos para el pequeño y mediano inversionista, el costo de operaciones, la escasa cultura bursátil, y a información insuficiente. Todos estos aspectos repercuten en la baja liquidez, la poca profundidad y mínima amplitud del mercado bursátil del Ecuador. Así mismo la falta de políticas claras y la transparencia de la información han generado un bajo desarrollo y eficiencia del mercado ecuatoriano.

Ante lo anterior, surge un problema de concepción y enfoque de quienes deben ser el motor de desarrollo de la economía; donde el Gobierno central acaparará el protagonismo en términos de generación de riqueza y bienestar, a través de un intensivo gasto del gobierno, descuidando los incentivos a los sectores productivos reales, y dejando en naufragio al mercado bursátil con la falta de respuestas y acciones que traten de estructural el sector.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, R. D. (2003). *Legislación Económica del Ecuador*. Quito: Abya-Yala.

Arshad, S., Rizvi, S. A., Ghani, G. M., & Duasa, J. (2016). Investigating stock market efficiency: A look at OIC member countries. *Research in International Business and Finance*, 36, 402-413.

Ayo Ñ., Karla V. (2011). Aplicación de titularización de flujos futuros de fondos como fuente de financiamiento en una empresa dedicada a la venta de comida rápida. Tesis de Grado para optar al título de Ingeniera en Contabilidad y Auditoría, Universidad Central del Ecuador.

BCE-Central Bank of Ecuador (Banco Central de Ecuador). BCE indicators homepage. <http://www.bce.fin.ec/indicador.php>, 2018.

Bekaert, G., & Harvey, R. (1997). *Capital markets: An engine for economic growth*. Duke University and Stanford University.

Blanchard, O. & Pérez E., D. (2000). *Macroeconomía: teoría y política económica con aplicaciones a América Latina*. Buenos Aires: Prentice Hall.

Court, E., & Tarradellas, J. (2010). *Mercado de Capitales*. México: Pearson.

Duarte-Duarte, J., & Mascareñas-Perez, J. M. (2014). Comprobación de la eficiencia débil en los principales mercados financieros latinoamericanos. *Estudios Gerenciales*, 365-375.

Kasman, A., & Kasman, S. (2008). The impact of futures trading on volatility of the underlying asset in the Turkish stock market. *Physica A: Statistical Mechanics and its Applications*, 387(7), 2837-2845.

Kumar-Tiwaria, A., Ayeb, G. C., & Gupta, R. (2019). Stock market efficiency analysis using long spans of Data: A multifractal detrended fluctuation approach. *Finance Research Letters*, 28, 398-411.

Lim, K.-P., Brooks, R. D., & Kim, J. H. (2008). Financial crisis and stock market efficiency: Empirical evidence from Asian countries. *International Review of Financial Analysis*, 17(3), 571-591.

Lovato S., Juan I. (2013). Propuesta de reformas al mercado de valores ecuatoriano. *IURIS DICTIO*, Año 13, Vol. 15, pp. 221-245.

- Mankiw, G.N. (2012). *Principios de Economía*. México, D.F.: Cengage Learning Editores.
- Méndez, S. (2016). Mercado de Valores ecuatoriano, sus limitantes de desarrollo en el 2015. *FCSHOPINA*, 88. Recuperado en <http://www.revistas.espol.edu.ec/index.php/fenopina/article/view/117>.
- Mendoza L., O. (2015). Importancia de la inversión para consolidar el desarrollo. Banco Central de Venezuela, *BCVoz Económico* 4 (jul-ago 2015) Año 20.
- Mishkin, F.S. (2008). *Moneda, banca y mercados financieros*. México: Pearson Educación. (8va. Edic. en español).
- Parkin, M., Powell, M., & Matthews, K. (2013). *Introducción a la Economía*. Madrid: Pearson Educación, S.A.
- Rodríguez, Á. (2007). El mercado de capitales como alternativa de inversión. *Visión Gerencial*, 105-116.
- Rosero, L. (octubre, 2010). El desarrollo del mercado de valores en el Ecuador: una aproximación. *Diario La Hora*. Obtenido en febrero 2017 de <http://www.lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1101025635#.VTU1REs9E3R>.
- Serrano Serrano, M. A. (2015). *Impacto de los mercados financieros en el crecimiento económico del Ecuador* (Bachelor's thesis, Quito, 2015.).
- Superintendencia de Compañías, Valores y Seguros. SCVS portal web Anuario estadístico <http://www.supercias.gob.ec/portalscvs/>, 2018.
- Superintendencia de Compañías, Valores y Seguros. SCVS Historia del mercado de valores ecuatoriano <https://portal.supercias.gob.ec/wps/portal/Inicio/Inicio/MercadoValores/Informacion/Historia>, 2018.
- Todaro, M. P. & Smith, S. C. (2012). *Economic Development*. 11^{ava} Edición en inglés, Pearson Education.
- World Bank (Banco Mundial) (1996). *World Development Report*. <https://worldbank.org/>.
- World Bank. Dataset webpage. <https://data.worldbank.org/>, 2018.
- Zambrano Farías, F. (2014). *El mercado de capitales como fuente de financiamiento para las pymes en el Ecuador caso específico: FERZAFSA SA* (Master's thesis, Universidad de Guayaquil Facultad de Ciencias Económicas).

CAPÍTULO 23

CONTABILIDADE PÚBLICA E IPSAS EM PORTUGAL: O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Data de submissão: 10/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Maria da Conceição da Costa Marques

Professora Coordenadora
ISCAC

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Coimbra
Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-8232-8397>

RESUMO: O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNCAP) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e constitui o novo sistema contabilístico para as administrações públicas, que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018, embora existam entidades-piloto que o estão a aplicar já no ano de 2017. Como razões para a aprovação deste normativo contabilístico são apresentadas no próprio diploma de aprovação, a existência de uma forte fragmentação e desatualização da normalização contabilística para o setor público. Este artigo pretende analisar a reforma da contabilidade pública em Portugal baseada no SNC-AP, nos impactos que a mesma irá determinar nas instituições públicas

ao nível contabilístico, face ao regime anterior do POC-P e planos setoriais e também dos recursos envolvidos na sua implementação.

PALAVRAS-CHAVES: Contabilidade pública. SNC-AP. Administrações públicas. Reforma.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, constitui o novo sistema contabilístico para as administrações públicas em Portugal.

É reconhecido no mesmo diploma que a fragmentação é um sério problema de inconsistência técnica, uma vez que afeta a eficiência da consolidação de contas do setor público e implica muitos ajustamentos que não são desejáveis e que questionam a fiabilidade da informação na sua integração. Mais é dito que este problema é sentido em todo o setor público, embora com particular ênfase em entidades como a Direção Geral do Orçamento, a Direção Geral das Autarquias Locais e o Instituto Nacional de Estatística, que devem agregar informações produzidas com base nos sistemas de informação orçamental

e financeiro, que são inconsistentes na construção de indicadores macroeconómicos, indispensáveis para a tomada de decisões nas políticas orçamentais e monetárias ao nível da União Europeia (UE).

No que diz respeito à reforma que este novo sistema de informação financeira preconiza, são tomadas grandes expectativas quanto ao seu impacto na contabilidade pública portuguesa, como está indicado no texto do referido decreto, que resolve a fragmentação e inconsistências que existem atualmente, ao mesmo tempo que proporciona às administrações públicas um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que estão a ser adotados no plano internacional.

Com a aprovação do SNC-AP, será possível implementar o regime do acréscimo na contabilidade e relatórios financeiros das administrações públicas, articulando-o com a atual base de caixa modificada, estabelecendo os fundamentos de um orçamento do estado em regime de acréscimo. Ao mesmo tempo, promove a harmonização ao Institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, através da elaboração de demonstrações orçamentais e financeiras, de forma individual e consolidada, para aumentar o alinhamento entre contabilidade pública e contas nacionais e contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores, através de um sistema de informação contabilístico que fornece os relatórios orçamentais e financeiros que as administrações públicas necessitam.

Além disso, com este novo modelo de contabilidade que o SNC-AP materializa, será possível uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, de acordo com as normas das empresas privadas (SNC) e do setor sem fins lucrativos (SNC-ESNL).

O SNC-AP inclui os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão. A elaboração do SNC-AP contempla, em particular:

- Uma estrutura concetual de informação financeira pública;
- Normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS;
- Modelos de demonstrações financeiras;
- Uma norma de contabilidade orçamental;
- Um plano de contas multidimensional;
- Uma norma de contabilidade de gestão.

Este artigo pretende analisar a reforma da contabilidade pública em Portugal com base nas IPSAS, os impactos que determinará nas instituições públicas em termos de contabilidade face ao anterior regime do POC-P e dos planos setoriais, bem como os recursos envolvidos na sua Implementação.

2 ADOÇÃO DAS IPSAS

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A IFAC é uma organização global para os contabilistas. Fundada em 1977, a organização é composta por mais de 175 membros e associados em 130 países e jurisdições, que representam aproximadamente 2,8 milhões de contabilistas empregados na prática pública, indústria e comércio, governo e academia. De acordo com o estabelecido nos seus estatutos, a sua missão é “servir o interesse público, fortalecer a profissão contabilística em todo o mundo e contribuir para o desenvolvimento de economias internacionais fortes, ao estabelecer e promover a aderência a normas profissionais de alta qualidade, procurando a convergência internacional de tais normas e defendendo, no interesse público, os aspetos em que a perícia da profissão é da maior relevância”. Ao perseguir esta missão, a IFAC criou o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB).

O IPSASB [antigo Public Sector Committee (PSC)], é um Conselho da IFAC, criado para desenvolver e emitir, sob a sua própria autoridade, Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS).

As IPSAS são normas globais de relato financeiro de alta qualidade para aplicação pelas entidades do setor público, que não sejam Empresas Comerciais Governamentais (GBE)^{1,2}.

O Grupo Consultivo do IPSASB é designado pelo IPSASB. O Grupo Consultivo é um grupo sem voto, que proporciona um meio pelo qual o IPSASB pode consultar e procurar aconselhamento quando necessário a um largo grupo de constituintes, sendo presidido pelo Presidente do IPSASB.

O Grupo Consultivo é principalmente um fórum eletrónico. Contudo, os Comitês regionais do Grupo Consultivo reúnem com o IPSASB em conjugação com quaisquer reuniões do IPSASB nas suas regiões. Todos os membros do Grupo Consultivo são convidados para essas reuniões. Além disso, uma reunião completa de todos os membros do Grupo Consultivo pode ser realizada se considerado necessário.

As IPSAS estabelecem os requisitos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, que tratem de transações e acontecimentos nas demonstrações financeiras com finalidade geral. As IPSAS são designadas para se aplicarem às demonstrações financeiras com finalidade geral de todas as entidades do setor público.

¹ Government Business Enterprises.

² O IPSASB emitiu em agosto de 2014 um documento de consulta *The Applicability of IPSASs to Government Business Enterprises and Other Public Sector Entities*, tendo como limite de receção de comentários a data de 31 de dezembro de 2014.

As entidades do setor público incluem governos nacionais, governos regionais (por exemplo, estatal, provincial, territorial), governos locais (por exemplo, cidade, município) e as suas entidades componentes (por exemplo, agências, conselhos, comissões), salvo se declarado de forma diferente. As Normas, como referido, não se aplicam a Empresas Comerciais Governamentais. As GBE aplicam as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) que são emitidas pelo IASB, sendo incluído nas IPSAS uma definição de Empresas Comerciais Governamentais.

As IPSAS são elaboradas pelo IPSASB em base de acréscimo, convergem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)³ emitidas pelo IASB, sendo adaptadas ao contexto de setor público sempre que apropriado.

Ao empreender este processo, o IPSASB pretende, sempre que possível, manter o tratamento contabilístico e o texto original das IFRS, a menos que haja um aspeto significativo do setor público que dê lugar a um afastamento. Estas normas tratam de aspetos de relato do setor público que não são exaustivamente tratados nas IFRS existentes ou relativamente aos quais não tenham sido desenvolvidas IFRS pelo IASB.

Presentemente, as IPSAS constituem o único conjunto de normas de contabilidade do setor público reconhecido internacionalmente. Baseiam-se nas Normas Internacionais e de Relato Financeiro aplicadas no setor privado, constando, na fase atual, de um conjunto de trinta e duas (38) normas de contabilidade de acréscimo e uma norma de contabilidade de caixa (Relatório da CE, 2013:3).

A gestão moderna do setor público, conforme com os princípios de economia, eficiência e eficácia, depende de sistemas de informação de gestão que permitam o fornecimento de informações atualizadas, precisas e fiáveis sobre a situação e o desempenho económico e financeiro dos estados, nos mesmos termos de qualquer outra entidade económica. As IPSAS são as normas que permitem alcançar estes propósitos.

De acordo com a Comissão Europeia (2013:9) “atualmente há 15 Estados-Membros da UE que estabelecem algumas ligações às normas IPSAS nas suas normas nacionais de contabilidade pública; desses, nove baseiam as suas normas nacionais nas normas IPSAS (ou pelo menos orientam-se por elas), cinco fazem algumas referências a essas normas e um aplica-as a certos setores das administrações locais. No entanto, apesar de reconhecerem o valor incontestável das IPSAS, nenhum Estado-Membro as aplicou na íntegra”.

O pacote de seis medidas (*six-pack*) adotado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em 16 de novembro de 2011, é composto por um conjunto de seis relatórios sobre a governança económica. Do mesmo modo que sucede com qualquer outra

³ International Financial Reporting Standards.

atividade económica, a gestão e o controlo da eficiência e da eficácia do setor público, dependem da gestão e do controlo da sua situação económica e financeira e do seu desempenho. É seu objetivo alargar e reforçar a supervisão das políticas orçamentais e macroeconómicas, bem como das reformas estruturais, para colmatar as lacunas da legislação existente. No relatório da Comissão Europeia ao Conselho (2013:5) é mencionado que a existência e a qualidade de dados, comparáveis e coerentes, segundo o princípio da contabilidade de acréscimo, são condições prévias para garantir a elevada qualidade dos dados relativos ao défice e à dívida apurados numa base de acréscimo e ao nível macroeconómico. No mesmo documento, reconhece-se que a microcontabilidade do setor público nos Estados-Membros tem muitas variantes, sendo difícil estabelecer comparações, tanto dentro dos Estados-Membros como entre eles.

É assumido no citado documento, que os sistemas de contabilidade microeconómica harmonizados para todas as entidades do setor público [isto é (i.e.) a administração pública] em todos os Estados-Membros da UE, conciliados com o controlo interno e a auditoria externa, afiguram-se ser a única via eficaz de compilar dados do défice e da dívida de grande qualidade, conforme o princípio da contabilidade de acréscimo e de acordo com as disposições legais em vigor. Com efeito, essa garantia da qualidade e oportunidade de relatórios com base na contabilidade de acréscimo no setor público a que o documento se refere, pode ser dada, por exemplo, pelas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), emitidas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB).

A este respeito pode-se dar o exemplo da Recomendação n° 4 enviada pela IFAC à Cimeira de líderes do G20⁴, realizada em 15 e 16 novembro de 2014, visando apoiar o crescimento e a resiliência económica. Neste documento a IFAC recomenda a adoção e aplicação, em todas as jurisdições, de: (a) Normas Internacionais de Relato Financeiro; (b) Normas Internacionais de Auditoria; (c) Requisitos de independência do auditor estabelecidos no Código de Ética para a profissão de Contabilista, emitidos pelo Conselho de Normas Internacionais de Ética para Contabilistas; e (d) Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (NICSP ou IPSAS).

A aceitação das IPSAS como um conjunto de normas de referência, está no seguimento da ambição declarada pelo FSB⁵, que se cita: “A lista de normas essenciais será revista e atualizada periodicamente pelo FSB à luz da evolução das políticas a

⁴ O Grupo dos 20 (ou G20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990. O G-20 estuda, analisa e promove a discussão entre os países mais ricos e os emergentes sobre questões políticas relacionadas com a promoção da estabilidade financeira internacional e encaminha as questões que estão além das responsabilidades individuais de qualquer organização.

⁵ FSB – Financial Stability Board, de que o Banco Central Europeu (BCE) é membro.

nível internacional” (Ferreira, 2013:63). Mais referindo que a crise da dívida soberana desencadeou a evolução das políticas a nível internacional. O uso das IPSAS pelos governos de todo o mundo pretende melhorar a qualidade das informações financeiras facultadas pelas entidades públicas, situação benéfica para os investidores, os contribuintes, e o público em geral a entender melhor o impacto das decisões.

2.2 IPSAS OU EPSAS?

A atual crise financeira pública na Europa mostra a necessidade de reformar e harmonizar os sistemas de orçamento e de contabilidade do setor público na União Europeia (UE). Citando a Comissão Europeia (2013) a respeito do uso das IPSAS “Por um lado, parece claro que as IPSAS não podem facilmente ser aplicadas nos Estados-Membros da UE⁶, tal como estão atualmente. Por outro lado, as normas IPSAS representam uma referência indiscutível para a potencial harmonização das contas do setor público”.

No seguimento desta ideia, defende a UE, que um sistema que poderá proporcionar estes benefícios está atualmente a ser discutido, com o desenvolvimento das “European Public Sector Accounting Standards (EPSAS)”, preparadas na base de acréscimo. Mais argumentando que um ponto de partida adequado para as EPSAS são as IPSAS.

3 O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (SNC-AP)

3.1 CONTEXTO

Tendo em conta a harmonização que o setor privado foi alvo no que toca às normas internacionais de contabilidade, dando origem à aprovação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aplicável ao setor privado e destinado a uniformizar e aumentar a comparabilidade da informação prestada, também o setor público sentiu a necessidade de pensar a harmonização da sua contabilidade através da adoção das normas internacionais para de contabilidade do setor público. Foi, em consequência, aprovado o DL n.º 134/2012, de 9 de junho, que incumbiu a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) de concretizar os trabalhos técnicos com vista à aprovação de um único sistema de normalização contabilística adaptado às IPSAS.

Internacionalmente reconhecidas, as IPSAS, são as normas internacionais de contabilidade do setor público que assentam na ideia de que a gestão moderna do setor público, se conforma com os princípios da economia, eficiência e eficácia, depende de sistemas de informação de gestão capazes de fornecer informações atualizadas, precisas e fiáveis sobre a situação, o desempenho económico e financeiro de um Estado.

⁶ Em <http://www.epsas.eu/en/>.

Assim sendo, para colmatar todas as necessidades inerentes à contabilidade do setor público, surge então o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo DL n.º 192/2015 e entrará em vigor a 1 de janeiro de 2017⁷.

3.1.1 O SNC-AP

O SNC-AP, tal como referido anteriormente, foi aprovado pelo DL 192/2015 e entrará em vigor a 1 de janeiro de 2017, data alterada pelo DL n.º 85/2016 de 21 de dezembro, que adia a aplicação para 1 de janeiro de 2018, sem prejuízo de as entidades piloto o poderem adotar já no ano de 2017. A sua aplicação vai ser obrigatória em todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social e às entidades públicas reclassificadas. Entende-se por entidades públicas reclassificadas as entidades que, independentemente da sua forma ou designação, tenham sido incluídas nos subsetores da administração central, regional, local e segurança social das administrações públicas, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional.

O SNC-AP exige que a contabilidade se faça na base do acréscimo e compreende:

- Uma estrutura concetual que estabelece os princípios básicos que estão subjacentes à construção das normas de contabilidade pública;
- Um conjunto de 27 Normas de contabilidade pública (NCP) específicas para determinadas transações e assuntos (incluindo uma norma relativa à Contabilidade e Relato Orçamental);
- Um Plano de contas detalhado que permite acomodar o relato orçamental, o relato financeiro e o relato estatístico;
- Um conjunto de modelos harmonizados para apresentação de demonstrações financeiras e de relato orçamental (incluídos na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras e NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, respetivamente).

Embora estes elementos do SNC-AP sejam de aplicação generalizada, tal aplicação poderá não ser apropriada na relação custo/benefício quando se trata de entidades de menor dimensão e baixo risco, pelo que foi preparada uma norma simplificada específica para estas entidades, aprovada pela Portaria n.º 218/2016, de 09 de agosto.

⁷ O DL n.º 85/2016 de 21 de dezembro remete a aplicação do SNC-AP para 1 de janeiro de 2018.

Os objetivos do SNC-AP (conforme artigo 6.º do decreto-lei que o aprova), sugerem que este permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

3.1.2 Estrutura Concetual

A Estrutura Concetual (EC) determina os conceitos presentes na criação de NCP aplicáveis à preparação e apresentação das Demonstrações financeiras das Entidades Públicas.

As entidades públicas apresentam diversas características que as distinguem entre elas, que se devem considerar na criação da EC para o SNC-AP. Dentro das especificidades contidas na EC destacam-se as seguintes:

- Transações sem contraprestação: transações em que não existe diretamente em troca algo de montante igual, como, por exemplo, os recebimentos de impostos e o pagamento de transferências para as juntas de freguesia ou outras entidades.
- Orçamento do Estado e Execução Orçamental: o que distingue as entidades públicas das privadas é o Orçamento do Estado. A informação orçamental torna-se importante para os seus utilizadores permitindo a comparação entre a receita e a despesa, analisando a sua execução.

Já quanto às finalidades da EC, consideram-se as seguintes:

- Ajudar os responsáveis pelas demonstrações financeiras na utilização correta das NCP;
- Ajudar a formar opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras às NCP;
- Ajudar os utilizadores na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras;
- Proporcionar conceitos necessários à formulação das NCP por parte das entidades normalizadoras.

A EC não é uma NCP, pois esta não estabelece explicitamente critérios de mensuração, reconhecimento ou divulgação. Assim sendo, a EC centra-se nos seguintes aspetos:

- Objetivos das demonstrações financeiras;
- Características qualitativas que determinam a utilidade da informação das demonstrações financeiras (DF);
- Define a entidade que relata;
- Os elementos das DF;
- Reconhecimento dos elementos das DF;
- Mensuração dos ativos e passivos das DF.

As demonstrações financeiras têm como principal objetivo o de proporcionar informação útil aos seus utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisão. Os utilizadores do relato financeiro são diversos, sendo que as entidades públicas são responsáveis pela gestão e uso de recursos que os contribuintes, doadores, financiadores e outros lhes concedem.

No que diz respeito à informação que o relato financeiro proporciona, podemos destacar o conhecimento da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa, a prestação de serviços, a informação financeira e não financeira prospetiva e a informação explicativa.

Na EC estão contempladas as características qualitativas da informação incluída no relato financeiro, a saber: relevância; fiabilidade; compreensibilidade; oportunidade; comparabilidade e verificabilidade.

Por sua vez, estão definidos constrangimentos na informação incluída no relato financeiro, como sejam: materialidade – sendo que a informação é material se a sua incorreção ou omissão puder influenciar as decisões dos utilizadores das DF. Custo-benefício, isto é, o relato financeiro implica custos e, os seus respetivos benefícios devem

justificar os custos de a obter. Equilíbrio entre as características qualitativas, pois estas trabalham em conjunto no intuito de contribuir para a utilidade da informação financeira.

No que concerne aos elementos das demonstrações financeiras, a EC define os seguintes:

- Ativo, que consiste num recurso que a entidade controla como resultado de um evento passado;
- Passivo, que é uma obrigação originada por um evento passado que poderá gerar uma saída de recursos;
- Rendimentos e Gastos, em que os rendimentos são aumentos e os gastos são diminuições de património líquido;
- Património líquido (PL), no qual se inclui o resultado líquido apurado pela diferença entre rendimentos e gastos; as contribuições para o PL e distribuições do PL, em que as contribuições são influxos de recursos por entidades externas na sua condição de proprietários que estabeleçam ou reforcem o seu interesse no PL. As diminuições são exfluxos de recursos, entregues a entidades externas na sua condição de proprietários, que extinguem ou reduzem o seu interesse no PL.

3.1.3 As Normas do SNC – AP

No que se refere às Normas de Contabilidade Pública existem vinte e sete normas, das quais vinte e cinco são respeitantes a normas de contabilidade financeira, uma norma referente à Contabilidade e Relato Orçamental e uma NCP para a contabilidade de gestão como demonstra a tabela seguinte:

Tabela 1 - Normas de Contabilidade Pública.

NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	Estabelece a base para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidade geral (individuais e consolidadas), componentes principais do relato financeiro de uma entidade pública ou grupo público, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.
NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros	Define os critérios para a seleção e alteração de políticas contabilísticas, bem como o tratamento contabilístico e a divulgação de alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros.
NCP 3 - Ativos Intangíveis	Prescreve o tratamento contabilístico de ativos intangíveis que não sejam tratados especificamente numa outra Norma. Esta Norma exige que uma entidade reconheça um ativo intangível se, e apenas se, forem satisfeitos determinados critérios.

Normas de Contabilidade Financeira	NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente	Esta Norma tem como objetivo prescrever a contabilização de acordos de concessão de serviços na ótica do concedente, uma entidade integrada nas administrações públicas.
	NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis	Define o tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis para que os utilizadores das demonstrações financeiras possam perceber a informação sobre os investimentos de uma entidade neste tipo de ativos e as alterações que neles ocorreram.
	NCP 6 - Locações	Esta Norma tem por objetivo definir o tratamento contabilístico relativo a locações financeiras e locações operacionais, tanto na perspectiva dos locatários como dos locadores.
	NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos	Prescreve o tratamento contabilístico dos custos de empréstimos obtidos, exigindo geralmente que tais custos sejam considerados como gastos do período. Porém, a Norma permite, como tratamento alternativo, a capitalização de custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.
	NCP 8 - Propriedades de Investimento	O objetivo da presente norma é prescrever o tratamento contabilístico de propriedades de investimento e respetivos requisitos de divulgação.
	NCP 9 - Imparidade de Ativos	Esta Norma tem por objetivo a definição dos procedimentos que uma entidade deve aplicar para determinar se um ativo está em imparidade e assegurar que as perdas por imparidade são reconhecidas. A Norma também especifica quando uma entidade deve reverter uma perda por imparidade.
	NCP 10 - Inventários	Esta Norma define o tratamento contabilístico dos inventários. Um aspeto primordial na contabilização dos inventários é a quantia do custo a reconhecer como ativo e a sua manutenção como tal até que os rendimentos relacionados sejam reconhecidos.
	NCP 11 - Agricultura	O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico relativo à atividade agrícola.
	NCP 12 - Contratos de Construção	Esta Norma prescreve o tratamento contabilístico dos custos, gastos e rendimentos associados a contratos de construção.
	NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação	O objetivo da presente Norma é prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação.
	NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação	Esta Norma define os requisitos para o relato financeiro de transações sem contraprestação e aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento dessas transações, incluindo a identificação de contribuições dos proprietários.
	NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esta Norma procede à definição de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e identifica as circunstâncias em que as provisões devem ser reconhecidas e como devem ser mensuradas.

NCP 16 - Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	O objetivo desta Norma é estabelecer como se devem incluir transações em moeda estrangeira e unidades operacionais estrangeiras nas demonstrações financeiras de uma entidade, e como se devem transpor estas para a moeda de apresentação.	
NCP 17 - Acontecimentos Após a Data de Relato	Esta Norma tem por objetivo estabelecer quando é que uma entidade deve ajustar as suas demonstrações financeiras relativamente a acontecimentos após a data de relato e os princípios acerca das divulgações que uma entidade deve fazer sobre a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e acontecimentos após a data de relato.	
NCP 18 - Instrumentos Financeiros	O objetivo desta Norma é estabelecer princípios para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros. Aplica-se à classificação, apresentação, reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, bem como à gestão do risco no contexto dos instrumentos financeiros.	
NCP 19 - Benefícios dos Empregados	O objetivo desta Norma é prescrever a contabilização e divulgação dos benefícios dos empregados.	
NCP 20 - Divulgações de Partes Relacionadas	Esta Norma estabelece a divulgação da existência de relacionamentos entre partes relacionadas quando existe controlo, bem como, em algumas circunstâncias, a divulgação de informação acerca de transações entre a entidade e as suas partes relacionadas.	
NCP 21 - Demonstrações Financeiras Separadas	O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.	
NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Esta Norma prescreve princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.	
NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	A presente Norma é prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.	
NCP 24 - Acordos Conjuntos	O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente, ou seja, acordos conjuntos.	
NCP 25 - Relato por Segmentos	Nesta Norma são estabelecidos os princípios para relatar informação financeira por segmentos.	
Norma de Contabilidade Orçamental	NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental	Esta Norma pretende regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.

Norma de Contabilidade de Gestão	NCP 27 – Contabilidade de Gestão	O objetivo desta Norma é estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.
Regime Simplificado	Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas	O Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas está previsto no artigo 5.º do Decreto -Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As normas atrás expostas podem ser agrupadas através de um conjunto de matérias, nomeadamente:

Tabela 2 – Agrupamento de matérias.

Descrição	Normas
Em relação à forma e conteúdo de apresentação do relato Financeiro, Orçamental e de Gestão	NCP 1, 2, 20, 25, 26 e 27.
Associado a ativos não correntes	NCP 3, 5, 6, 8 e 9.
Associadas a transações comuns a qualquer entidade quer pública quer privada como por exemplo os inventários, instrumentos financeiros, benefícios dos empregados, provisões, rendimentos com contraprestação (vendas)	NCP 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19.
Quanto à consolidação de entidades controladas, aos investimentos em associadas e outros investimentos	NCP 21, 22, 23 e 24.
Por fim, um grupo destinado a matérias mais específicas do setor público, como os ativos tangíveis e intangíveis que representam património histórico, bens de domínio público e infraestruturas, concessões, rendimentos sem contraprestação (provenientes de impostos, taxas, transferências e subsídios) e a imparidade de ativos não geradores de caixa	NCP 3, 4, 5, 9 e 14.

3.2 IMPLEMENTAÇÃO DO SNC – AP

3.2.1 Regime Geral

O Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro veio estabelecer o dia 1 de janeiro de 2018 para a eficácia prática do SNC-AP e estabelecer a obrigação de elaboração de uma estratégia de disseminação e implementação do referido sistema no ano de 2017 por todas as entidades que integram as administrações públicas.

A implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e a preparação do orçamento do ano de 2017 serão ainda elaborados tendo em conta o referencial em vigor, havendo depois, a partir de 2017, um ajustamento para os modelos de reporte previstos no SNC-AP. A preparação e aprovação de um orçamento segundo o SNC-AP ocorrerão apenas durante o ano de 2017, sendo este

referente ao Orçamento para 2018. Será importante referir neste âmbito a aprovação, em simultâneo com o SNC-AP, de uma nova Lei do Enquadramento Orçamental (LEO) (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro), que procede à reforma da Lei de Enquadramento Orçamental, publicando um novo normativo que revoga a anterior Lei de Enquadramento Orçamental, a Lei 91/2001, de 20 de agosto. Esta Lei agora aprovada, que não altera a anterior LEO, mas sim revoga-a (embora algumas partes da nova Lei não tenham aplicação imediata), muda de forma significativa o processo orçamental. Trata-se de uma reforma da arquitetura orçamental pública, como uma reforma da Lei de Enquadramento Orçamental.

Figura 3 – Implementação do SNC-AP.



Outro aspeto a ter em consideração no início do novo ano económico, prende-se com a adaptação do Plano de Contas Multidimensional para que este seja ajustado à realidade de cada entidade, sendo que apenas se criarão contas mediante proposta à CNC para que se mantenha o objetivo do SNC-AP, que é promover a comparabilidade da informação financeira e orçamental entre as entidades públicas.

Uma primeira tarefa, no início do ano económico com o novo normativo emanado do SNC-AP, prende-se com a recolha dos saldos iniciais das contas, a qual decorrerá entre janeiro e abril, para a elaboração do balanço inicial.

No que se refere à movimentação de receita:

- O circuito da receita mantém-se o mesmo, isto é, Liquidação, Anulação e Recebimento⁸.
- Os Reembolsos e Restituições deixam de pertencer ao circuito da despesa passando a ser apenas uma regularização de um recebimento indevido.
- Passa a existir o reconhecimento de montantes a liquidar em anos futuros e deixa de haver o registo contabilístico de Receita Virtual.

Quanto à movimentação da Despesa:

- Mantem-se o Cabimento, Compromisso, Obrigação, Pagamento e Reposição Abatida ao Pagamento.
- Passa a existir o reconhecimento de Obrigações em anos futuros.

⁸ De referir que com o SNC-AP deixa de ser movimentada a conta 25, que constituía apenas uma passagem por esta conta.

Na movimentação de Tesouraria o conceito manteve-se, isto é, são movimentos de entrada e saída de caixa que não representam operações de execução orçamental. Sendo que para estas estão definidas novas contas na classe 0, sendo a conta 071 para os Recebimentos e a conta 072 para os Pagamentos.

3.2.2 Regime Simplificado

Um aspeto relevante da aplicação do SNC-AP prende-se com a importância da sua aplicação nas entidades de menor dimensão. Com efeito, a relação custo/benefício da aplicação do regime geral do SNC-AP, poderá não ser a mais apropriado quando se trata de entidades de menor dimensão e baixo risco. Para colmatar esta situação, foi elaborada uma norma específica, simplificada, para essas entidades, aprovada pelo Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, ou seja, um regime contabilístico simplificado.

Em conformidade com o artigo 2.º da portaria atrás citada, o regime simplificado é aplicável às entidades que integrando o âmbito do SNC-AP cumpram os requisitos para serem pequenas entidades ou micro entidades, desde que as primeiras não optem pelo regime geral e as segundas pela aplicação desse regime ou do regime simplificado de pequenas entidades.

Para este efeito são consideradas **pequenas entidades** aquelas que apresentam uma Despesa Orçamental superior a 1.000.000 € e menor ou igual a 5.000.000 €, enquanto as **micro entidades** são aquelas cuja despesa orçamental não ultrapassa os 1.000.000 €, inclusive.

O Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, preconiza que as entidades de menor dimensão fiquem desoneradas do esforço de aplicação do conjunto completo das normas de contabilidade financeira que integram o SNC-AP, ficando as mesmas sujeitas a obrigações mais reduzidas em comparação com o regime geral, especialmente quanto à contabilização das transações e outros acontecimentos, bem como em relação ao seu relato.

Deste modo, o regime simplificado para as pequenas entidades é composto por:

- Norma de Contabilidade Pública – Pequenas Entidades (NCP-PE)
- NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental;
- NCP 27 – Contabilidade de Gestão;
- Plano de contas Multidimensional.

O Regime simplificado para as microentidades é composto por:

- NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental;
- Divulgação do inventário do património.

Em suma, o regime simplificado do SNC-AP apresenta-se com o objetivo de permitir que entidades de menor dimensão, que geralmente possuem diminutos recursos humanos e financeiros, possam eficazmente responder e satisfazer de forma adequada as exigências com que se deparam, permitindo, por esta via, uma boa gestão financeira, transparência das contas públicas e satisfação da sociedade civil em geral.

4 CONCLUSÕES

Em Portugal, existe uma crescente necessidade de rigor e transparência na aplicação dos dinheiros públicos e na responsabilização pela sua administração, pelo que, para além de controlar o cumprimento da legalidade, o sistema de informação disponível deve permitir a análise e avaliação das decisões tomadas e o apoio às decisões futuras.

As IPSAS são normas globais de relato financeiro de alta qualidade para aplicação pelas entidades do setor público, estabelecem os requisitos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, e tratam as transações e acontecimentos nas demonstrações financeiras com finalidade geral.

O SNC-AP configura, assim, um modelo contabilístico moderno e de cariz global, mais baseado em princípios do que em regras explícitas, representando uma reforma contabilística que visa resolver a fragmentação e as inconsistências atualmente existentes. Ao mesmo tempo que permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional.

Com a implementação do SNC-AP, as entidades públicas devem reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública; reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública; reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria; aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

A alteração de políticas contabilísticas pode ter como resultado a necessidade de fazer ajustamentos, que devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados, assim como no período comparativo anterior.

BIBLIOGRAFIA

Carvalho, J. B. C. e Nogueira, S. P. S. (2006), "A contabilidade pública em Portugal: opinião de especialistas". Comunicação apresentada no XII Encuentro AECA, Córdoba, Espanha, 28 e 29 de Setembro de 2006.

- CNC (2009). Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). <http://www.cnc.min-financas.pt/>. Acedido em 11.07.2016.
- Comissão Europeia (2013). *Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativo à aplicação de normas de contabilidade harmonizadas do setor público nos Estados-Membros. A adequação das IPSAS para os Estados-Membros* (06.03.2013). Acedido em 16 de janeiro de 2016 em <https://eur-lex.europa.eu>.
- European Commission (2013). Commission Communication on European Public Sector Accounting Standards (EPSAS). Obtido em http://ec.europa.eu/smart-regulation/impact/planned_ia/docs/2013_estat_009_epsas_en.pdf (março de 2016).
- Comissão de Normalização Contabilística (2013). O projeto de reforma da contabilidade pública. <http://www.cnc.min-financas.pt/>. Acedido em setembro de 2016.
- Costa Marques, M.C. (2002). A Prestação de Contas no Sector Público. Dislivro. Lisboa.
- Da Costa, C. B. & Alves, G. C. (2014). Contabilidade Financeira, Portugal, Rei dos Livros.
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - aprova o SNC-AP.
- Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro – Aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública.
- Ferreira, c. M. M. P. (2013). Harmonização Contabilística no Sector Público: Constrangimentos na Adopção das IPSAS. Universidade de Lisboa.
- Gomes, J. M. L. e Pires, J. M. R. (2015) SNC – Sistema de Normalização Contabilística - teoria e prática. Vida Económica.
- Grossi, G., & Soverchia, M. (2011). European commission adoption of IPSAS to reform financial reporting. *Abacus*, 47(4), 525–552.
- Grossi, G. & Steccolini, I (2014). Accounting for public governance. *Qualitative Research in Accounting & Management*, Vol. 11 No. 2, pp. 86-91.
- IFAC (2014). The Importance of Accrual-based Financial Reporting In the Public Sector. April. www.ifac.org.
- IFAC. Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público, em <http://www.ifac.org/PublicSector/>
- International Accounting Standards Board (IASB). International Accounting Standards (IAS) e IFRS.
- IFAC (2016). IPSASB Handbook (2016).
- Kraff, M. (2013). Applying IPSAS in the European Commission. Speech of the Deputy-Director General, Accounting Officer of the Commission, DG for Budget (DG BUDG), at the EUROSTAT Conference on “Towards implementing European Public Sector Accounting Standards”, Brussels, 29–30 May. Obtido de http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/conferences/documents/epsas_docs_2013/session3_Manfred_Kraff_DG_BUDGET.pdf.
- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.
- Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, republicada com a Lei n.º 52/2011, de 13/10.

Olson, O., Guthrie, J., & Humphrey, C. (Eds.). (1998). *Global warning: Debating international developments in New Public Financial Management*. Bergen: Cappelen Akademisk Forlag.

Pereira, P. T. et al (2016). *Economia e Finanças Públicas*. 5.ª edição. Escolar Editora.

Rodrigues, João (2015). *SNC explicado*, 5ª edição. Porto Editora.

Santareno, A. [pseud.] (1997), “Crónica da contabilidade pública portuguesa – das partidas dobradas de 1761 ao Plano Oficial de Contabilidade Pública de 1997”. Comunicação apresentada nas I Jornadas de História de Contabilidade da APOTEC, Coimbra, Portugal, 4 de Abril.

Sistema de Normalização Contabilística (SNC) (2016) 6ª edição. Porto: Portugal. Porto Editora.

Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e legislação complementar.

Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e legislação complementar, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

SNC edição 11-2016 – Sistema de Normalização Contabilística. Porto Editora.

Viana, L. C.; Rodrigues, L. M. P.; Nunes, A. V. (2016). *O Sistema de Normalização Contabilística - Administrações Públicas - Teoria e Prática*. Almedina, Coimbra. ISBN 9789724068435.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Jorge José Martins Rodrigues é economista. Licenciado, mestre e doutor em Gestão (ISCTE-IUL). Mestre e pós doutorado em Sociologia – ramo sociologia económica das organizações (FCSH NOVA). Professor coordenador no ISCAL – *Lisbon Accounting and Business School* / Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Exerceu funções de direção em gestão (planeamento, marketing, comercial, finanças) no setor privado, público e cooperativo. É investigador integrado no Instituto Jurídico Portucalense. Ensina e publica nas áreas de empresa familiar e família empresária, estratégia e finanças empresariais, gestão global, governabilidade organizacional, marketing, planeamento e controlo de gestão, responsabilidade social e ética das organizações.

Maria Amélia Marques, Doutora em Sociologia Económica das Organizações (ISEG/ULisboa), Mestre em Sistemas sócio-organizacionais da atividade económica - Sociologia da Empresa (ISEG/ULisboa), Licenciada (FPCE/UCoimbra), Professora Coordenadora no Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos (DCOGRH) da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS), Portugal. Membro efetivo do CICE/IPS – Centro Interdisciplinar em Ciências Empresariais da ESCE/IPS. Membro e Chairman (desde 2019 da ISO-TC260 HRM Portugal. Tem várias publicações sobre a problemática da gestão de recursos humanos, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, os novos modelos de organização do trabalho, as motivações e expectativas dos estudantes Erasmus e a configuração e dinâmica das empresas familiares. Pertence a vários grupos de trabalho nas suas áreas de interesses.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 227, 263, 264, 265, 266, 274, 275, 276
Administrações públicas 289, 290, 294, 295, 299, 301, 303, 304, 306
Análise discriminante 251, 252, 260
Análise “Lata de lixo” 174
Anteriores opiniões modificadas 263, 266, 267, 268, 274
Aprendizaje Colaborativo 24
Área de promoção y fomento 97, 107
Ativos tangíveis 159, 167, 168, 301
Auditoria 100, 106, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 274, 275, 276, 287, 293

B

Bioética 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

C

Calidad de Datos Abiertos 87, 88, 95
Certificação 210, 211, 218, 221, 222, 223, 224, 274
Clasificación 97, 103, 104, 106, 108, 280
Comunidad Virtual de Aprendizaje 24, 26
Conciliação entre a vida profissional 210, 211, 212, 226, 227
Conocimientos financieros 32, 33, 35, 38, 39, 41
Contabilidade pública 274, 289, 290, 292, 295, 298, 303, 304, 305, 306
Continuidade 139, 252, 258, 260
Cooperação 144, 145, 146, 155, 196, 204
Criação de valor 144

D

Desenvolvimento profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
Direitos humanos das mulheres 237, 239, 240, 241, 242
Discurso 4, 10, 12, 110, 184, 185, 186, 190, 191, 195
Docente 1, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 19, 21, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 62, 63, 97, 184, 192, 247

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 14, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 202, 208, 214, 216, 227, 238, 239, 243, 246, 247, 248, 249, 264

Educación 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 50, 51, 68, 84, 85, 95, 98, 99, 105, 110, 111, 281, 288

Educación financiera 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 99

Educación Superior 15, 17, 19, 22, 25, 68, 105

Envelhecimento activo 229, 230, 231

Esmeraldas 32, 33, 34, 38, 39, 40

Estratégia 8, 11, 126, 146, 148, 164, 167, 170, 171, 186, 196, 197, 198, 199, 206, 208, 216, 301

Estrés 54, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Estudiante 15, 17, 19, 20, 52, 55, 56, 57, 58, 73

Evaluación formativa 52, 55, 56, 57, 59

Exámenes 67, 68, 70, 73, 75, 78, 82, 83

F

Falência 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262

Família consanguínea 126, 132, 133, 134

Familiar e pessoal 210, 211, 212, 214, 215, 227

Feminicídio 237, 238, 239, 246, 247, 248, 249

Formação contínua 1, 2, 7, 12, 13, 14

G

Gens 126, 127, 134, 135, 136

Gobierno Abierto 87, 88, 95

H

Herramienta de validación 87, 92, 94

I

Identity 110, 112, 113, 119, 120, 122, 123

Ingeniería de Software 52, 54, 57

Instituições de Ensino Superior 196, 197, 200, 209

Investigação interpretativa 174, 177, 178, 179

Investigación 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 55, 65, 77, 84, 92, 95, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 184, 189, 191, 192

Islamic education 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

J

Jornadas Pedagógicas 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Jóvenes bachilleres 32, 35, 36, 38, 39

L

Lei Maria da Penha 237, 239, 244, 247, 248, 249

M

Marketing 109, 143, 158, 174, 196, 197, 201, 204, 207

Mercado bursátil 277, 279, 281, 282, 283, 286, 287

Mercado de capitales 277, 279, 280, 281, 284, 285, 287, 288

Mercados financieros 277, 278, 279, 280, 287, 288

Micro e pequenas empresas 144, 155

Mindfulness 67, 68, 71, 72, 83, 84, 85

Monogâmica 126, 132, 136, 137

Moral 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 115, 116, 281

Municípios 231, 232, 233, 234, 236, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276

O

Observatorio de Ciencias Empresariales 97, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Organizações familiarmente responsáveis 210, 213, 222

Orientação para o mercado 174

Ortografía en datos abiertos 87

P

Políticas públicas 26, 40, 108, 179, 237, 239, 243

Previsão 46, 245, 251, 252, 255, 256, 259, 261, 262

Psicología del trabajo 184, 185

Punaluana 126, 127, 132, 133, 134, 135

R

RBV Theory 159, 160

Recursos estratégicos 148, 159

Redes de negócio 144
Reforma 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 289, 290, 302, 304, 305
Reforma laboral 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190
Reforms 110, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 185
Regiões de baixa densidade 229
Relato de sustentabilidade responsabilidade social corporativa 210
Rendimiento académico 67, 84
Responsabilidade social 4, 44, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 225, 226
Rúbricas 52, 56, 57, 62, 65, 66, 257

S

Scoring 251, 252, 259, 260, 262
Setor Público 174, 180, 264, 265, 266, 267, 273, 275, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 301, 304, 305
Sindiásmica 126, 127, 132, 135, 136, 137
Sistema de evaluación 52
SNC-AP 289, 290, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 304, 305

T

Teoria institucional 174, 178, 183
Textbooks 28, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123
Trabajadores 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195

U

Universidade Sénior 229, 231, 235

V

Values 42, 43, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 192
Vantagens competitivas 145, 147, 148, 149, 155, 159, 165, 166, 167, 170
Violências de gênero 237, 242